OBRAS COMPLETAS DE JOAQUIM NABUCO

XII

JOAQUIM NABUCO

CAMPANHAS DE IMPRENSA

[1884 - 1887]

INSTITUTO
PROGRESSO EDITORIAL S. A.
SÃO PAULO

ADVERTÊNCIA

Êste volume compreende três partes — A primeira compõe-se da série de artigos publicada nos A Pedidos *do* Jornal do Comércio, *em 1884, em defesa do gabinete Dantas. Estão assinados* GARRISON. *Pela mesma época escreviam no mesmo jornal, e na mesma secção, sob pseudônimos diversos, outros abolicionistas: Gusmão Lôbo (*CLARKSON*), Rui Barbosa (*GREY*), Rodolfo Dantas e Sancho de Barros Pimentel. Formavam o grupo dos «inglêses do sr. Dantas», de gloriosa memória na história do abolicionismo.*

*A segunda parte é composta de vários artigos publicados n'*O País, *a convite de Quintino Bocaiuva. Começaram êles em maio de 1886. São comentários quase diários acêrca do parlamento de que Nabuco fôra excluído escandalosamente. Vão até 1888. Em 1887, a 5 de outubro, derrotando um ministro, Nabuco voltara a representar na Assembléia a província de Pernambuco. A série completa estender-se-ia por vários tomos destas publicações. Impondo-se, pois, uma seleção, seguiu-se o critério de reproduzir a coleção do próprio autor, presumidamente indicativa da sua preferência.*

A terceira parte é constituída de alguns opúsculos que, sob o título de Propaganda Liberal, *publicou Nabuco em 1886. São êles:* O êrro do Imperador, O eclipse do abolicionismo, *e* Eleições liberais e eleições conservadoras.

Pertencem todos êsses trabalhos a uma fase decisiva na história da monarquia. Daí a relevância dos conceitos partidos de uma alta compreensão como a de Nabuco, enunciados ao calor das lutas de que foi magna pars. *Os estudiosos da história encontrarão aqui elementos fundamentais para a análise dêsse período; os admiradores de Nabuco, novas faces para admiração do seu numeroso espírito.*

A. J. L.

I

O MOVIMENTO ABOLICIONISTA

Artigos publicados
nos « A pedidos » do « Jornal do Comércio »
1884-1885

A RECUSA DO SR. SARAIVA

[*12 de junho de 1884*]

A SITUAÇÃO política do país foi e acha-se tão consideràvelmente alterada com a aparição do abolicionismo, que se torna necessário que a voz dêste seja sempre ouvida de modo distinto entre as dos outros partidos. (1) Não é dado a nenhum homem político desconhecer mais a fôrça de um elemento de tão grande influência na direção que leva o país. A sessão de anteontem, no Senado, bastaria para atestar a importância dêsse novo e poderoso fator, que é por enquanto apenas um enérgico dissolvente dos dois antigos partidos emanados da escravidão, mas que já se anuncia como a estrutura de um partido nacional que presida à transformação da decadente colônia portuguêsa, em que ainda nos protraímos, em nação americana. O que há por acaso de enérgico, esperançoso e são na consciência mórbida de um corpo, como o nosso purulento de escravidão, está todos os dias robustecendo o movimento abolicionista, e só não se sente a fôrça real dêsse espírito diverso do que nos animou até hoje, porque infelizmente os poderes do Estado não têm intuição alguma das transformações por que passa o nosso povo, nem das fôrças que o dirigem. Nestes artigos teremos que acumular as provas de que a nação tôda gravita cada vez mais para o abolicionismo, isto é, para um sistema em tudo diverso

---

(1) Com a queda do gabinete Lafayette, de 24 de maio de 1883, o Imperador, após ouvir o visconde de Sinimbu e o cons.º Afonso Celso (futuro visconde de Ouro-Prêto), entregou a chefia do ministério ao cons.º Manuel Pinto de Sousa Dantas. Êste organizou o ministério 6 de junho de 1884 e teve a coragem de abordar imediatamente a questão da emancipação. Prepararam-se os conservadores para a luta, com o apoio de uma numerosa dissidência liberal. Foi neste momento que o grupo dos abolicionistas composto de Nabuco, Gusmão Lôbo, Rui Barbosa, Sancho de Barros Pimentel e Rodolfo Dantas iniciou a campanha pelos « A pedidos » do *Jornal do Comércio* tomando como pseudônimos os grandes nomes do abolicionismo inglês ou americano.

do da escravidão, em tôrno do qual ainda giramos. Baste-nos por hoje assinalar como prova dêsse fato os acontecimentos dêstes últimos dias, a saber: o programa do novo ministério, as declarações do srs. Saraiva, Sinimbu e Afonso Celso, o discurso do sr. Cristiano Ottôni, a libertação da capital do Amazonas e as reuniões abolicionistas nesta capital.

De todos êsses fatos o mais significativo é por certo a recusa motivada do sr. Saraiva.

Estas foram as suas palavras no Senado:

« Acrescentei, disse êle, depois de referir a insistência do Imperador para que organizasse o ministério, que pelas declarações que fiz em 1880 na Câmara dos Deputados não me era lícito tomar a responsabilidade do poder, sem que me ocupasse especialmente da questão do elemento servil, sendo que em relação a êste assunto eu não poderia organizar, nas circunstâncias atuais, ministério homogêneo, e que, por essa homogeneidade, exercesse no partido Liberal eficaz influência.

« Finalmente, que sem o apoio forte de seu partido ninguém pode no govêrno ter segurança de bom êxito, ainda que o pensamento predominante seja uma aspiração nacional. »

O eminente estadista brasileiro ainda acredita nos nossos partidos, na fôrça efetiva do pessoal de cada um dêles, e faz uma distinção entre o govêrno liberal e o partido Liberal, que nada justifica. Organizasse êle um ministério de homens capazes, com um programa definido, e não sentiria a falta dêsse séquito de aspirantes a empregos públicos e à proteção oficial que formam o número em nossos partidos. Para fazê-lo era, porém, preciso dissolver a Câmara e intervir fortemente nas eleições no sentido de proteger o votante contra o senhor da terra, e isso o sr. Saraiva não faria. Êle não é um estadista à feição de Bismarck. Quer os fins, mas não quer os meios. Acredita êle que a extinção da escravidão num país entregue a êsse tríplice monopólio: da terra, do capital e do trabalho, possa ser realizada por um govêrno que não queira, momentâneamente, romper com a lavoura, nem in-

correr no ódio dos monopolistas do interior e dos comanditários da capital? Por um govêrno que consinta que a escravidão continue a ser um *Imperium in Imperio*, a eleger o parlamento, a suspender as garantias constitucionais no país, a proscrever os seus adversários, a arrombar cadeias, deportar juízes e a organizar o terror negro?

Acreditá-lo seria duvidar da perspicácia de um homem que neste país, onde ninguém faz nada, fêz alguma coisa, e nada menos que uma reforma constitucional por lei ordinária, e ao qual o Brasil deve a abolição de alguns dos preconceitos que manchavam a sua constituição. Mas, se o sr. Saraiva não pode acreditar que seja possível dar qualquer golpe eficaz na escravidão com o auxílio dessa parte ferrenha do elemento escravocrata, que governa todo o partido e com os aplausos da única província de espírito verdadeiramente reacionário nesta questão, — a do Rio —, está bem patente das expressões de S. Ex. que êle supõe necessário para encarregar-se de semelhante tarefa o apoio de um certo partido, isto é, de certos homens, de certos senadores, para melhor dizer, que se dizem liberais, mas cujo liberalismo não vai além da escravidão pessoal e das leis de tôda ordem que a mantêm e sustentam. Êsse, a meu ver, é um êrro grave da parte de um estadista, ao qual mais do que a nenhum outro neste reinado foi facultado o livre uso da prerrogativa da coroa e que parece ser indispensável nas grandes crises à própria direção da monarquia. O sr. Saraiva engana-se supondo que o apoio de chamados chefes políticos o robusteceria, em vez de enfraquecê-lo, como se enganou quando dissolveu a Câmara passada sem um programa, e declarou-se neutro em eleições que deviam decidir da marcha do país e que por isso foram feitas ao acaso. Mas o que é preciso em tais condições é que o país alente a coragem e a iniciativa daquele dos seus homens públicos que mais confiança lhe merece, que goza de maior prestígio, e que seria naturalmente indicado para o primeiro pôsto do Estado, se êsse fôsse eletivo. A declaração do sr. Saraiva, de que só não organizou por não poder

formar ministério forte e duradouro, é da maior importância. Ela mostra que chegou a hora da maior reforma nacional, reforma que se há de desdobrar quando fôr sendo efetuada em uma série de reformas sociais e políticas, cada qual mais séria. Essa declaração mostra também que para empreender semelhante tarefa é preciso um govêrno forte e duradouro, que ofereça garantias ao país de levar a efeito um programa dessa magnitude.

Seria um êrro deplorável querer constituir êsse govêrno com os elementos de um só partido, quando de fato há quatro partidos no país, que deveriam poder levar, sem quebra de dignidade, o seu importante contingente a essa verdadeira obra de restauração nacional: o Liberal, o Conservador, o Republicano e o Abolicionista. Nenhum dêsses isoladamente poderia constituir um govêrno forte e duradouro. O sr. Cristiano Ottôni no seu notável discurso do dia 9 disse com muita coragem a verdade que está em todos os espíritos e que se verifica sempre que monarquistas e republicanos, liberais e conservadores fazem causa comum nessa questão. « Seria uma missão gloriosa, disse êle, a do ministério, apresentando a sua medida radical; rejeitada ela, dissolvendo a Câmara por êsse motivo, e facilitando assim a organização dos dois partidos, emancipador e escravocrata, únicos que presentemente têm razão de ser. » Dêsse partido *emancipador* S. Ex. quis, é certo, excluir o elemento *abolicionista*; mas, se se organizasse o partido emancipador, os abolicionistas fariam parte dêle de direito, como o mais faz parte do menos, e o espírito faz parte da transação. A êsse respeito temos muito que dizer ao ilustre senador mineiro. Amanhã ocupar-me-ei do programa do novo ministério, dando as razões pelas quais eu entendo que os abolicionistas devem por enquanto deixar aos seus contrários o privilégio de ludibriar das propostas do govêrno. Mesquinhas e insignificantes como nos parecem, elas devem ser tratadas por nós com respeito, porque seriam recebidas com simpatia pelos escravos, e, além disso, significam em mais de um sentido um triunfo para a nossa causa.

O que por hoje queremos assinalar é a importância da declaração do sr. Saraiva. Desde que êle declarou que não organizara por não poder, está talvez subentendido, com esta Câmara, formar um ministério capaz de resolver com tempo a questão vital do país — é preciso sabermos quais são essas dificuldades que êle encontrou, e se haveria meio de superá-las.

É lamentável que o sr. Saraiva não se queira tornar um *leader* nacional e assumir a responsabilidade que lhe impõe a confiança de que o cercam, tanto o país como a coroa. É dever do estadista influenciar a opinião por todos os meios, e êle, é preciso dizê-lo, não exerce uma influência correspondente ao seu prestígio, nem faz uso da sua posição excepcional de árbitro da nossa política. Isso todos nós o sentimos; mas por isso mesmo a declaração precisa, que êle fêz, de que não assumiu o govêrno por não poder fazê-lo em condições parlamentares ou de partido que lhe permitissem levar a efeito a extinção do elemento servil, é o mais notável de todos os depoimentos a favor daquela reforma.

De ora em diante todos ficamos sabendo que, se neste reinado não se acabar com a escravidão, não será por ter faltado ao Imperador um ministro de bastante prestígio na opinião para executar a reforma. À vista de um acontecimento de tal ordem, qual é o valor moral dessa guerra que os chamados Clubes da Lavoura, os quais não passam de ajuntamentos para espalhar o terror pelo país e escravizar o pouco que reste de independência pessoal na população livre do interior, movem a quem ousa no fim dêste século e num país democrático e americano proclamar que é preciso extinguir êsse respeitável, venerando, legítimo, moralizado e benéfico regime civil e pessoal chamado, por acinte, escravidão?

O PROGRAMA DO GABINETE

[*13 de junho de 1884*]

O PROGRAMA do novo ministério na parte relativa à emancipação não satisfaz, está claro, a nenhuma das opiniões em que se divide o país. Basta ser um programa aprovado pelo sr. Martinho Campos e simpático aos abolicionistas para êle não contentar a quem quer que seja. Os conservadores o rejeitam porque lhes parece que não se deve montar um martelo dinâmico da maior energia possível, como é a intervenção do poder legislativo na questão servil, para esmagar uma noz, isto é, para libertar apenas os escravos maiores de 60 anos. E se os conservadores ou reacionários acham a idéia do govêrno ridícula por sua mesquinhez e estreiteza, não é aos abolicionistas que ela encherá de entusiasmo.

Para de uma vez pôr de lado as queixas que temos dêsse documento oficial, é preciso dizer que nêle a forma parece ter sido desnecessàriamente elaborada para tornar o fundo aceitável à maioria esclavagista da Câmara e do Senado. Com frases, porém, não temos que lidar. « A linha até onde a prudência nos permite e a civilização nos impõe, chegar », a linha que o govêrno traçou na idade de 60 anos, — o que mostra que nós das imposições da civilização só aceitamos as que nos convêm.

« Neste assunto nem *retroceder*, nem *parar*, nem *precipitar* »; são figuras inofensivas de estilo oficial. A alusão que o govêrno faz a *excessos* e *desregramentos* (não se refere êle ao sistema de terror e perseguição que os Clubes de Lavoura estão tratando de organizar no país com aprovação expressa, no Senado, de um ex-presidente do Conselho, o sr. Martinho Campos) deve incomodar mais aos nossos adversários do que a nós mesmos, porquanto o govêrno implìcitamente confessa

não estar hoje *moralmente habilitado* a reprimir aquêles abusos imaginários.

Quanto ao programa três são as medidas anunciadas: a localização provincial da escravatura; uma *contribuição nacional sôbre tôda a massa contribuinte* e a libertação dos escravos, de 60 anos para cima. A localização nas províncias já é um *fato consumado por iniciativa das respectivas assembléias.* Uma lei geral pode regular melhor o novo regime em que entramos de escravidão provincial, mas até certo ponto é duvidoso se a interferência do poder legislativo nesse assunto em que as assembléias têm procedido com tanta inteligência e humanidade não criaria embaraços a qualquer ação futura dessas mesmas assembléias para tornar a escravidão *municipal*: ao que, infelizmente, o govêrno ainda não se atreve. Uma boa lei de localização, lei efetiva e providente, e concebida em espírito descentralizador, isto é, que salvaguardasse a iniciativa da província, seria todavia de grande vantagem. Para nessa parte cumprir o seu programa de « nem *retroceder*, nem *parar*, nem *precipitar* », é preciso que o ministério apresente uma proposta que seja um progresso e um melhoramento relativamente ao que as províncias já têm feito.

Quanto à *contribuição nacional*, seria melhor não levantá-la sem se haver primeiro regulado a distribuição do fundo de emancipação de modo mais conveniente do que hoje se faz, para o que seria preciso uma lei. O fundo de emancipação está com efeito entregue a uma especulação vergonhosa. Mas não se engane o govêrno. A sua *contribuição nacional* não será votada. A capitação é sempre uma espécie de taxa que repugna ao parlamento. Se a Câmara a votasse, o Senado a estrangularia. Em economia política é impossível defendê-la, e em nosso país seria impossível arrecadá-la. Tanto basta para enterrá-la definitivamente, por mais que nós abolicionistas o lamentemos e o lamentamos, porque uma *capitação nacional* efetivamente votada e percebida para o fim de indenizar os proprietários de escravos, seria o golpe final na escravidão e acordaria o país inteiro. O govêrno abandonou

o princípio são e verdadeiro de que uma propriedade *anômala,* como a escrava, deve pagar ao Estado que a protege e sustenta maiores tributos do que a propriedade legítima, porquanto para proteger esta última o Estado não tem que impor aos seus agentes civis e militares nenhuma quebra de escrúpulo, nem um dever repugnante. Em vez de taxar a propriedade escrava, o govêrno prefere taxar a população livre, preocupado dêsse belo programa do sr. Ferreira Viana de realizar a extinção da escravatura *sem prejuízo de ninguém.* Infelizmente a capitação tem um vício insanável: o de não poder ser votada.

Resta a libertação dos escravos de 60 anos. Por que não 70, ou por que não 50? O govêrno traça a sua imaginária *linha da civilização* nos 60 anos. Nós sentimos que a generosidade do govêrno não seja maior, mas não temos o direito de desdenhar da medida de reparação que êle inicia, e nesse ponto — êle deve contar com todo o nosso apoio por diversas razões.

1.º Porque, devido à lei de 7 de novembro de 1831, que os senhores de escravos quiseram iludir dando aos seus africanos a matrícula como maiores de 50 anos, o que foi atestado na Câmara pelo sr. Moreira de Barros, essa medida da emancipação dos escravos de 60 anos equivale *pràticamente* à execução daquela lei, o que é para nós um grande objetivo. A fraude fica fraudada.

2.º Porque se estabelece um precedente útil de desapropriação gratuita por causa de *moralidade pública.*

3.º Porque cessa um dos maiores escândalos da escravidão: a exploração dos velhos diàriamente postos em praça judicial e por preço inferior ao de qualquer animal.

Lembre-se porém o govêrno de que com a maior solenidade êle acaba de fazer uma promessa a uma classe numerosa de desgraçados e que é da sua honra promover o cumprimento dessa promessa no mais curto prazo possível.

Em ponto algum do seu programa deixará o novo ministério de ser sustentado pelos abolicionistas, mas êstes sabem

que os planos anunciados significam uma transação feita entre chefes de partido de tendências opostas e receiam que mesmo para conseguir tão pouco o presidente do Conselho, se fôr firme e resoluto, seja abandonado em vésperas de eleições gerais por todos os que esperam votos da lavoura. Entretanto semelhante programa não pode, evidentemente, ser senão um programa de sessão — e mesmo de resto de sessão, e adaptação às condições de uma Câmara legalmente moribunda e moralmente morta. Para novas eleições seria preciso que o país tivesse que escolher entre duas soluções completas. A libertação dos escravos de sessenta anos não poderia nesse caso servir de bandeira ao partido que quer avançar.

OS CONSELHOS DOS SRS. SINIMBU E AFONSO CELSO

[*16 de junho de 1884*]

Ao dar substituto ao sr. Lafayette, o Imperador, depois da honrosa recusa do sr. Saraiva, não quis entregar o poder ao sr. Dantas sem ouvir primeiro os srs. Sinimbu e Afonso Celso. Por que não ouviu Sua Majestade outros senadores liberais, como os srs. José Bonifácio, Silveira Lôbo, F. Octaviano e Silveira Martins, não se pode perscrutar. A designação associada daqueles dois nomes era ominosa para os abolicionistas, porque parecia envolver o perigo de uma ressurreição do ministério de 5 de Janeiro. Felizmente o perigo foi logo dissipado, e a entrevista não passou de um ato desnecessário de cortesia da parte do chefe do Estado.

O sr. Andrade Figueira disse ontem na Câmara que o Imperador se pusera à frente da propaganda, referindo-se ao relêvo que nessas conversas pré-ministeriais com os srs. Saraiva, Dantas, Sinimbu e Celso teve a questão da escravatura. Desgosta ao *leader* do esclavagismo fluminense que o Imperador não se tenha ainda deixado aterrar inteiramente pela reação que está a esta hora organizando *Comités de Salut Public* em tôda a província do Rio. Mas nem como conservador, nem como principal sustentáculo da escravidão promove êle os interêsses da sua causa, proclamando que o Imperador está à frente da propaganda. Antes estivesse. Se nós tivéssemos êsse general, o movimento seria outro, e não se trataria tìmidamente, depois de 43 anos de reinado e de poder pessoal ilimitado, de libertar os escravos de 60 anos!

Mas, deixando de parte êsse incidente, é certo que a questão do elemento servil foi o ponto principal das conferências entre o Imperador e os seus quatro consultores. Já vimos a atitude do sr. Saraiva e a do sr. Dantas. Restam os srs. Sinimbu e Celso.

O sr. Sinimbu declarou ao Imperador que se achava no mesmo ponto e nas mesmas idéias em que o país o conhecera por ocasião do congresso agrícola de 1878. O congresso agrícola! Quem ainda se lembra dêsse fóssil chinês?

O sr. Lafayette, que um dia fêz parte do sistema de govêrno do sr. Sinimbu como pequeno planêta, e que depois rompeu completamente com êsse sistema, definiu-o como sendo o Sebastianismo no partido Liberal. Êsse sistema era a inviolabilidade da escravidão, o engrandecimento da grande propriedade, o dilúvio mongólico para só acentuar-lhe as linhas principais.

Na entrevista com o Imperador o sr. Sinimbu mostrou que não havia mudado de ideal, e que era sempre o mesmo homem que fôra de 1878 a 79. Era isso mesmo que o sr. Lafayette dizia. Desde que caiu do poder o chefe do ministério de 5 de janeiro, não teve ocasião de manifestar-se sôbre a marcha política do país.

Para voltar ao govêrno depois do seu tremendo naufrágio ser-lhe-ia preciso achar um novo barco e outra tripulação, e êle estava a querer reunir nesse mar de tão feios escolhos e de tão tristes associações em que se perdera os restos do seu navio e da sua carga. O dom Sebastião do sr. Lafayette não foi, — o escritor destas linhas quer acreditá-lo por honra dêste —, uma referência pessoal ao indivíduo que o elevara, foi uma caracterização do sistema que êle representa.

As declarações do sr. Afonso Celso, mais flexíveis e políticas, podem resumir-se assim: é preciso dar maior impulso ao movimento emancipador, mas essa aceleração prende-se ao melhoramento da nossa situação financeira. Por outra, para tratarmos da emancipação precisamos de ter saldos. É o que se dizia durante a guerra do Paraguai. A questão servil e a questão financeira não podem ser tratadas conjuntamente, e esta pretere aquela. É a tese do sr. Ferreira Viana repetida pelo sr. Andrade Figueira.

Nós já vimos o sr. Afonso Celso no poder com a tarefa em mãos de melhorar as nossas finanças. Em que as melho-

rou êle? A sua carreira embaraçou-se desde o princípio em tentativas para evitar os rigores do câmbio, primeiro, induzindo o Banco do Brasil a entrar no mercado do ouro, e depois abrindo o precedente de passar dinheiro para Londres em café. Isso tão sòmente quanto ao câmbio. Quanto ao *deficit,* às despesas da sêca, às operações de crédito, ao curso forçado, à substituição e cobrança de impostos, o que fêz S. Ex., ou o seu ministério? Nada de que êle se possa ufanar.

No entanto, êle era um ministro forte de um govêrno que se supunha armado de uma dissolução.

Assim como êle nada melhorou e pelo contrário agravou o mau estado das nossas finanças, os ministros que vierem no futuro nada farão também.

A crise financeira a que chegamos, isto é, a iminência se não da bancarrota, pelo menos de um regime de *pão e água,* adiado tão sòmente por um resto de crédito que temos em Londres, é o resultado imediato e necessário da escravidão, e *durante a escravidão* será impossível resolver essa crise. Se se fôsse esperar por um saldo efetivo para votar-se o projeto do sr. Dantas sôbre os escravos de sessenta anos, quando êsse projeto fôsse votado equivaleria a uma lei de emancipação total.

Seria legislar para um cemitério.

É isso o que vamos mostrar, mas antes devemos ocupar-nos de dois acontecimentos de grande alcance: as segundas explicações do sr. Saraiva e o eloqüente libelo do sr. Cristiano Ottôni contra os Clubes da Lavoura.

O LIBELO DO SR. CRISTIANO OTTÔNI

[*18 de junho de 1884*]

O DISCURSO do sr. Cristiano Ottôni no Senado, na sessão de 7 de junho, foi um ato de coragem e de consciência que lhe faz honra. O sr. Ottôni adquiriu o direito de dar lições à lavoura pelo muito que a serviu no seu grande transe de 1871, e não pode ser acusado de não compreender-lhe as necessidades. A escravidão nunca inspirou ao ilustre senador o mesmo entusiasmo lírico e sentimental que produziu no sr. Lacerda Werneck, por exemplo. Segundo êste, « graças à escravidão a Europa foi regenerada, e a América foi o manancial que lhe forneceu os bens e os socorros que lhe faltavam ». « É ela (a escravidão), quem fornece ao homem um agente infatigável no trabalho, uma obediência passiva, uma abnegação íntima do indivíduo para se devotar todo à produção. » Êste último traço, é uma verdadeira linha de Apeles: ninguém o faria tão fino.

É preciso estudar a escravidão *con amore* para descobrir nela essa *abnegação íntima do indivíduo* (o escravo) *para se devotar todo à produção.* Por isso também o sr. Lacerda Werneck, com a imaginação deslumbrada pelas fazendas de criação de escravos da Virgínia e acreditando sempre na virtude da escravidão, *êsse grande holocausto que devia regenerar e purificar o novo e o velho mundo,* lançava aos fazendeiros da Paraíba, com o fim de *preencher êsse vácuo medonho que nos legou a cessação da colonização africana* (leia-se o tráfico) um vasto programa embriológico: o de *promover por todos os meios a propagação dos escravos!*

O sr. Ottôni nunca foi um esclavagista do tipo do autor de *Idéias sôbre colonização,* mas em 1871 fêz causa comum com êle, e por isso tanto mais meritório é o seu procedimento de hoje. Para nós abolicionistas há três parábolas no Evan-

gelho que contêm o espírito de tôda propaganda sincera: a dos operários da undécima hora, a dos últimos, que ficaram sendo os primeiros, e a dos poucos escolhidos dentre os muitos chamados. Um operário da undécima hora do valor do sr. Cristiano Ottôni, que nos presta um serviço como o seu discurso do dia 7, deve ter com efeito um salário dobrado do nosso e passar logo a frente de todos. Infelizmente êle tem ainda mêdo de chamar-se abolicionista, nome que não desonrou Wilberforce, Buxton, Macaulay, Garrison, Wendell Philips, Lamartine, Schœlcher, Laboulaye, Cochin e tantos outros. Mas essa argúcia de nomes não engana, sequer a lavoura que o sr. Ottôni acaba de votar aos deuses infernais: até ela compreende que abolicionista e emancipador são sinônimos, e a diferença entre sinônimos é muito insignificante em política por maior importância que tenha em ideologia.

O poderoso discurso do senador pelo Espírito Santo deve ser lido *in-extenso* e a Confederação Abolicionista prestaria um serviço à nossa causa dando-lhe a maior publicidade possível. Nesse discurso o orador descreve o sistema dos Clubes da Lavoura, com a sua polícia particular, os seus artigos secretos, as suas comissões de sindicância e a proscrição a que condenam no interior a todo e qualquer brasileiro que ouse dizer-se abolicionista. Tudo isso entretanto parece legal ao Senado, à Câmara e ao govêrno! Em que país seria permitida a formação de associações com o fim de criar um sistema completo de intolerância e perseguição contra uma parte da população, um estado social que o sr. Ottôni bem descreveu como sendo *uma ameaça se não já o comêço de uma guerra civil, guerra de sangue, de extermínio, de morte entre duas frações da população eliminando a ação das autoridades e a aplicação das leis*?

O sr. Cristiano Ottôni leu com efeito artigos tirados dos estatutos dêsses clubes neste gênero: «Todo aquêle que receber jornais abolicionistas ficará considerado *suspeito*».

A isso o sr. Martinho Campos disse: Muito bem. É pena. S. Ex., a quem tantos abolicionistas, como o escritor destas

linhas, votam respeito sincero pelo seu passado liberal, quando se trata da escravidão parece ter orgulho de ser intolerante de sentimento, extravagante de linguagem, excessivo em tudo. Nesse papel S. Ex. não nos causa nem mêdo, nem indignação. Não diremos que nos causa pena porque nada está mais longe do nosso espírito do que desagradar-lhe; preferimos dizer que o não entendemos, e não tomar mais conhecimento dessa mutilação inconcebível que um homem de caráter, de talento e de espírito público, um discípulo e amigo de Evaristo, como êle, faz da sua própria reputação perante a história e o que é pior, da sua inteligência e do seu bom senso. Que é um chefe liberal que diz *muito bem* à proscrição, à intolerância política, a leis de suspeitos, ao ostracismo por motivo de opinião!

Mas não pára aí. O sr. Cristiano Ottôni mostrou que a lei de Lynch também tem sido não sòmente posta em prática, mas organizada, sistemàticamente. Está entendido que os escravos acusados de algum crime grave não serão entregues à justiça pública, porque esta não é eficaz. Ou são logo, como disse S. Ex., *esquartejados na praça pública*, ou quando são levados ao júri são absolvidos para serem restituídos aos seus senhores, isto é, à justiça particular. Leia-se todo êsse veemente e patriótico discurso do sr. Ottôni, discurso que mostra o que é o Brasil em 1884 no regime da escravidão. E dizer essas más paixões são ainda encarniçadas por jornais que querem ter assinantes, por uma nuvem de candidatos que pedem votos, e por uma clientela sem número de tôdas as profissões que a escravidão traz a sôldo! Até onde nos levarão os últimos paroxismos de uma instituição que não tem fôrças para morrer com dignidade, e que à idéia da morte enlouquece de terror?

A agonia da escravidão foi sempre uma crise na história das nações que viveram dela, e está sendo entre nós. O sr. Ottôni não fêz senão diagnosticar o período de dissolução em que ela entrou quando descreveu a crueldade, a intolerância, a violência e a reação que o *Centro do Comércio e da Lavoura*

está neste momento tratando de centralizar em suas mãos. O discurso do sr. Ottôni infelizmente ficou até hoje sem resposta.

Quando se resolverá o govêrno a replicar que não se sente ainda destituído?

A PRÓXIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ESTADO

[*19 de junho de 1884*]

TANTO a iniciativa tomada pelo sr. Ottôni, na parte política do seu notável discurso do dia 7, para a constituição de um partido capaz de realizar a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, como a afirmação solene e deliberada que o sr. Saraiva fêz pela segunda vez no Senado de que a sua carreira política está d'ora em diante votada à emancipação dos escravos, *seja êle govêrno, seja êle oposição,* são acontecimentos que para a ordem de leitores a quem se dirigem êstes artigos não precisam de comentários. No sr. Saraiva o país encontrou o guia que lhe faltava. Neste momento S. Ex. está talvez ainda preocupado de uma idéia fútil, qual a de ter do seu lado todo o estado-maior do partido a que êle ainda nominalmente pertence, partido em dissolução e cujos chefes só têm um pensamento — o de eliminar os seus rivais presentes e futuros. Mas o sr. Saraiva há de caminhar involuntàriamente na direção que o sr. Cristiano Ottôni lhe apontou.

É preciso repeti-lo. Nenhum dos quatro partidos em que se divide a opinião pode resolver o problema que temos diante de nós. Nós nos achamos em frente de uma série de crises, cada qual mais grave. A primeira dessas é a crise financeira, pelo uso extravagante que fizemos do impôsto e do crédito, uso que produziu um desequilíbrio irremediável entre a parte morta, a que se refere ao passado — a dívida — e a parte viva ou a que é necessária à vida de todos os dias do país, das nossas finanças. A segunda é a crise comercial, ligada à crise financeira pelas relações que o comércio tem com o Estado e ligada também à crise econômica, pelas relações entre o comércio e a lavoura. A terceira é a crise econômica devida ao período de flutuação em que entrou a propriedade

escrava para dêle nunca mais sair, à transição do trabalho, ao estado ameaçador do câmbio e ao pessimismo fatalista da lavoura que quer que Deus a ajude sem ela se ajudar a si mesma. A quarta é a crise social proveniente da anarquia moral, do enfraquecimento de tôda e qualquer autoridade, da falta absoluta de espírito público, das perturbações causadas pelas crises anteriores e pela ruína do Estado, o qual até hoje tem sido o pai de nós todos. Quem não reconhecer em tôdas essas crises inevitáveis e dentro das quais já nos achamos de fato, elementos para uma quinta crise — a crise política — mostra não ter a mínima idéia de seismologia social, das leis que presidem aos terremotos dessa espécie. A nossa situação é tal que o sr. Ferreira Viana parece ter-se elevado à altura dela quando anteontem pregou na Câmara uma oração fúnebre como nunca se ouviu em assembléia representativa desde o Witenagemot até hoje, aconselhando a Câmara que *meditasse na morte*.

Parece que chegamos a um tempo em que só uma espécie de literatura é possível: a dos grandes profetas de Israel anunciando as desgraças da pátria, a literatura das Lamentações. Não é numa situação dessas que um partido só, desmoralizado pelas suas apostasias, com os seus chefes avariados, há de presidir à transformação de um país de escravos em país de homens livres. Os que esperam isso do partido Liberal, ou do partido Conservador, colocam sempre o Partido antes da pátria, ou não têm intuição da gravidade da nossa época e dos problemas que querem resolver.

Estude o sr. Saraiva a parte da história norte-americana relativa à destruição da escravidão e à reorganização dos Estados do Sul. Estude a formação e a carreira do partido republicano, a ação pessoal de Lincoln e as conseqüências dela, as quais perduram até hoje e ainda hoje afetam as eleições presidenciais, como vão afetar pròximamente a eleição de Blaine. Releia essa grandiosa página da história constitucional, e verá que um espírito novo precisa para fundir-se de um molde também novo, e que uma transformação verda-

deiramente nacional transforma tudo a começar pelos velhos partidos-órgãos e representantes dos preconceitos, dos erros, da intolerância, das gerações viciadas até a medula pelo antigo regime.

Mas essas preocupações são tôdas de futuro, mais ou menos próximo, e nós nos achamos desde já em plena corrente e no meio da corrente, dizia Lincoln, não se deve mudar de cavalos. O ministério Dantas está mostrando seriedade e firmeza. Se êle conseguir a votação dos seus projetos até ao fim desta sessão, sejam êles aprovados ou rejeitados, terá resgatado a sua palavra de modo honroso. Os abolicionistas confessam que vêem com a mais simpática surprêsa a atitude assumida pelo ilustre senador baiano. A convocação do conselho de Estado sobretudo causa-nos viva satisfação.

Diz-se que o govêrno vai ouvir o conselho de estado sôbre um ponto de máximo interêsse para nós, a saber a extinção da compra e venda de escravos e da transferência de domínio sôbre êles. Se o govêrno se colocar nesse terreno, sem atender aos receios de alguns conselheiros que compreendem tanto a evolução abolicionista dos nossos dias como as múmias dos Faraós compreenderam a última revolução do Egito, merecerá os aplausos entusiásticos da nação. Isso, sim, é um programa digno de um estadista desejoso de ver cair sôbre os seus ombros o manto de Rio Branco.

Separe o ministério a resistência esclavagista em quatro campos: 1.º, dos proprietários de escravos das cidades ou melhor dos proprietários de escravos domésticos; 2.º, o dos proprietários de escravos agrícolas, para os quais o escravo tem um valor venal independente da terra; 3.º, e esta é a classe dos piores inimigos do abolicionismo, o dos credores, hipotecários ou não, da lavoura, para os quais o escravo é uma caução do capital adiantado; 4.º, o dos proprietários que não querem vender os seus escravos, que não concebem tal possibilidade, e que sòmente os conservam como escravos para terem certeza da regularidade do trabalho agrícola. Divida o govêrno a resistência esclavagista nesses quatro campos,

e não se tema de parecer inimigo irreconciliável dos três primeiros.

O Brasil está muito mais preparado hoje para acabar definitivamente com a compra e venda de escravos do que estava em 1871 para proclamar a liberdade dos nascituros. Disso o Imperador deve ter convicção. Para os proprietários que querem passar as suas terras aos seus filhos, povoadas pelos próprios que os serviram como escravos, e pelas famílias dêstes, e que não precisam vender escravos, nem querem mais comprar essa espécie de bens, a supressão do mercado humano seria apenas o estabelecimento por lei de uma resolução que êles já tomaram, e da qual não contam apartar-se. Para o Brasil, aos olhos do mundo e aos seus próprios olhos, seria um grande dia êsse, em que o homem deixasse de ter preço. Não é pouco haver o sr. Dantas consultado o conselho de estado sôbre êsse ponto. Ministros de vontade, — e S. Ex. disse ontem ser um discípulo de Gladstone —, só ouvem os corpos consultivos em certas matérias, quando já formaram opinião própria e a do atual primeiro ministro não pode ser a favor da continuação livre de um comércio desumano e cruel como é ainda hoje entre nós, apesar de localizado, o comércio de escravos, nem que o homem continue a ser propriedade móvel e venal.

Quanto aos conselheiros de estado lembrem-se êles de que serão julgados no futuro pelos votos que vão dar; com sutilezas de linguagem e de expedientes êles não conseguirão enganar a opinião. Ninguém lê hoje os pareceres do conselho de estado em 1867 sem lamentar a estreiteza mental de tantos dos nossos estadistas de então, a decadência de um Olinda, por exemplo, e mesmo de um Eusébio. A reunião do conselho de estado é desde já um acontecimento histórico, e de cada membro dêsse conselho se pode dizer que êle vai diretamente influir nos destinos do país.

A RESSURREIÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

[*16 de julho de 1884*]

FOI ontem apresentado à Câmara o projeto de lei em que o sr. Dantas se desempenha do seu solene compromisso ministerial. É preciso, antes de tudo, render-se ao presidente do conselho esta homenagem: que êle o fêz a despeito de todos os obstáculos opostos à sua firmeza e decisão. Duvidava-se da seriedade do seu propósito, e êle respondeu a essas dúvidas apresentando a reforma antes de obtido o orçamento, quando amigos, tão interessados na marcha da emancipação pelo menos como êle próprio, julgavam prudente alguma demora.

O Congresso da Lavoura, reunido na grave emergência da reforma anunciada, não teve outra bandeira para opor à política progressiva do ministério senão em matéria de emancipação o imobilismo e em matéria de imigração o tráfico de chins. O sr. Dantas não se deixou aterrar pela catadura feroz dessa reunião secreta. Essa tática chinesa de assustar o inimigo pintando monstros e dragões nas bandeiras e nos escudos não produziu efeito no ânimo do primeiro ministro. Êle não se deixou também vencer pela superstição, e não recuou diante dos animais sagrados, como a constituição, o direito de propriedade, a lei de 28 de Setembro, que à moda dos gatos de Cambises, a lavoura pôs na frente do seu exército para deter o passo ao adversário.

O sr. Dantas ouviu o conselho de estado, mas não se deixou desanimar pela resistência que encontrou no seio dessa corporação arbitràriamente escolhida e que nenhum título tem para representar a opinião do país. Cada conselheiro de estado tem o seu plano e as suas idéias, fora dos quais não há salvação. Cada um dêles é um político de vistas largas, de profunda intuição do destino nacional; a instituição é um

viveiro de estadistas capazes de darem leis ao mundo, tem mesmo subido consideràvelmente de nível nos últimos tempos, mas tem êste defeito como corpo consultivo: cada um dos conselheiros julga que êle próprio, e não outrem, é o homem de estado por excelência, o verdadeiro Bismarck do Brasil. O primeiro ministro enganar-se-ia profundamente, como se enganaria o Imperador, se supusesse que o conselho de estado é o cérebro político do país, que êle está em relação direta com a massa da nação e pode servir de órgão pensante às necessidades morais e sociais das diversas classes que formam o nosso povo.

Vencendo tôdas essas resistências, e também resistências políticas, parlamentares, eleitorais, e particulares sem número, o sr. Dantas foi fiel a si mesmo, e deu cumprimento à sua promessa. O papel, que o seu ilustre filho representou ontem na história da emancipação veio realçar de modo extraordinário o brilho de uma carreira pública das mais prometedoras, em todos os sentidos, a que o país tem assistido ùltimamente. O sr. Rodolfo Dantas, associando-se à missão de seu pai, parece ter querido dar um solene desmentido à sua última declaração de que ia deixar a política. Como pode deixar a política o homem que acaba de assinar em primeiro lugar um projeto que inicia entre nós uma fase social, uma luta que só pode acabar pela vitória do direito e da justiça?

Está claro que ao escritor destas linhas o que o govêrno propõe não parece a justa medida do que em matéria de emancipação o país devia esperar dos poderes públicos. As concessões feitas aos receios e aos interêsses da *propriedade anômala* foram excessivas. O país estava mais preparado para a supressão imediata do mercado de entes humanos do que em 1871 para a liberdade dos nascituros. O govêrno propõe a localização por províncias, que já é um fato consumado; um impôsto brando sôbre a *propriedade escrava* que devia pagar maiores impostos, consideràvelmente maiores, do que qualquer outra propriedade: é sòmente quando propõe a liberdade dos escravos de 60 anos que êle vai um pouco

adiante da lei de 28 de Setembro. Mas essa mesma extrema moderação do projeto — os escravos de 60 anos, chamados no lirismo dos antigos clubes da lavoura os veteranos do trabalho, os pobres velhos alquebrados por uma vida inteira de sofrimento, mulheres que deram aos senhores uma abundante colheita de filhos, — essa mesma moderação serve para provar a intransigência cega da escravidão. Ou tudo ou nada, é a sua divisa. Ela diz hoje que a liberdade dos escravos de 60 anos equivale à abolição imediata exatamente como os dissidentes diziam em 1871 que a libertação dos nascituros equivalia à emancipação dentro de um ou dois anos. Nada ceder, é o espírito da escravidão em tôda parte, espírito que a levou a querer destruir a União Americana na primeira eleição presidencial que perdeu. Diga-se ao mundo inteiro que no Brasil a esta hora se está ferindo um grande combate político, que seria uma guerra civil se a escravidão tivesse entre nós a coragem que tinha nos Estados do Sul, e ninguém acreditará que a causa dessa luta tremenda seja a libertação de velhos de 60 anos! Eis a grande pirataria que o Estado é acusado de querer perpetrar: a pirataria de livrar do cativeiro uns tantos desgraçados africanos que passaram há 30 anos e mais pelos horrores do tráfico, criminosamente importados, *legalmente livres*, e desde então condenados a trabalhos forçados que se exige sejam perpétuos! No entanto em 1871 quando se queria libertar os escravos por nascer, o que dizia a lavoura com relação aos escravos velhos? Ela já o esqueceu, mas os tristes documentos contemporâneos estão aí para recordá-lo: « Fundada na mais manifesta injustiça relativa entre os escravos, dizia da lei de 28 de Setembro a representação do Piraí, a proposta concede o favor da liberdade aos que, pelo cego acaso, nascerem depois de tal dia, conservando entretanto na escravidão *os indivíduos que por longos, proveitosos e relevantes serviços mais jus têm à liberdade.* »

Note-se também que a libertação dos escravos de 60 anos reduz *nominalmente* algumas fortunas; mas não é um prejuízo *real* senão para os senhores que querem vender os seus

escravos velhos, fazê-los mudar de senhorio nas vésperas da morte. A quem pode tocar de compaixão a sorte do senhor de tais escravos, ainda condenados à venda no que é entre nós a extrema velhice, e não a sorte dêsses infelizes? A generosidade brasileira está à prova, é preciso verificarmos ao que sobe a magnanimidade de que nos ufanamos.

Mas essa intransigência em frente a tanta moderação como a do govêrno não há de aproveitar aos que não sabem ceder. Êles denunciam o Imperador todos os dias, esperando aterrar o chefe do Estado e levá-lo a servir de barreira à corrente que já transbordou, como foi dito, do nível dos partidos, engrossada por todos os entusiasmos generosos, por todos os desinterêsses e aspirações do país. Mas Sua Majestade há de ver claro. Se êle assistisse à sessão de ontem da Câmara dos Deputados reconheceria o caminho que a idéia de emancipação tem feito nestes últimos anos. A nobre adesão ao gabinete, enquanto êle estiver identificado com a reforma dos srs. Severino Ribeiro e Antônio Pinto mostra que a questão é da ordem dessas que absolvem o homem político aos olhos do país da quebra dos vínculos de partido. Hoje só há uma política possível, e verdadeiramente nacional: é a dessa maioria pequena porém firme e desinteressada que proclamou ontem ao Brasil todo que na questão da emancipação não há um dia que perder.

Com efeito na alma de todos os escravos brasileiros e de quantos fazem causa comum com êles há hoje uma esperança de liberdade, longínqua, contingente à morte, mas a não ser isso, certa e positiva. Essa esperança o país não a desapontará. Exceto se as novas eleições forem feitas sob a pressão de uma reação conservadora, isto é, esclavagista, porque conservadores do norte e do sul, da lei de 28 de Setembro e da dissidência impenitente, uniram-se num só pensamento, a nação há de cumprir a promessa que o govêrno fêz aos escravos, ao país e ao mundo. Isso é da sua honra.

A sessão de 15 de julho de 1884 ficará sendo um dos marcos dessa triste e dolorosa jornada da escravidão que o Brasil

ainda não pôde terminar. Dêsse marco, segundo a frase do primeiro ministro, não se pode retroceder. Quem vier depois dêle encontrará firmemente assentado em nossa história êsse novo ponto de partida.

Ou o sr. Dantas ou a reação esclavagista do sr. Andrade Figueira, a guerra à propaganda, a perseguição à imprensa, a revogação da lei de 28 de Setembro no interior, a demissão dos empregados públicos suspeitos, com a eleição de uma Câmara esclavagista. Quem viu ontem um partido inteiro, e êsse o partido Liberal, ressuscitar do túmulo da sua grande idéia, êle o partido que combateu desde os Andradas o tráfico até forçar a mão a Eusébio, e desde Zacarias a escravidão até forçar a mão a Rio Branco: quem assistiu a essa ressurreição não tem mêdo que o esclavagismo possa conseguir do Imperador que êle se lhe entregue como refém da monarquia. Desde ontem não é possível mais *parar*, nem *retroceder*, é possível, sim, *precipitar*, se a resistência fôr cega e não levar em conta a honra e a dignidade do país.

Como quer que seja, porém, o sr. Dantas prestou ao partido Liberal um grande serviço: insuflou-lhe uma nova alma, levantou-o do abatimento de uma longa apostasia, restituiu-lhe a dignidade de partido do povo, de partido nacional, lavou-lhe a nódoa de tantos ministérios consecutivos que não olhavam para a escravidão porque isso lhes desconcertava as maiorias.

O espetáculo de ontem na Câmara foi um espetáculo grandioso — o da ressurreição de um partido.

É como abolicionista que o aplaudimos.

Se êle fôr apeado amanhã do poder, sê-lo-á no auge de sua fôrça, depois de mostrar que há nêle uma parte sã, viva, em comunicação direta com o futuro do país.

DUAS BELAS ATITUDES

[*17 de julho de 1884*]

É PRECISO honrar o procedimento que ontem tiveram na Câmara dois deputados conservadores; os srs. Severino Ribeiro e Antônio Pinto. Êles fizeram o que até então não se havia contemplado em nossa política. Em todos os tempos se tinha visto entre nós deputados votarem contra gabinete do seu próprio partido por causa de uma idéia, mas não se tinha ainda visto deputados cujo voto era decisivo da sorte de uma situação votarem pela continuação no poder de um partido adverso porque se tratava de uma questão social. Qualificou-se de suicídio político o voto dêsses deputados: seria talvez um suicídio eleitoral se não se tratasse de duas províncias como o Ceará e o Rio Grande do Sul, em que para todos os partidos já deixou de ser um motivo de proscrição o ousar o homem público fazer profissão de fé abolicionista. Mas quando mesmo fôsse um suicídio eleitoral, aquela nobre devotação à causa com a qual se identificaram nunca seria para os dois ilustres deputados do Norte e do Sul um suicídio político. Pollticamente êles subiram na opinião dos seus compatriotas, deram um exemplo fecundo de abnegação e de coragem, mostraram que serviam a idéia não com palavras sòmente mas com atos, e fizeram dar um grande passo à civilização do país. Isso só pode ser chamado suicídio político pelos que fecham os destinos nacionais no círculo estreito de uma mesquinha ambição pessoal. « Quem serve melhor ao seu partido, disse um dos últimos presidentes dos Estados Unidos, o sr. Hayes, é quem melhor serve ao país ».

Sempre, em tôdas as situações imagináveis, o serviço da pátria pretere o serviço do partido. Isso nos países onde os partidos são organismos nacionais, quanto mais entre nós.

Procedendo assim os srs. Severino Ribeiro e Antônio Pinto, mesmo do ponto de vista estritamente partidário, fizeram o

seu dever de homens de consciência. No futuro quando se quiser mostrar que o partido Conservador, na sessão de 15 de julho de 1884, não estava completamente avassalado pela escravidão é a conduta, verdadeiramente excepcional daqueles dois deputados, que há de ser lembrada. Essa certeza lhes deve bastar.

Mas êsse procedimento mesmo atesta a fôrça irresistível da corrente que nos arrasta todos para essa transformação necessária dos nossos partidos atuais, a que entre outros aludiu no Senado o sr. Cristiano Ottôni.

Depois da sessão de anteontem os moldes dos antigos partidos são insuficientes para a estátua que se trata de fundir, da pátria resgatada. Liberais, conservadores e republicanos acham-se hoje unidos para a mesma cruzada, pelo mesmo entusiasmo e pelas mesmas inspirações.

O patriotismo, isto é, o espírito público venceu na alma de todos êles o espírito de partido, que não era senão uma expansão do egoísmo e da preocupação pessoal.

Unidos para a luta antes da eleição, como não havemos de estreitar os nossos laços de lealdade e de união depois da vitória ou da derrota! No próximo parlamento não haverá outras bandeiras em campo senão a da emancipação e a da escravidão. Quando mesmo em tôrno desta última se reúnam três grandes províncias, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, e ela tenha por si a maioria da deputação, a outra ver-se-á cercada por um número considerável de adesões espontâneas e desinteressadas, e a escravidão terá os seus dias contados, porque não lhe seria possível durar sendo atacada diàriamente por uma minoria de trinta a quarenta deputados, empenhados em destruí-la. Não há propriedade que se possa manter em tais condições, e muito menos a do homem sôbre o homem.

A escravidão precisa do silêncio, da ignorância, da cegueira do país para viver. Exposta à publicidade do parlamento, denunciada em suas anomalias e seus crimes, tornada incompatível com a dignidade pessoal das próprias classes condenadas a mantê-la, ela não tem vida possível, não tem futuro

nem horizonte e precisaria de arrancar, por assim dizer, cada hora de agonia a vergonha do parlamento.

Mas havia de acontecer-lhe coisa ainda pior. Os seus próprios mandatários converter-se-iam no fim de uma ou de duas sessões dessa resistência impraticável em amigos tíbios e logo em adversários declarados dela. Não há como impedir que uma transformação nacional aclamada pelo país, plenamente realizada em algumas províncias, se imponha à consciência do parlamento. Basta para isso comparar-se o que é a presente Câmara hoje ao que ela foi sob o ministério Martinho Campos.

A escolha imperial está limitada a duas soluções opostas: ou a dissolução com o sr. Dantas ou a dissolução com os conservadores, que hoje formam um só campo esclavagista. Nenhuma outra alternativa, por honra mesmo da coroa e da Câmara, seria possível.

Não é possível outro ministério liberal, pelo seguinte. Êsse ministério teria um dêstes três programas: ou aceitar o programa do sr. Dantas, ou rejeitá-lo, ou adiá-lo para a próxima legislatura.

Aceitando o programa dêste ministério, o novo gabinete não teria razão de ser, porque não se trata, confessadamente, de pessoas, mas de uma causa. Não seria leal da parte de nenhum chefe liberal aceitar a herança de um ministério, cuja política êle aprovasse. Seria querer tirar vantagem de uma situação criada por outrem, à custa de grande sacrifício pessoal.

Rejeitando o programa dêste ministério, o novo gabinete ver-se-ia em divergência de vistas com a maioria do partido Liberal que aderiu àquele programa de modo tão solene que ficou sendo histórico.

Adiar o programa equivaleria a rejeitá-lo: seria um desmentido à urgência dada pela Câmara à reforma projetada; um ato de vulgar ambição de manter-se no poder, e o que é pior, de presidir às futuras eleições com sacrifício das idéias do partido.

Nessas condições um outro gabinete liberal seria simplesmente impossível se a Câmara tivesse coerência e se mantivesse na altura a que se elevou.

Resta a dissolução com os conservadores, com o partido que nada quer, que se fechou na lei de 28 de Setembro, tendo primeiro o cuidado de garantir aos clubes da lavoura que ela não será executada no interior.

Mas será isso possível? Seria duvidar da sagacidade com que o Imperador acompanha a opinião. Os próprios Clubes da Lavoura não têm hoje receio tão grande como o da subida dos conservadores. Imagine-se uma Câmara liberal, livremente eleita, dissolvida pelos conservadores como punição de se haver declarado moderadamente, tìmidamente emancipadora! Em 1868 não havia partido Republicano no Brasil; êle nasceu do golpe de Estado de 16 de julho. Calculem-se os efeitos de um golpe de Estado esclavagista dezesseis anos depois!

O TERRENO DA LUTA

[*19 de julho de 1884*]

O SR. DANTAS disse ontem na Câmara que « o gabinete de 6 de junho não podia aceitar outra questão de confiança que não fôsse diante do projeto de emancipação do elemento servil ». Procedendo assim o presidente do conselho lembrou à oposição, que já pretende chamar-se a maioria, o dever de combater em campo aberto e com uma bandeira conhecida. Numa questão vital para o país é preciso que as posições de um lado e de outro sejam perfeitamente definidas, e que a luta não se trave em algum desfiladeiro, mas no terreno aberto e livre em que o gabinete espera a batalha. Conquista-se o poder por meio de idéias, e não por meio de incógnitos.

A dignidade sobretudo dos liberais que hoje cooperam com os conservadores viria a sofrer, se êles prestassem o seu contingente a qualquer tática destinada a impedir a manifestação solene da Câmara sôbre o projeto a que o ministério nobremente ligou a sua sorte. É preciso que o país seja esclarecido para as futuras eleições e que a coroa saiba como proceder para solução da crise.

Todos têm igual interêsse em serem francos. A oposição conservadora, que julga certo o triunfo eleitoral resistindo ela ao projeto e apelando para o país sôbre a questão dos escravos, não deve querer que paire dúvida sôbre o caráter da derrota ministerial. Os dissidentes liberais, que expressam todos os dias o seu pesar de se verem obrigados a votar contra um ministério do seu partido, ao qual até ontem aderiam e do qual sòmente se afastaram por causa do projeto, devem querer tornar bem clara a sua posição no seio do partido Liberal em um momento crítico da nossa história. Quanto aos amigos do govêrno, é inútil dizer que é do interêsse dêles

que a questão de confiança recaia sôbre êsse ponto do programa ministerial, que constitui a razão de ser do gabinete, e que deu causa à aceitação do poder pelo sr. Dantas. É essa com efeito a idéia com a qual o partido Liberal pretende pleitear as futuras eleições, para ser ou vencido, e tornar-se no parlamento o centro da agitação nacional a favor dela, ou vencedor, e apressar por todos os meios ao seu alcance a reorganização ameaçada do país.

Em tais circunstâncias qualquer manobra calculada para transferir o combate iminente do seu terreno natural, para outro adrede preparado, revelaria uma fraqueza moral por parte das oposições combinadas: a fraqueza de não ousarem assumir a responsabilidade inteira da atitude tomada, de se confessarem mùtuamente envergonhadas da aliança que contrataram e da causa para cuja sustentação se uniram.

A lealdade e franqueza com que o presidente do conselho se pronunciou ontem sôbre o assunto fazem-lhe muita honra. O que êle pede é que o parlamento proceda com igual fianqueza e lealdade. A causa da dissidência é o projeto: pois bem, que a votação decisiva recaia sôbre o projeto; direta ou indiretamente, que a Câmara se pronuncie sôbre êle e diga se o rejeita ou o aprova. Se a oposição está em maioria, mostre que tem fôrça para esmagar o ministério, mas não procure, porque não é digno dela, evitar a verdadeira questão de confiança que é o projeto.

Compreendem-se, entretanto, as dificuldades do partido Conservador. Mas êle não pode querer tôdas as vantagens ao mesmo tempo. Tendo repelido a tradição de 1871; procurando reduzir à estagnação as águas que deveram ser livres e correntes da lei de 28 de Setembro; tendo dado em penhor à escravidão o que lhe restava nesse assunto de independência e liberdade de pensamento, tudo para adquirir a clientela dos senhores eleitorais do interior, o partido Conservador não pode ter também a pretensão de não ser chamado esclavagista e de figurar como auxiliar do progresso e da civilização do país. Ou uma coisa ou outra: ou os votos da lavoura, ou

o renome de emancipador. Um partido que da liberdade dos escravos velhos faz penitência pelo seu ato de 1871: a liberdade dos nascituros; que para não parecer novamente suspeito à propriedade escrava de querer limitá-la, e suspeito não de impulsos humanitários, mas, como foi então, de docilidade à coroa, se arregimenta sob as ordens do sr. Andrade Figueira, e, esquecendo os seus próprios chefes, se mostra todos os dias inconsolável por não ser comandado pelo sr. Martinho Campos em pessoa; um partido que assim procede não pode ao mesmo tempo gozar da reputação de adiantado e progressista. A união dos conservadores em tôrno do pendão negro da reação escravista, é um fato consumado, notório, e êles não podem tirar proveito dessa reação e do movimento que ela pretende represar. A fôrça que êsse partido adquiriu entre a nossa lavoura, resistindo a todo o transe, é imensa, nós o reconhecemos; mas o partido que tudo fêz para adquirir aquela clientela, deve ter a hombridade de não mendigar o aplauso da parte civilizada do país, que por ser pobre, dependente, escrava de leis más e do monopólio da terra, êle deliberadamente desprezou. A sua escolha foi livre. Agora sujeite-se a ela. Ou o campo ou as cidades; ou a escravidão ou a civilização; ou os Clubes da Lavoura ou a imprensa, os centros intelectuais, a mentalidade e a moralidade esclarecida do país.

Vençam muito embora os conservadores na Câmara e nas eleições, mas vençam com a bandeira a que se abraçaram: vençam com a escravidão, pela continuação indefinida da qual, derribando o projeto do govêrno, o país os considerará únicos responsáveis.

A PARALISIA DA OPOSIÇÃO

[*22 de julho de 1884*]

HÁ A ESTA hora no Senado diversos personagens a quem os louros do sr. Dantas perturbam o sono. A insônia dêsses seria completa se, cada um dêles, não afagasse a esperança de que o Imperador ainda há de negar a dissolução ao sr. Dantas e encarregá-lo a êle de, a seu modo e a seu jeito, realizar a reforma suspirada, que tanto brilho reflete sôbre o estadista preferido. Para êsses o principal defeito da nova lei é não lhes ter sido cometida.

A princípio a liberdade dos escravos de sessenta anos era irrisória, agora equivale à abolição imediata! Admiravam-se de que nós abolicionistas nos contentássemos com tão pouco, e hoje proclamam nosso chefe ao sr. Dantas. Diziam numa figura expressiva da carniceria esclavagista: « Quem lhe comeu a carne, que lhe roa os ossos », e agora querem uma indenização pelos ossos!

Como se pode discutir, digam os homens de boa fé, com adversários que nessa questão da escravidão abstraem, como o sr. Bom Retiro, da natureza humana da *propriedade escrava*? Ao ler-se o parecer dêsse oráculo constitucional, dir-se-ia que êle vive em uma caverna antiga, onde ainda não penetrou a luz do nosso século.

Só nos falam de *propriedade*, de *legalidade*, mas quando lhes respondemos que o homem não é coisa; que entes humanos não podem ser objeto de propriedade; que o Estado tem obrigações morais para com todos os que vivem sob a sua soberania; que a constituição, quando falou em propriedade, não se referiu a escravos porque a nossa constituição não supõe a existência presente, mas sòmente a passada (com a palavra *libertos*) da escravidão; e que pela lei de 7 de novembro de 1831 quase tôda a escravatura é *criminosamente*

possuída: êles fecham os ouvidos a êsses argumentos, não lhes reconhecem valor algum jurídico, fulminam um dos seus *Non possumus* inabaláveis e continuam a falar-nos em direito, lei e propriedade, como se a escravidão não fôsse a violação de tudo isso.

Há um argumento, sobretudo, com relação aos escravos de sessenta anos que tem feito furor: é o de que a emancipação, por fôrça de lei, dêsses escravos cria um precedente para a emancipação também gratuita dos outros. E para que precisamos nós de tal precedente? A emancipação é decretada quando o parlamento e a coroa se acham de acôrdo a respeito da medida. Se amanhã houvesse um parlamento abolicionista e a coroa não lhe resistisse inconstitucionalmente, por que não se havia de decretar a abolição imediata? Não seria, em todo o caso, por falta do precedente dos escravos de sessenta anos. Pelo contrário, o precedente criado pela emancipação dêsses escravos seria um precedente de emancipação lenta, gradual, insensível, que com a velocidade adquirida pelo movimento abolicionista só poderia ser favorável e útil à propriedade escrava. Quando a lei Dantas fôsse convertida por sua vez, como a de 27 de setembro, em *sistema*, a lavoura seria a primeira a descobrir nela mistérios de sabedoria e de prudência que hoje a paixão não lhe permite emprestar-lhe. É preciso que não se repita o êrro de 1871; nada de desmoralizar o futuro paládio!

Mas que triste espetáculo o que apresenta a Câmara neste momento: o de uma maioria, porque a oposição afirma ser maioria, que não ousa dar batalha pelo odioso da causa que sustenta. É um efeito curioso de paralisia moral. Os próprios conservadores não se entendem. Todos êles, os do norte e os do sul, os que seguem o sr. João Alfredo e os que seguem o sr. Paulino, estão de acôrdo no ponto principal: que é preciso tirar tôda a vantagem possível para o partido da iniciativa do sr. Dantas — felizmente em 1871 os senadores liberais não procederam assim, mas no que se não entendem é no modo de fazê-lo. Aí renascem as divergências do passado. Os

antigos dissidentes não têm mêdo de combater com as suas côres conhecidas, porque sabem como elas são populares nas fazendas e levam o entusiasmo aos clubes da lavoura e ao eleitorado do interior; mas os conservadores do norte, que acompanham o sr. João Alfredo, a quem êles proclamavam segundo Rio Branco, de quem diziam que seria o escolhido pela coroa para completar a obra começada a 28 de Setembro, êsses querem aproveitar-se da magnífica oportunidade política e eleitoral com que o sr. Dantas os surpreendeu, mas sem parecerem comungar da mesma hóstia que os inimigos dos ingênuos. Daí a inação forçada, a falta de comando na oposição, cujo chefe ainda não disse nas circunstâncias extraordinárias em que nos achamos uma palavra, sequer, sôbre a posição especial do ministério perante a Câmara.

Que maior prova do ascendente moral do gabinete, ascendente devido exclusivamente à idéia que êle representa, do que essa paralisação dos seus adversários todos, a qual é causada pelo vexame que sentem de bater-se pela morte no cativeiro dos inválidos da escravidão, e para rasgarem a bandeira de misericórdia que o govêrno estendeu sôbre o túmulo das vítimas do tráfico! A luta hoje é com efeito sôbre a própria questão do tráfico, sôbre as últimas carregações de africanos ilegalmente importados; ela está posta entre a pirataria e a civilização, e por isso o sr. Dantas aguarda a votação, sereno, sem ter nada que temer, desde que não tem nada de que envergonhar-se: nem da vitória, nem da queda. Qual dessas, porém, seria mais dolorosa para os homens de sentimento que a oposição conta em seu seio?

COMO VOTAM ALGUNS DEPUTADOS?

[*24 de julho de 1884*]

Como vai votar o sr. Taunay, cujo nome tem sido justamente apregoado na Europa e no Rio da Prata, como o de um brasileiro de idéias livres, a alma da Sociedade Central de Imigração? Poderá êle falar em proteção a imigrantes depois de votar contra o govêrno, que quer afinal proteger *imigrantes* africanos importados à fôrça, os quais têm no mínimo 30 anos de serviços sem salário? Não vá a *Gazeta de Notícias,* que tão oportunamente tem sustentado a bela reputação nascente do sr. Taunay, ser obrigada a dizer como Mme. de Prunelles em *Divorçons*: « Estou roubada! »

A atitude do sr. Meton, ontem, na questão da urgência requerida pelo sr. Severino Ribeiro para o voto de congratulação com o Amazonas, destaca o representante da Fortaleza, (da Fortaleza, *capital do Ceará*, leia-se bem) em um relêvo notável, apesar dos srs. Caminha e Canindé, no quadro da deputação cearense (1). Está aí um liberal, deputado da primeira província livre do Brasil, da que abriu o caminho a tôdas as outras, negando formalmente o seu louvor ao Amazonas que não fêz senão acompanhar a iniciativa do Ceará. Haverá cearense que não ressinta como afronta à sua província essa retração do deputado *liberal* da Fortaleza no voto ao Amazonas, proposto por um deputado *conservador* do Rio Grande do Sul?

E os deputados da Amazônia, os paraenses que se prestaram a essa obra de mesquinho ciúme contra a província irmã! Não será o caso de mandar o bispo D. Antônio o seu

(1) Meton da Franca Alencar, Álvaro Caminha Tavares da Silva e barão de Canindé, deputados pelo Ceará.

Cristóforo missionar entre essa *barbaro gentio* do esclavagismo que infesta ainda o grande vale? (1)

Nesse ponto o sr. Passos de Miranda houve-se bem, mas não honrará S. Ex. a unanimidade com que a sua província se acaba de lavar da nódoa secular, sustentando êle a política ministerial de emancipação? Não se envergonhem os conservadores simpáticos ao movimento abolicionista de votar com os liberais: aí estão os liberais escravocratas alistados entre os Pavilhões Negros.

O sr. Antônio Pinto votou ontem na Câmara contra o govêrno, sentimos dizê-lo. Enquanto o projeto não entra em discussão os conservadores abolicionistas devem sustentar o gabinete — assim fêz o sr. Severino Ribeiro — como conseqüência da inteligência em que se achara com êle sôbre o projeto; pelo menos devem dar-lhe tréguas. Estamos, porém, *certos* de que o ilustre deputado cearense, se se tratasse de uma questão de confiança, votaria com o sr. Dantas. A divergência quanto ao pagamento de parte da correspondência oficial — uma tempestade em copo de água — levantada pela oposição, não valia a pena um voto de S. Ex. contra o ministério que está sendo lealmente apoiado pelo partido abolicionista todo.

O que ficou ontem provado na Câmara é que a oposição não ousa dar batalha na *questão única*. Deve ser muito repugnante à consciência dos oposicionistas o terreno em que é preciso colocarem-se para vencer, isto é o da escravidão, para não estabelecerem nêle a questão de confiança. Êles querem servir as idéias da escravidão, mas não têm coragem para, como bons inquisitoriais, fazer do sambenito gala. Por isso mesmo é que o país quer ver como hão de votar certos deputados e certas províncias.

---

(1) D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, que planejava um templo flutuante — o *Cristóforo* — para missionar na bacia amazônica.

A BATALHA EM TÔRNO DOS TÚMULOS

[*27 de julho de 1884*]

A FÔRÇA de uma idéia moral, de um princípio universalmente aceito pela consciência humana, nunca foi melhor provada do que nas últimas sessões do atual parlamento. Desde que o sr. Rodolfo Dantas apresentou à Câmara o projeto sôbre o *elemento servil* até hoje, o ministério tem se achado diante de uma coalizão esclavagista, que podia tê-lo derribado vinte vêzes, e no entanto essa formidável oposição parece acéfala, não pode mover-se, não ousa declarar-se vencedora, não sabe como terminar o novo drama da escravidão de que se fêz protagonista.

A homenagem involuntária que os esclavagistas rendem dessa forma à civilização e ao direito não podia ser mais eloqüente. Dir-se-ia que, como os guerreiros antigos, o primeiro ministro combate protegido por uma divindade oculta, e que é dos golpes infalíveis dessa imortal que os seus adversários se arreceiam, que é a lança invisível da deusa tutelar que os mantém a essa distância respeitosa. Cada dia de sessão é assim um triunfo mais para a causa dos escravos, a causa nacional por excelência.

O espetáculo que nos oferece a Câmara basta para mostrar que a fôrça do direito não é uma palavra vã, da qual riem os que só acreditam no direito da fôrça. Que vemos ali todos os dias? Sempre a mesma solenidade: as cadeiras da Câmara tôdas ocupadas, o recinto, as galerias, as tribunas, cheias de um auditório ávido de assistir à grande luta; a maioria à espera do sinal de combate; o ministério pronto para a execução que há tantos dias lhe anunciam, mas a oposição prolongando essa ansiedade, por não ousar dar assalto às posições em que o gabinete se entrincheira! De um lado o entusiasmo das nobres dedicações aos princípios da

moralidade social, que levantam as nações sucumbidas e apagam as nódoas das tradições mais tristes; a certeza da aprovação do futuro, a convicção de que se vai escrever uma página de honra na história do país, a aspiração de que a nossa pátria compita em igualdade de condições com os outros Estados. Do outro lado, a solidariedade, por motivos de partido, com uma instituição aviltante; o repúdio da transformação contínua do país de escravos em país livre; a dor, que deve ser pungente para homens de coração, de atirar outra vez no cárcere tenebroso do cativeiro perpétuo os velhos que começavam a ver uma réstia de luz; a compressão dos sentimentos liberais, americanos, humanitários, dos sentimentos de compaixão, de equidade, de justiça, que o homem de partido não pode sacrificar a necessidades incoerentes do momento. Aí estão os espíritos diversos que animam as duas falanges: uma combate pela aspiração nacional, outra pelo interêsse mal entendido de uma classe; uma está pronta a abandonar o poder, porque o poder não deve ser conservado um dia só pelo partido que quer realizar uma reforma, que toma a responsabilidade de realizá-la, e que é tolhido de fazê-lo; outra não aspira senão ao poder, e para conquistá-lo, como também para manter-se nêle, subscreve ao credo dos proprietários do interior, ao regime dos feudos agrícolas, aos artigos secretos dos clubes da lavoura, mas tudo isso assumindo uma atitude e servindo-se de frases que a não tornem incompatível com a pouca civilização que temos. Daí a paralisação fatal no momento do ataque. Senhores da situação, os esclavagistas não ousam plantar nas ameias da Câmara a bandeira Confederada, porque é a bandeira negra. Êles têm o pudor da sua vitória. Sabem que a ganharam num terreno em que se não combate mais no século XIX senão entre povos bárbaros: no terreno da liberdade pessoal do homem. Êles sentem que o seu carro de triunfo será acompanhado por mais de cem mil escravos, velhos, inválidos, arrancados à liberdade provisória que o projeto ministerial já lhes havia concedido, livres pela esperança! Êles sentem que os seus nomes hão de ficar

escritos em letras de bronze nas páginas da nossa história, como os dos perpetuadores do cativeiro das vítimas do Tráfico.

Êles adivinham que a notícia do seu triunfo, inglório no Brasil, repercutirá pela América do Sul como a prova do nosso atraso, como a sentença que, por desânimo, pusilanimidade ou covardia nacional, lavramos contra nós mesmos, de que sem a escravidão somos uma nação morta.

Êles compreendem tudo isto, e daí a sua indecisão forçada, a inação espectante a que se têm condenado depois de cada vitória numérica.

A causa abolicionista nunca demonstrou a sua fôrça intrínseca e o apoio que tem na opinião civilizada do país, de modo mais positivo do que com a atitude da oposição escravocrata ao ministério Dantas. Não é, como tem sido em outras ocasiões, o número, a eloqüência do adversário, o prestígio nacional do primeiro ministro, não são circunstâncias críticas do país que impedem a oposição de dar combate ao govêrno: é a idéia, é a causa, é a aspiração com que êste teve a coragem de identificar-se. « Eu chamo-me Emancipação, diz o sr. Dantas aos seus inimigos, e vós vos chamais Escravidão ». É a fôrça invencível da primeira destas palavras e o odioso irrecusável da segunda que explicam a tática dilatória da oposição. O presidente do conselho provocou-a a um duelo decisivo, imediato, se quisessem, contanto que o terreno fôsse o da emancipação, e isso por honra mesmo dos que dizem combater o govêrno sòmente por causa do projeto. Até hoje a oposição não achou meio de redigir um voto de desconfiança — que demitiria logo (*ad referendum*, está visto) o gabinete — condenando o projeto. De quem é a vitória, do govêrno ou daqueles que têm vergonha de destroçar o inimigo que supõem ter vencido, sòmente para não atravessar a linha que êle traçou como sagrada?

Responda a própria consciência dos Confederados, porquanto o país não pode senão admirar a coragem, a resolução com que o sr. Dantas tem procedido. Êle não adere ao

poder pelo poder, adere ao poder pela idéia; não se trata neste caso de um ministério que não compreende o alcance de certas votações; trata-se de um ministério que reclama que cada um dos seus adversários tenha a mesma franqueza que êle, e que o reclama, primeiro, no interêsse da reforma que iniciou, e pela qual deve fazer todos os sacrifícios, depois para que a opinião e a coroa sejam esclarecidas sôbre o que se deve e o que se pode ainda esperar desta Câmara. Nestas condições o govêrno está no seu papel, não tendo outra divisa senão: « Mais luz! Mais luz! » E êle tem o direito de exigir que o parlamento dissipe tôdas as trevas, que cada um aceite a responsabilidade das suas opiniões, proclamando-as.

Basta, porém, de hesitação.

Há vidas humanas em jôgo: é preciso que os esclavagistas do parlamento se convençam de que essa questão da escravidão versa sôbre as aspirações, os sofrimentos, as esperanças, os direitos, as lágrimas, a morte de milhares e milhares de entes como nós: que não é uma questão abstrata, mas concreta e concreta no que há mais sensível e mais sagrado na personalidade humana. Não demorem, pois, um dia mais essa luta cruel que vão travar como em 1871 a travaram em tôrno dos berços e em tôrno do túmulo dos escravos.

O HORIZONTE DA DISSOLUÇÃO

[30 de julho de 1884]

ONTEM à noite foi ouvido o conselho de Estado sôbre o pedido de dissolução feito à coroa pelo sr. Dantas. A esta hora a crise terá sido resolvida do único modo conciliável com as circunstâncias políticas do país, com a causa envolvida no conflito parlamentar, e com o espírito das instituições que nos regem.

A Câmara atual devorou sucessivamente os ministérios Martinho Campos, Paranaguá e Lafayette sem que nenhum dêsses pretendesse apelar dela, para o país, porque nenhum tinha uma idéia para realizar, e não representavam senão a necessidade a que uma vez se referiu o Imperador quando disse: « O país não pode ficar sem govêrno ». Êles eram o govêrno e nada mais.

Com o sr. Dantas, porém, a situação ministerial desde o princípio foi diversa. Êle aceitou o poder, para dar grande impulso à emancipação, para continuar por lei o pensamento nacional expresso a 28 de setembro de 1871; e para o estadista que se identifica de tal forma com uma aspiração dessa ordem é absoluto o dever de não resignar, antes de esgotados os meios constitucionais, de fazer vingar a sua reforma. Por isso, desde que o atual ministério subiu com a bandeira da emancipação gradual, conhecida, como era, a fôrça na Câmara do elemento esclavagista, todos sabiam, e o Imperador devia saber também, que o ministério só podia viver pela dissolução.

Dividida a Câmara em duas metades, é o caso de escolher a coroa entre as duas políticas opostas: uma é a política da negação, que só deixa de o ser para tornar-se a política do desconhecido; a política dos braços cruzados; dos estadistas que reconhecem a gravidade do problema moral da

existência da escravidão neste século e neste continente, e só tem para resolvê-lo o grito estúpido e inepto de debelar a propaganda! Outra é a política da transação prudente, da concessão oportuna; do respeito aos princípios fundamentais do direito moderno; da emulação patriótica; da aproximação entre o Brasil e o mundo civilizado, do qual a escravidão ainda o separa. É entre essas duas políticas que o Imperador tem que escolher, e, como essas políticas estão hoje representadas por dois partidos, é entre os liberais e os conservadores que vai recair a escolha.

O direito do ministério de dissolver é perfeito e não pode ser impugnado pela coroa. Não se trata de uma dissolução de favor, como são as dissoluções concedidas a ministérios que nunca tiveram o apoio da Câmara; trata-se de uma dissolução *ministerial*, isto é, concedida a um gabinete que já governou com o apoio da Câmara, que entrou em conflito com ela e que apela do seu voto. Essa diferença é da maior importância, porque ao passo que a dissolução dada a um ministério ainda não legitimado pela Câmara tende a ser considerada nos países livres ato violento de intervenção da coroa, verdadeiro golpe de Estado, a dissolução por um ministério já reconhecido pela Câmara entra nos meios de govêrno de que o executivo deve dispor livremente. Na constituição inglêsa, por exemplo, as dissoluções da primeira espécie seriam pelo menos um presente de gregos que nenhum estadista aceitaria e muitos recusàram; mas as da segunda são um direito do govêrno que a coroa nunca pensaria em contestar aos seus ministros.

Mas, saindo do terreno pròpriamente constitucional, a dissolução da Câmara pelo ministério Dantas impõe-se à sabedoria da coroa. O movimento não pode mais ser impedido. A imprensa neutra, essa que tem na mão o pulso da opinião pública, é unânime em afirmá-lo. O *Jornal do Comércio,* pesando cada uma das suas palavras, disse-o ontem com a responsabilidade de um dos mais autorizados representantes dos interêsses conservadores do país:

« Para nós, escreveu o *Jornal* em artigo editorial, que queremos sinceramente o que todos dizem querer, uma emancipação gradual que permita que se faça sem grande abalo para os interêsses econômicos do país a transição, que por fôrça tem de fazer-se do trabalho escravo para o trabalho livre, o voto da Câmara foi um êrro, de que oxalá não tenham alguns de arrepender-se e nós todos de lamentar-nos. O projeto do govêrno podia ser emendado, modificado, atenuado ou ampliado, como quisessem; rejeitá-lo sem discuti-lo significa não querer nada, e aqui o nada é impossível já agora. A torrente já se despenhou do monte: moderar-lhe, guiar-lhe o curso é de prudente política; antepor-lhe um dique é obrigá-la a represar-se momentâneamente até que engrossando ela rompa o estôrvo e no ímpeto da queda tudo arraste consigo, espalhando ruínas em tôrno. Nada querer aqui é desafiar tudo. Só cegos deixarão de ver que não poderemos por tempo indefinido, nem resistir no interior à corrente da opinião que vai tudo avassalando, nem sustentar-nos no exterior, único país civilizado com escravos na comunhão das nações. »

O admirável discurso do sr. Rui Barbosa na sessão de 28 pôs em extraordinário relêvo êsse lado da questão. Não se pode dizer melhor do que o jovem orador baiano neste trecho inspirado de eloqüência, que merece ser destacado do seu poderoso improviso contra a moção Penido:

« Cada batalha que a solução do problema perder aqui no terreno político; cada revés que os nobres deputados julgarem infligir-lhe, esmagando sob o número de seus votos o govêrno que a personifica, não será uma vantagem para os interêsses econômicos envolvidos nesta questão, mas sim, um passo acelerado para a liberdade incondicional. O movimento parlamentar da emancipação, sr. presidente, não retrocede mais uma linha; não há maiorias com fôrça para contê-lo, e, cada vez que o vencerdes aqui, o espírito libertador reerguer-se-á mais pujante, mais exigente, mais afoito, encar-

nado em plano mais amplo; os vossos próprios esforços converter-se-ão contra vós, as concessões moderadas que hoje recusais, amanhã já não satisfarão ninguém.

« Ouçam os nobres deputados a história que não mente: isso que SS. Exs. defendem com o zêlo violento do fanatismo, e nós respeitamos pela convicção refletida, pela confiança meditada nas soluções moderadas e conciliadoras, não é um direito, é uma situação privilegiada, mas transitória e condenada em tôdas as consciências, a que ninguém neste país dá mais de 20 anos de duração, e que não transporá as fronteiras dêste século.

« Pois bem, se êste privilégio efêmero, caduco, agonizante, não transigir; se às nossas crises pacíficas êle opuser o seu implacável *non possumus,* então tempo virá em que seja tarde para capitular com as honras da guerra, mas a êsse tempo o operário exclusivo dessas ruínas será êle mesmo; nós estaremos absolvidos da responsabilidade perante a razão e o patriotismo. »

É a certeza de que o movimento abolicionista não pode ser contido, — certeza a que só resiste a ingenuidade tocante do sr. Contagem, por exemplo, que julgou poder impedir a marcha da emancipação libertando em plena Câmara o seu escravo Bernardo, — que dá ao ato da dissolução a importância social que êle tem. Desde que não se pode represar o movimento é preciso dirigi-lo, e a dissolução significa que os poderes do Estado tomaram a si essa emprêsa patriótica. Não há fato mais considerável em nossa vida nacional, e daí a popularidade do gabinete no momento em que era ferido na Câmara. Não foram os detalhes tristíssimos da vitória que os confederados dos dois partidos ganharam sob o mando do sr. Penido contra o projeto, como por exemplo a defecção dos cearenses, a cujo chefe (que ainda ontem leu na Câmara uma carta do sr. Lafayette!) o sr. Rodolfo Dantas dirigiu esta invectiva magnífica: « Nós somos mais representantes da sua província, porque estamos defendendo a idéia gloriosa que ela realizou »; não foram, dizíamos nós,

os detalhes tristíssimos da vitória escravagista que criaram a impressão de profunda e geral simpatia de que o ministério se vê cercado nesta hora em que os seus destinos estão sendo pesados na balança da coroa. Foi, sim, a certeza que o país adquiriu de que a questão da escravidão não é insolúvel como também não é adiável, e de que o primeiro ministro deu prova de ser um verdadeiro estadista procurando resolvê-la por partes, começando pelo princípio, e lembrando-se treze anos depois de 1871 desta célebre frase do sr. Saraiva sôbre a lei de 28 de Setembro: « A grande injustiça da lei foi não cuidar das gerações presentes ».

É por isso que a dissolução significa a resolução lenta, mas precisa, contínua, do grande problema; o apagamento gradual da nódoa africana; a emancipação na ordem do dia do país, para dela não mais sair, até a extinção legal do último cativeiro.

Entramos assim num período bem definido de reforma e de transformação. A contar do ministério Dantas cada gabinete terá o mesmo programa: « Nem parar, nem retroceder, nem precipitar ». Cada ano será possível adiantar um passo; em cada província se fará um progresso; a resolução de extinguir a escravidão no mais breve prazo possível apossar-se-á de todos os ânimos; a paralisia, a inércia da escravidão se converterá na agitação, na iniciativa e na energia do trabalho livre.

Desde já se começa a ver o efeito da ação benéfica da atitude do primeiro ministro. Os partidos acham-se limitados pelas suas fronteiras naturais. O Liberal que só com afronta da razão e do bom senso se tornara durante os seis anos desta situação mendigo do patrocínio do esclavagismo sacudiu por fim o manto andrajoso que o sr. Sinimbu lhe vestira em 1878 e apresentou-se com as nobres côres da consciência e da dignidade humana com que disputara o poder dos seus adversários. Hoje, sim, os liberais do Brasil podem dizer que pertencem ao mesmo partido que Gladstone e Chamberlain na Inglaterra, Depretis e Mancini na Itália, Sagasta

e Moret na Espanha, ao partido da transformação constante da ordem pela liberdade. Hoje, sim, os liberais combatem unidos por uma idéia digna de servir de vínculo a um partido de movimento e de reforma. Por outro lado os conservadores, aos quais infelizmente não aproveita o nobre procedimento dos srs. Severino Ribeiro e Antônio Pinto, nem o honroso escrúpulo dos srs. Taunay e Caminha, unem-se em tôrno da bandeira do feudalismo escravista e repudiam a tradição de 1871. Essa divisão dos dois campos, acentuada por uma idéia da ordem da emancipação, há de dar o seu resultado necessário: todos os elementos liberais, chamem-se liberais, conservadores, republicanos, hão de reunir-se do mesmo lado, e todos os elementos conservadores, qualquer que seja o nome que hoje tenham, hão de, por sua vez, isolar-se e fundir-se no mesmo partido de resistência e negação.

Assim tudo se aclara e se extrema. Podem d'ora em diante denunciar o Imperador como chefe visível do abolicionismo; não faz mal que na América seja reconhecido e proclamado o caráter democrático e popular da monarquia. Não é por aí que esta há de vir a sofrer. A própria lealdade do povo não consentirá que ela expie *o crime da emancipação.*

Por qualquer lado que se a considere, a dissolução será um grande ato da coroa, da qual é também um dever.

A própria atitude, calma, desinteressada, apagada, dos abolicionistas mostra que o govêrno está desempenhando a sua principal função, pondo-se à frente do movimento. O país todo confia nêle, e vê com indizível esperança abrir-se essa nova fase da sua história: a da transformação contínua, sem mais interrupção possível, da colônia de escravos e senhores na nação de homens livres, a que todos aspiramos.

A CÂMARA PERANTE A DISSOLUÇÃO

[*31 de julho de 1884*]

FOI uma sessão memorável a de ontem na Câmara dos Deputados. Algumas das reflexões que ela sugeriu à maior parte dos presentes merecem ser guardadas para a história. A afluência de povo, a presença de todos os deputados nas suas cadeiras, o longo silêncio que precedeu à entrada do gabinete, a solenidade curta e imponente das explicações que foram dadas por parte tanto do govêrno como dos chefes das oposições coligadas, e depois da sessão os aplausos entusiásticos e espontâneos com que o povo saudou o primeiro ministro, produziram, em quantos foram ou autores ou espectadores nesse drama da nossa política a impressão de que assistiam ao desenlace de uma crise nacional. E a dissolução o foi com efeito.

Outra reflexão que ocorreu a todos os espíritos foi esta: que o Imperador, entre a emancipação e a escravidão, deliberadamente entendeu que era a primeira e não a segunda que devia consultar o país. Honra ao chefe do Estado, que estabeleceu essa presunção decisiva em favor da liberdade; que fêz crédito à nação de sentimentos generosos; que preferiu aos *artigos secretos* dos clubes da lavoura o manifesto nacional do Ceará e do Amazonas! Concedendo a dissolução ao gabinete Dantas, o Imperador lançou o imenso pêso da sua influência na concha em que estava sendo pesada a liberdade de dezenas de milhares de escravos: êle lembrou-se desta grande anomalia do direito internacional: que há ainda um milhão de súditos seus que todavia não têm pátria.

O país pode agora pronunciar-se contra o projeto; eleger uma Câmara esclavagista, da qual o Imperador seja forçado a tirar o sucessor do sr. Dantas; pronunciar-se pelo sr. Andrade Figueira num plebiscito solene, que leve tudo de vencida: a

lei de 28 de Setembro, a liberdade de imprensa e de reunião, o direito de graça; mas dom Pedro II terá cumprido lealmente o seu dever para com o país apontando-lhe o caminho do direito, da civilização e da equidade.

Outra consideração que todos faziam ao testemunhar as manifestações populares ao chefe do gabinete era que está nas mãos de cada estadista ser o autor da sua própria glória.

Veja-se que esplêndido caminho o sr. Dantas tem feito desde 6 de junho passado!

Como êle elevou-se na opinião do país em tão pouco tempo, até parecer outro homem! E para isso bastou-lhe ter a intuição do destino nacional e a coragem precisa para sacrificar tudo ao seu dever, como êle o compreendeu.

Uma última reflexão nos convém assinalar das que o povo fazia na sessão de ontem. Como seria diverso o estado dos espíritos, e tenebroso o futuro do nosso país, se o Imperador houvesse negado a dissolução! Que justificação imediata e unânime da escolha da coroa! Se, em vez do sr. Dantas, tivéssemos hoje no poder o sr. Paulino ou o sr. Andrade Figueira, como tudo seria diverso. Estava por acaso o país preparado para os horrores da reação escravista e para o Terror Negro, que nos ameaçava e que foi escandalosamente proclamado no interior? Em vez da reação, temos a transação; já não contamos a tarefa do futuro da lei de 28 de Setembro, contamo-la do projeto Dantas, que, depois do ato da coroa, pode ser considerado, nós o contamos, lei do Estado; já não é só o berço que está livre, é o túmulo, e a nossa obra terá pràticamente que começar do limite que o primeiro ministro assentou. Que imenso resultado, êsse da simples opção do Imperador pelos 52, e não pelos 59!

Agora uma palavra sôbre a posição anômala em que se acha o parlamento.

Depois da dissolução anunciada, a Câmara só pode funcionar para votar os orçamentos. Para tudo mais ela não existe. Na ordem do dia não deve figurar matéria estranha. Seria anárquico e tumultuário admitir debate sôbre outro

qualquer assunto. É também da dignidade da Câmara votar as leis anuais no mais curto prazo possível. Ela não deve ser suspeitada de querer prolongar por meio de expedientes a própria vida depois do ato da coroa. Quanto ao Senado, êle não é senão o satélite do ramo temporário do parlamento, e não vive em condições diversas das que se imponham a êste.

Em regra o parlamento em tais circunstâncias deve funcionar em sessão permanente. O espetáculo de uma Câmara à qual lhe falta a plenitude do poder, pollticamente morta em face de um gabinete que a dissolveu, não deve durar um dia mais do que o necessário. Apelou-se para o país. É da honra da parte apelada não demorar um só dia o apêlo.

DISSOLUÇÃO E DISPERSÃO

[*1 de agôsto de 1884*]

A SESSÃO de ontem nas duas Câmaras indica, infelizmente, que nenhuma delas está ainda compenetrada da posição em que o ato da coroa as colocou. Nem a Câmara nem o Senado procederam ontem conforme a urgência das circunstâncias. É preciso talvez tornar bem clara a uma e outra casa do parlamento a situação especial em que se acham para que não continue a anarquia de ontem.

Derrotado por sete votos na sessão de 28, o gabinete pediu ao Imperador a dissolução da Câmara. Ouvido o conselho de Estado, Sua Majestade concedeu, *com a máxima brevidade,* a dissolução pedida no dia 29. No dia 30 o gabinete compareceu perante a Câmara e fêz a declaração solene de que, tomando conhecimento do voto de desconfiança, o Imperador se pronunciara pela conservação do ministério, concedera-lhe a dissolução, e êle vinha pedir ao parlamento a votação imediata das leis de meios, necessárias à vida do Estado.

De tais fatos conclui-se o seguinte: que o ministério continua em minoria no parlamento, não tem a confiança dêste, e, portanto, não pode discutir medidas de govêrno com a maioria. Daí o absurdo de qualquer debate, no terreno administrativo ou político, da Câmara com o gabinete.

Por outro lado, a salvação pública, foi assim declarado, exige a dissolução da Câmara; o Imperador conformou-se com os seus ministros em reconhecer a necessidade do apêlo ao país. Uma Câmara em tais condições deve-se a si mesma (e o Senado, já o dissemos, vive da mesma vida que a Câmara) o sujeitar-se à dissolução que a salvação do Estado requer, sem demora prejudicial ao bem público. Para isto é preciso votar, e não falar.

É da natureza do caso funcionarem as duas Câmaras, se não em sessão permanente, do modo o mais rápido possível.

A coroa está esperando, a nação está esperando. A vida política acha-se suspensa de fato. A tudo o que fizer o parlamento falta a autoridade. Êle está sob a presunção constitucional de que não representa o país; ainda mais, de que a salvação pública exige que êle seja dispersado.

No entanto em ambas as casas legislativas houve ontem debate político em que foi discutido o ato da coroa e a política do ministério. Em semelhantes discussões o govêrno não deve tomar parte senão para protestar contra a falta de respeito que elas envolvem ao exercício da prerrogativa imperial. Está aí uma legislatura que impede a dissolução protraindo a sua existência até o extremo da sua duração constitucional e discutindo os orçamentos depois de anunciada a sua dissolução e proclamada a necessidade da salvação do Estado, com a abundância, a amplidão e o sangue-frio do período legislativo ordinário do parlamento, em plena autoridade representativa!

Ainda mais, tanto o sr. Correia (1) no Senado como o sr. Andrade Figueira na Câmara, supuseram que o gabinete era responsável pela dissolução perante esta mesma Câmara! Sim, o gabinete é responsável pela dissolução, mas não perante a Câmara dissolvida, perante a Câmara que vai ser eleita. Esta vive ainda pela cortesia do executivo, que tinha o direito de fixar-lhe um prazo curto para a votação das leis de meios — que ela os desse ou os recusasse, — mas que preferiu confiar na dignidade do parlamento e no próprio sentimento que êste deve ter de que cada dia, cada hora que prolongar a sua existência além do prazo estritamente necessário para votar, não para discutir — agora, sim, chegou a vez do *res, non verba*, de atos e não palavras, — será uma violação escandalosa do princípio constitucional e do direito tanto da coroa como da nação.

Felizmente o Imperador e o país têm bem clara a noção do sistema parlamentar, e desde ontem começaram a obser-

(1) Senador Manuel Francisco Correia.

var os movimentos das duas câmaras na posição anômala em que se acham: primeiro para com o ministério, depois para consigo mesmas. Para o Senado sobretudo deve voltar-se o microscópio da atenção pública. É preciso que a Câmara vitalícia não funcione no vácuo a despeito da prerrogativa da dissolução. Todos os dias o govêrno deve lembrar-lhe que no dia 29 de julho ocorreu uma circunstância que afeta materialmente a posição do Senado, circunstância que não pode passar-lhe desapercebida. A dignidade de três órgãos está em jôgo: a do poder moderador, a do poder executivo e a do próprio Parlamento.

Uma observação mais. Quem ouviu os dicursos ontem proferidos na Câmara ou leu os artigos da imprensa esclavagista sôbre a dissolução compreende logo a natureza da campanha que se vai abrir contra o govêrno. Não é o sr. Dantas o principal responsável pela dissolução, nem mesmo pelo projeto: é o Imperador. É êle o chefe do abolicionismo, o animador da propaganda, o inimigo da lavoura, o comunista de nova espécie, um comunista coroado! Como em 1871, fala-se em responder às simpatias emancipadoras de que acusam o Imperador, com a república, como se a república pudesse vir das fazendas no momento em que fôssem quebradas as algemas dos escravos e elevada a dignidade da população livre. Que grande êrro político êsse dos conservadores, e que penitência êles terão que fazer talvez muito breve para expiá-lo! Compreende-se que o povo, a massa irresponsável, como êles dizem, que aplaude o primeiro ministro; essas multidões, como êles as qualificam, de mal trajados, de simples operários, de homens do nada; os que nada têm que perder, entreguem-se à menor contrariedade a êsses ataques contra a monarquia e o chefe do Estado.

Mas conservadores! partidários ferrenhos da escravidão! janízaros do poder pessoal! Que significa todo êsse arrebatamento?

Supõe o *Brasil*, por exemplo, que faz a emancipação parar

ou retroceder, satirizando o Imperador todos os dias como doutor de Louvain?

Em uma grande crise um grande partido constitucional não deve perder a calma e a razão, repudiando os seus próprios princípios, que mais tarde será obrigado a ir apanhar onde os houver atirado.

A LEGENDA CONSERVADORA DA DISSOLUÇÃO

[*3 de agôsto de 1884*]

TEM-SE feito grande alarido no *Brasil* depois que o sr. Paulino de Sousa levantou na Câmara o seu solene e impressivo protesto em nome dos direitos do parlamento, por causa da declaração, que a oposição levou o sr. presidente do conselho a fazer, de que seria dissolvida a Câmara se esta negasse ao govêrno a lei do orçamento. Antes de tudo é preciso observarmos que a declaração do sr. presidente do conselho foi feita em têrmos que são uma homenagem refletida e proposital ao direito exclusivo do parlamente de votar impostos. Eis como ela foi formulada: « Mas é igualmente certo, peço à Câmara mil perdões pela declaração desnecessária que vou fazer compelido pelo honrado deputado pela província do Rio de Janeiro por modo que me não cabe qualificar, — é igualmente certo que se, em hipótese que não quero admitir, a Câmara dos srs. deputados negasse a lei de orçamento ao govêrno o qual não é só legítimo, mas legal, a dissolução se faria efetiva. »

Está-se vendo que o primeiro ministro manifestava o seu pensamento sôbre uma hipótese que lhe parecia impossível, e quando nós dizemos como procederíamos num caso que não queremos admitir, estamos apenas satisfazendo a curiosidade do interlocutor. Se a Câmara negasse os meios *a dissolução se faria efetiva,* foi tudo quanto S. Ex. disse, porque a dissolução é um direito da coroa sem limitação alguma e esta havia de procurar reivindicá-lo; mas quando, como e depois de que novos apelos ao patriotismo da Câmara, se efetuaria a dissolução, S. Ex. não disse, e muito menos anunciou o presidente do conselho o seu procedimento ulterior. Não disse, por exemplo, se cobraria impostos ou se pediria o concurso

voluntário pleno do país ameaçado de desorganização. Não contestou nem de leve o direito, sujeito apenas aos efeitos retroativos do *bill* de indenidade, de não pagar o cidadão brasileiro, impostos que o parlamento não haja votado.

Por outra o honrado sr. Dantas não falou a linguagem de um ditador. Não sustentou que a coroa tem o direito de nomear livremente os seus ministros contra a vontade da Câmara. O que êle quis pôr em relêvo foi sòmente o dever moral da Câmara de sujeitar-se ao apêlo do país. A Câmara tem o direito de negar meios a um govêrno que não queira dissolvê-la; mas desde que o govêrno quer tornar efetivo o apêlo, o parlamento não pode impedi-lo de consultar o país. Pode, sim, votar meios restritos ao *minimum* de tempo necessário para reunir-se a nova legislatura; mas não tem o direito de evitar que o govêrno, *que teve o seu apoio*, e que apelou dêle para o país, no dia em que o perdeu, consulte a nação sôbre o conflito. Essa é a teoria liberal da dissolução, o *a b c* do sistema parlamentar nos países livres.

Se o sr. Dantas se tivesse apresentado na Câmara dizendo-lhe: « A dissolução está resolvida pela coroa, quer a Câmara vote quer não vote os meios », essa linguagem, imprópria de um ministro liberal, ofenderia muito justamente o melindre de tôda a Câmara, e sem distinção de vencidos e vencedores da véspera, uniria todos os deputados para a reivindicação da sua prerrogativa em face da invasão ministerial. Mas o presidente do conselho não procedeu assim. Êle apresentou-se perante a Câmara e disse-lhe: « A dissolução está resolvida pela coroa como solução do conflito que se deu entre o gabinete e esta augusta Câmara, e eu venho pedir-vos que voteis os meios de govêrno. » A oposição liberal prometeu o seu concurso para êsse fim, o que só por si resolveu a questão pendente se a Câmara daria ou não o orçamento. Foi sòmente depois disso, em outra sessão, que o presidente do conselho, para satisfazer a mera curiosidade do sr. Andrade Figueira, declarou que na hipótese que êle não queria admitir — e que, depois da sessão da véspera, não se podia mais

realizar —, a dissolução da Câmara não deixaria de ser tornada efetiva, sem acrescentar nada mais.

A declaração, pois, do primeiro ministro não tem a importância que teria se fôsse feita em circunstâncias diversas, em outra linguagem, e em desafio a tôda a representação nacional. O partido Liberal não tem assim à sua conta êsse crime que lhe imputam: de ter dissolvido *em intenção* uma Câmara que lhe negara os meios, e muito menos o de haver decretado impostos, coisa que o presidente do conselho nunca declarou que faria.

Entretanto, o eminente chefe da oposição conservadora, querendo tirar-se sem quebra da sua autoridade pessoal da situação em que o colocou a atitude de dois correligionários seus de grande prestígio no partido, os srs. Andrade Figueira e Ferreira Viana, declarou que só votava o orçamento porque o presidente do conselho anunciou que cobraria os impostos sem lei. Onde e quando? O sr. Paulino acrescentou que procedia assim para salvar a monarquia representativa constitucional no Brasil!

« É diante, diz o resumo oficial do seu discurso, desta declaração de cometer-se deliberadamente um atentado, é diante da ameaça de rasgar-se acintosamente a constituição política do Império, que o orador, calma e refletidamente, não achando outro remédio a tamanho mal, declara formalmente que tal excesso não se há de consumar, porque os seus amigos quase unânimes hão de votar os meios de govêrno. »

O país, porém, acredita que S. Ex. decidiu-se por motivos menos teatrais. Chefe da maioria, S. Ex. temeu ser derrotado, pela defecção certa dos seus aliados liberais, na recusa dos meios. Conselheiro de Estado, S. Ex. temeu ser acusado de faccioso, impedindo o livre exercício de uma atribuição constitucional da coroa. Com efeito, que modo de salvar a monarquia representativa constitucional, — o orador não disse a monarquia pura — êsse de abandonar ao govêrno a prerrogativa da Câmara, capitulando diante de uma simples ameaça! Outro era o meio de salvar a monarquia. S. Ex.

está certo de ter o país do seu lado, tanto que votou contra a dissolução, afirmando assim à coroa como conselheiro de Estado que a oposição e não o govêrno estava com a opinião pública. Que bela ocasião de forçar o govêrno ditatorial (em intenção) a realizar sua ameaça, para que êste fôsse na futura Câmara sujeito a uma acusação solene, que firmasse no país o princípio de que sem leis de meios o govêrno não pode dissolver o parlamento!

Mas S. Ex. precipitou-se logo ao encontro do sr. presidente do conselho. Apenas êste acabou de falar, o chefe da maioria aproveitou-se, sem perda de um minuto, da oportunidade doirada que se lhe oferecia de criar uma legenda para o seu partido, exclamando: « Ameaçai-nos de que nos dissolvereis se vos negarmos os meios: pois bem, já que somos assim violentados, não nos resta outro recurso senão sujeitar-nos ». Nesse momento solene o honrado chefe conservador representou em defesa do direito dos contribuintes o papel de Hampden, mas do Hampden às avessas de uma *hipótese inadmissível*. Essa ficará sendo a verdade da legenda.

A PROVÍNCIA DO RIO E O DUUNVIRATO CONSERVADOR

[*14 de agôsto de 1884*]

O PARTIDO Conservador anuncia para o dia 17 a desforra que estava obrigado a tirar da dissolução da Câmara. A província do Rio convocada nos seus comícios, isto é, nos seus eitos eleitorais, vai pronunciar-se contra o projeto Dantas, e declarar, elegendo o sr. Pereira da Silva, que a lei de 7 de novembro de 1831 foi muito legìtimamente violada durante 20 anos, e elegendo os srs. Andrade Figueira e Paulino de Sousa, que na escravidão nunca se devera ter tocado.

Para o sr. Dantas semelhante condenação é a mais solene das aprovações. Ter o seu projeto pôsto no mesmo índice expurgatório em que figuram a lei de 7 de Novembro e a de 28 de Setembro; ver-se queimado em efígie em companhia dos autores dêsses dois atos legislativos — um dos quais só deixou de ser grande e fecundo por não ter tido execução, — não é para um homem de senso nenhum suplício intolerável.

Já o dissemos uma vez: o país assiste indiferente à eleição senatorial como a um desabafo que se deve consentir à escravidão depois do golpe que a feriu. O govêrno desinteressa-se do pleito. Não foi para a província do Rio que êle apelou, foi para o país. Êle sujeitar-se-ia, talvez, ao juízo do município neutro, mas a voz dêste acha-se abafada pelo alarido das fazendas, para as quais, ùnicamente para as quais, foi organizada a lista conservadora.

Resta saber se para a província do Rio há vantagem em continuar avassalada à antiga dissidência, e se a agricultura fluminense não deve sèriamente reconsiderar a posição em que semelhante vassalagem a coloca. Tal exame obriga-nos a entrar na constituição do partido Conservador.

Todos sabem que em 1871 houve no seio dêsse partido uma divisão profunda, por causa da escravidão. O ministério Rio Branco durante os cinco anos que permaneceu no poder foi combatido com tôda a fôrça de talento e coragem por uma porção considerável dos seus correligionários políticos. Em mais de um sentido pode dizer-se que o *partido* se separou dêle. Os velhos chefes, Caxias, Cotegipe, Pedreira, São Vicente, Tôrres Homem, ficaram fiéis, mas contra êsses levantou-se o chefe por excelência, Itaboraí. O espírito conservador, a tradição conservadora, militava contra a política de inovação do gabinete. A parte da Câmara que acompanhava a êste era, imparcialmente falando, mais *oficial*, mais filha da influência do govêrno do que a outra, que se apoiava em elementos de opinião, em classes inteiras. Em todo caso a divisão foi profunda e o partido Conservador achou-se cortado pelo meio.

Além da importância intrínseca da Dissidência, ela tinha por si a massa pensante do partido, José de Alencar, entre outros. É preciso confessar que o sr. Paulino nomeia para o seu estado-maior mais homens de talento do que o sr. João Alfredo. Ou porque os não encontre, ou porque os não queira, êste último duúnviro não tem no seu séquito tantas capacidades como as que ilustram o do outro. Tôdas essas fôrças intelectuais da oposição davam diàriamente batalha campal ao ministério 7 de março. Verrinas iguais — e ainda mais fortes, porque mesmo êle cansou por fim como o seu ilustre êmulo, o sr. Ferreira Viana —, às que o sr. Andrade Figueira pronunciou contra a situação liberal, pronunciou-as êle contra Rio Branco. O *Diário do Rio,* sob a direção do sr. Ferreira Viana, denunciava — com a mesma implacabilidade com que o *Brasil* explora o epigrama do *Doutor de Louvain* — as humilhações do govêrno pessoal sôbre o tema do *servilismo decretando a liberdade.* Durante os cinco anos a guerra civil, com todo o terror das represálias e das proscrições intestinas, dilacerou o partido da ordem, sendo que então, como hoje, o govêrno e os que o acompanhavam eram considerados um

grupo meramente oficial (apesar dos grandes nomes conservadores que faziam parte dêle) de *amigos do rei*. O sr. João Alfredo deve lembrar-se dêsse tempo: era êle a capa vermelha que exasperava o touro.

Hoje tudo está, não esquecido, mas perdoado, e a antiga Dissidência faz um só todo com a antiga fração *áulica* do partido. Os duúnviros do norte e do sul vivem em perfeita harmonia. O *Brasil* representa com a possível imparcialidade os interêsses comuns dos dois grupos. É isto *o que se vê,* mas em política é preciso dar maior importância ao *que se não vê,* e qualquer Bastiat de segunda ordem poderia descrever-nos exatamente o que está encoberto nessa fusão dos dois grupos de 1871-1875.

Não seria fazer justiça a um grande partido como é o Conservador dizer que a divisão daquele período foi tôda pessoal, que foi uma luta pelo poder. Não foi. O que se deu então foi a divergência natural dos espíritos opostos, que em tempos ordinários suspendem o seu antagonismo para formar a união do partido. Há entre conservadores, como entre liberais, diferenças profundas de temperamento e de organização política. Essas diferenças não se manifestam na vida normal, porque nesta as idéias exercem muito pouca influência; mas nas grandes crises a convergência do interêsse partidário desaparece e as correntes contrárias separam-se e precipitam-se cada uma na direção dos elementos do outro partido, que lhe são simpáticos.

É assim que hoje por exemplo, com os liberais, a parte conservadora do partido separou-se com estrondo da adiantada procurando a afinidade dos conservadores retrógrados ao passo que aquela última, a liberal, atraiu e atrairá cada vez mais a si os espíritos progressistas do outro partido.

O que *se vê*, pois, é a união aparente da oposição conservadora, união que só existe hoje por estar o partido fora do poder, isto é, sem a responsabilidade da reforma servil. O que *se não vê* é que essa reforma *continua* a dividir os conservadores tanto como em 1871, e que no pensamento dos ilus-

tres duúnviros dêsse partido é a emancipação, e só a emancipação que mais cedo ou mais tarde há de ser o terreno da sua inevitável Farsália.

O sr. João Alfredo cala-se agora, os seus amigos da Câmara votaram cerrado sob as ordens do sr. Paulino a moção do sr. Penido, sòmente porque a hora da luta entre os dois campos conservadores ainda não chegou. É duvidoso se algum dia o sr. João Alfredo dará a uma reforma abolicionista feita por adversários o mesmo apoio desinteressado que o ministério Rio Branco recebeu para a lei de 28 de Setembro dos liberais do Senado.

O futuro esclarecerá êsse ponto que S. Ex. parece propositalmente deixar obscuro com o seu silêncio.

Ninguém melhor do que o ilustre senador sabe que o silêncio, se é uma fôrça em política, deixa de o ser nos grandes movimentos da opinião. Mas não há quem ignore que o chefe dos conservadores do norte não pensa nessa questão como o chefe dos conservadores do sul, não lê o *Brasil* como um evangelho, e não se converteu ao credo do sr. Andrade Figueira.

Em tais condições a atitude do partido Conservador na futura Câmara inspira-nos a maior curiosidade. Não é possível, *é absolutamente impossível,* que ela continue a ser a mesma que na atual; que o *leader* da oposição (muito menos o do govêrno, se os conservadores triunfarem nas urnas) seja um escravagista confesso; que o partido se condene a uma política de inércia ou de negação em frente das medidas propostas pelos liberais, ou — o que seria o mesmo — que a porção reacionária force a progressista a apresentar como alternativa a reforma do sr. Dantas, um *minimum* irrisório de concessões ineficazes e sem alcance.

Nada disso é possível, porque seria da parte do sr. João Alfredo, uma abdicação completa da iniciativa, ou melhor da autonomia abolicionista de que o país lhe faz crédito. Seria levar muito longe a hipocrisia partidária, a comédia da moção-Penido.

No govêrno ou na oposição, os elementos liberais e transigentes do partido Conservador hão de forçosamente dar publicidade na futura Câmara à divergência em que se acham com os imobilistas.

Uma coisa é certa: debilitada pela retirada para o Senado do seu eminente disciplinador, o estrategista parlamentar que mais fêz valer entre nós a virtude militar da paciência, o sr. Paulino de Sousa; envergonhada de servir à causa da escravidão intransigente bloqueada no seu feudo único do vale do Paraíba, a antiga Dissidência está condenada a representar no futuro parlamento papel muito inferior ao que teve neste.

Sem comando, sem número, sem adesões no país, reduzida a um grupo estritamente *provincial,* essa porção do partido não pode mais ter a hegemonia da federação nacional conservadora. Seria um suicídio político continuar esta última adita às tradições, às heresias, ao anacronismo vivo da sua parte decrépita. *O partido Conservador precisa popularizar-se, modernizar-se, nacionalizar-se.* Êle não tem razão alguma para consubstanciar-se com a escravidão.

Sendo assim cabe à província do Rio ver se não lhe convém dar algum passo para quebrar a sujeição em que está para com o elemento conservador *sebastianista.* O que tem ela lucrado com a sua adesão cega ao legitimismo escravista, em ser o centro da reação contínua, em nada perdoar, nada aprender, nada esquecer, em odiar as províncias que se libertam como o Ceará e o Amazonas, e figurar em nossa história como a Vendéia da escravidão?

A VITÓRIA SEM ALCANCE

[*19 de agôsto de 1884*]

Se os 1.917, digamos os 2.000 votos, que a chapa conservadora Paulino, Andrade Figueira e Pereira da Silva conseguiu no município neutro, expressassem a respeito da escravidão os sentimentos e os desejos da cidade do Rio de Janeiro, o Brasil inteiro teria que envergonhar-se de ter semelhante capital.

Felizmente, as cédulas que ontem anistiaram o tráfico e condenaram a lei de 28 de Setembro são as de uma pequena fração da população fluminense, e representam menos de um têrço do eleitorado.

Escrevemos antes da eleição duas frases, uma das quais mereceu a censura do *Brasil*. Dissemos que a *verdadeira atitude* do município neutro, em uma eleição senatorial, encravado como se acha êle na província do esclavagismo militante, seria a da abstenção. Dissemos também que o govêrno, que se desinteressava do resultado da eleição na província, feudo reconhecido da escravidão, e onde esta se acha pològicamente organizada, não duvidaria, talvez, sujeitar-se à decisão do município neutro.

Dos 6.800 eleitores, número redondo, desta circunscrição, não foram expressos os votos de 4.000; no entanto a lista do município, segundo a *Fôlha Nova*, foi esta: Paulino de Sousa (2.137), Pereira da Silva (1.879), e Bezerra de Meneses (1.818), seguindo-se Andrade Figueira (1.717). É possível que os algarismos da *Fôlha Nova* estejam errados, mas o número das abstenções mostra que, se o apêlo tivesse sido dirigido ao município neutro, exclusivamente, a batalha teria sido de outra natureza, com certeza de resultado muito diverso.

Não queremos negar à oposição conservadora o brilho da sua vitória, mas tão sòmente reduzir às suas verdadeiras proporções o alcance prático, que é nenhum, dêsse triunfo.

Não o faremos, porém, sem cumprimentar o sr. Paulino de Sousa, como entre adversários de certa ordem se deve, pelo seu prestígio pessoal, que a jornada de ontem antes de tudo significou. O honrado chefe conservador deve estar contente com a disciplina, a ordem e a harmonia do *seu* partido. O *seu* partido, dizemos nós, sem envolver nesse adjetivo ofensa alguma aos conservadores, pelo contrário. Seu, porque foi o sr. Paulino quem o educou, o disciplinou e tornou-o dessa forma uma fôrça política. A obediência levada ao ponto a que os conservadores a levaram ontem parece até abnegação. Não há nos outros partidos, não há no próprio partido Conservador, um chefe que disponha de uma legião como essa: é uma legião de veteranos, para dizer tudo. Sirva isso de exemplo aos liberais!

Foi essa uma das grandes vantagens que os conservadores tiveram na presente eleição: êles entraram em combate com um chefe, aclamado e reconhecido como único pelo exército todo, desde o marechal até ao simples soldado. Além disso os conservadores tinham na sua lista os dois nomes mais prestigiosos do norte ao sul, que o partido tinha fora do Senado. Em terceiro lugar os candidatos conservadores tinham todos uma bandeira conhecida, que não admitia equívocos, francamente desfraldada, o que era ainda uma incontestável superioridade que levavam aos candidatos liberais, porquanto a bandeira dêstes era, pela necessidade da situação, tendo que não assustar a lavoura e não desagradar aos abolicionistas, — se não bicolor, pelo menos furta-côr.

Não queremos entretanto explicar o triunfo conservador senão como êle deve ser explicado. No município neutro, êsse triunfo foi em grande parte devido a rivalidades liberais intestinas, à falta de trabalho eleitoral suficiente do lado liberal, à abstenção de grande parte do eleitorado, à falta de direção política, e, digamo-lo francamente, à posição difícil

em que estavam colocados perante os eleitores da capital candidatos que precisavam de obter o apoio da grande propriedade escravista na província. A dificuldade da posição era tal, que por um lado os abolicionistas não podiam recomendar, muito menos agitar a opinião em favor dêles, os candidatos liberais, com mêdo de comprometer-lhes a votação provincial, e por outro êsses candidatos não ousavam identificar-se com o projeto Dantas e com a atual situação.

Na província, porém, o estrondo da vitória conservadora foi todo devido à suspeição de abolicionista em que incorreu o partido Liberal. Dois dos candidatos tinham votado contra a moção-Penido, e o terceiro era reputado amigo decidido do gabinete expoliador. Quem sabe se não lhe faziam um crime de haver, como relator da comissão de orçamento em 1880, restituído integralmente o fundo de emancipação aos seus fins legais? Não há dúvida que o esclavagismo fluminense afirmou-se de modo imperioso. Grande número de fazendeiros e lavradores liberais não abandonaram o seu partido, mas a massa flutuante do eleitorado fêz uma bandeira política da resistência intransigente ao movimento nacional.

Pois bem, felicitem-se os amigos do *Brasil* pelo seu triunfo, não é menos certo que é um triunfo sem objeto. O que se está passando a esta hora no Rio Grande do Sul e em Goiás tem uma importância infinitamente maior do que o que ontem se passou no Rio de Janeiro e nesta capital que ainda lhe gira na órbita. Ali está o berço de uma nação livre; aqui está o túmulo de uma colônia decrépita. Nada pode impedir que no parlamento de 1885 haja umas oito províncias — livres ou *quase* livres: Ceará, Amazonas, Rio Grande do Sul, Goiás, Pará, Santa Catarina, Paraná, Mato-Grosso; e que no parlamento de 1889 haja umas quinze ou dezesseis. E então? Acreditam os proprietários de escravos do Rio de Janeiro que a grande maioria da representação nacional há de consentir que o reflexo da sua nódoa provincial se estenda por todo o Brasil e que o seu mercado local de escravos impeça a imigração e o trabalho livre de fecundar todo o resto

do nosso território? É à luz dêsses grandes fatos de uma certeza inelutável que se pode dizer que para o futuro do país a grande vitória esclavagista de ontem foi um protesto sem alcance.

A ESCRAVIDÃO E O BRASIL PERANTE O MUNDO

[*26 de agôsto de 1884*]

Os jornais que chegam de Londres trazem-nos a descrição de uma grande festa abolicionista, a do jubileu, ou 50.º aniversário da abolição da escravidão nas colônias inglêsas. A comemoração foi digna do acontecimento. No salão histórico da municipalidade de Londres, no célebre Guildhall da City, reuniram-se no dia 1 de agôsto centenas de pessoas de tôdas as posições sociais, sob a presidência do herdeiro da coroa. Muitos dos nomes dos grandes autores do movimento abolicionista da Inglaterra estavam ali representados por herdeiros que honrosamente aceitaram a responsabilidade dos seus nomes, dedicando-se à continuação da obra de seus antepassados. É assim que estavam entre os presentes representantes dos nomes de Wilberforce e de Buxton, de Forster e de Sturge, de Peare e de Allen. *Lord* Granville e *lord* Derby pelo govêrno, *Sir* Stafford Northcote pela oposição; o arcebispo de Cantuária pela igreja estabelecida, o cardeal Manning pela católica; davam ao *meeting* o caráter de unanimidade nacional que têm as grandes assembléias de inglêses reunidos para promover os fins da civilização no mundo.

« O Guildhall da cidade de Londres, descreve o *Times* de 2 de agôsto, apresentou ontem uma cena notável na reunião sob a presidência do príncipe de Gales, de pessoas de tôdas as classes, de credos diferentes e de ambos os partidos políticos, para celebrar o jubileu da abolição da escravidão nas colônias inglêsas, passar em revista a obra da *British and Foreign Anti-Slavery Society* no último meio século, e considerar o assunto da existência da escravidão em algumas partes do mundo. »

Foi em um *meeting* humanitário dessa imponência que o príncipe de Gales, fazendo a seguinte resenha do movimento abolicionista dos últimos cinqüenta anos, aludiu, nas palavras que grifamos, à condição do Brasil:

« Pode, talvez, não ser geralmente sabido que a escravidão foi abolida na Índia em 1845 pela simples passagem de uma lei que destruía os estatutos locais, colocando o escravo e o senhor no mesmo pé de igualdade diante da lei. O resultado natural teve lugar e milhões de escravos imediatamente houveram a sua liberdade sem nenhuma deslocação súbita dos direitos reclamados pelos seus senhores. Um plano semelhante a êsse seria igualmente eficaz no Egito e *em outros países.* (*Aplausos*). Êsse exemplo foi seguido por *lord* Carnarvon em 1874 no caso da África Ocidental, onde êle conseguiu abolir a escravidão sem nenhuma interferência séria com os hábitos e costumes do povo. Em 1848 a grande República Francesa, guiada pelo veterano abolicionista o sr. Victor Schœlcher e os seus colegas, promulgou êste curto decreto abolindo a escravidão nos domínios franceses: « A República Francesa não reconhece mais escravos em território francês. » (*Aplausos*). Depois a Rússia em 1861, sob o último czar Alexandre II, determinou a emancipação de 20.000.000 de servos.. Passando aos Estados Unidos, devo lembrar que os ferros dos 6.000.000 de escravos dos Estados do Sul foram fundidos no fôgo ardente da mais desesperada guerra civil dos tempos modernos. *Quanto ao Brasil, vós provàvelmente sabeis que, ao contrário de tôdas as pequenas repúblicas da América do Sul que puseram fim à escravidão, quando se destacaram da Espanha, sòmente o Brasil mantém ainda a maldição que êle herdou dos seus possuidores portuguêses. Atualmente o Brasil possui cêrca de um milhão e meio de escravos em suas vastas fazendas, muitos dos quais levam uma vida pior do que a de animais de carga.* (*Aplausos*). »

Essas palavras em que figuramos como o Marrocos da América, em que somos expostos à censura dos povos do nosso

continente e do mundo inteiro, não caíram da bôca de um homem irresponsável; foram deliberadamente proferidas numa solenidade histórica pelo herdeiro da coroa britânica! E o que se há de responder a isso? Podemos recusar êsse cálculo de 1.500.000 escravos quando confessadamente contamos 1.200.000 indivíduos a quem chamamos escravos e 300.000 outros para os quais reservamos os nomes de *ingênuos*, que é monopólio dêles; que o visconde de Itaboraí chamou *escravos-livres*, de quem o sr. Paulino de Sousa disse que são « educados na escravidão até aos vinte e um anos, isto é, durante o tempo em que se formam o caráter moral, a inclinação e os hábitos dos indivíduos »; que foram e são vendidos em hasta pública, roubados à companhia das mães, alugados para amas de leite, em uma palavra, escravos até aos vinte e um anos, e por conseqüência tão *escravos* hoje como os outros?

E se não podemos contestar êsse algarismo, podemos contestar que a vida do escravo seja como a define o príncipe de Gales pior do que a de animais de carga? Pois não é ela a mesma que a dos animais de carga *plus* os sofrimentos morais, a humilhação, a consciência, que êstes não têm? E como convencer o mundo de que os nossos escravos vivem felizes? Quem há de depor nesse inquérito para produzir a evidência da prova? Os senhores? Enquanto tivermos a escravidão havemos de ter a reputação no mundo de serem as nossas fazendas o inferno dos que estiverem nelas sepultados em vida. Por mais humanitários que fôssem os senhores, a acusação havia de ser-nos feita, sem que nos pudéssemos lavar dela, porque as únicas testemunhas que podiam justificar-nos são os próprios escravos, e essas, ninguém se atreveria a apresentá-las.

Felizmente os esforços do movimento abolicionista no Brasil não passaram desapercebidos no *meeting*. *Lord* Granville, o ministro dos negócios estrangeiros, propôs a primeira resolução, apoiada pelo chefe da oposição conservadora, em que se aplaude « a abolição total em duas províncias do Brasil pela ação voluntária das autoridades locais ».

Estão aí o Ceará e Amazonas, — cujos presidentes foram demitidos no dia seguinte ao da libertação das províncias que redimiram por um govêrno que renegava assim os progressos pacíficos da emancipação, que blasfemava o movimento nacional, a Segunda Independência, — lavando em parte a nódoa que cobre o nome brasileiro no mundo.

Felizmente também a notícia da dissolução da Câmara foi transmitida nessa mesma manhã ao *Times* pelo nosso ilustre compatriota, o homem cujos serviços ao Brasil no estrangeiro não têm conta, o sr. J. C. Rodrigues.

O projeto Dantas era conhecido em suas linhas gerais por um telegrama da Agência Havas publicado nos jornais de 29 em que se dizia: « Espera-se que o projeto leve a total extinção da escravidão dentro de 10 anos ». No dia 31 o *Times* referiu-se ao projeto em artigo editorial nestes têrmos: « Resta o Brasil, como único país de origem européia que mantém a instituição em sua antiga forma, e no Brasil, como se nos anuncia hoje, uma tentativa de emancipação gradual está sendo feita agora mesmo pelo govêrno, tentativa que se espera produza a emancipação completa em 10 anos ». No mesmo dia o sr. J. C. Rodrigues comunicou ao editor do *Times* a notícia da dissolução, e o sr. Forster, o eminente estadista liberal, quando falou, em Guildhall, pôde fazer uso dessa comunicação, referindo-se ao que dissera o príncipe de Gales.

« Fêz-se uma alusão ao Brasil, foram as suas palavras, mas é um sinal esperançoso recebermos nesta manhã a notícia que o ministério brasileiro vai apelar para o país para saber se o Brasil acompanhará afinal o exemplo que a Inglaterra deu ao mundo há 50 anos. (*Aplausos*). »

Êsses aplausos à dissolução em Londres são os mesmos que ela arrancou aos nossos vizinhos do Rio da Prata e que o *Brasil* se deu pressa em qualificar com a sagacidade nunca desmentida do patriotismo escravista de aplausos de inimigos. « No vosso desejo de ver a abolição da escravidão, disse o príncipe de Gales ontem, eu estou convosco todo, alma e

coração », e as suas palavras, escreve o *Times*, « acharam resposta na consciência da humanidade civilizada. » É essa consciência da humanidade civilizada que por sua vez aplaude sem diferença de latitude nem de continente o ato da coroa dissolvendo a Câmara atual.

Lord Derby respondeu, sem o saber, com frases animadas a muitos dos argumentos do *Brasil*. « Nós vemos, disse êle, que nenhum chicote de feitor pode desenvolver o trabalho, como êle é desenvolvido entre homens livres pelo mêdo da necessidade por um lado e por outro pela perspectiva da fortuna. (*Aplausos*). Nós vimos também que sob a liberdade não sòmente os trabalhadores prosperam mais, como também os que empregam trabalho livre podem tornar a sua indústria mais lucrativa do que o conseguem proprietários de escravos. (*Aplausos*). »

Como também êste trecho do discurso de *lord* Granville se aplica bem às sinistras profecias de hoje!

« Quando Fox, Pitt, Burke e Brougham trovejavam, quando Buston, Erskine, e outros grandes homens usavam das suas faculdades de raciocínio e da sua eloqüência para destruir esta instituição amaldiçoada, encontravam-se sempre pessoas para contrariar os seus argumentos e resistir aos seus apelos. Havia estadistas que invocavam essa desgraçada desculpa que a escravidão não podia ser abolida por causa dos direitos de propriedade! Homens de negócio defenderam-na pelos seus lucros legítimos! Houve mesmo, e eu quero dizer isto em segrêdo para que o *lord Mayor* o não ouça, membros da corporação de Londres que com tôda confiança profetizaram que a abolição seria a ruína completa desta grande metrópole. »

Que contraste, porém, encerra esta observação do *Times*!

« A maior de tôdas as obras da lei de reforma de 1832, que devia (no dizer dos seus adversários) destruir a monarquia e arruinar o país, foi a abolição da escravidão, e cinqüenta anos depois de realizado aquêle grande ato o príncipe de Gales preside um grande *meeting* de compatriotas seus no

qual não se ouve uma única voz dissonante e todos os partidos, seitas e credos são representados para comemorar o grande resultado e estimular os seus compatriotas a novos esforços pela mesma nobre causa. »

A reforma, ou antes a lei eleitoral de 1832, reconstituindo o parlamento deu lugar ao grande ato de emancipação na Inglaterra. Entre nós a lei de 1881, que também devia reformar o parlamento, reconstituindo o eleitorado, deu lugar à rejeição do projeto Dantas. Isso quer dizer que num caso, a representação do povo alargou-se até ser realmente *nacional,* e que no outro ela estreitou-se até tornar-se a representação de uma só classe. O que responderá esta ao apêlo que lhe foi feito? Inspirar-se-á no seu patriotismo, ou no seu interêsse mal entendido?

É disso, entretanto, que depende a honra da nossa civilização, o renome do nosso país!

AINDA O *MEETING* ABOLICIONISTA DE LONDRES

[*30 de agôsto de 1884*]

Os votos manifestados no *meeting* abolicionista de Guildhall pelo triunfo completo da emancipação no Brasil; as esperanças fundadas por aquela majestosa reunião na dissolução da nossa Câmara de Deputados, esperanças a que deu expressão um dos vultos mais notáveis do liberalismo inglês, o sr. Forster; a glorificação, feita pelos representantes do govêrno liberal e da oposição conservadora, *lord* Granville e *sir* Stafford Northcote, do Ceará e do Amazonas, são fatos que devem prender a atenção daqueles de entre os retrógrados brasileiros que não aliem ao desvio da razão humana, que os faz escravocratas, a aberração do patriotismo.

Êles dizem que o Brasil deve governar-se por suas próprias idéias exclusivamente, — não lhe basta, o que é justo, pelos seus próprios homens, — sem inspirar-se na opinião do resto do mundo. Seria original se o nosso futuro tivesse que sair todo do fundo estritamente nacional, sem essa constante agregação de princípios, noções, idéias e costumes estrangeiros que mantém e manterá sempre o nosso povo no movimento geral do mundo civilizado. Dentro de muito pouco tempo seríamos com efeito uma raça original, mas que originalidade! Não é, porém, ao exclusivismo intolerante dêsse tipo de brasileiro incomunicável e fechado em si mesmo, que a nação aspira. Ela tem outro ideal, e êsse é aproximar-se o mais possível dos outros povos, apagar as diferenças políticas e sociais que existem entre ela e as democracias criadas pelo século XIX.

Sendo assim, a opinião alheia sôbre o nosso atraso não nos pode ser indiferente. Nós acordamos para a independên-

cia ao tumulto das outras nações que se libertavam em tôrno de nós, longe de nós. A onda da revolução francesa de 1830 veio quebrar-se em nossas praias um ano depois. Não há acontecimento político de importância universal que deixe de afetar-nos, e a abolição da escravidão pela Inglaterra, pela França, pelos Estados Unidos, teve aquêle caráter.

Como acontece, pois, que para certa ordem de espíritos o juízo do estrangeiro seja de todo indiferente; que êles suprimam a troca internacional de idéias e de princípios que mantém a civilização em circulação perpétua através de tôdas as artérias da humanidade socialmente falando, em estado orgânico?

Nesse mesmo *meeting* de Guildhall *lord* Derby acentuou bem a importância que a emulação com o estrangeiro tem para essa marcha circulatória das grandes reformas e princípios sociais: « Todos nós, disse êle, e essas palavras nós as recomendamos à leitura dos escravocratas por serem a de um espírito essencialmente conservador, todos nós, entregamos uma boa parte da nossa consciência à guarda do próximo. Quando uma nação condena uma instituição e faz grandes sacrifícios para livrar-se dela, é quase certo que as outras segui-la-ão: com relação, por exemplo, à emancipação dos escravos nos Estados Unidos feita em escala muito maior e sob auspícios menos felizes do que entre nós, eu acredito que uma pelo menos das causas que atuaram sôbre o espírito americano, um dos principais sustentáculos do movimento emancipador no seu primeiro estádio, foi o desgôsto nacional de parecer estarem os americanos atrás da Inglaterra em uma questão de progresso político. »

O visconde do Rio Branco referiu-se também uma vez a êsse concurso estrangeiro. Foi na discussão da lei de 28 de Setembro, cujas origens francesas lhe eram todos os dias lançadas em rosto pelos patriotas da escravidão. « Hoje, dizia êle, os povos estão em comunicação mais freqüente entre si do que há anos estavam as diferentes frações de uma mesma nacionalidade. Não podemos encerrar-nos dentro dos muros

da China e dizer: não nos importa a opinião estrangeira; prevaleçam por tôda parte a moral, a religião, as verdades da ciência política e da econômica; os exemplos do mundo civilizado não podem influir sôbre nós, não nos devemos importar com êles! »

Melhor ainda, o próprio visconde do Rio Branco dava uma demonstração prática do valor da opinião estrangeira como auxiliar do impulso do país. Não sabemos que jornal argentino há pouco disse que a idéia da emancipação nos veio do Prata durante a guerra com o Paraguai, e que nascera da tríplice aliança. Não está provado que essa fôsse a origem da idéia de emancipação nas regiões do poder, mas não é menos certo que a guerra fê-la amadurecer ràpidamente e por quatro modos diversos. 1.º, abrindo-nos muito maior horizonte do que tínhamos antes; 2.º, fazendo-nos sentir o valor material das simpatias liberais do mundo; 3.º, pondo-nos em contacto com países livres (êsse é provàvelmente o sentido em que o escritor argentino disse que tínhamos ido buscar ao Rio da Prata a idéia de emancipação); 4.º, dando-nos a provar o cálix da humilhação a que fora das suas fronteiras está exposta neste século uma nação de escravos.

Aqui entra a observação do autor da lei de 28 de Setembro. « Eu me achei, disse êle, entre não menos do 50.000 brasileiros que estiveram em contacto com os povos dos Estados vizinhos, e sei por mim e por confissão de muitos dos mais ilustrados dêles, quantas vêzes a permanência dessa instituição odiosa no Brasil nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro. Cada vez mais me convenci de que uma das principais causas, senão a mais influente, das antipatias, das prevenções, e algumas vêzes até do desdém com que somos vistos nos Estados sul-americanos, nasce de uma falsa apreciação sôbre o Brasil em conseqüência do estado servil. (O sr. Andrade Figueira dá um aparte.) Pergunte o nobre deputado aos mais esclarecidos dêsses nossos concidadãos que fizeram a campanha do Paraguai, se todos êles voltaram ou não ardentemente desejosos de ver iniciada esta reforma, e se a êles se deve

ou não, em parte, o mais forte impulso que a idéia emancipadora adquiriu nestes últimos tempos. »

Pois bem, se é assim, que triste desilusão estão os conservadores preparando para o mundo e que nova e incomparável humilhação para o Brasil! A assembléia reunida em Guildhall expressou a esperança das nações civilizadas; imagine-se o efeito de uma vitória escravista em tôda a linha sôbre a reputação do nosso país no exterior. Mas voltemos àquele *meeting*.

As seguintes frases do *Daily Telegraph* descrevem admiràvelmente a impressão produzida pela majestosa assembléia, que no dia 1 de agôsto último se reuniu em Londres para ao mesmo tempo comemorar os resultados obtidos contra a escravidão desde há 50 anos, e estimular o interêsse humanitário a favor da terminação da grande obra. Grifamos nesse trecho algumas palavras que devem doer profundamente o patriotismo de todos os brasileiros.

« De modo nenhum podia ser maior a honra feita aos abolicionistas do passado do que pela colaboração na cerimônia de ontem do príncipe de Gales, do secretário de estrangeiros, do *leader* da oposição nos Comuns e dos outros distintos personagens que cercavam o herdeiro presuntivo. Tal reunião que incluía o trono, os vários partidos políticos e os diversos credos religiosos do país em um nobre ato de convivência, mostra que o coração da Inglaterra é tão leal, como sempre foi, ao amor da liberdade e que mudança alguma pode dar-se na sua declaração imortal de que o escravo, uma vez sob a sua bandeira, torna-se um homem livre. O príncipe pôde, com tôda a fidelidade histórica, falar da honrosa parte que a sua família teve na obra da emancipação e pelo seu elevado, eloqüente e digno discurso de ontem êle também fêz jus a ser saudado como os seus predecessores reais pelo título de emancipador. Porque é impossível, como êle disse, que a escravidão continue a existir. Ela há de desaparecer *mesmo dêsses tristes cantos escuros da terra onde ela ainda prevalece, denunciada e sentenciada por uma voz que*

assim fala por todo o Império e por tôda a verdadeira civilização. S. A. Real leu ao *meeting* como há 50 anos, no grande dia da libertação, « através das colônias as igrejas e capelas estavam abertas e os escravos apinhados nelas no dia 31 de julho de 1834. Quando se aproximava meia-noite, êles ajoelharam-se e esperaram o momento solene silenciosos e preparados. Quando os sinos soaram a hora da libertação levantaram-se todos por um só impulso, e de tôdas as ilhas subiu como que um imenso côro de graças ao Pai de nós todos pelas cadeias que estavam quebradas e pelos escravos que estavam livres. » Essa nobre tarefa tem que ser completada e a linguagem de *lords* Granville e Derby oficialmente obriga o país a ir por diante por todos os modos convenientes e possíveis com a sua missão sagrada. *É alguma coisa que em tal assembléia houvesse uma séria designação das partes do globo onde o mal ainda se protrai. A « marca da luz » cairá sôbre êsses países; êles sentir-se-ão reconhecidos culpados de um grande crime contra a humanidade*; e um novo movimento começará para a abolição total do comércio de homens e mulheres, que o príncipe de Gales teve a coragem de prever e declarar. »

« *Nil actum refutans dum quid superesset agendum*, escreve por sua vez o *Times*, deve ser o espírito em que empreendamos a tarefa que ainda nos resta de pôr têrmo ao tráfico de escravos e à escravidão em tôdas as partes do mundo. » O Brasil por sua honra está obrigado nessa questão àquela mesma divisa de César de que se serve o jornal inglês: a considerar que nada está feito enquanto restar alguma coisa por fazer.

Isto, sim, é patriotismo verdadeiro, preocupação da honra nacional, compreensão dos supremos interêsses da nossa pátria, cuja vida, progresso, futuro, elasticidade natural e crescimento, acham-se paralisados pelos interêsses de uma propriedade ilegítima e contra a natureza, como é a propriedade humana.

No entanto o partido da escravidão quer com as próximas eleições varrer o atual ministério e o partido Liberal da

cena política, obrigar o Imperador a *submeter-se ou demitir-se,* segundo a frase que tomaram emprestada, iniciar a perseguição dos abolicionistas e responder dêsse modo à expectativa do mundo de que a escravidão termine no Brasil, à vista da espontaneidade do movimento nacional, no meio século dêste reinado! Que importa que proclamar a perpetuidade do cativeiro das gerações atuais e disputar à lei o último alento de velhos de 60 anos importados da África por uma pirataria atroz — da qual nem hoje a escravidão quer que nos purifiquemos e nos arrependamos — seja fazer da sua pátria o *escândalo vivo da América!*

CRIEMOS O ELEITORADO

[*3 de setembro de 1884*]

NÃO temos que arrepender-nos do testemunho que demos, há duas semanas, da disciplina, coesão e obediência com que os conservadores do Rio de Janeiro votaram na última eleição senatorial como um só homem, ao mando do sr. Paulino. O Duúnviro Sulista provou no dia 17 de agôsto ter intactas as suas fôrças, — as mesmas a que o sr. Andrade Figueira deu na Câmara o nome expressivo de batalhão sagrado da Beócia. Ainda mais, êle viu o número dos seus partidários engrossado com tôda a clientela *liberal* do esclavagismo, para a qual a escravidão passa antes da pátria, quanto mais do partido. Não temos que arrepender-nos daquele testemunho, primeiro porque a verdade deve sempre ser confessada, e, segundo, porque sem os eleitores se convencerem da gravidade da situação em que nos achamos e da fôrça dos elementos que combatem contra nós, perderemos tudo quanto ainda se pode salvar. Em outras palavras, a vitória que tão veementemente desejamos só a poderemos tirar da derrota do dia 17, aprendendo a lição que ela nos ensinou e imitando o espírito e a disciplina do adversário que nos venceu.

A província do Rio acha-se neste momento avassalada pelo poder escravista. Onde o candidato liberal não fôr *escravocrata da gema* e não se identificar com a resistência mais intransigente e mesmo tumultuária à iniciativa tomada pelo atual gabinete, em uma palavra com os artigos secretos dos clubes da lavoura — essa nova maçonaria da escravidão —; onde o candidato liberal não se apresentar vestido inteiramente de negro, sem nenhum distintivo de humanidade, o seu adversário não terá dificuldade em vencê-lo. Um ou outro distrito apenas poderá ter melhor sorte, mas em geral a pro-

víncia do Rio pode ser considerada perdida para a causa liberal. Ela aspira tornar-se o eixo do esclavagismo no futuro parlamento, e há de provàvelmente consegui-lo. As carregações de africanos internados nas suas fazendas ainda não foram, apesar de muito rareadas, completamente destruídas pela morte; a história do tráfico pode ser contada pelas próprias vítimas que sobreviveram até hoje aos horrores daquela pirataria e aos trabalhos forçados do cafezal; a lavoura local está cada vez mais necessitada e mais hipotecada, e em tais condições a escravidão não quer abrir mão do que lhe reste de usufruto na província onde reinou suprema.

Mas com a capital do Império, com a cidade que representa o que o país tem mais adiantado, que absorve a melhor colheita intelectual, cívica e monetária das vinte províncias, a hipótese é diferente. O partido Liberal não pode deixar de travar nesta cidade uma grande batalha a favor da emancipação. Não se pode abandonar êste município à sorte da província, e é dever de cada um de nós, na medida das nossas fôrças, empregar todos os meios possíveis para que a deputação desta capital na próxima Câmara não seja incorporada ao *batalhão sagrado da Beócia* — sob o beotarca Andrade Figueira —; mas à maioria ou à minoria que combater pelo resgate definitivo da nação.

Abandonar o município neutro seria uma covardia, — uma abdicação vergonhosa, e importa abandoná-lo entregar as eleições à iniciativa, às intrigas, às rivalidades dos candidatos, cruzando os eleitores os braços, como se não se tratasse de um interêsse geral do país, mas sòmente da pretensão particular de uns tantos ambiciosos. Com a maioria no eleitorado dos três distritos, com a simpatia de grande parte dos seus adversários, os liberais dêste município cometeriam um crime de lesa-humanidade se se desinteressassem da eleição de 1.º de dezembro e a deixassem correr, por assim dizer, à revelia do eleitorado, não como um apêlo entre partes Dantas e Andrade Figueira, a emancipação e a escravidão, mas entre partes Fulano e Sicrano, anônimo A contra anônimo B.

O admirável parecer do sr. Rui Barbosa, que o *Jornal do Comércio* está neste momento transcrevendo, lança a máxima claridade possível sôbre a aspiração negativa ou antes niilista do partido escravocrata. O que êle quer, pode dizer-se com a maior evidência de prova, que jamais existiu em um processo histórico; o que êle quer é o imobilismo absoluto da lei, a ação ininterrupta e imperturbada da morte, o silêncio profundo do eito, o nível da moralidade das senzalas, a tragédia indefinida do *statu-quo*, em uma palavra, nada, absolutamente nada, *nihil*. Em todos os terrenos em que já se quis avançar, aquêle partido deu batalha.

A começar pelo tráfico, o que não fêz êle? Opôs-se à passagem da lei de 7 de novembro de 1831 e opôs-se durante 19 anos à extinção do contrabando de sangue em que essa lei converteu o comércio de africanos. Sustentou com tôdas as fôrças os contrabandistas contra os autores da repressão, tirando fôrça das humilhações impostas ao país pela Inglaterra, a qual por honra da humanidade empreendera limpar o Atlântico dos últimos vestígios da mais ignominiosa pirataria que já lhe infestou as ondas e ensangüentou as praias.

Quando se tratou, de 1865 a 1871, da liberdade do ventre, o partido imobilista resistiu com tôdas as fôrças à lei proposta. Viram-se então conselheiros dêsse partido, Paulino, Andrade Figueira, Ferreira Viana, Belisário, Pereira da Silva, sustentando o princípio do *parto segue o ventre,* defendendo o direito legítimo de propriedade do senhor sôbre o produto do ventre da escrava, isto é, proclamando a mais imoral de tôdas as teses que podem escandalizar a consciência da humanidade neste século: o domínio de um homem sôbre a virgindade, a concepção e a maternidade de uma mulher: o direito divino do estupro!

Quando mais tarde se tratou, sob os ministérios Sinimbu, Saraiva, e seguintes, de pequenas batalhas no interêsse da emancipação, o partido escravocrata resistiu sempre. Resistiu à integração do pequeno fundo de emancipação, que afinal

foi realizado pelo sr. Eduardo de Andrade. Resistiu ao impôsto sôbre escravos, que qualificou de roubo e estelionato. Resistiu ao prazo de dez anos. Hoje está resistindo à liberdade dos sexagenários. Em uma palavra, resiste a tudo, seja o que fôr. Quando se lhe pede uma concessão, diz que faria de bom grado outra, que sabe não ser possível, e à qual, se fôsse pedida, resistiria com tôdas as fôrças. O que os procuradores interesseiros da lavoura aceitariam voluntàriamente para ela, resume-se nisto: chins que trabalhem de graça e auxílios que não exijam reembôlso. Tudo o mais, acreditam êles, é um sacrifício para ela, e terá que ser-lhe impôsto contra resistência igual à que ela faria à abolição instantânea.

Pois bem, cabe ao eleitorado desta capital, que não aceita êsse programa, ver que homens deve êle mandar ao parlamento. Trata-se de um interêsse de todos, não de candidatos, criaturas de si próprios, geração espontânea da acefalia em que vivemos. Os eleitores sòmente um dia, de quatro em quatro anos, tomam parte no govêrno do país, e desta vez acresce que êles são chamados a responder ao apêlo que o gabinete de 6 de junho fêz à nação contra a sentença da Câmara que o condenou. Nesse dia único de existência política do eleitorado, depois do qual êle se dispersa, e tratando-se de julgar a política do atual ministério na questão vital do país, seria uma demonstração de que os eleitores dêste município não têm espírito público e são pol̀iticamente uma grande massa informe e inorgânica, se as novas eleições não tivessem a solenidade, o caráter e o alcance de um ato consciente da coletividade pronunciando sôbre o seu próprio govêrno.

Sim, tudo deve convergir nestes três meses para elevar o eleitorado, a fim de que nos próximos quatro anos o nível do parlamento se eleve também. Levantada a base, tudo o que estiver edificado sôbre ela subirá igualmente. Para isso é preciso que os eleitores se aproximem em vez de isolar-se, que as hostilidades sejam substituídas pelas combinações, que aquêles dentre a massa eleitoral que se sentem investidos da confiança de correligionários seus se entendam para promo-

ver os interêsses do partido, resumidos hoje na vitória da idéia que o ressuscitou da « vala comum » onde tinha caído.

Não pusemos em relêvo o prestígio pessoal do sr. Paulino entre o seu partido senão para despertar o nosso do profundo abatimento que o enervou. É preciso dizer a verdade tôda, porque seria fatal atenuá-la ou encobri-la. Se às eleições de dezembro não presidir um espírito novo; se daqui até lá uma agitação salutar não tiver varrido da atmosfera desta capital as exalações empestadas da província; se os eleitores não tomarem a si como sua própria causa, e causa por excelência, o encargo de dar vitória ao seu partido transfigurado; a capital do Império verá o pêso do seu prestígio ser lançado no futuro parlamento, na concha do esclavagismo intolerante e odiento, que persegue com o seu rancor implacável até mesmo as províncias que se resgataram!

Para o nosso futuro nacional qualquer triunfo, por mais esplêndido, da escravidão nas próximas eleições não teria efeito suspensivo do movimento abolicionista acelerado. O Rio Grande do Sul nos está ajudando do modo mais eficaz e impossibilitando para sempre a reação escravista. Mas a vitória do esclavagismo significaria apesar de tudo alguns milhares mais de escravos mortos em cativeiro, dois ou três anos mais de paralisação das fôrças vivas do país, e seria, portanto, ainda um desastre nacional que nós todos devemos tratar de impedir.

Não podemos, portanto, suprimir um único esfôrço em tôda a área do país dos que nos seja possível produzir. Não devemos contar com maioria tal no parlamento, que um deputado de menos ou de mais nos seja indiferente; nem com tanta superioridade no eleitorado que um eleitor de mais ou de menos passe despercebido. Estamos empenhados em uma luta de máxima importância, e nosso dever é não sacrificar a mínima possibilidade de triunfo. Não há que desanimar, mas também não há que confiar. A vitória há de ser o prêmio do partido que melhor lutar e mostrar mais espírito público.

No sr. Paulino os conservadores encontraram o seu Carnot, — o Organizador da Vitória; nós precisamos de encontrar também o nosso; mas, enquanto êle não aparece, não desesperemos de conseguir o triunfo sem êsse chefe único, êsse El Supremo dos conservadores, se pudermos substituir o comando de um só pela sujeição de todos ao interêsse geral da idéia, por outra, substituir o general pela bandeira.

Diz-se que o espírito liberal é refratário à coesão e à disciplina, mas em tôda parte, notàvelmente na Inglaterra, o que dá vitória aos liberais é terem êles uma organização partidária mais forte, mais completa, do que os conservadores. Ùnicamente a organização liberal é democrática, representativa, parte da circunferência, da massa dos votantes, para o centro; é o partido organizado; ao passo que a conservadora é como entre nós, eleita por si mesma, fundada numa oligarquia, e resultado da ação da vontade inteligente e paciente de um homem sôbre a obediência passiva da multidão. Por que o partido Liberal não se há de *organizar* entre nós como na Inglaterra ou nos Estados Unidos, isto é, por que se não há de estabelecer a união dos eleitores em cada seção de paróquia, depois a federação por distritos das representações locais, e por fim o enfeixamento de tôda essa fôrça eletiva associada e consciente em um poder central? Essa é a organização democrática de Birmingham ou Manchester como de Nova York ou Filadélfia, e se fôsse realizada entre nós, — e pode sê-lo fàcilmente, — poder-se-ia dizer que o eleitorado liberal havia sido criado.

Por ora temos *eleitores*, mas não temos o *eleitorado*, e o nosso partido pode tanto menos dispensar a existência dessa unidade coletiva quanto a sua idiosincrasia não lhe consente substituí-la, como os conservadores, pela vontade de um só homem. Para nós « Organizemos a vitória! » quer dizer antes de tudo « Criemos o Eleitorado! ».

UNIÃO OU DERROTA!

[*4 de setembro de 1884*]

NÃO precisamos insistir na necessidade da união dos liberais. A vitória conservadora do dia 17 produziu em todos nós a mesma impressão. Cada liberal, ao ouvir ler da varanda do *Brasil* os boletins do triunfo Pauliniano, fazia esta reflexão: « É preciso unirmo-nos como os conservadores se uniram. » A convicção de tal necessidade está em todos os espíritos, e até candidatos que antes procediam *motu-proprio* compreenderam que para sermos salvos de um completo naufrágio era indispensável que a reação partisse dos eleitores, que êstes acordassem da sua letargia e mostrassem interêsse pela escolha dos seus representantes.

Não é mais o caso de vencer, dentre os candidatos, o mais audaz, nem o que madrugou mais cedo; sòmente o que fôr às urnas, representando de antemão a designação, a preferência manifesta do eleitorado liberal do distrito, poderá suplantar o seu adversário conservador. Os algarismos, na eleição senatorial, da superioridade do sr. Paulino de Sousa em cada um dos distritos do município neutro, mostram, por si sós, que o partido Liberal, para vencer nas próximas eleições — para vencer é preciso atrair às urnas grande número dos que se abstiveram — tem que apresentar os seus *melhores* candidatos, e considerar a eleição de cada um dêles um triunfo pessoal de cada eleitor.

Há candidatos que sabem de antemão que só reunirão número limitado de votos, que se lhes empenharam por afeição, reconhecimento ou por uma promessa desacautelada — mas que protestam fazer uso dessas adesões para perturbar a vitória do partido. É absolutamente preciso que os eleitores não se prestem a êsse jôgo, que não se deixem considerar propriedade negociável de quem quer que seja. Nenhum eleitor

pode tomar compromisso que não seja limitado pela cláusula — se convier ao partido. O voto não pode ser exercido por um cidadão isoladamente de todos. Semelhante prática desenvolvida em larga escala seria a confusão, a anarquia, e, portanto, a inutilidade e a impotência do eleitorado liberal. Ao passo que os conservadores, pela sua união, estariam levantando pedra sôbre pedra com os seus votos um quebra-mar poderoso, os votos liberais seriam como pedras lançadas ao mar sem plano nem combinação.

A união é assim a primeira necessidade do momento. Unamo-nos, associemo-nos, para unidos escolhermos quem mais probabilidades reúna de arrastar consigo a massa coordenada do partido, a parte flutuante do eleitorado, e aquêles dos nossos adversários em política que são nossos aliados, e dos melhores, na tarefa que empreendemos. A convergência dos esforços só pode ser obtida pela associação. Associemo-nos, é o grito que os liberais de cada seção de paróquia devem levantar até têrmos conseguido o grande fim da organização do partido. O partido Conservador governa-se por autoridade autocrática, o partido Liberal por autoridade representativa. Não nos queixemos de falta de direção, porque essa falta significa a apatia de todos nós, a indiferença geral pela causa pública, a ausência de uma qualidade sem a qual o patriotismo degenera em sentimento inconsciente: — o civismo.

Não se diga que o segundo escrutínio salva tudo. Não se deve dizer mal do segundo escrutínio, porque num sentido é êle realmente que impede a derrota total dos liberais. Onde êstes tenham mil votos e os conservadores setecentos, o primeiro escrutínio dará a cada candidato liberal quinhentos votos e ao conservador setecentos. Sem o recurso do segundo, o primeiro, que seria o único, havia de ser a representação da minoria conservadora, graças à desunião da maioria liberal. Mas se a dualidade do escrutínio tem essa vantagem de corrigir em parte a indisciplina liberal, não deixa de ser grandemente prejudicial ao partido o não vencer êle no primeiro encontro e isto por dois modos. Primeiro, porque muitos elei-

tores do candidato liberal menos votado hão de sempre negar-se a concorrer para a vitória do rival daquele contra o adversário comum; e segundo, porque é terrível a primeira impressão produzida no país pela eleição líquida de grande número de conservadores nos distritos em que êles têm maioria, realizando-se em tôdas as províncias o segundo escrutínio sob o pânico de uma reação conservadora iminente.

Por êsses dois motivos é preciso, tanto quanto possível, que os liberais vençam em primeiro escrutínio, salvando assim os seus candidatos, e criando a fôrça moral necessária para que as segundas eleições não sejam feitas sob a pressão da mudança de situação, mas pelo contrário.

Nos três distritos desta capital há homens prestigiosos, cidadãos de influência, que podem empreender a organização do partido. Pessoalmente desinteressados, êles têm para fazê-lo mais autoridade do que os candidatos. É tempo de aparecerem, de moverem-se, de começarem a agitação eleitoral. A Câmara está dissolvida e principia desde já a campanha do apêlo ao povo. Daqui até dezembro é o período da gestação do novo parlamento, do parlamento que vai receber a missão de resgatar da escravidão — não o Brasil inteiro, porque o problema já não é êsse, senão moralmente falando, no sentido em que enquanto houver um escravo em território brasileiro o título de todos os eleitores do Brasil estará manchado, — mas as dezessete províncias escravas do Império. Daqui até dezembro o eleitorado deve constituir-se unidade coletiva, homogênea, consciente, para eleger deputados que o representem verdadeiramente e fiscalizá-los por todo o período da legislatura.

O que existe hoje é a dispersão mais completa dos elementos homogêneos; a irresponsabilidade do cidadão para com o partido; a falta de acôrdo; um campo aberto a tôdas as surprêsas do inimigo, e onde os soldados não se conhecem entre si, nem sabem que combatem sob as mesmas bandeiras; a confusão, a desordem, a ausência absoluta de organização mesmo rudimentar. O que deve existir é exatamente o con-

trário. Os liberais de cada quarteirão devem conhecer-se e fiscalizar-se, os de cada seção combinar-se, os de cada distrito afirmar a sua vontade, e o deputado ser o representante dessa vida comum do partido. O que se chama hoje *govêrno pessoal* não é senão essa falta de partidos voluntàriamente organizados por si mesmos, independentes e autônomos, descentralizados mas unidos. Os que tratamos de dar uma pátria aos escravos devemos mostrar-nos capazes de sermos por nossa vez cidadãos. Hoje não passamos de súditos, senão da coroa, ou do govêrno do dia, da nossa indiferença pela sorte da pátria, da nossa imperturbabilidade ainda nas mais graves crises da nossa história.

O ministério acaba de dar grande prova de patriotismo, de ansiedade pela sorte do seu projeto, de submissão à vontade do país, convocando as câmaras para o dia 1.º de março. Se fôr derrotado nas urnas, o sr. Dantas imitará o exemplo de Disraeli nas últimas eleições inglêsas, não guardando um só dia mais os poderes que a nação lhe houver cassado. Isto podemos ter por certo. Em tais condições os destinos do país estão literalmente nas mãos dos eleitores, e cada um dêles deve compreender a responsabilidade que o seu voto lhe impõe. Quanto aos liberais, se não estão preparados para assistir à vitória dos conservadores, a uma reação esclavagista profunda, é preciso que se associem, se organizem e se salvem por si mesmos. Para êles o dilema das próximas eleições é União ou Derrota, e a derrota quando se trata de escravidão pode significar mais do que a ruína do partido, o descrédito da nação.

A CRISE DA ESCRAVIDÃO

[*11 de setembro de 1884*]

LA RAZÓN, fôlha de Montevidéu, de 23 do mês último, publicou a seguinte correspondência do sr. Joaquim Nabuco, fazendo-a preceder das seguintes linhas:

« Nossos leitores não terão olvidado as correspondências, que o notável escritor brasileiro, Joaquim Nabuco, dirigia de Londres a *La Razón*. Estas correspondências foram interrompidas por ter o sr. Joaquim Nabuco empreendido uma viagem de passeio ao Rio de Janeiro. Esforçado campeão da causa abolicionista, teve a fortuna de encontrar o seu país preparado para dar à escravidão as últimas batalhas, e, sendo candidato à próxima legislatura, adia seu regresso a Londres. Esta feliz circunstância permite-nos utilizar os serviços do sr. Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro, podendo oferecer aos nossos leitores o quadro da interessante crise que ali se desenvolve, traçado por mão de mestre e por um dos primeiros escritores do Brasil. »

Eis a correspondência:

SUMÁRIO: *Origem da situação atual — A crise da escravidão — Lei de 1871 — Deficiência dessa lei — Progressos da opinião pública — A abolição da escravidão é necessidade tanto política como social — Efeitos da eleição direta censitária na formação do parlamento — Predomínio das influências escravistas — Obstáculos à abolição por êsse lado — Atitude pessoal do Imperador na questão — Declamações da oposição conservadora — Legenda monárquica — Até que ponto o Imperador impulsionou o movimento abolicionista durante o seu longo*

reinado — Bodas de ouro da monarquia — O voto do país é que sejam festejadas sem escravos — Limitação do problema atual a 18 províncias brasileiras — Fôrças espontâneas do abolicionismo — Responsabilidades morais de um Imperador onipotente — O trabalho escravo e a indústria do café — As próximas eleições — Transformação segura do Brasil escravo em Brasil livre.

Rio de Janeiro, 14 de agôsto de 1884. — A situação política do Brasil passou, como se sabe, por uma transformação profunda com a organização do ministério Dantas. Ao passo que os anteriores gabinetes ou se recusavam a tomar conhecimento da aspiração abolicionista do país, ou queriam captar as boas graças da opinião apenas com palavras de simpatia e de interêsse pelo movimento libertador, o atual gabinete apresentou-se com um programa concreto, tangível, sério, de medidas contra a escravidão, condensando-as logo depois em um projeto de lei; entrou em conflito com a Câmara dos Deputados; obteve do Imperador a dissolução e está com a sua causa dependente neste momento do apêlo à nação.

A importância que todos êstes fatos têm para a marcha da abolição no Brasil é incalculável. O impulso vindo de cima, da região em tôrno do trono, tem num país centralizado como êste uma fôrça irresistível. O sr. Dantas tornou-se dessa forma um benemérito da emancipação. O que êle fêz não pode mais ser desfeito. A ação do govêrno como dez determina a ação do país como cem, como mil. A escravidão não se engana quando se julga ferida mortalmente pelo projeto do ministério; mas não é a letra do projeto que a mata, é o espírito; não são as medidas propostas, é a intervenção do govêrno, nesta crise da instituição servil, a favor da liberdade; melhor ainda, não é pròpriamente a ação do govêrno, é a resistência que ela provoca, a intransigência com que é repelida, a reação impotente que se levanta.

Em 1871 o Brasil decretou que os filhos de escravas, fonte única da escravidão entre nós, nasceriam livres. Se êles

seriam *ingênuos* ou *libertos* foi uma das grandes discussões do tempo e o direito romano foi esgotado para se provar, por um lado que não podia ser *ingênuo* quem havia nascido de mãe escrava pela regra do antigo direito — *O parto segue o ventre*; e por outro — o que era argumento do bom senso — que não podia ser liberto quem nunca havia sido escravo. A sabedoria dos controversistas decidiu entretanto que os filhos das escravas nasceriam *ingênuos*, têrmo que ficou pertencendo exclusivamente a essa classe. Os *ingênuos* gozam de uma liberdade *sui generis* porque até aos 21 anos são pràticamente cativos. Mas a simples modificação legal do estado de tantos milhares de crianças que de outra forma seriam tão escravos como os outros, foi um golpe profundo na escravidão. A lei de 28 de Setembro não satisfaz atualmente as aspirações do país, mas os abolicionistas são unânimes em reconhecer que ela produziu uma nova ordem de coisas; que se não fôsse ela, a situação dos escravos seria muito mais desesperada; e que êles não poderiam obter hoje senão o que obtiveram em 1871.

Mas, como disse, atualmente a lei Rio Branco está muito aquém do pensamento nacional. Essa lei tomou sob sua proteção as gerações futuras, mas deixou as existentes em cativeiro perpétuo, sòmente mitigado pelo direito de resgate. A consciência nacional não se satisfaz com tão pouco e pede que a sorte dos escravos seja atendida como foi a de seus filhos por nascer. Também o Brasil hoje tem uma compreensão diversa e mais racional da escravidão do que tinha em 1871. Quando se fêz a lei Rio Branco o país via dois únicos males na escravidão: a condição infeliz dos cativos, o mau conceito em que são tidos no mundo os países de escravos. Era uma preocupação, portanto, de sensibilidade e de suscetibilidade nacional. Hoje, porém, a nação está convencida de que a escravidão é a causa de todos os seus vícios políticos e fraquezas sociais; um obstáculo invencível ao seu progresso; a ruína das suas finanças; a esterilização do seu território; a inutilização para o trabalho de milhões de braços livres; a manutenção do povo em estado de absoluta e servil

dependência para com os poucos proprietários de homens que repartem entre si o solo produtivo da parte do país que já foi apropriada à cultura.

Em 1871 o espírito liberal do país via a causa do mal-estar nacional no *Govêrno Pessoal* e fêz explosão contra êle, fazendo brotar do chão o partido republicano; hoje, porém, se reconhece que o próprio *Govêrno Pessoal,* — o qual consiste em exercer o Imperador enorme influência sôbre os seus ministros, e em poder mudar as situações políticas à vontade, porque as eleições até aqui têm sempre dado razão aos ministérios que as dirigem, — é uma criação negativa da escravidão. Mais ainda: o próprio partido Republicano encarregou-se de provar o poder desta, porquanto tendo a monarquia descontentado, — por causa da parte que se atribui ao Imperador em todos os movimentos do govêrno contra a escravidão, — à grande propriedade territorial, ou melhor humana, os republicanos não souberam resistir à sedução fatal de procurarem a clientela escravista, que a dinastia tinha passageira e involuntàriamente alienado de si.

Pois bem, convencida como está a nação, de que a escravidão é o principal fator do seu atraso e em muitas partes do seu retrocesso, a lei de 28 de Setembro não lhe basta mais, e daí os esforços que ela, na minoria, está claro, dos que se preocupam do futuro nacional, está fazendo para obter uma nova lei que encurte consideràvelmente a duração semi-secular que aquela deixou à escravidão. Infelizmente êsses esforços têm sido contrariados pela constituição presente do nosso parlamento, por falta de iniciativa bastante da coroa, pela obstinação intransigente das classes proprietárias e pela própria inércia do temperamento brasileiro. Explicar como se engendra e atua cada uma dessas quatro ordens de resistência, ativa ou passiva, é entrar no exame de todo o nosso sistema político e social.

A eleição direta censitária e por círculos de um só deputado, que foi obra — contra o antigo sistema de eleições indiretas ou de dois graus (*votante* e *eleitor*) — do sr. Saraiva,

deu à representação nacional um caráter diverso do que ela antes tinha. Apesar de serem os deputados os mesmos homens que dantes, membros quase todos de antigas Câmaras, o mandato que êles exercem é muito diverso, quanto à natureza das funções, e também quanto aos meios coercitivos do mandante, e às relações do mandatário com o govêrno. Hoje o deputado é um procurador das influências eleitorais do seu distrito junto do govêrno, — do dia, se está de cima o seu partido; de amanhã, se êste está esperando a sua vez. Isso coloca o representante em absoluta dependência para com o gabinete, o qual também depende dêle, como não dependia antes.

As câmaras da eleição indireta eram freqüentemente câmaras unânimes ou quase. Os candidatos oficiais venciam todos. Como a fraude se havia generalizado, o candidato derrotado ou em perigo de o ser, tinha sempre o recurso de redigir uma ata falsa de uma eleição imaginária, ata que a Câmara dos Deputados aprovava para êle tomar assento. Com a eleição direta não é assim; é verdade que só se fêz uma experiência. A Câmara atual saiu das urnas com uma respeitável minoria conservadora. Num parlamento tão restrito como o nosso, basta um pequeno desequilíbrio para mudar o eixo da política. Um partido que tiver uma maioria de trinta votos tem uma bela maioria; mas acontece que cada partido tem muitos chefes, aspirantes todos ao pôsto de presidente do conselho, e que, organize-se êste ou aquêle ministério, haverá na tal maioria de trinta pelo menos vinte e seis descontentes, imaginando que os quatro deputados-ministros saem daquele número. Ora, de vinte e seis descontentes nunca é difícil à oposição tomar uns quinze pela mão e levá-los como Satanás ao Cristo, ao alto da montanha, donde se descortinam os vastos campos do poder, com os seus horizontes ilimitados de empregos públicos, de patentes da guarda nacional, de baronatos e viscondados, a distribuir entre a numerosa clientela, de que cada deputado tem a desgraça de precisar.

A facilidade com que um punhado de votos derruba o ministério mais forte, fazendo causa comum com o outro partido, explica a importância que hoje cada deputado tem, isoladamente, para qualquer gabinete que não conte com a dissolução. Quando o gabinete tem certeza da dissolução a dependência deixa de ser recíproca, e torna-se absolutamente unilateral. Tanto a necessidade que tem o deputado de não afastar de si os seus eleitores — entre os quais por ser a eleição censitária a quase totalidade compõe-se de proprietários de escravos e da gente dêles, — como a necessidade que tem o govêrno de não perder na Câmara um só dos votos do partido, concorreram poderosamente para que nenhum ministério liberal desta legislatura desse um passo na questão servil. A constituição do nosso parlamento enfeudado por enquanto ao monopólio territorial da escravidão, foi assim um dos obstáculos que a nação encontrou para realizar o seu maior desiderato.

Apontei também a falta de iniciativa da coroa, mas êsse é um ponto de extrema delicadeza, não tanto para um liberal, como sou, porque eu concilio perfeitamente as minhas idéias de restrição do poder pessoal com o apêlo que repetidamente tenho feito ao Imperador para que use largamente da influência que adquiriu, e que exerceu, por exemplo, para continuar a guerra do Paraguai até a destruição do último soldado de Lopez, em uma missão infinitamente maior e melhor, para extinguir a escravidão pessoal na América; mas, dizia eu, a falta de iniciativa da coroa é um ponto de extrema delicadeza para ser tratado não tanto pelo liberal, adversário do poder pessoal da coroa, como pelo historiador desejoso de estudar as circunstâncias especiais de cada situação e de cada ano do reinado.

A oposição conservadora denuncia agora o Imperador como chefe da propaganda abolicionista; atribui o projeto Dantas à pressão imperial, e procura por todos os modos identificar a monarquia com o abolicionismo. Alguns republicanos — digo alguns porque hoje o partido Republicano

está assumindo na questão da emancipação uma atitude diversa, e a única atitude honesta para republicanos de convicção —, acreditam que os conservadores estão servindo à república com tais ataques contra a monarquia. É estranho que conservadores escravistas denunciem a instituição monárquica, primeiro por serem êles monarquistas; depois porque se a escravidão bem ou mal vive com a monarquia, ela não viveria um dia sequer com a república. Mas até certo ponto os conservadores estão inconscientemente preenchendo a sua função social de conservar, quando julgam estar aluindo. Essa legenda, que a porção *conservadora* do partido criou em 1871, e que ela volta a produzir em 1884 —, de que o govêrno não tem autonomia em nada do que propõe pela emancipação, que tudo é obra exclusivamente do Imperador —, é um esteio que os conservadores estão preparando para a própria monarquia, e com o qual êles mesmos hão de ampará-la no futuro.

Quando a instituição correr sérios perigos, êsse será um dos títulos de benemerência que os conservadores hão de alegar a favor dela. Então êles hão de procurar pôr do lado do trono os descendentes, por milhões, dos escravos que êle hoje é acusado de querer libertar à fôrça.

Mas exatamente porque a dinastia há de tirar imenso benefício dessa legenda é que nós desejaríamos ver o Imperador convertê-la em realidade. Não há dúvida que de 1840 a 1850 o Imperador lutou constantemente pela supressão do tráfico, encontrando as maiores resistências; que de 1865 a 1871 êle fêz grandes esforços pela libertação dos nascituros, e finalmente que em 1884 optou resolutamente, — concedendo ao ministério Dantas a dissolução da Câmara, — pela liberdade dos escravos de 60 anos e outras medidas de emancipação lenta contra o imobilismo e a estagnação. Mas essa fé de ofício não se compara, por exemplo, à do Czar Alexandre II. Há quarenta e quatro anos que Dom Pedro II reina e a capital do Império, que se jacta de ser a primeira cidade da América do Sul, é ainda um mercado de escravos!

Depois de 44 anos de reinado estamos tratando de libertar escravos de 60 anos, êsses mesmos africanos de nascimento, importados nos navios negreiros e que a lei declarou livres em 1831!

« Se algum monarca absoluto, disse um dos maiores pensadores e o primeiro escritor da Inglaterra moderna, John Morley, fôsse tomado de uma resolução filantrópica de transformar a marcha de uma sociedade que parecesse achar-se à sua disposição, êle poderia, talvez, com a perseverança de uma vida inteira, conseguir lançar a sociedade em confusão permanente. » Pode-se talvez pretender que se o Imperador de 1840-50 quisesse limitar a escravidão não teria conseguido acabar com o tráfico; que se no longo sono da consciência nacional de 1850 a 1865, êle tivesse feito da emancipação o *pensamento do reinado,* não teria encontrado para acompanhá-lo ministros nem partidos e teria assim sido obrigado *a lançar a sociedade* (política) *em confusão permanente* para chegar aos seus fins, talvez sem êxito; que se depois da lei de 28 de Setembro de 1871 até o presente, êle continuasse a instar pela supressão rápida da escravidão, em vez de deixar a opinião nacional formar-se e reclamar o que êle queria ver realizado em seus dias, a sua atitude poderia dificultar, em vez de apressar, a marcha do movimento, isolando-se e tornando-se suspeito, êle que, como auxiliar, de tanto serviço podia ser aos seus ministros.

Não sei como será planejada a justificação do Imperador; se no sentido que esbocei, se no espírito da hipocrisia e ficção constitucional, que não êle, mas os seus ministros, traçaram às linhas gerais da história do Brasil em todo o segundo reinado. Como quer que seja, a iniciativa do Imperador tem sido pelo menos intermitente. Pode dizer-se que em 1866 foi ousada, que de 40-50 foi decidida, mas dir-se-ia também que à medida que a idéia marchou ela retraiu-se, quem sabe se por não ter confiança na transformação rápida do trabalho e da sociedade de escrava para livre!

Diz-se que o Imperador deseja ver a escravidão acabada no Brasil no fim do século; mas o país espera que o jubileu do reinado, o que será muitas vêzes chamado as bodas de ouro do trono atual com a nação, não se complete em 1890 sob a escravidão.

O problema hoje não é já abolir a escravidão no Brasil, mas em 18 províncias do Brasil. O Ceará tomou a iniciativa e inscreveu-se em primeiro lugar na lista das províncias de solo livre. Apenas a obra do Ceará estava completa, apareceu outra encarnação do mesmo espírito nacional no Amazonas, que também se libertou. Hoje que o Amazonas está livre, como que para mostrar a universalidade do movimento pelo Brasil, a maré abolicionista começa a subir no Rio Grande do Sul, na vizinhança do Prata. Depois do Rio Grande virá Santa Catarina, e assim por diante. Em pouco tempo teremos livres da escravidão tantas províncias quantas bastem para dar-nos a maioria no parlamento. Em tais condições, a metade do Brasil livre não esperará pelo fim do século para ajustar as nossas leis, o nosso direito, o nosso estado social às exigências da civilização que proclama, pela voz do direito das gentes, que a escravidão é um crime contra a humanidade.

É possível que a desconfiança ou incerteza, que o Imperador ainda parece nutrir sôbre a vitalidade do Brasil sem escravos, se desvaneça pouco a pouco e dê lugar a uma intuição mais otimista do organismo nacional. A falta, entretanto, de ação pronunciada, decidida, constante, do único poder autônomo e certo do dia de amanhã, que existe entre nós, tem sido *uma das condições desfavoráveis* que o movimento abolicionista tem encontrado. O que se tem feito, é devido, na máxima parte (porque é a coroa e não o parlamento nem a nação que sustenta entre nós os gabinetes reformistas) ao Imperador; mas o que *não* se tem feito, podendo-se fazer, sem inconveniente mas com vantagem, deve ser levado à mesma conta. Quando em uma nação, como acontece no Brasil, a fôrça política inicial está concentrada nas mãos de um homem só, pela abdicação ou pela aquiescência tácita de

todos, seja êsse homem um Péricles ou um Pedro II, o que se faz e o que se não faz nesse regime de ditadura moral deve ser imputado à única realidade política existente.

Quanto à intransigência da propriedade e à inércia do temperamento nacional, são elementos que não basta apontar, que é preciso felizmente qualificar também. Não há dúvida que a resistência dos proprietários é enorme, mas a área em que ela se exerce está sendo cada vez mais limitada. Além disso, do seio da própria classe dos proprietários têm saído as mais eloqüentes condenações da escravidão nas libertações em massa que alguns dêles têm feito dos seus escravos. As liberdades por testamento não podem ser consideradas grandes atos de generosidade desde que os senhores não têm a alternativa de levar os escravos consigo, mas as libertações em vida têm sido numerosas e desinteressadas.

No Ceará a população foi tomada do espírito de emancipação como de uma epidemia moral; o mesmo está acontecendo no Rio Grande do Sul. Mas apesar de todo êsse movimento, a massa dos proprietários agrícolas continua a acreditar exclusivamente na escravidão, a repugnar o salário e a guardar as porteiras das suas fazendas fechadas à invasão das idéias novas por um cordão sanitário inquebrantável. É assim que a liberdade dos escravos de 60 anos, os inválidos do trabalho sem remuneração, os inúteis, e portanto os desprezados da fábrica humana das senzalas, é ressentida pela grande propriedade como se fôsse a abolição instantânea, sem indenização. Desde que se propõe uma medida, ela rejeita-a sem sugerir uma alternativa. A alternativa única da escravidão é a imobilidade, o deixar-se a morte resolver por si o problema e reconciliar o Brasil com a civilização. « Nenhuma comunhão cristã, escreveu Finlay, aboliu jamais voluntàriamente a escravidão. Em país algum em que prevaleceu deixou a escravidão rural de existir senão quando o preço dos produtos criados pelo trabalho escravo caiu tão baixo que não deixava lucro para o senhor de escravos. » O Brasil não fêz exceção a esta regra; pelo contrário, a resistência à eman-

cipação está na razão direta do valor do produto do braço escravo. Estamos no reinado do café e é o café que. maiores embaraços levanta ao resgate dos escravos.

Apesar, entretanto, de todos êsses obstáculos, a emancipação teve de novo a sua hora com o ministério Dantas e afirmou o seu poder sôbre a consciência do Imperador pelo ato patriótico da dissolução da Câmara. Achamo-nos assim neste momento no centro de uma área de perturbação cuja extensão, intensidade, repercussão e estragos não se pode bem prever. As eleições vão ter lugar e o país vai pronunciar-se. O que provàvelmente acontecerá quando se reunir a futura Câmara; como a eleição afetará a sorte dos partidos; que combinações hoje impossíveis tornar-se-ão de repente necessárias; é o que procurarei conjecturar na carta seguinte. Por hoje posso apenas dizer isto, que deve causar algum prazer aos amigos da humanidade e a quantos no Rio da Prata, esquecidos de rivalidades e ressentimentos, que a nova geração brasileira nem conhece, fazem votos pelo progresso e desenvolvimento desta vastíssima porção do continente americano: a nação, aconteça o que acontecer, não há de recuar um passo do marco firmemente assentado pelo atual ministério; para todos os fins da civilização brasileira e da redenção dos escravos interessados pela esperança na sorte do projeto, as medidas ou outras equivalentes, talvez mais, nunca menos, que os esclavagistas definem como o *pacto* da coroa com o sr. Dantas, acham-se tão seguramente adquiridas para o futuro nacional e para a transformação do Brasil-escravo em Brasil-livre, como se houvessem sido votadas pelo atual parlamento.

O SR. DR. SEABRA (1) E O SR. JOAQUIM NABUCO

[*30 de outubro de 1884*]

Eu devo ao sr. dr. Seabra o obséquio de ter dado conhecimento ao público da espécie de difamação de que sou vítima por parte de pessoas que não tenho a honra de conhecer e que seguramente não me conhecem. Interpelado na imprensa por haver-me chamado pùblicamente de *especulador* e dito sem fundamento que eu possuía escravos de que me desfizera por venda para encetar a propaganda abolicionista, o sr. dr. Seabra explica desta forma no *Jornal do Recife* de hoje o episódio do bonde de Santo Amaro: « Como o mesmo (um cavalheiro que êle não conhecia) afirmasse que o sr. dr. Portela é escravocrata, respondeu-lhe que pelo menos sempre havia praticado atos demonstrativos do contrário, alforriando sem indenização alguma os escravos que tem possuído, quando, no entretanto, *diziam* e *corria* que o sr. dr. Nabuco havia vendido os que herdara com um engenho. »

No seu artigo o sr. dr. Seabra grifou as palavras *diziam* e *corria,* mas por certo não lhe deu a mesma ênfase e relêvo na conversa. Julgue, porém, o público da natureza moral do paralelo feito pelo sr. dr. Seabra, entre dois homens, pelo que *sabe* de um, e pelo que *corre* acêrca do outro.

O sr. dr. Seabra acrescenta: « Quem quiser verificar o que há de certo e exato sôbre tais *boatos,* que tome sôbre seus ombros semelhante tarefa. A mim pouco interessa ». Quer isto dizer, o sr. dr. Seabra difama-me do modo mais cruel, alui pela base a minha reputação tôda, lança uma nódoa ignominiosa de especulação sôbre o meu caráter público, e deixa aos outros que *tomem sôbre os ombros a tarefa de veri-*

---

(1) O de J. J. Seabra, professor da Faculdade de Direito do Recife, conservador e abolicionista.

ficar o que há de certo e exato na calúnia política, de que êle na sua elevada posição de lente de uma Faculdade, não duvidou fazer-se eco em lugares públicos contra um homem de cuja coerência de vida e extensão de desinterêsse êle não tem idéia, porque isso *não lhe interessa*!

Pois interessa-me muito a mim, o difamado; não há nada, absolutamente nada que me interesse mais. Se alguém conseguisse provar que eu algum dia vendi um escravo, ter-me-ia inutilizado, de um só golpe, para a campanha abolicionista, desmoralizando tudo o que eu tenho dito, escrito e feito nestes últimos 14 anos, porque, desde que saí da academia (antes mesmo), eu não falei uma vez em público, e também não escrevi, por assim dizer, uma só página, em que não denunciasse o crime da escravidão. Mas isso ninguém provará, porque em minha vida eu não exerci um minuto de poder jurídico sôbre escravo algum, e portanto nunca me achei colocado em posição de poder vender, nem alforriar um escravo próprio. As únicas transações que tenho feito com relação a escravos têm sido para alforriar escravos alheios. Nessa questão da escravidão posso falar com a mais absoluta isenção de espírito, porque não tenho na consciência um segundo, sequer, de cativeiro humano. Acredite o sr. dr. Seabra que no meu abolicionismo, pelo menos, eu sou invulnerável.

A CRISE ATUAL DO NOSSO PONTO DE VISTA

[*25 de abril de 1885*]

A ENFERMIDADE de que está sofrendo o sr. Dantas obriga-o a deixar, por alguns dias, a atmosfera empestada da nossa política pessoal.

Não será isso um mal se, durante êsse curto intervalo, todos os lados, em que se divide a Câmara, tiverem o patriotismo de examinar o alcance e as conseqüências de cada uma das soluções propostas para a crise presente. O partido abolicionista tem que dizer, a êsse respeito, alguma coisa que talvez esclareça o futuro.

Em primeiro lugar, não somos intrusos falando, porque esta situação fomos nós que a criamos. O gabinete Dantas não é outra coisa senão a conversão do partido Liberal aos princípios nacionais que os abolicionistas proclamam há seis anos.

O que caracteriza a nossa atualidade, isto é, a precedência da reforma servil a qualquer outra, a necessidade de dar satisfação à consciência pública a respeito do crime hereditário, a absorção de todos os interêsses menores nesse interêsse máximo da libertação nacional; isto que dá à atualidade a sua feição predominante de abolicionista, não é obra nem do partido Liberal só, nem dos seus chefes senatoriais. É obra dos abolicionistas; da minoria abolicionista da legislatura de 1879 a 1880 e da imprensa que a sustentou; da Libertadora Cearense e da Assembléia do Amazonas; da Confederação Abolicionista e da *Gazeta da Tarde*; de todos os que levaram anos a repetir que a escravidão se achava intacta como potência política, apesar da lei de 28 de Setembro; que ela era o maior de todos os inimigos do nosso país, e que, antes de tudo, acima de tudo, era preciso esmagá-la.

A lealdade com que temos apoiado o ministério Dantas prova a nossa sinceridade; apoiamos com efeito um estadista

que pede menos — muito menos — do que nós; que oferece uma solução demorada, ilógica e insuficiente, a um problema que quiséramos acabar por medidas prontas, rápidas e eficazes; que, 14 anos depois da lei Rio Branco, só propõe a liberdade imediata de velhos de 60 anos, na sua máxima parte escravos de contrabando.

Para nós é até duvidosa, duvidosíssima, a vantagem de um gabinete que se resigna a caminhar tão pouco e tão devagar quanto lhe permitem as resistências de uma Câmara eleita pelas fazendas e de um Senado ossificado na vitaliciedade e fossilizado na escravidão.

Um ministério abolicionista — gradual como êste quer dizer o desarmamento de nossas fôrças. A superstição que todos temos no govêrno basta para suspender o fervor da agitação particular, na expectativa de que tudo se faça sem os nossos esforços, pelo simples rodar do *Carro de Apolo*; e isso tem de fato diminuído a velocidade do movimento abolicionista em algumas províncias, isolando o Ceará e o Amazonas no seu esplendor solar, e deixando esta capital, por exemplo, em tôda a profundidade de sua vergonha.

É certo que o sr. Dantas tem-nos prestado os mais relevantes serviços, mas não pela perspectiva do seu projeto, e sim por sua identificação com a marcha geral e as vistas elevadas da propaganda, cujos principais colaboradores são os melhores amigos e auxiliares do govêrno. Aparar em redor a escravidão é quase tão difícil como aboli-la, porque a resistência que ela opõe é sempre a mesma. O pobre art. 1.º do projeto bastou para tornar os procuradores políticos do escravismo inimigos tão intransigentes do ministério como se êle houvesse proposto a abolição imediata. Isso concorreu mais do que tudo para colocar o presidente do conselho na dependência do apoio abolicionista.

Se o Senado o houvesse sustentado, êle não se preocuparia conosco; se a grande propriedade não o tivesse repelido como se fôra um salteador, êle não teria precisado dos *que nada têm que perder*.

Essa união e solidariedade forçada do ministério com os abolicionistas foi o único serviço incontestável que êle nos prestou, e por causa dessa união — prova desde que êle não recuou diante dela e a aceitou de todo o coração, da sinceridade dos seus sentimentos, — nós lhe relevamos o projeto Rodolfo Dantas, medida muito pequena para as nossas aspirações e para a nacionalização do nosso povo.

Mas, por isso mesmo temos o direito de dizer o que hoje dizemos ao país. Pensa-se em derrubar o ministério Dantas; em sacrificar o estadista que salvou a honra não só do partido Liberal, mas do Brasil, nesta infeliz situação, a qual mais parece de conservadores. Ninguém sabe quem virá depois dêle; não há estadista nenhum conhecido que se proponha a governar em substituição do atual gabinete, reproduzindo-lhe o projeto; cada qual tem a sua fantasia, tão absurda, tão pessoal, tão ruim, digamos logo, como o projeto — e o projeto não é mais absurdo, nem pior do que a lei de 28 de Setembro ou qualquer outro sistema falso de medidas indiretas ou gradualíssimas — mas sem ter a vantagem do projeto; de ter estado há quase um ano no domínio público, de ser conhecido pelo mundo inteiro, de ter dado aos escravos esperanças certas e determinadas, de ter merecido a sanção prévia do Imperador, expressa pelo decreto que dissolveu a Câmara passada.

Não se sabe que projeto substituirá o atual, nem que estadista parecerá mais capaz de conseguir do parlamento o apoio que o sr. Dantas não alcançar. Pois bem. O que nós abolicionistas temos que declarar é o seguinte: que o sr. Dantas inspira-nos confiança, porque nós o conhecemos e sabemos que com tempo diante de si êle poderia dar a uma lei má uma execução que a tornasse boa e eficaz; mas que não estamos dispostos a aceitar um projeto como o de que se trata, tão estreito, tão acanhado, tão insuficiente, das mãos de nenhum estadista que não faça causa comum conosco.

O prazo para a extinção da escravatura não é evidentemente o de nenhuma lei que se possa votar, é o que a cons-

ciência pública lhe está marcando, quase imediato, e há nos sentimentos morais acordados na população tôda, na dignidade crescente dos próprios escravos, na honra do exército e da armada, nos impulsos até dos senhores, nos compromissos da coroa e na conspiração geral da nossa humanidade e civilização, muita coisa que nos autoriza quase a dispensar para a solução pronta, pacífica e nacional dêsse grande problema a intervenção tardia, relutante e funesta de um parlamento no qual ainda não bateu, em crise alguma da nossa história — o coração da pátria!

O SR. MARTINHO CAMPOS E OS ABOLICIONISTAS

[*27 de abril de 1885*]

O ILUSTRE sr. Martinho Campos disse ontem no Senado o seguinte:

« É uma questão em que se vê que a imprensa petroleira não concede ao parlamento nem o direito de deliberar; para ela a questão já está decidida..

« O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Não está.

« O SR. MARTINHO CAMPOS: — É questão de um dia para o tal exército com que contam, mas que há de ser contra êles.

« O SR. SILVEIRA DA MOTA: — Não está decidida.

« O SR. MARTINHO CAMPOS: — Assim prega a imprensa petroleira.

« O SR. CRUZ MACHADO: — Ainda hoje.

« O SR. MARTINHO CAMPOS: — Ainda hoje em artigo transcrito de ontem. »

Essa alusão do sr. Martinho refere-se visìvelmente ao artigo recente do sr. Joaquim Nabuco. Reproduzimos em seguida o trecho final dêsse artigo grifando algumas palavras e intercalando, entre parêntesis, algumas explicações para se ver como o sr. Nabuco, longe de ser um *petroleiro*, só quer para o problema uma solução verdadeiramente nacional:

« O prazo para a extinção da escravatura não é evidentemente o de nenhuma lei que *se possa* votar, é o que a consciência pública lhe está marcando, quase imediato; e há nos *sentimentos morais* acordados *na população tôda*, na dignidade crescente dos próprios escravos » (isto não é insurreição: é pecúlio, economia, solidariedade, confiança na justiça pública), « na honra do exército e da armada » (isto é não pronunciamento nem sedição, mas patriotismo, garantia da opinião, reconhecimento nacional às nossas fôrças de mar e

terra e respeito à nossa bandeira) «*nos impulsos até dos senhores*» (será isto também suspeitoso?), «nos compromissos da coroa» (isto não é golpe de Estado, é influência moral do Imperador sôbre tôdas as classes, o exemplo e a solicitação do trono ao patriotismo de todos), «e na conspiração geral da nossa humanidade e civilização» (não terá sentido esta frase?) «muita coisa (não é tudo) que nos autoriza *quase* (veja-se o quase) a dispensar (não é repelir nem rejeitar) para a *solução pronta, pacífica e nacional* dêsse grande problema a intervenção tardia, relutante e funesta (funesta por vir com a indenização que se reclama) de um parlamento no qual ainda não bateu em crise alguma da nossa história o coração da pátria!» (Isto não é ser *inimigo do parlamento,* é querer que êle seja o órgão nacional por excelência, o que não tem sido nem pode ser no regime da eleição censitária que deixa a nação fora dos comícios).

Essa foi, portanto, a linguagem, como sempre, cheia de reserva e moderação do sr. Nabuco, o qual dizendo que a nação com o executivo podiam quase dispensar o parlamento, não aludiu nem a insurreições de escravos, nem a motins militares, nem a proclamações a Lincoln ou a Lamartine, mas quis dizer: 1.º, que se as nossas leis existentes, notàvelmente a de 7 de Novembro e a de 28 de Setembro fôssem rigorosamente executadas, não se precisaria de nenhuma outra para completar a abolição; 2.º, que a nação anda muito adiante do parlamento; 3.º, que uma agitação em grande escala, *cette sainte agitation de la conscience,* como a chamou Lamartine, auxiliada pelo govêrno, pela imprensa, pelas assembléias provinciais, pelos proprietários de escravos, daria ao problema o que o projeto Dantas não dá, o que nenhuma lei das nossas câmaras pode dar, uma solução *pronta,* quer dizer no mais breve prazo possível, *pacífica,* quer dizer sem nenhuma perturbação da ordem pública, *nacional,* quer dizer com o concurso de todos, com a reconciliação de todos.

É assim que o sr. Nabuco é petroleiro! Petroleiro, porém, é o sr. Martinho Campos, mas petroleiro da escravidão!

A sua linguagem nunca teve moderação nem reservas. Faltam-lhe pedais. Qualquer adversário que êle ataca, é num combate de morte. Êsse grande discípulo de Evaristo, êsse homem glorioso que foi por tanto tempo mais do que o reduto pessoal das liberdades políticas do país, é o estadista de uma classe sòmente, e com a mesma esplêndida coragem com que defendeu a liberdade dos *brancos* está hoje galvanizando e embalsamando a escravidão dos *pretos*.

É, como o próprio sr. Nabuco o descreveu na Câmara, — o nosso Calhoun, o grande estadista do Sul, o pensador do esclavagismo, ídolo da sua classe e da sua raça, mas o criador também de um espírito de desunião, que só pode levar o país às ruínas da guerra civil.

Ainda ontem êle dividiu a nação em *brancos* e *pretos*.

« Nunca entrou no meu radicalismo e liberalismo pregar o direito de insurreição.

« O sr. Silveira da Mota dá um aparte.

« O sr. Martinho Campos: — É a mesma coisa — escravos brancos, escravos pretos. Eu, pela minha parte, declaro a V. Ex. que me interesso muito mais pela liberdade dos brancos; garante a êles e aos pretos, e a dos pretos não sei se garantirá a êles, a nós certamente que não. »

É admiràvelmente pensado, como se vê, mas no Brasil ninguém tem o direito de dividir o país em duas côres; nenhum homem de Estado deve fazê-lo. O nosso povo é uma mistura de raças. A liberdade do prêto é tão sagrada, entre nós, pelo menos como a do branco, porque o prêto e o branco se confundem nos milhões da nossa população.

O verdadeiro estadista não pode aludir neste país a diferenças de côr para dizer que prefere a liberdade de uma raça à de outra. Isso, sim, é levar o morrão aceso ao paiol de três séculos de desigualdades sociais!

Ou nós nunca seremos uma nação, mas sim raças sobrepostas, como no sul dos Estados Unidos, ou seremos uma nação mestiça.

Nenhum povo ganha em iludir-se sôbre a sua própria etnologia, nem há sentimento mais deprimente e atrofiante para a nação, como para o indivíduo, do que ter vergonha de si mesmo! O sr. Martinho Campos é um grande liberal — mas um liberal à moda grega, romana ou norte-americana: o homem da sua raça, e por isso êle nem mesmo faz justiça a quem num país polícromo como o Brasil quer ser o homem da sua nação e nação futura, porque a nossa se está formando ainda.

II

A SESSÃO PARLAMENTAR

Artigos publicados
n'« O País »
1886

A NASCENÇA DA CÂMARA

[*9 de maio de 1886*]

Quem se lembrar do modo por que nasceu a legislatura passada, das dores que ela causou ao partido Liberal, e das dificuldades com que foi extraída a ferros conservadores do seio materno, não deve deixar de cumprimentar a situação conservadora pela felicidade do seu novo parto. (1) No govêrno do sr. Dantas cada distrito elegeu dois deputados, que ambos vieram à Câmara, de maneira que a maior das batalhas daquela época foi o encontro dos diplomas. A liberdade de uma raça dependia de um voto, e assim cada reconhecimento foi um combate encarniçado. No meio dessas lutas terríveis nasceu a Câmara passada, que o povo, o pobre povo brasileiro! tinha eleito para a abolição, mas que um pequeno grupo de dissidentes traspassou, ainda no ventre, ao partido escravista.

Foi assim um berço cheio de acidentes, um nascimento histórico, porque havia empenhado nêle um interêsse que talvez não disponha de um real, mas que é mais precioso à parte da nação moralmente educada do que o valor de qualquer safra de café acrescentado ao valor das hipotecas dos bancos. Era um acontecimento que devia falar, assim como falou aos pastôres e aos anjos o parto obscuro de uma jovem nazarena num curral de Belém, à consciência nova que,

---

(1) O conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas assumira o poder a 6 de junho de 1884 e dissolveu a Câmara por decreto de 3 de setembro de 1884. A nova Câmara foi eleita a 1.º de dezembro do mesmo ano. Tendo sido derrotado, em vista de seus planos emancipadores, Dantas demitiu-se, assumindo a chefia do gabinete o conselheiro José Antônio Saraiva, a 6 de maio de 1885. Com êste gabinete findou-se a situação liberal. A 20 de agôsto de 1885 assumia o poder o novo presidente do conselho, barão de Cotegipe, e a 26 de setembro era novamente dissolvida a Câmara. As novas eleições procederam-se a 15 de janeiro, resultando delas uma Câmara fortemente ministerialista.

depois dos horrores do tráfico e da indiferença pela condição social de uma raça humana, se ia formando entre nós e pouco a pouco fazendo cada uma das altas muralhas de interêsses seculares abater-se nos corações brasileiros para que pudessem passar por êles, livres, regulares, e vivificantes, os ventos gerais da civilização. Infelizmente em vez de ser exposta à adoração dos humildes a idéia redentora encarnada na legislatura infante, o que se viu na mangedoura foi a própria escravidão, ruminando tranqüilamente como sempre, e os dois partidos debaixo dela a ordenhá-la e oferecer o leite aos Reis Magos que vinham para adorar!

Desta vez a Câmara nasceu, ou está acabando de nascer, sem nenhuma laboriosidade. Em primeiro lugar as eleições se fizeram, exceto em alguns pontos, sem duplicata de diplomas. Os liberais derrotados sujeitaram-se à derrota, e não pensaram em vir demonstrar às comissões de poderes que em uma eleição a lei eleitoral pode ser fielmente executada sem por isso a eleição deixar de ser uma cadeia de fatos que deviam assentar o eleito não na Câmara mas no mocho da penitenciária. Os contestantes são conservadores que contam com a solidariedade partidária uns, e outros com o horror que certos nomes inspiram ao govêrno. Em um caso único, parece, o contestante é liberal, o do sr. Cesário Alvim; mas êsse liberal, que serviu de receptáculo aos votos conservadores, sabe muito bem a significação que tem para os liberais mineiros sob o ministério Cotegipe a vitória e o nome do deputado eleito, e não ousa figurar por si, esperando talvez que os conservadores *motu proprio* despachem o sr. Alvim com um simples — *Não confere.*

O reconhecimento do sr. Eusébio Antunes (2) por Mato Grosso bastaria para desanimar qualquer reclamante ingênuo. A lei eleitoral expressamente proíbe a eleição de diretores de companhias subvencionadas na província, mas a

(2) Eusébio José Antunes, militar, eleito pelo 1.º distrito de Mato Grosso por 320 votos. Faleceu antes de tomar posse.

Câmara, guiada pelo sr. Soriano de Sousa (3) — que todos já imaginávamos ser um casuísta porque é em Pernambuco um dos membros leigos da Companhia de Jesus — descobriu que o *presidente* de uma companhia não é *diretor*, nem, na forma da lei, *interessado* nela. O presidente, como todos sabem, é o *diretor* eleito presidente pelos diretores, mas, segundo o sr. Soriano e a Câmara, êsse diretor perde o seu caráter de diretor pela distinção que lhe fazem os seus colegas! É literalmente como se o sr. Andrade Figueira não fôsse considerado deputado por ser o presidente da Câmara.

Até agora, por outro lado, todos supunham que não houvesse ninguém mais interessado numa companhia do que o presidente dela, mas o teólogo sr. Soriano e com êle a Câmara entendem que o presidente é exatamente quem menos interêsse tem na companhia. Imagine-se o efeito que teria essa noção se se espalhasse ràpidamente entre os acionistas, de que os presidentes das suas companhias não são interessados nelas! Não ficava um presidente no lugar, mas como substituí-los? Que formidável crise comercial não provocaria o catecismo político do sr. Soriano e da Câmara se o bom senso do comércio não atinasse com o *ad hoc* dessa nova espécie moral!

Mas também de que fôrça não está agora revestido o sr. Antunes, perante a Câmara, o govêrno e o presidente de Mato Grosso, para tratar dos interêsses dessa companhia de que êle é deputado, ou antes é presidente, mas não é interessado? Agora está êle com a autoridade precisa para pedir, se julgar conveniente, aumento da subvenção e outros favores. É verdade, entre parênteses, que chegamos a um tempo, a julgar pelos entrelinhados sôbre a comissão ao Banco do Brasil no empréstimo interno, em que a palavra *favor* está adquirindo o sentido antitético de perseguição, como algumas palavras existentes em certo período humano que significavam ao mesmo tempo duas idéias opostas, *altus*, por exem-

---

(3) José Soriano de Sousa, professor da Faculdade de Direito do Recife, eleito deputado pela Paraíba.

plo, alto e baixo. D'ora em diante o sr. Antunes pode dirigir-se aos poderes públicos, gerais e provinciais, no que respeita à sua companhia de navegação, do modo mais sobranceiro, fazendo valer o voto da Câmara que o declarou sem interêsse na emprêsa, da qual à vista disso o govêrno faria bem em nomeá-lo fiscal.

De uma Câmara, que começa assim, não há muito que esperar, mas também os sete deputados liberais contestados, que encontrei ontem nos corredores, tinham a aparência dos sete mancebos de boas famílias que eram mandados todos os oito anos para Creta como o tributo de Minos. O sr. Antônio de Sequeira, um dêles, foi ontem decapitado na comissão pelo próprio partido que êle mais do que ninguém ajudou a subir com a moção histórica das *vaias*. A sua eleição é incontestável, mas os conservadores estão pensando em outra coisa. Já passou o tempo em que para êles os srs. Moreira de Barros, Afonso Pena e Antônio de Sequeira eram os homens *sérios* do partido Liberal (4).

Os dissidentes cometeram dois erros: um foi acreditarem que os conservadores os apreciavam pelas suas virtudes, quando o que faziam era adulá-los pelos seus votos; e outro acreditarem que os conservadores, quando subissem, lhes dariam pelo menos garantias. A princípio esperava-se que a onda torrencial de uma situação nova se detivesse, por ordem superior, diante das candidaturas sagradas de alguns elefantes brancos. Não viam êsses que uma onda move-se de modo mecânico! Depois acreditou-se que o partido seria benigno para com aquêles que lhe tinham servido de escada na questão dos escravos, funcionando com êle nas comissões mistas, sem se lembrarem de que os partidos — como os indivíduos em certas circunstâncias previstas no Código Penal — têm às vêzes interêsse em fazer desaparecer a escada por onde entraram em casa alheia.

---

(4) Dissidentes do partido Liberal, êsses deputados votaram a moção de desconfiança ao gabinete Dantas.

Dêsse modo o sr. A. de Sequeira, com uma eleição perfeita, vai ser excluído da Câmara por se ter deixado dominar da epidemia mental que o sr. Sinimbu (5), ao inaugurar a situação, espalhou entre alguns ministros dêsse período, a de pensarem que o partido Conservador é que era o partido sério, de ordem, de moralidade e de govêrno.

Por tôdas essas causas combinadas a nova Câmara contrasta singularmente ao nascer com a sua predecessora. A diferença entre o aspecto das duas assembléias na sua formação é tão grande como a do mar em tempestade e do mar esquecido de si. Um curto espaço de tempo intervala as duas épocas, e em grande parte são os mesmos homens. Há porém esta mudança: o partido Liberal, extenuado pelo esfôrço que fêz para dar uma pátria a um milhão de escravos, quebrado em pedaços por ter querido, êle, vasilha velha de molde conservador, guardar o espírito novo de uma revolução social, precisa de um chefe, e precisa ainda mais de uma bandeira, ao passo que o partido contrário, dominando na solidão de uma Câmara quase unânime, sente-se, por ter suprimido da face do país a figura do escravo, tão senhor do Brasil como Caím devia ter-se sentido senhor da terra depois da morte de Abel.

---

(5) João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, visconde de Sinimbu, inaugurou a situação liberal em 1878.

PRO DOMO SUA

[*11 de maio de 1886*]

Ontem consideramos o discurso do sr. João Alfredo pelo seu lado verdadeiramente original, como sendo a primeira tentativa em política para regular o chamado filhotismo por meio de obrigações positivas.

Parece que ninguém estranhou no Senado a isenção de ânimo com que o sr. João Alfredo, depois de ter dado a seu filho um diploma de deputado, deu-lhe solenemente êsse diploma de incapaz. (1) O Senado, que é uma instituição das que Sêneca chamava valetudinárias, não pode deixar de aprovar uma inovação que o tornaria tutor da instituição juvenil. Quanto maior fôr o número na Câmara de filhos de senadores, sujeitos ao *pátrio poder*, maior será o poderio do Senado. Dêsse modo o sr. João Alfredo rasgou à oligarquia do campo de Sant'Ana extensos horizontes de futuro. A emancipação dos filhos de senador vai ser adiada indefinidamente e há muitos outros benefícios que êles podem fazer à parte de sua prole que destinarem ao emprêgo parlamentar.

A educação de um dêsses futuros representantes deve ser dirigida de modo a prepará-lo para travar os seus grandes combates políticos correndo para debaixo das asas ouriçadas do pai. Basta que os pais falem no Senado pelos seus filhos menores, assumindo a responsabilidade do que êles fazem. O espírito público dentro de pouco se habituará a ver na Câmara apenas um viveiro de criação de filhos de senadores, e como os interditos de tôdas as espécies inspiram sempre muita simpatia, quando, a exemplo do sr. João Alfredo, o direito do povo, de ser representado no parlamento, fôr redu-

---

(1) O senador conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, defendeu, na tribuna do Senado, o diploma de seu filho, o bacharel Alfredo Correia de Oliveira, eleito deputado pelo 13.º distrito de Pernambuco.

zido por lei ao direito do senador de ter filhos, e é o que deve ser, a nação não terá outro recurso, em honra do seu parlamento, senão o de pôr ao alcance dêle todos os meios higiênicos e hidroterápicos que a ciência tem imaginado para corrigir os efeitos da hereditariedade mórbida.

Todos nós já sabíamos que era assim mesmo, e não admira que o sr. João Alfredo, que pensa pelo seu partido na província e que quer pensar por êle no Norte, pense dentro de casa por um infante político. Há outro lado também curioso nessa intervenção a favor do contestante do 13.º distrito, e que revela outras doenças da situação conservadora que não a hipertrofia familiar da Câmara. Digo desta situação, porque é preciso não confundir os *filhotes* conservadores com os filhos distintos de chefes liberais que figuraram na situação passada. Ninguém tem-se mostrado mais severo do que eu no juízo dêsse último período, mas comparar os títulos com que se apresentaram os srs. Rodolfo Dantas e Afonso Celso Júnior, por exemplo, dois homens cuja alta posição nas legislaturas de que fizeram parte foi marcada, como devem ser marcadas as posições de combate, pelo respeito dos adversários e não pela proteção dos amigos, com os títulos dos srs. Alfredo Correia, Marcondes Figueira, Ribeiro da Luz e outros, é mostrar apenas um defeito de visão mental.

É uma riqueza para um país quando homens ilustres produzem filhos capazes de continuar-lhes o nome. A moral iria em sentido contrário ao da seleção natural se considerasse a hereditariedade um crime, quando ela fôsse o meio de prolongar de geração em geração uma notável aptidão política. Mas tão natural é o realce que em tôdas as carreiras a sucessão dá ao talento, quanto é fatal o espírito de família introduzido nas instituições de um Estado. Êste espírito, que aliás estiola a própria família, rebaixa os partidos, como se não fôsse bastante serem partidos pessoais, a uma clientela doméstica, torna o sucesso em política uma luta de salas de costura, transporta as deliberações públicas dos grandes núcleos de opinião, como é modernamente a imprensa, para a

casa de jantar, onde o estadista se revê supremo em uma ninhada, esperando cada qual a sua vez de ser eleito e orgulha-se na admiração de um punhado de aduladores de todos os governos, que lhe vão fazer a sua côrte.

Mas, como eu disse, há um lado no discurso que revela outras doenças da situação.

O sr. João Alfredo, que mostrou no seu ministério possuir a constituição da Dinamarca, há de ser ainda mais senhor da inglêsa. Há dois livros que todos os nossos políticos sentem-se obrigados a mostrar que lêem, May e Paul Leroy-Beaulieu, e que o sr. João Alfredo deve possuir, agora que está fazendo a educação do menor que vai matricular na Câmara. Veja o distinto senador se May não diz nada sôbre a atitude obrigada dos *lords* diante das eleições do parlamento. Eu não sei se May diz alguma coisa, mas sei que nenhum *lord* pensaria em intervir da sua Câmara numa eleição contestada na outra. Isso, que na Inglaterra é uma ficção, que lá ninguém faria mal violando, entre nós tem o maior alcance por afetar a verificação dos poderes.

A verdade é que o discurso *pro domo sua* do distinto senador é chamada a postos de todos os seus amigos da Câmara a favor do reconhecimento de seu filho. Depois dessa legitimação formal pelo próprio pai, quem, no seu partido, terá coragem para negar ao contestante do sr. A. de Sequeira a qualidade de deputado? Se na opinião do sr. João Alfredo, que é o autor dos dias parlamentares de cada um dos conservadores da deputação pernambucana, nenhum dêles é mais legìtimamente seu filho político do que o candidato de Exu, quem se atreverá a submeter êsse juízo infalível ao seu critério individual? Aí está uma das enfermidades que eu queria assinalar.

O que o senador pernambucano acaba de fazer é alguma coisa mais do que reclamar abertamente para o pai senador a tutela do filho deputado, que êle assim sem pensar equipara a certas classes protegidas por lei. Nós já tínhamos em José Mariano uma espécie nova na deputação de Pernam-

buco, o deputado *irreconhecível*, a saber, o deputado que por sua extrema energia e coragem é incompatível com o govêrno; agora vamos ter outra, a do deputado *filho-família*. Mas não é só o pátrio poder que o sr. João Alfredo reivindica da sua curul, é o poder mais extenso do chefe de uma das três províncias do mundo conservador sôbre os deputados sujeitos à sua lei, e, por êsse meio, é a pressão positiva de um dos triúnviros sôbre as legiões obedientes aos outros dois! Não há quem ignore que o partido Conservador é hoje formado de três núcleos, cada um dos quais tem a cabeça no Senado e a cauda na Câmara. O sr. João Alfredo não faz, ainda nisso, mais do que colocar a responsabilidade onde ela realmente deve ser colocada. Desde que é do Senado que a Câmara é governada, a publicidade da ordem do sr. João Alfredo só pode ser um mal se é um mal a operação da catarata. Quanto mais vêzes êle tiver de transmitir da tribuna vitalícia as suas ordens do dia à outra Câmara, melhor se compreenderá o nosso mecanismo político, tão simples no fundo, ainda que extremamente mais dispendioso na forma, como o govêrno dos caciques. Mas essa posse, que o Senado tomou da Câmara, êsse feudalismo parlamentar que só pode existir e durar criando e desenvolvendo entre os deputados uma sujeição servil do caráter e uma concentração constante do espírito, no interêsse individual de cada um, é uma doença moral, privada e política, a que os liberais não devem ter vergonha de opor a sua indisciplina.

A outra enfermidade da situação, que o discurso do sr. João Alfredo deixa perceber, é a alucinação dos personagens conservadores, de dividirem a sua individualidade. Onde vamos parar nesse caminho? Em medicina alienista essa espécie de perturbação da personalidade, chamada desdobramento nas psicopatias, é fenômeno muito notável. Um indivíduo adquire às vêzes duas consciências, ou mais, e supõe que êle é êle mesmo e outra coisa, ou diversas coisas juntas.

O sr. João Alfredo divide o seu simples *eu* de modo assustador. Êle acredita poder conservar essa divisão de modo a

não confundir-se nunca, mas os desarranjos da personalidade são sempre muito sérios. No Senado S. Ex. tratou de mostrar que essas duas entidades, que mal tiravam dentro do seu cérebro o chapéu uma à outra, eram o chefe político e o pai de família. Êle está certo de que não há juiz mais imparcial da eleição de seu filho no Exu do que o chefe político ausente em São Paulo, e separa a consciência de um da consciência do outro, de modo a parecer um homem dividido moralmente, como os navios, em compartimentos estanques. Um homem assim faz talvez o efeito de não poder naufragar, mas deve sujeitar-se a alguma higiene mental.

O sr. Belisário (2) já tinha também conseguido dividir a sua única individualidade em duas.

O mesmo aconteceu com o sr. Andrade Figueira, na eleição de Goiás (3); e deve suceder ao sr. Ferreira Viana com a resposta à fala do trono. Os chefes conservadores estão todos dividindo a sua pessoa em duas, três e quatro a um tempo, o que em psicologia patológica é um fato de ordem muito grave, e que nas relações sociais não pode deixar de trazer confusões e equívocos, desde que só o indivíduo afetado é que pode distinguir com quem os deputados, os Bancos, os eleitores e o Imperador estão tratando quando falam com êle. Com efeito, Th. Ribot, no seu livro sôbre as doenças da personalidade, cita o fato de uma dessas vítimas de desdobramento da consciência, que, em se lhe perguntando como estava, respondia: — «Qual de mim?» e voltava à sua incoerência.

---

(2) Conselheiro Francisco Belisário Soares de Sousa, senador pelo Rio de Janeiro.

(3) José Marcondes de Andrade Figueira, filho do chefe conservador Domingos de Andrade Figueira, reconhecido deputado por Goiás.

UM GRAVE REPÚDIO

[*12 de maio de 1886*]

DIZ-SE que por ser indispensável ao plano financeiro do sr. Belisário aplicar os impostos da nova lei de 28 de Setembro aos fins gerais do orçamento, êles vão talvez ser afetados ao resgate do papel-moeda. Quando mesmo não seja exata essa notícia, a história terá registrado poucos exemplos mais humilhantes para uma nação da fé púnica do seu parlamento, raras vêzes a honra de um reinado tendo sido mais ostentosamente comprometida pelos ministros da coroa, do que na execução dada até hoje à segunda lei de 28 de Setembro.

Os fatos são de ontem, mas parecem já estar apagados da memória de todos. A causa abolicionista, exceto por um grupo de homens de idéia e de sacrifício, foi servida na sua última fase por tanto entusiasmo mercenário ou forçado, por tantos auxiliares de convicções rasas e adventícias, que o esquecimento da questão dos escravos por tôda essa massa inerte e descorada que nós levamos anos a levantar, deixa repentinamente o país quase sem memória.

Nas grandes enchentes o lôdo é que dá a côr às águas. A subida do partido Conservador teve essa vantagem negativa para o abolicionismo, de purificá-lo, deixando de um lado a pequena torrente, outra vez pura como sempre, e do outro, nas alturas, o lôdo que a havia consideràvelmente engrossado.

É assim que me vejo obrigado a recapitular fatos cuja lembrança devia constituir o próprio pudor da nação.

Em 1884, depois da queda do ministério Lafayette, o Imperador, quando ninguém mais esperava, renovou o contrato do partido Liberal, chamando o sr. Dantas. A situação liberal, por dois fatos sobretudo, por ter deixado desde o

comêço os conservadores governarem de parceria com ela e tomá-la debaixo de sua desdenhosa proteção, e por ter feito causa comum com a escravidão, pondo-se aos pés dela como o seu cão no mato e o seu oficial de justiça nas cidades, era profundamente impopular.

Quando caiu o sr. Lafayette, todos esperavam que a situação fôsse enterrada dessa vez na vala comum, onde ela havia lançado, sem contar os fetos, nada menos de cinco administrações, de fato seis, porque o ministério Sinimbu foi distintamente um ministério duplo.

O Imperador, porém, como se tivesse um remordimento de consciência, e como se nesse tempo achasse que o partido Conservador exalava um cheiro por demais forte de senzala, pensou em ouvir depois do sr. Saraiva a três mestres de obra dessa Tôrre de Babel, chamada partido Liberal. Foram êsses os srs. Sinimbu, Afonso Celso e Dantas. Sabe-se, os jornais da época deram notícia, que o Imperador os sujeitou a um verdadeiro concurso, do qual o tema foi a emancipação, e que o sr. Dantas tirou o prêmio dessa competência.

O chefe do Estado tinha experiência bastante do país, que governa há quarenta e seis anos, para ter sentido, ao deitar-se, nessa noite de 6 de junho, que se tinha metido em uma camisa de onze varas. Também no dia seguinte os mesmos que são hoje empregados nos diversos benefícios parlamentares da coroa, e que são os copistas, tabeliães, archeiros, escribas, estribeiros, etc. da casa política do Imperador, produziram logo a célebre plataforma do Pacto de São Cristóvão. Havia, na verdade, um pacto de São Cristóvão.

Sua Majestade devia ter se lembrado, ao chamar a idéia abolicionista ao poder na pessoa do sr. Dantas, de uma grande imagem política de Bismarck, tirada de *Freischütz*, e que é assim apresentada por J. Klaczko. « Na ópera de Weber », diz êle, « Max, o caçador bom e infeliz, toma emprestado um cartucho a Robin, o gênio mau, e faz cair uma águia, da qual tira uma pena que põe orgulhosamente no chapéu. Depois pede outros cartuchos, mas Robin lhe responde que

são « balas encantadas » e que para tê-las é preciso entregar-se aos espíritos infernais e dar-lhes a alma. Max recua, e então Robin, sorrindo, lhe diz que êle nada ganha em hesitar, porque o pacto está feito e êle já está comprometido pela bala de que se serviu.

« Pensavas tu então que essa águia fôsse um presente gratuito? » Pois bem, quando em 1849 o jovem orador da Marcha do Brandeburgo teve que conjurar a Câmara prussiana que não aceitasse para o rei da Prússia a coroa imperial que lhe oferecia o parlamento de Francfort, êle concluiu exclamando: « É o radicalismo que traz ao rei êsse presente! Cedo ou tarde êsse radicalismo há de erguer-se diante do rei, ped:r-lhe a sua recompensa, e mostrando o emblema da águia nessa nova bandeira imperial, lhe dirá: — *Pensavas tu que essa águia fôsse um presente gratuito?* » Pensava o Imperador que o projeto Dantas fôsse um presente gratuito?

Um monarca, nas condições especiais em que se acha o imperador do Brasil, senhor sem contraste do govêrno do país, que pode amanhã, por exemplo, organizar um ministério de limpeza pública para varrer o país por meio de vassouras mecânicas, não se serve de uma *bala encantada*, como foi o projeto Dantas, contra a outra única instituição verdadeiramente forte do Estado, a escravidão, sem que essa intervenção crie como um *fiat* na ansiedade dos oprimidos e no reconhecimento dos que se identificam com êles um mundo de esperanças. Era fácil não ter impôsto o poder ao sr. Dantas, e ter deixado a situação cair, sem dar-lhe ocasião de arrepender-se, ou, o que era a mesma coisa, continuá-la com o sr. Sinimbu, fazendo-a retroceder ao cruzamento áfrico-mongólico, do qual ela proveio. Mas era impossível lançar a essa situação moralmente sepulta uma ordem de ressurreição nacional, sem produzir entre os escravos, no país, e no mundo a crença de que os galhos da monarquia — sêca como a figueira por ter negado alimento à redenção humana, — iam reflorir, e que a única fôrça social existente no país, capaz de movê-lo e trans-

formá-lo, adquirira consciência ao mesmo tempo da condição do povo e da responsabilidade do trono.

Assim entenderam os conservadores, e êles, os parasitas da monarquia, chegaram ao ponto de declarar, como anunciou o jornal do sr. Belisário, (1) que o partido Conservador estava pensando na república. Não era preciso que êles pensassem na república, bastava que votassem nela, como em São Paulo. A escravidão parecia-lhes um pretexto suficiente para divorciarem-se da instituição à qual êsse partido deve tudo que é. O Imperador não era sòmente atacado, era todos os dias insultado. Eu desafio que se encontre em tudo quanto tenho escrito contra o Imperador em defesa do abolicionismo uma frase intencionalmente mortificante, mas em defesa da escravidão a monarquia era reduzida à pior forma do *clapismo*, têrmo, pelo qual, rendendo homenagem ao estrênuo lutador abolicionista, os escravistas exprimem o superlativo das suas repugnâncias morais. Mas como êles entenderam, entenderam os abolicionistas, entendeu o país todo, do norte ao sul, entendeu o mundo.

Leal ao seu pacto, o Imperador dissolveu a Câmara, e o país foi lançado em eleições convulsivas, como não podiam deixar de ser, eleições em que estava empenhada uma propriedade, que, por si mesma e suas aderências, devia ser calculada em muito mais de dois milhões de contos. Os eleitorados estavam quase todos constituídos feudalmente, e a probabilidade de triunfo para as oposições coligadas era muito grande. O partido Liberal dividira-se, e tendo atravessado uma situação agitada, era quase um inválido. A escravidão afogou os diversos distritos em uma corrupção pútrida, e a verificação dos poderes foi uma batalha, como a de Guadalete, em que os liberais, como os Godos, tinham menos que lutar contra os invasores vindos da África do que com os seus condes descontentes que haviam entregue a fronteira. No fim de muita luta, cai o ministério Dantas.

---

(1) *O Brasil,* fundado em 1883.

O que se viu no dia seguinte? Viu-se por acaso a escravidão triunfante entrar pela Câmara, de chicote na mão, e mandá-la embora em nome da lavoura? Viu-se no poder ou o sr. Andrade Figueira, ou o sr. Martinho Campos, ou o sr. Sinimbu? Não, o que se viu foi o sr. Saraiva com um projeto, que êle dizia mais adiantado do que o do seu antecessor, e as ondas do escravismo, revôltas na véspera, serenadas de repente por um sôpro abolicionista, que não foi outra coisa provàvelmente senão um cochicho do sr. Bom Retiro (2) ao ouvido do sr. Cotegipe. A escravidão mostrou-se de repente abrasada de um nobre desinterêsse pela sorte dos escravos, revelado em uma tarifa módica de valores, que deixava a libra de carne humana no mercado quase pelo mesmo preço que o das outras carnes de consumo. Nós, os abolicionistas, passávamos de repente a ser os inimigos dos escravos, porque não aceitávamos os têrmos do contrato.

Todos os dias as estatísticas conservadoras mostravam que pela nova lei o escravo estaria livre dentro de pouco mais de sete anos. Lembro-me de discursos dos srs. Prado (3), Bezamat (4), e outros, provando que a lei era mais do que eficiente para produzir a emancipação num prazo curto, por efeito do fundo do resgate, combinado com a diminuição anual de preços. A inteligência entre o govêrno e a oposição em tréguas não podia ser mais completa. Aos presidentes governistas, como os srs. Dória e Fleury, (5) foi dado em vida gozar de um dos êxtases celestes, vendo-se beatificados pelo consistório conservador. Foi um verdadeiro seio de Abraão, e os que gozaram dessa ilusão intensa podem viver dela por muito tempo.

---

(2) Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro, senador pelo Rio de Janeiro e amigo pessoal do Imperador. Faleceu nesse mesmo ano de 1886.

(3) Antônio da Silva Prado, deputado por São Paulo e ministro da Agricultura.

(4) Alberto Bezamat, deputado conservador pelo Rio de Janeiro.

(5) Franklin Américo de Meneses Dória, depois barão de Loreto e André Augusto de Pádua Fleury, presidentes da Câmara dos Deputados em 1885.

A identidade de pensamento era tão completa, que, antes mesmo de votar-se a redação, o sr. Saraiva deixou o poder, confiando a passagem, tal qual, da sua lei, e a sua execução mais do que perfeita aos seus amigos — o inimigo.

Formou-se um novo gabinete e, como a pirâmide que resistiu ao dilúvio, a lei ficou de pé, sobranceira e com a base firme numa célebre lista de dezessete homens de boa vontade. A aliança que tinha precedido o berço do ministério conservou-se póstuma. A lei foi para o Senado por um esfôrço do grupo Saraiva na Câmara, grupo que ficou em seus postos, desde a sessão solene em que o novo gabinete se apresentou, até ao fim da sessão, como os veladores da futura lei.

No Senado o sr. Cotegipe fêz-se o porta-voz do seu predecessor, identificou-se com a nova Magna Carta como se êle mesmo a tivesse pilotado na Câmara, tomou os mais solenes compromissos que em língua humana se possam tomar, de cobrar os impostos desde a data da lei, e assim a Agência Havas pôde telegrafar para a Europa que a escravidão tinha acabado no Brasil. Mas como o visconde do Rio Branco tinha morrido, guardou-se o novo ato para se lhe dar a data de 28 de Setembro, e logo que o vulto do sr. Saraiva desapareceu entre os canaviais de Pojuca, o govêrno deu ordem que se remetesse a lei ao sr. Coelho Bastos para êle executá-la no ato de raspar a cabeça dos escravos, e que no mais os impostos ficassem no bôlso do contribuinte para se poder fazer a Conversão.

Mas êsse repúdio não pode ser qualificado de uma só vez. É preciso que a luz mais forte que uma consciência segura de si possa projetar, seja lançada em cheio sôbre o conselho de ministros, quando êle, na ausência do sr. Saraiva, enjeitava a obra comum, a lei situação.

DEZ VÊZES OBRIGATÓRIA

[*13 de maio de 1886*]

AFINAL o govêrno moveu-se e o *Diário Oficial* de ontem publicou, com data de 7 de maio de 1886, o decreto mandando pôr em execução, na sua parte essencial, a lei de 28 de setembro de 1885! A lei manda cobrar os impostos desde logo, *desde já*, é a frase, e o govêrno levou nada menos de oito meses a resolver se os devia ou não cobrar, ouviu o Conselho de Estado, há cinco meses, formulando um caso de consciência sôbre o seu dever de cobrar, pelo que o sr. Dantas lembrou-lhe num parecer vigoroso o que se tinha dito no Senado; e sòmente agora, quando as câmaras estão reunidas, é que põe em execução a lei que devia estar funcionando desde setembro. Ainda assim êsse movimento de preguiça só se explica por mêdo do tiro apontado do sr. Saraiva. É assim do 1.º de julho próximo em diante que vai começar a ter execução o *desde já*, de setembro do ano passado. Não terá sido um ano inteiro de libertação suprimido, mas terão sido nove meses completos.

Não há quem ignore a espécie de execução que tem tido até hoje a lei do sr. Saraiva.

Em primeiro lugar, seria muito difícil planejar uma lei poderosa bastante para neutralizar o impulso dado à escravidão, pela subida do partido Conservador. Os países não se governam maquinalmente por leis escritas. Colocar, por meio de um golpe de Estado, o esclavagismo no poder, equivalia a ressuscitar oficialmente no país o cadáver moral da escravidão por uma forte corrente elétrica. Nesse caso não era um número avulso do *Diário Oficial*, contendo um ato legislativo póstumo, que podia destruir o efeito daquele renascimento estrondoso. O escravismo via-se de novo na posse do poder público. O Imperador o levantara até ao trono, o mi-

nistério chamava-o para as suas conferências, a futura Câmara seria de sua lavra; que importava um impresso, chamado lei, a êsse carrasco analfabeto? Que mal pode fazer a lei a quem tem diante de si um monarca magnetizado, um parlamento vassalo, um ministério cúmplice, e dispõe livremente de uma polícia rafeira?

Ainda mesmo que a lei fôsse uma lei destruidora do poderio escravista, dificilmente as suas disposições liberais poderiam lutar com a revivescência daquele poderio, determinada em todo o país pela ascensão dos conservadores quando êles ainda não tinham tido tempo para mudar a roupa com que haviam combatido pela escravidão como uma legião de possessos. Mas infelizmente a lei era tal que, se fôsse executada por abolicionistas poderia, ainda que com sacrifícios nacionais consideráveis, melhorar a sorte dos escravos e apressar a libertação do país, mas também que, sendo executada por escravistas, seria mais um horrível instrumento de suplício acrescentado ao nosso museu de torturas.

A lei tinha, para aliviar o escravo e o país, três elementos diferentes: o limite de idade, aos 65 anos, limite, é certo, protraído para quase todos os escravos além da morte, e assim pura ficção de liberdade para os ossos debaixo da terra; a diminuição anual de valor, prazo extensíssimo de 14 anos para um regime que em muito menos tempo, se durar todo êle, terá consumido o pundonor nacional da nossa geração, como consumiu o sentimento humano das passadas; e por último, os 5% de impôsto adicional, destinados a aumentar em larga escala o fundo de emancipação como juros de títulos emitidos para indenizar a *meia liberdade* dos escravos de fazenda.

Aí estão em poucas palavras as fôrças da lei para modificar a anterior duração legal da escravidão. A lei, porém, deu por base a essas estreitas fôrças eliminadoras, escandalosamente estreitas, mesmo à vista da lei de 28 de Setembro, — a qual, de modo inconsciente, fixou em sete anos o *maximum* da indenização por meio do prazo, quando proibiu ao escravo comprar a sua alforria dando mais sete anos de serviços, —

a lei, dizia eu, deu por base às suas estreitas fôrças eliminadoras uma tabela de valores, tornada obrigatória pela supressão do arbitramento incondicional em juízo, criado pela lei Rio Branco, e dêsse modo assentou a sua parte, que supôs ser progressiva, sôbre uma forte restrição, tanto do movimento nacional para a baixa dos preços de escravos, como dos direitos adquiridos dêstes.

Nas mãos de um govêrno abolicionista teria sido possível inutilizar a parte maléfica da lei. O espírito liberal do govêrno, desanimando o mercado de escravos, e por outro lado animando a magistratura a substituir a lei escrita da escravidão pela lei moral da humanidade, aumentaria de modo extraordinário a eficiência dos insignificantes elementos de emancipação criados pela lei nova, de modo a chegarmos quase no mesmo espaço de tempo aceito por nós ao ponto a que nos dirigíamos, ainda que pelo mau caminho preferido pelo sr. Saraiva.

Eu, pela minha parte, não duvidei nunca de que a lei do sr. Saraiva, se fôsse executada liberalmente, produziria um grande bem. Combati aquêle estadista com tôdas as fôrças por dois motivos: porque êle nos dava, sob a proteção dos conservadores, um *minimum*, quando contra êles e apoiado na opinião e no Imperador, podia, nas circunstâncias de então, dar-nos um *maximum*; e porque a sua lei representava, não por êle, mas por quem o apoiava, o espírito de reação a fazer concessões forçadas, o que queria dizer que ela havia de ser executada contra o escravo e não a favor dêle. Qualquer lei, com um govêrno abolicionista, serve. Serve a lei de 7 de novembro, serve a lei Rio Branco, serve a lei Saraiva, serve o código criminal, serve a constituição, servem as ordenações do Reino, tudo serve. Com um govêrno escravista, pelo contrário, a lei que, como a lei Saraiva, tiver medidas conversivas da escravidão e medidas revogatórias da liberdade, há de ficar letra morta quanto às primeiras a ser uma lei de ferro nas segundas.

Foi com efeito o que aconteceu, e o que há de acontecer ainda com êsse produto híbrido do liberalismo cruzado. Ao que eu chamei, nas regiões políticas, o *Eclipse do Abolicionismo,* corresponde no país a recrudescência da escravidão. Em São Paulo um chefe liberal, o visconde do Pinhal (1), foi ousado bastante, entre o silêncio respeitoso da grande massa dos seus correligionários, para propor o restabelecimento do tráfico provincial, e de lá me escrevem que, onde quer que haja na província uma praça de escravos, os corvos da escravidão dirigem-se todos para o ponto da chacina judicial!

Em Campos, o sr. Carlos de Lacerda, cujo crime, como disse o sr. Dantas no Senado, é ser abolicionista, escapa de cair vítima de um assalto policial à casa de sua residência. Nesta cidade o sr. Coelho Bastos fêz-se uma reputação duradoura por suas operações contra os escravos, tornando-se autor de martírios, que um homem precisa não ter nem fé religiosa em Deus nem a fé positiva no destino moral da humanidade para querer fazer dêles a tela ensanguentada de sua vida, o quadro de lágrimas do seu nome! E no meio dessa epidemia de histéricos flageladores dos outros, e dêsse ressurtir da escravidão, o govêrno deixou até ontem de executar a lei, com tôdas as circunstâncias agravantes que eu tenho apontado.

A lei declarou livres desde logo os escravos de 65 anos, e os escravos de 65 anos já estão grande parte com 66, mas nenhum quase está livre! Quem já encontrou um dêsses *escravos* de 65 anos livre? A lei lançou um impôsto de 5% para os fins *especiais* da emancipação, e o sr. Belisário apodera-se, no seu relatório, de um têrço para o seu *deficit*, e nenhum real terá sido cobrado até julho, o que quer dizer quase um *ano* de fundo de emancipação suspenso por causa das operações financeiras do ministro!

---

(1) Antônio Carlos de Arruda Botelho, foi depois elevado a conde do Pinhal.

Tudo isso tem sido feito com ciência e aquiescência do Imperador, e o sr. Saraiva ainda não disse uma palavra no Senado. Dêsse modo o govêrno mostra o seu desprêzo por tudo que possa haver de favorável aos escravos na própria lei a que êle deve a sua existência e que devera ser para êle dez vêzes obrigatória: como lei do Estado, como satisfação ao país, como alforria irrevogável, como rescrito imperial, como vínculo da sucessão Saraiva, como preliminar da situação conservadora, como derrota do abolicionismo, como dívida para com os dezessete, como data de 28 de Setembro, e, por fim mas sobretudo, como telegrama da Agência Havas.

O GRANDE ORÇAMENTO

I

[*15 de maio de 1886*]

ESTÁ publicado o orçamento-Belisário e agora podemos conhecer, por seus planos, o ministro que sòmente conhecíamos pelas suas operações. Raramente, se alguma vez, um ministro da Fazenda terá passado consecutivamente pelas três provas diversas de suas qualidades de operador financeiro por que o sr. Belisário acaba de passar: um empréstimo externo, um empréstimo interno e uma conversão. Nas duas primeiras transações as qualidades exigidas da parte do ministro são, em regra, qualidades secundárias em finanças, ainda que primárias em negócio. Todo êsse gênero de operações do ministério da Fazenda, que consiste em tomar dinheiro emprestado, constitui a parte triste e subalterna do ofício. A habilidade precisa para bem desempenhá-la consiste em pouco mais do que a habilidade que dá nome a um corretor ou a um diretor de Banco.

No empréstimo externo o sr. Belisário foi favorecido pelo desaparecimento da principal causa que influía contra o crédito brasileiro em Londres e que era de criação conservadora, — a idéia espalhada de que a abolição era a bancarrota. Uma casa poderosa, como os Rothschilds, nas circunstâncias extremamente favoráveis em que se achava o mercado monetário, transbordando de dinheiro barato, não podia ter repugnância em dar ao ministro da Fazenda de uma situação nova e ambiciosa um prêmio de dois ou três por cento na emissão de um novo 5% — depois de terem tomado do sr. Paranaguá um 4 ½ no fim quase de uma situação falida — como alvíssaras das duas grandes notícias que lhes mandava, provàvelmente telegrafadas em cifra, mas em todo caso lan-

çadas com imenso estrépito na praça de Londres: que o perigo da abolição estava passado, e que o novo programa do Imperador era a restauração das finanças. É preciso conhecer as condições únicas do mercado inglês de fundos internacionais, as bases convencionais da credulidade do comprador e a natureza dos artifícios *bona-fide* do *Stock-Exchange*, não falo dos outros que nada têm quase com os nossos empréstimos, muito bem lançados e muito bem possuídos, para compreender-se o efeito que devia ter causado entre os *band-holders* brasileiros aquela dupla notícia.

O empréstimo estrangeiro foi assim, como não podia deixar de ser, um verdadeiro sucesso. Pode-se dizer sem mêdo que os Rothschilds, no interêsse tanto dos seus fregueses como do seu nome, além de que, tendo feito todos os empréstimos do Brasil, êles devem possuir grande porção dos nossos *bonds*, concorriam com o seu imenso prestígio para incubar os prometidos ovos de ouro do futuro Magliani brasileiro.

Quanto ao empréstimo interno, sendo forçado a operar em nossa praça, de recursos disponíveis limitados e da qual o Tesouro tem sido a horrível ventosa, graças à máquina pneumática do Banco do Brasil, o ministro da Fazenda não encontrou quem, como os Rothschilds, lhe pudesse apresentar um empréstimo pronto em condições aceitáveis para um necessitado, que se considera muito feliz ao receber em Londres (deduzindo-se do preço de emissão a comissão, a corretagem, o sêlo e os juros pagos desde 1.º de janeiro sôbre um capital a recolher até 13 de setembro, ao todo mais de 3%), menos de 920.000 £ por cada milhão de 5% esterlinos que fica devendo. Na operação interna o ministro, que no seu relatório põe em relêvo o baixo crédito dos seus antecessores, se nos apresenta num período semelhante ao da criança, quando sente mais fácil correr do que andar, por não ter firmeza bastante. Êsse empréstimo é com efeito uma carreira cambaleante.

Pela primeira vez na história original dos expedientes empregados pelo nosso govêrno para sugar os capitais da praça,

temos que registrar um empréstimo nacional garantido pelo Banco do Brasil. O relatório diz que êsse é o *costume em países mais adiantados em matérias financeiras,* mas esqueceu-se prudentemente de citar um caso qualquer. Não entra no espaço dêste artigo criticar um sistema tão estranho como êsse de subscrição pública contratada, e como ainda não vi o contrato com o Banco, publicado nos anexos do relatório, não posso julgar de modo completo a novidade do ministro da Fazenda. Tomado nas condições em que foi, isto é, não para emprêgo do capital, mas para operações de Bôlsa, êsse empréstimo, que um momento veio reanimar o nosso movimento de fundos públicos, não teria tido cotação no *Stock-Exchange* de Londres, o qual exige que a subscrição seja incondicional e que o empréstimo passe das mãos do negociador para as do público, porquanto a cotação oficial tem por fim favorecer o comprador de boa fé e não os manipuladores do mercado, cujo interêsse é lançar — e dessa vez de fato — a título muito superior o empréstimo de que se apossaram no nascedouro. A crítica de uma operação dessa natureza para certa ordem de espíritos é quase desnecessária, tão evidente é o papel que compete ao Estado, quando se vê forçado a recorrer ao empréstimo.

A regra absoluta para o govêrno nesse gênero de transações é a publicidade e a concorrência efetiva e sem sombra: nada, absolutamente nada, secreto, tudo claro, transparente, tão sabido do público como do próprio ministro da Fazenda; nenhum confidente, nenhum Cireneu, nenhum contrato reservado, nenhum artifício. Essa é a regra da democracia em finanças: empréstimos públicos, ou adjudicados sem favor, mas nenhum tratado secreto. Quando foi lançado o empréstimo devia ter sido publicado o contrato. O crédito do Estado é incompatível, nos empréstimos, com tôda e qualquer garantia reservada em subscrição pública. Essa regra não admite exceção. É por isso que eu digo que a operação foi uma corrida, porque o ministro não sentia o passo bastante firme para andar.

No entanto o empréstimo, lançado a 95 ½, e que deduzida a comissão do Banco, os descontos aos maiores tomadores, e os juros vencidos e a vencer do capital não recolhido, foi emitido, de fato, nas vizinhanças de 92, como se provou neste mesmo jornal, subiu dentro de pouco tempo, num mercado visìvelmente artificial, ao par, e daí a um prêmio de 20$, levando de vencida a própria apólice de 6%. Desde que os novos títulos se acercaram do seu valor nominal, começou-se a falar em conversão. A atitude do ministro da Fazenda não era já a do negociador de um empréstimo voluntário, que precisava da garantia do Banco; era a de um ditador, que impunha um empréstimo forçado. Agora êle não tinha mais com quem tratar, só tinha a quem impor.

Os mais felizes, os mais perspicazes, só se saberia pelos livros da Caixa de Amortização, um pequeno número de possuidores teve tempo de desfazer-se das suas apólices pelos preços máximos que elas haviam alcançado, evitando assim a tempo o naufrágio. A massa, porém, dos possuidores, viu a sua propriedade de repente depreciada por um acontecimento, do qual não tinham tido notícia em tempo, porquanto a simples inserção, no orçamento, da faculdade para converter, era já considerada letra morta e nunca afetara o preço da apólice. É do interêsse do Estado, em matéria de conversão, proceder em espírito literalmente oposto ao que se contém no ditado — o segrêdo é a alma do negócio.

Entre nós o negócio foi conduzido de modo tal que os donos de apólices foram surpreendidos pela conversão, o que lhes dá o direito de duvidar da boa fé do govêrno, e mostra o perigo dessas autorizações legislativas dormentes nos orçamentos. Entretanto, o sr. Belisário não teria justificação se, tendo criado para si a situação financeira que criou com o empréstimo externo — não falemos do interno, que não lhe indicou outra coisa senão que êle não tinha no país capitais voluntários suficientes a 5% no par, o mais foi um movimento fictício que o ministro da Fazenda cometeu um gra-

víssimo êrro fazendo sustentar na imprensa, à custa do Tesouro — êle não houvesse convertido a dívida pública.

O seu modo de operar é que foi extremamente desembaraçado de considerações de certa ordem. Não contente de *surpreender* o mercado de apólices, êle ajudou pela imprensa a fazê-lo, e, ainda não satisfeito, *forçou-o*. Uma comissão de inquérito diria que a conversão das apólices do ponto de vista de um devedor de boa fé foi uma imposição mal disfarçada, mas também que do ponto de vista do operador de Bôlsa foi feita com extrema habilidade. Eu duvido mesmo que haja nada mais original em manipulações de fundos públicos, para assegurar-lhes lançamento, do que essa idéia, tão genial que eu a não julgaria nova, se ela pudesse ter sido aplicada em qualquer outro país — de tornar intransferível a apólice refratária, é nada menos do que a miniatura do nosso possuidor de apólice, e do poder sem limites do nosso govêrno, que, mesmo como devedor, dá a lei como entende.

A conversão, porém, levar-me-ia muito longe. O partido Conservador teve a fortuna de achá-la por fazer, tendo impedido que outros a fizessem, e fê-la, com os olhos fechados é certo, mas fê-la. O sr. Belisário reduziu de um por cento a dívida das apólices, e nisso, como em tudo, o govêrno foi obedecido. Todos sabiam que, se reclamassem o seu dinheiro, o Tesouro não tinha com que pagar-lhes ao par, porque teria que tomar emprestado, como acabava de tomar a 92 garantido, e, o que é pior, sabiam que vivem em um país onde a dívida pública representa quase as únicas economias do capital, e onde em sua luta com a indústria ela pô-la fora de combate. Não se pode entretanto ainda felicitar o país por essa diminuição de encargos, porque tôda a nossa dívida é flutuante, no sentido que o câmbio a diminui ou aumenta todos os dias.

Contudo, é preciso dizer que o sr. Belisário teria procedido muito mais de acôrdo com os seus *entrelinhados* contra « os credores ociosos do Estado » e com o interêsse do país, se, em vez de converter a apólice, tivesse procurado morali-

zá-la. Os privilégios que êle lhe conservou valem mais do que o um por cento que êle lhe diminuiu. É melhor uma dívida de 6% não privilegiada contra o direito civil, do que uma dívida de 5% superior a tôdas as civis e políticas. Taxar a renda, de forma que o possuidor de apólice não ficasse isento, único em todo o país, de concorrer para a manutenção do Estado, era mais necessário, mesmo do ponto de vista das economias do orçamento, do que diminuir o juro do título.

Acabo de estudar de modo muito ligeiro no ministro da Fazenda o operador financeiro, vejamos agora o estadista; depois os farei entrar um no outro, como duas partes de um óculo de ver ao longe.

O GRANDE ORÇAMENTO

II

[*17 de maio de 1886*]

Não foi sem causa que o sr. Belisário tratou de fazer a conversão antes de publicar o seu relatório. Em poucos dias o ministro da Fazenda, à mesma taxa de 5%, emitiu um empréstimo de 50.000 contos de subscrição nacional garantida, a cêrca de 92, e impôs outro de mais de 300.000 contos, ao par! Se as novas apólices tivessem tido tempo de colocar-se por si mesmas, não teriam subido ao par, tão depressa quanto era preciso para a conversão ficar feita antes de ser lido o orçamento. Nas mãos, porém, de alguns tomadores que se servissem delas para criar o preço artificial, que o ministro precisava, de qualquer modo, para justificar a sua grande sorte de prestidigitação financeira, o futuro padrão podia logo ficar senhor do campo.

É curioso que o lançamento dêsse novo tipo de dívida fundada fôsse revestido de tôdas as aparências de uma operação que não tinha por fim sondar o capital para se verificar como êle aceitaria logo depois o empréstimo sete vêzes maior da conversão, mas, pelo contrário, impedir que se conhecesse o crédito exato dos títulos de 5% em papel, e ao mesmo tempo deixar margem às operações de Bôlsa necessárias para que a conversão de 6 a 5 não parecesse um roubo, como pareceria se fôsse feita em face de uma cotação baixa da última daquelas taxas.

Em uma palavra, a situação em que, parece, o ministro da Fazenda se colocou é mais ou menos esta. Êle devia fazer a conversão, mesmo porque, quando os liberais quiseram fazê-la, votou contra ela. Desde que mostrou não ter nenhuma confiança nos outros, êle sentia necessário mostrar que a

tinha tôda em si. Convertendo os 6% em 5, reduzia em mais de três mil contos a nossa dívida, e como os contribuintes não viam que êle a aumentava por outro lado, em mais de seis mil, ficavam certos que de fato êle os aliviava.

Tôda a dificuldade consistia em fazer a conversão repentinamente, em menos tempo do que fôsse preciso para imprimir os certificados da Caixa de Amortização, porque se se demorasse, ela teria que ser feita depois do relatório em que o mesmo ministro mostrava achar-se a braços com um *deficit* de 32.000:000$! Mesmo a credores de Estado brasileiros, uma situação tão angustiosa para o Tesouro havia de parecer mal escolhida para uma medida a que em geral os governos melindrosos costumam recorrer em tempos de prosperidade. Ao passo que por êsse lado a publicação do orçamento colocaria mal o ministro, se a conversão não se fizesse antes êle não teria a redução de 3.000:000$, de que precisava para encher uma parte do seu futuro *deficit*! É também certo que, sendo o resultado mais pronunciado das suas economias, a redução, sem ser por amortização, da dívida pública, o govêrno ficava suspeito de pertencer a essa classe de governos, que, quando querem diminuir a sua despesa, tratam de fazer jôgo com a sua dívida.

Tendo resolvido em princípio êsse problema de moral financeira, da conversão, à fôrça, em pleno *deficit*, e com a base única de um saldo que imaginava para o fim da situação conservadora, se ela durasse dez anos, história das Mil e Uma Noites que os governos condenados contam de dia em dia ao califa para lhe escaparem ao tédio, o ministro da Fazenda precisava, para lançá-la, do bom êxito, não real, mas aparente, do empréstimo precursor. Não se tratava assim de uma simples sondagem; o ministro sabia bem que o fundo do nosso mercado estagnado era raso na altura dos 5% fracos. Tratava-se de uma exploração, como são às vêzes as de limites, que servisse para justificar a anexação já resolvida. O tempo preciso para se verificar *bona fide* e aceitação dos novos títulos foi suprimido *numa subscrição garantida,* o que cria a

suspeita de que as novas apólices deviam servir para preparar o mercado da conversão; assim como foi reduzido a nada o prazo desta última, sendo tôda a operação realizada como uma surprêsa contra a massa dos credores do Estado, os quais se sentiram encurralados pelo ministro da Fazenda antes de terem tido aviso de que ela ia operar contra êles. Nessa atitude ditatorial, o ministro, servindo-se de seu poder ilimitado, contra os possuidores de uma dívida, em grande parte vinculada por lei, e em outra paralisada pela inércia geral dos capitais, diminuiu o juro dessa dívida de um por cento, como podia tê-lo diminuído de dois, porque a máxima parte dela se sujeitaria igualmente (sobretudo se êle estreitasse ainda mais os prazos e criasse algum outro favor para o credor resignado e mais alguma desigualdade contra os outros, alterando, êle o devedor, a natureza da sua dívida, como fêz impedindo a transferência do título rebelde sem fixar-lhe o dia nem o câmbio do pagamento problemático) e seria imensamente vantajoso tomar dinheiro a 5% para converter em 4% o resto dos 6%.

Entretanto, é doloroso para o ministro confessar agora que quando fêz essa conversão, pela qual os Rothschilds o felicitaram, mas que nenhum ministro inglês teria podido levar a efeito na Inglaterra, nas condições em que foi feita entre nós, isto é, causando repentinamente um prejuízo de mais de quatro por cento aos possuidores do *estoque* e modificando, ainda em cima, para forçar-lhes a mão, tanto o modo contratado de amortizar os títulos como o direito de transferi-los, e isso depois de se haver preparado um mercado fictício por meio de uma agitação criada pelos manipuladores da Bôlsa e estimulada pelos *entrelinhados* do Tesouro; é doloroso, dizia eu, para o ministro, ter que confessar que tudo isso foi feito para diminuir a despesa e que lançou mão, como lançaria mão da Estrada de Ferro D. Pedro II, dêsse meio de sacrificar ao *deficit,* em vez de lutar com êle, em um estado de penúria e constrangimento em que o Estado devedor, menos do que nunca, tem o direito de impor a lei ao seu

credor! Digo meio de *sacrificar*, porque, convertendo, o ministro da Fazenda privou o Estado da margem que havia nas antigas apólices de 6% para o impôsto moralizador da renda. Assim, êle não converteu, além do mais, gratuitamente, converteu onerosamente, porque essa conversão sacrificou por muito tempo, em uma parte importante, um impôsto que era uma das poucas reservas das nossas finanças. Mas o essencial, o ponto que, por hoje, quero estabelecer com os dados do orçamento, é que o ministro, ao fazer a conversão, achava-se a braços com um *deficit* que êle mesmo calcula em 32.000 contos, consecutivo a outro de 35.000, com um câmbio que tinha descido a 17 ½, com uma dívida pública que pode ser calculada em cêrca de UM MILÃO E TREZENTOS MIL CONTOS, e em frente de um *deficit* futuro que êle não tinha absolutamente meio algum de evitar, mesmo à custa de despesas reprodutivas que cortou no orçamento, e que nessas condições, precisando de diminuir a despesa para diminuir o *deficit* e assim dar ao câmbio para subir o estímulo não de um saldo, mas de um *deficit* menor, que na liquidação subisse para trinta e não para quarenta mil contos, mas que no lançamento aparecesse disfarçado em um saldo nominal, o ministro da Fazenda não achou economia mais fácil nem mais simples de fazer do que a de operar contra o rebanho dócil dos credores passivos do Estado. O sr. Belisário pertence ao único tipo de ministro da Fazenda que nós temos no país: o que acha que as finanças do Estado vão sempre bem com êle, e mal com os outros. Cada um, ao passo que distribui o *prospecto* cheio de promessas da sua administração nascente, faz publicar os autos de falência da última administração morta. No fim é sempre o mesmo *deficit,* maior ou menor conforme as ações cósmicas, sêca do Ceará, passagem de Vênus, cólera na Europa, etc.. Ninguém tem dúvida que o saldo do sr. Belisário, se êle tiver tempo de realizar os seus planos, há de figurar como o maior de todos os *deficits* havidos, por ser o último e por ser do novo regime, no *prospecto* do seu sucessor. Entretanto importava à glória do

ministro cantada nos entrelinhados do Tesouro, não ser, êle, o operador feliz da conversão, quem tivesse de contar oficialmente aos credores do Estado a condição desgraçada das nossas finanças quando, para melhorá-las, êle passou a convertê-los sem ter procurado os convencer. O sr. Belisário devia ter sido arrebatado por uma nuvem logo após a conversão. Assim êle não teria tido ocasião de mostrar que ela não foi mais do que um recurso da miséria e não da prosperidade, um prenúncio de ruína e não de levantamento, em uma palavra, o ato ditatorial de um devedor cuja última palavra é o curso forçado — seja nas apólices convertidas à vontade seja no papel-moeda depreciado.

A DEPURAÇÃO DO SR. DÓRIA

[*20 de maio de 1886*]

A PRIMEIRA comissão de poderes decretou anteontem a anulação do diploma do sr. Dória (1), e elegeu deputado pelo 3.º distrito do Piauí o sr. Jaime Rosa (2). À Câmara só resta, depois de alguma discussão irrisória, que não passará, como aconteceu com o sr. A. de Sequeira (3), de uma arruaça parlamentar, mandar pagar o subsídio ao feliz contestante. Não é preciso dizer que se trata neste caso de um escândalo, na frase do sr. ministro da Guerra (4), *na altura da situação*. Antes, porém, de arquivá-lo, não deixa de ser interessante olhar para a fisionomia mortificada do verdadeiro eleito, ao inscrever-se no grupo que se está formando dos deputados fora do parlamento.

Com o sr. Dória não se dá exatamente o mesmo caso que com os dissidentes. O sr. Dória foi até ao último momento do ministério Dantas um ministerialista decidido, e sòmente na administração Saraiva assumiu uma atitude que prejudicou ao partido Liberal. Não quero justificá-lo, mas o seu procedimento tem grandes atenuantes. O presidente do conselho tinha feito dêle um personagem político, seu sogro estava no gabinete, os conservadores o haviam eleito presidente da Câmara, êle estava talvez convencido de que o projeto Saraiva era o mais que se podia obter, tudo isso naturalmente o fazia pender para o lado de cima. Daí o identificar-se êle, *durante e depois* com a coalizão, sendo já alguma

(1) Franklin Américo de Meneses Dória, depois barão de Loreto fôra deputado pelo Piauí na 16.ª legislatura, na 17.ª, na 18.ª e na 19.ª.

(2) Jaime de Albuquerque Rosa.

(3) Antônio Manuel de Sequeira Cavalcanti.

(4) João José de Oliveira Junqueira, senador pela Bahia.

coisa não se ter identificado antes, como os outros. Não recordo êsses fatos para recomendar o sr. Dória à clemência da Câmara, nem para dar-lhe um falso lugar no seu partido. O sr. Dória no fundo é um liberal; se é dos liberais que inclinam para a linguagem, os moldes, as formas do *mais puro conservatorismo,* não por impulso, mas por fraqueza. Êle vive numa atmosfera de côrte. Ora, por mais independência real de caráter que se tenha, ninguém há que não contraia a segunda natureza do seu meio.

O serviço do Paço gera forçosamente tendências aristocráticas, assim como o emprêgo público predispõe ao conservatismo das ostras. O distinto deputado do Piauí tem cedido, e está cada vez cedendo mais, ao perfume narcótico dos salões, e precisa bem descer à rua para respirar um pouco do ar livre que enche os pulmões do povo. A sua disposição é liberal. Poeta, êle é um adorador de Longfellow, que foi menos um poeta do que uma alma do povo; mas o efeito do veneno que respira, é enlear-lhe êsse rudimento de disposição democrática de modo que a sua ambição política, depois de ter presidido a Câmara dos Deputados, é ainda fazer a sua semana no Paço! Há aí deslumbramento, vertigem, o que quiserem, mas não há a natureza do homem.

Mas à Câmara não convém nem mesmo um liberal dessa ordem, isto é, incapaz de ser verdadeiramente liberal, por causa de afeições, de posições, e dos preconceitos da sociedade em que vive. Com efeito, para se ser tão liberal quanto exige no Brasil o *minimum* do liberalismo sincero, é ainda preciso renunciar a muita coisa, ofender involuntàriamente classes importantes, e responsabilizar diretamente os responsáveis. Nada disso o sr. Dória faz, mas o partido Conservador não pode tolerar nem mesmo censuras veladas, cheias de *não afirmo, não digo que seja, faço justiça ao govêrno, o honrado ministro,* etc.. Não se trata de um José Mariano, o povo pernambucano feito homem, com os seus ímpetos, o seu arrôjo, a sua veemência, capaz de ir à Câmara, não discutir o gabinete do ponto de vista abolicionista ou liberal, mas do ponto

de vista da moralidade pública, pedindo inquéritos, inquéritos, inquéritos! Do sr. Dória não há que temer hostilidades que ponham o inimigo fora de combate; há só que esperar uma oposição que lhe sirva de estímulo. Êle não atiraria o adversário na lama das ruas, fá-lo-ia quando muito dar uma cambalhota inofensiva em algum sofá estofado. Mas nem êsse adversário amável, formalista, há de entrar.

Infelizmente para a Câmara, o deputado eleito teve a cautela de armar-se de uma maioria incontestável. Ou porque, como dizem os seus adversários, no Piauí o supusessem ainda presidente da Câmara, ou porque, como é a verdade, o partido Liberal daquela província ficasse firme em face da *vendetta,* o sr. Dória foi eleito por grande maioria. A sua eleição é tão líquida que, não lhe podendo negar os votos, a Câmara vai tratar de anular os eleitores. Não se suponha que o que vai ser anulado são os votos dados ao sr. Dória; não, são os próprios votantes. Votaram no sr. Dória, não votaram em ninguém mais. É o cúmulo do despropósito. A Câmara, desfazendo o eleitorado, separando os eleitores que prestam dos que não prestam, em vez de serem os eleitores quem escolha os deputados. 530 cidadãos brasileiros vão ser colocados em uma classe nova: a dos eleitores sem o direito de votar. Eleitores sem o ser! Bons para eleger o sr. Jaime Rosa, e mais ninguém! Se êsses cidadãos fôssem qualificados nesta freguesia da Candelária, em vez de o serem na de Paranaguá, o atentado contra êsses 530 brasileiros assumiria aos olhos, dêles mesmos pelo menos, as proporções de uma sentença de desnaturalização. O sr. Jaime Rosa, porém, pretende conhecer os seus comprovincianos, e sabe que o Piauí não se molesta por tão pouco. O que êle quer é inutilizar o donatário da capitania. Não podendo ferir o sr. Paranaguá (5) na sua posição, trata de explorar-lhe o nome para entrar na Câmara por um *calembour.* Paranaguá, *anátema!*

---

(5) João Lustosa da Cunha Paranaguá, depois 2.º marquês de Paranaguá — sogro do barão de Loreto.

Que absurdo e que ridículo!! Os conservadores da Câmara dizem que no Piauí não há gente, só há bois, mas tomam êles o lugar dos bois, elegendo o sr. Rosa! A alegação dêsse pretendente é a mais extraordinária que se tem visto: Paranaguá não pode dar 530 eleitores, porque seus habitantes são criadores de gado! Êle não contesta que existam êsses eleitores, a quem chama *fósforos* — êle, que, se entrar na Câmara, dará luz bastante para haver sessão à noite; não contesta que êles sejam os *próprios,* que tenham a renda lei; não sabe nada dêles senão que não lhe deram os seus votos. Quer anulá-los, para puni-los; riscá-los da existência eleitoral, *in memoriam*! Note-se que êsses eleitores não são, como o candidato devia ser, *rosas de Malherbe*; duram há três legislaturas, e têm assim a qualidade de eleitor, reconhecida pela própria Câmara. Quando tivesse sido um abuso do juiz alistá-los, êles tinham, por prescrição, adquirido o direito de voto, que não se perde mais. Mas nós vivemos num país onde não há seguro nem o diploma de votante. De repente convertem-no em um processo crime, como o sr. Belisário escapou de fazer às apólices. A Câmara suprime um alistamento eleitoral com a mesma facilidade com que outra Câmara conservadora dobrou o seu subsídio. Só falta, como então, dar ao ato efeito retroativo, e mandar o sr. Dória restituir ao sr. Jaime Rosa o subsídio de duas legislaturas, riscar-lhe o nome dos anais e tirar-lhe o retrato da galeria dos presidentes. Quando para fazer a conta de chegar basta uma nulidade, os deputados contentam-se com anular a eleição; quando não há meio de inventar nulidades, anulam as qualificações. E o que ficam sendo êsses eleitores? Cidadãos brasileiros? É muita generosidade! É honra demais para aquêles criadores de gado! Como se vê, a Câmara não tem vergonha de apresentar-se ao país em tôda a nudez do escândalo, mas foi para isso mesmo que ela teve o cuidado de colocar na presidência uma fôlha de figueira (6).

(6) Alusão a Domingos de Andrade Figueira, presidente da Câmara.

O ESCÂNDALO-DISFARCE

[*21 de maio de 1886*]

Acabo de ler no *Diário Oficial* o parecer sôbre a eleição do Piauí, e se fôsse árbitro no conflito Tarquínio-Pedro de Barros pronunciava-me em favor dêste último. Não é revisão que falta à gramática dos deputados. Mas nesse parecer há coisa pior do que o estilo. O parecer, como se sabe, conclui pelo reconhecimento do sr. Jaime Rosa, mediante a anulação do alistamento todo de Paranaguá. Privando-se dos seus direitos políticos, sem processo, a 530 eleitores, consegue-se obter para o candidato conservador 20 votos de maioria. Um só bastava, quando mesmo fôsse preciso desqualificar a província inteira.

Posso dizer com tôda a segurança que cada um dos membros da comissão sabia, ao assinar o parecer, que estava praticando exatamente não um atentado, porque só se atenta contra uma instituição séria ou um direito valioso, e nem a nossa Câmara de Deputados merece aquêle nome, nem o nosso direito de voto merece êste qualificativo; mas, sim, um escândalo contra a nossa forma de govêrno, ou antes, o nosso govêrno de forma. No parecer do 3.º distrito do Piauí o padre João Manuel (1), que assina em primeiro lugar, mostra fazer tanto caso da inteligência da Câmara como se estivesse pregando um sermão. A medida de verossimilhança com que êle deslumbra o seu público de devotos pareceu-lhe ser mais do que suficiente para satisfazer o amor à verdade dos seus colegas. A comissão, não tendo outro meio de contentar o sr. Coelho Rodrigues (2), que faz da depuração do sr. Dória

---

(1) Padre João Manuel de Carvalho, deputado pelo Rio Grande do Norte. Mais tarde abandonou o monarquismo, sendo o primeiro a gritar *Viva a República*, dentro do recinto da Câmara dos Deputados.

(2) O dr. Antônio Coelho Rodrigues, deputado pelo Piauí.

questão de confiança, não recua diante da dificuldade de passar a vassoura parlamentar pela comarca de Paranaguá, decretando que lá não há um só eleitor. Nenhum!

Compreende-se que, provada à Câmara a incapacidade jurídica de algum alistado, ela não levasse em conta êsse voto. Era um abuso, uma invasão da esfera judicial, a assunção de um arbítrio que deixava o eleitor à mercê do deputado, e assim abriria a porta a um gênero novo de vindita — o candidato derrotado que tira o direito de votar ao eleitor que não lhe deu o voto! Mas enfim compreende-se êsse desconto de um voto reputado nulo pela demonstração da incapacidade do eleitor, depois de um processo individual, e personalíssimo — ainda que em tribunal incompetente — como devem ser os processos, mesmo políticos, que tiram direitos adquiridos. Mas nem o candidato nem a comissão alegam absolutamente nada *contra eleitor algum*. Como nas revoluções suspendem-se só os direitos em globo, por um só ato, e condenam-se mil inocentes para não escapar um culpado. A Câmara conservadora em plena reação não tem tempo para esperar por provas; não pode adiar o reconhecimento do sr. Jaime Rosa nem mesmo até verificar se, anulados todos os votos de cidadãos aquém do padrão nacional da lei Saraiva, a comarca impugnada não daria uma maioria liberal capaz de abafar o saldo de vinte votos apenas que a comissão a muito custo arranjou para a candidato derrotado.

A comissão vai além, chama *votos fictícios* aos votos da comarca, sem ter provado que um só o fôsse, o que fàcilmente provar-se-ia se algum o tivesse sido, querendo assim iludir o público quanto à espécie dos votos anulados. O sr. Dória não teve um só voto *fictício*, isto é, voto do que antigamente se chamava fósforo. Não teve um só voto que não fôsse do próprio votante alistado. A questão é outra: se êsses votantes tinham *há cinco anos* a capacidade da lei. Dêsse modo, quando a comissão chama votos *fictícios* a votos *reais*, está induzindo a Câmara em êrro, e fá-lo propositalmente.

Os argumentos da comissão não valem mais do que a sua boa fé. Ela alega, como prova de fraude no alistamento, que a comarca tem 9.000 almas pelo recenseamento e portanto não podia dar 530 eleitores. A admitir-se argumentos de estatística, onde vamos parar neste país, onde as listas de recenseamento na côrte foram apuradas até por charuteiros, classe muito simpática, mas que em matéria de estatística só deve conhecer a do fumo? Deu-se a Câmara ao trabalho de fazer estatísticas eleitorais sôbre outros distritos? Se quer dar-se ainda a êsse trabalho, eu posso recomendar-lhe o 1.º distrito de Pernambuco, onde a freguesia exterior de Afogados abafa o voto do Recife. E que regras de probabilidades há nessa matéria de alistamento? Em uma comarca pequena a qualificação pode ser duas vêzes maior do que em uma grande comarca, por ter havido dobrado interêsse no alistamento. Quanto à prova de renda, esta depende muito do espírito liberal ou da perversidade do juiz. Quando mesmo se provasse que foi oficialmente estimulada na situação passada a qualificação de Paranaguá, era isso motivo para anular-se a qualificação em massa?

O direito, porém, garantido aos eleitores daquela comarca pelo seu título tem outros fundamentos que não a própria lei eleitoral e a constituição do Império. Êsse mesmo processo já foi sujeito à decisão da Câmara em duas legislaturas, e duas vêzes o parlamento confirmou o direito daqueles eleitores. A causa já está mais do que julgada, apesar da incompetência do tribunal. Não é assim sòmente a razão legal de que o direito de voto, uma vez adquirido, não se perde senão por sentença, e a razão moral de que não se anulam votos em massa sem fundamentar a incapacidade legal de cada um dos eleitores suprimidos. É também a razão parlamentar, de terem duas legislaturas reconhecido deputado o eleito daqueles eleitores e desprezado as alegações contra êles.

Desde 1881 êsses cidadãos brasileiros têm estado no gôzo dos seus direitos políticos; agora a Câmara lhes diz que, se quiserem votar, qualifiquem-se de novo. É de fato, é literal-

mente, a suspensão dos direitos políticos em uma parte do território, direito que, mesmo nos casos em que o permite, a constituição não conferiu à Câmara dos Deputados isoladamente.

Em que posição são colocados êsses eleitores, pràticamente desqualificados para as eleições gerais sòmente? Seria preciso uma lei especial para êles se qualificarem de novo. Não havendo essa lei, a comarca vai ficar indefinidamente sob interdito. Se em uma futura eleição o eleitorado aceitasse o candidato conservador, poderia haver uma anistia. E por que não se hão de prestar simples *criadores de gado* a um ato de penitência que os faça eleitores gerais também, em vez de continuarem a ser apenas eleitores provinciais e municipais? Essa penitência os pode mesmo engordar, a êles e aos seus bois, com os favores de uma administração generosa. A corrupção encarrega-se de regularizar a posição dos proscritos. Deixem a violência por conta dela.

A comissão pode triunfar. O sr. Dória, ao discutir a sua eleição, receberá uma carga cerrada dos conservadores. O sr. Jaime Rosa tem talento, o sr. Coelho Rodrigues tem muito talento. Êste último quando vier à superfície da tribuna, depois de tão longo mergulho, será como uma baleia, levantando uma coluna d'água. *A província artificial do sr. Paranaguá* é um grito que há de ecoar de modo simpático aos ouvidos de muitos dos que entre nós odeiam instintivamente as oligarquias provinciais. O sr. Dória deve ir prevenido contra essa espécie de ataques de um partido, que é em tôdas as províncias uma oligarquia, e por sua natureza não pode ser outra coisa.

A sua posição moral é muito forte. Êle vai defender, não tanto o seu diploma, como os próprios títulos dos seus eleitores; mas êle deve contar mais ainda com o apoio popular, por ser a vítima forçada de uma conspiração organizada contra José Mariano. Anulam Paranaguá para anular o Poço. O sr. Dória tem que ser sacrificado, porque a guilhotina está armada, e os carrascos de uma província não se prestam a

funcionar se houver preferência de vítimas de outra. Um crime obriga a muitos, e ao mesmo tempo serve-lhes de preparo. Começando pelo Piauí, parece que não se tinha em vista Pernambuco. Êsse escândalo, apesar de tôda a sua crueza, é, no fim de contas, um disfarce! É isso o que torna a expulsão do sr. Dória ainda mais odiosa. O sr. Jaime Rosa que agradeça ao sr. Teodoro Machado (3), porque Paranaguá não é mais do que o manequim em que os conjurados vão ensaiar o grande golpe da legislatura.

---

(3) Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, deputado conservador por Pernambuco.

UM PONTO DE PARTIDA

[*23 de maio de 1886*]

O MINISTRO do Império (1) estreou no Senado, na sessão de quinta-feira, perfeitamente caracterizado, em um papel de um cômico irresistível, o de carpideira da « nossa educação política ». Segundo êle, chegamos nesse gênero de educação, nos outros é de esperar que vamos melhor, a « um ponto lamentável e deplorável ». O nobre ministro declara que não é suspeito em assuntos políticos. A sua especialidade em estudos parlamentares, foram sempre os administrativos. É êle mesmo quem o diz. Depois de lembrar que « tem longa prática da tribuna do Senado », êle acrescenta: « O Senado conhece os meus hábitos; sabe que, ocupando muitas vêzes a sua atenção, nunca o distraí com assuntos políticos ». Não se pode ser mais cândido e portanto mais imparcial. O sr. Mamoré vai muito além da máxima liberal: « O Senado não faz política », segundo êle, o Senado « nem fala política ». Os oradores políticos são zangões que não ajudam o enxame administrativo a fabricar o seu mel. Naquela casa trabalha-se. A política deve ficar reservada para a Câmara, onde estão os novos, descuidados do futuro, sem responsabilidades na vida, cheios de ilusões; no Senado estão os velhos, os pais de família, os homens práticos por excelência, que sabem que não se vive de idéias, como não se vive de ar. Essa teoria do barão de Mamoré, formado na mais severa das nossas escolas políticas contemporâneas, a conservadora do Pará, pode talvez dar lugar a controvérsias, mas concorda maravilhosamente com os fatos.

Eu não sei como vivem os senadores, uns com os outros, mas a idéia que o país tem dessa convivência é a que se ex-

---

(1) Ambrósio Leitão da Cunha, barão de Mamoré.

prime pela frase vulgar — *êles lá se entendem*. Ao passo que os partidos formam em todo o país dois campos inimigos, de combatentes que se sacrificam por uma bandeira, o estado-maior de ambos vive na mais completa fraternidade. Os seus interêsses são comuns; a sua experiência é a mesma. Por isso também a palavra — senador — desperta hoje uma idéia muito diferente no povo da que despertava há quinze anos. Como sempre acontece, a idéia começa a formar-se pela exceção, e não pela regra. O ministro do Império tem consciência dessa evolução administrativa do Senado, e é por isso que emprega hàbilmente o verbo *distrair*. « Nunca o distraí com assuntos políticos ». Com efeito, para o Senado, a política é uma distração; a função é outra. Os lutadores desinteressados que êle contém influem tanto no jôgo da instituição como a bandeira de um navio nos movimentos da máquina.

Mas, como se vê, o sr. Mamoré é o próprio a confessar que chegou à posição de ministro sem nunca se ter ocupado de assuntos políticos. Êle é portanto insuspeito como crítico de nossa educação parlamentar. E assim, quando nos revela que chegamos nesse ramo de nossa educação a *um ponto deplorável*, a sua palavra deriva tanta autoridade da sua repugnância por aquêles assuntos, como da sua posição de ministro do Império. O ministro do Império é, como se sabe, o ministro da instrução pública e dos cultos. Êle superintende assim a duas fontes importantes de nossa educação política: as academias e os seminários. Até aqui a influência religiosa tem sido mal determinada, mas que ela é considerável vê-se pela presença de diversos sacerdotes e doutores e de um grande pregador leigo nesta legislatura. Foi por ver a Câmara constituída em ordem terceira, que o sr. Taunay compôs ontem um trêmolo para a sua *ouverture* senatorial. « Acreditem os nobres deputados» , disse êle, « assistir à missa do Espírito Santo no comêço das nossas sessões tem grande influência no espírito dos representantes da nação. » O sr. Mamoré é exatamente o ministro da Faculdade de Direito onde o sr. Tarquínio prega e da capela imperial, onde o sr. Taunay

se inspira para os seus deveres parlamentares. Êsses dois fatôres da nossa educação política, o *Syllabus* e a missa do Espírito Santo, estão sob as ordens do colega do sr. Sequeira Mendes, e o conhecimento que êle tem das duas subvenções do Estado ao ensino e ao clero, já não falando da subvenção à companhia do Amazonas, outro elemento de educação, torna o seu juízo muito competente na matéria.

Ora, quando um personagem, que reúne todos êsses títulos de habilitação especial, declara ao Senado que chegamos em matéria de *educação política a um ponto lamentável e deplorável,* o país deve estremecer pensando no caminho que leva. Um ponto deplorável em educação política, é muito sério. Do que é que se trata? Nesse corpo são, viril, possante, chamado a nossa educação política, haverá algum ponto sensível ao tocar, doloroso, ou que ameace infeccionar o resto do organismo? Há por acaso nessa forte mandíbula, capaz de mastigar o carvão de pedra de um *tender* e até mesmo o aço dos trilhos, algum dente cariado? Estará enfraquecido êsse estômago de avestruz, que tem digerido verdadeiros pedregulhos; ou algum dêsses canais que têm excretado um milhão de contos de réis em empréstimos e concessões? Estará diminuída a fôrça reprodutiva dêsse aparelho que tem dado a luz a herdeiros sem fim? Estará êle sofrendo de alguma alienação mental de dignidade? Se não é o próprio corpo que está afetado de alguma doença grave, há porventura alguma influência contrária ao desenvolvimento do organismo, ou manifesta ou latente? Diminuíram-lhe por uma dieta abolicionista a sua ração diária de escravos? Tiraram-lhe o usufruto de algum matadouro humano? Roubaram-lhe a libré, e deixaram-no sem camisa como o nosso povo? Nada disso.

A doença da nossa educação política, diagnosticada pelo sr. Mamoré, não é do corpo, nem do espírito, nem é também falta de higiene. É uma doença da honra. Do que sofrem os nossos homens públicos não é nenhuma espécie de bulimia nem muito menos de inapetência. O que padece nêles, não são as vísceras. Mastigação, digestão, reprodução, tudo vai

bem. Do que êles estão sofrendo, segundo aquêle clínico, é de descrédito! Semelhante boletim parlamentar é mais grave do que qualquer boletim assinado por um médico do Paço. A fala do trono não mencionou essa grave enfermidade moral, que o barão de Mamoré teve a coragem de denunciar ao augusto e digníssimo doente.

A revelação fêz-se assim. O ministro do Império queria provar no seu discurso êste simples axioma — o govêrno não interveio nas eleições. Ora, não há nada mais difícil de demonstrar do que um axioma. Quem não sabe que as nossas eleições são um fenômeno tão positivo de geração espontânea, que só por si êle destrói tôdas as provas da necessidade de uma causa primeira em política? É claro que o govêrno não influiu no voto. Não há quem não saiba disso, mesmo as almas do outro mundo em Goiás e os que estão morrendo de fome em tôdas as províncias. Mas, ao provar o que era por si mesmo evidente, o ministro do Império perturbou-se e revelou o seu segrêdo de Estado. O país inteiro tinha mandado govêrno, Senado e Câmara, para o lazareto para fazerem quarentena. Antes mesmo de entrar em matéria, tão possuído estava do seu assunto, o barão de Mamoré pediu licença para enunciar duas proposições, e na primeira deu ao Senado estupefato essa grave notícia. « A primeira », disse êle, « é que se a nossa educação política não tivesse baixado tanto de nível como tem baixado, não presenciaríamos o fato desagradável e lamentável de ninguém mais poder ser acreditado neste país! A palavra do govêrno é tida como coisa de nonada, e impõe-se a cada ministro a obrigação de demonstrar aquilo que assevera. Semelhantemente a palavra do senador, a palavra do deputado não tem maior pêso. Vê-se, portanto, sr. presidente, quanto é lamentável e deplorável o ponto a que a nossa educação política chegou. » Ninguém acredita na palavra do govêrno, do senador, do deputado! É realmente um ponto deplorável a que nossa educação chegou. Deve-se mesmo considerá-la desenganada. Agora o que nos resta é recomeçá-la, mas dêsse mesmo ponto de partida.

A MORAL CONSERVADORA

[*25 de maio de 1886*]

Diz-se que a depuração, que a Câmara tem reservada *in petto,* dos oposicionistas contestados, só se salvando talvez dentre êles o sr. Afonso Celso Júnior, foi objeto anteontem de uma das *palestras* imperiais, no gênero dos diálogos de Cícero sôbre filosofia política. Passou-se em São Cristóvão um *De República* brasileiro, à moda do que Cícero imaginou, durante as férias latinas, nos jardins de Cipião.

Eu não assisti a êsse trocar de idéias, como Cícero não assistiu às conversas de Cipião com os seus convidados... O modo dos ministros, entre parêntesis, de trocar idéias com o Imperador é um modo de troca unilateral, porque o Imperador lhes deixa tôdas as suas idéias e tem o cuidado de não levar nenhuma dêles. Nas raras vêzes, como no presente caso, em que êles não podem aceitar a inspiração imperial, o que fazem não é ainda uma troca, é um trôco, e o Imperador se retira certo de que o seu ouro não há de perder nada com essa conversão. É o que vou mostrar.

Mas, se eu não tive a fortuna de assistir àquela troca de idéias, como dizia, imagino o que ela devia ter sido. Foi pouco mais ou menos, assim. Tratava-se do reconhecimento de deputados. Os personagens do diálogo eram o Imperador e alguns ministros.

*

O Imperador: — O que pensam os senhores sôbre os pareceres das comissões anulando diplomas de deputados legítimos?

O sr. presidente do conselho: — Vossa Majestade parece querer tocar na verdadeira sensitiva parlamentar, em

uma atribuição privativa da Câmara dos Deputados, que é muito ciosa da sua dignidade, como Vossa Majestade bem sabe. O govêrno não pode intervir nesse assunto de verificação de poderes, nem mesmo para emitir a sua opinião.

O Imperador: — O senhor diz que a Câmara dos Deputados é muito ciosa de sua dignidade.

O sr. ministro da Fazenda: — Tanto que elegeu presidente o sr. Andrade Figueira.

O Imperador: — Que não se demorará muito..

O sr. ministro da Guerra: — E teve a isenção de nomear relator da comissão de resposta à fala do trono o sr. Ferreira Viana, de quem Vossa Majestade não pode gostar.

O Imperador: — Por que não? É êle que vem a mim, e eu recebê-lo-ei com a frase de Augusto: « *Soyons amis, Cinna; c'est moi qui t'en convie* ». Mas, os senhores não me deixam responder ao sr. presidente do conselho. O senhor disse que a Câmara era muito ciosa de sua dignidade...

O sr. presidente do conselho: — Perdoe-me Vossa Majestade. Não disse que *era*, disse que *é*.

O Imperador: — Pois eu digo mais — digo que, é, e será. Nesse ponto não divergimos. Os poderes públicos no Brasil têm todos tanta dignidade quanta é preciso para o jôgo normal das instituições. Uma vez ou outra, os deputados teriam mostrado mais respeito às convenções, eu não digo à dignidade, se procedessem de outro modo. Olhe, eu não gosto, por exemplo, que não haja sessão, às vêzes três dias seguidos na semana..

O sr. ministro da Justiça: — Vossa Majestade sabe que os deputados têm outros negócios.

O sr. ministro do Império: — Não é só isso. há deputados filhos-famílias que não se podem mover sem licença dos pais.

O sr. ministro da Agricultura: — E outros cujo tempo é pouco para ir às secretarias entender-se com os ministros.

O Imperador: — Não faço censura a êste nem àquele... Mas não gosto. Às vêzes é por ser dia de chuva. Na Europa é quando mais se sai, quando chove. Além de que não chove todos os dias... Também não gostei quando os senhores, porque foram os conservadores, dobraram o seu subsídio com efeito retroativo... Achei que era um ato que se prestava a interpretações.. Confesso que não aprovei. Agora há êsse terceiro ato que eu também não posso aprovar: a anulação de deputados incontestáveis... Parece-me uma injustiça.

O sr. presidente do conselho: — Eu já tive a honra de ponderar a Vossa Majestade que êsse assunto todo de consciência pertence à Câmara verificadora, e não aos outros poderes.

O Imperador: — O senhor quer dizer que nada tenho com isso? (*Silêncio*).

O sr. presidente do conselho: — Eu não seria capaz de uma tal impertinência. Digo sòmente que os ministros não se envolvem nesse assunto que é privativo da Câmara.

O Imperador: — Assim, se a Câmara estiver disposta a cometer essa injustiça, o govêrno não dirá aos seus amigos que isso pode prejudicar a reputação da Câmara?...

O sr. presidente do conselho: — Vossa Majestade compreende a extrema dificuldade de uma sugestão desta ordem do govêrno à Câmara.

O Imperador: — Pois, sim, senhor. Eu acredito que o govêrno não interveio nas eleições, e acredito também que êle não intervém no reconhecimento dos deputados. Eu lido com ministros há quarenta e seis anos, e ainda não tive ocasião de duvidar da afirmação de um só — que o govêrno nada tinha com o processo eleitoral. Os senhores são todos descendentes de Epaminondas. O estado pôs-me aqui na posição de um mudo para eu deixar os ministros falarem por mim. Mas se sou mudo, não sou surdo. nem cego. A minha obrigação é acreditar em todos os ministros, mesmo por-

que se mandasse uns embora, tinha que tomar outros, e permanece a obrigação. Eu conheço bem essa espécie.

Acompanho-a nas suas três metamorfoses, de lagarta, de crisálida, de borboleta. Sei como ela se arrasta, depois se recolhe, e por fim cria asas. Cada tipo de família está classificado no meu gabinete, até com as fôlhas de que se alimenta. Eu acredito em tudo que os ministros me dizem. Não serei eu mesmo quem falte às ficções constitucionais. Mas querem os senhores saber a minha opinião a respeito do que a Câmara vai fazer nomeando os deputados em vez dos verdadeiros eleitos? A oposição diz que é um *escândalo*; eu não falo essa linguagem, mas digo que é um êrro. Ninguém no país, senão eu, acredita que os senhores não intervieram nas eleições; ninguém, senão eu, acredita que a verificação dos poderes na Câmara se faça à revelia do govêrno. O ministério enfraquece-se, e com êle a situação que já tem inimigos fortes. Eu sou insuspeito, porque não tenho queixas do ministério. Mas os senhores devem afastar de si tôdas as alegações fundadas que possam influir no ânimo da coroa. Eu vos aviso, como seu amigo, porque desejo que continuem muito tempo no ministério... Os senhores têm sido muito bons ministros, como os seus antecessores.. e os seus sucessores.. Eu lhes respeito os escrúpulos, mas é do meu dever dizer-lhes que por êsse caminho vão mal... muito mal».

*

O resultado dêsse diálogo há de se ver mais longe. O ministério não tem fôrças para impedir as depurações, porque os ódios de umas províncias apoiam-se na vindita de outras e formam juntos uma falange que nenhum govêrno não poderia romper. Êle sente, entretanto, que essas depurações de mero arbítrio prejudicam a situação no espírito do Imperador, o qual vê a eleição direta tão desmoralizada, só com a subida dos conservadores, como estêve a indireta, e não pode esquecer o espírito severo de moralidade eleitoral que o sr.

Saraiva procurou introduzir em nossa política. Em tal posição, o govêrno é forçado a cruzar os braços e deixar realizarem-se as depurações, mas quando não houver mais a quem depurar, então aparecerá uma proposta para que a verificação dos poderes passe para o Supremo Tribunal de Justiça.

Dessa forma esperam levantar-se no ânimo do Imperador, e evitar que os liberais no futuro façam o mesmo que êles. Foi exatamente o que aconteceu com as eleições. Praticaram-se os crimes que era preciso cometer para ganhá-las, e depois na fala do trono reclamaram uma lei para impedir a renovação de tais crimes! Agora vão depurar até ao último oposicionista, e depois apresentarão, em nome da moralidade enterrada, um projeto para que a verificação dos poderes seja confiada à magistratura, por não merecer confiança a Câmara à própria Câmara. Será uma bofetada dada pela legislatura em si mesma com a mão do govêrno! Como se vê, a moral conservadora é muito parecida com a do bandido calabrês que comete o crime pensando na absolvição do padre. É o que eu chamo dar o trôco às idéias do Imperador, mas a verdade é que Sua Majestade deixa essa moeda falsa entrar em circulação com a sua efígie.

A MORALIDADE NO SENADO

[*26 de maio de 1886*]

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO pronunciou ontem mais um dêsses grandes discursos, em que se pode tão sòmente notar um defeito — o de serem dirigidos ao nosso Senado. Não há eloqüência que seja suficiente para impressionar uma assembléia formada de tais elementos. Nos que estão sofrendo de surdez ou caducidade, o efeito da eloqüência do sr. José Bonifácio é talvez maior do que nos que sofrem de indiferentismo moral, ou de bulimia administrativa. Se êle não falasse para o país, seria inexplicável a perda de tempo e de esfôrço físico e intelectual, que envolve um dos seus discursos. Mas o país o ouve, e o admira.

Dentre os senadores, o sr. José Bonifácio é o único que se deu ao trabalho de estudar a formação da escadaria que leva ao poder. Nêle a ambição é grande como o talento, e por isso não quis nunca subir aquela escada. Preferiu o papel de colaborador de futuro ao de explorador do presente.

Digam o que quiserem, nenhuma consciência se eleva oficialmente em nossa política sem descer aos seus próprios olhos. É tão difícil enriquecer na política, ficando puro, como é difícil subir, ficando altivo. Em todo caso é infinitamente mais fácil a um conservador preencher tôdas as posições do Estado guardando a sua própria estima, do que a um liberal. A estratégia conservadora é ocupar tôdas as alturas para dominar a planície; a estratégia liberal é atacar as alturas com a reserva nacional, o povo, que ainda nem aparece no horizonte. O sr. José Bonifácio sente em sua alma o tropel dessa *landsturm* distante, como seu avô distinguiu o rumor confuso da independência. Êsse ruído enche o seu coração, grande e fundo. A posteridade há de falar dêle com respeito. No presente o respeito próprio lhe basta.

Perante um conselho de jurados educado na moral dos Dez Mandamentos, nada mais fácil do que o papel do promotor. Êle tem apenas que expor o crime e apresentar as provas de autoria, e esperar a condenação do criminoso. Quando, porém, o júri não compreende a relação entre a moral pública e a individual, o promotor é obrigado a um esfôrço colossal para fazer nascer de repente sentimentos que precisam de anos para amadurecer. A posição de um orador como o sr. José Bonifácio perante o Senado, é mais ou menos a mesma que a de um promotor perante um júri, não imoral, mas amoral. Um discurso, como o de ontem, pronunciado na Câmara dos Comuns ou na Câmara francesa, acabava por uma ordem do dia passando govêrno, presidente, autoridades para outra jurisdição. Em nosso Senado, o mesmo discurso não produz absolutamente efeito algum.

Ninguém liga a mínima importância naquela corporação a argumentos de moralidade, que êles chamam metafísica; os únicos discursos que produzem efeito são os cálculos de probabilidade a que alguns oradores se entregam sôbre a vida do ministério ou da situação. A situação é um monte-pio, no gênero dêsse que o sr. Andrade Figueira liquidou. A alternativa do monte-pio é o monte de socorro. A política entra assim pela algibeira a dentro do partido, e é dêsse ponto de vista duplo — monte-pio, monte do socorro — que a moralidade dos atos oficiais é julgada. Que se importam os senadores com os fatos de Goiás, que no seu poderoso discurso o senador liberal desenrolou perante o Senado?

Há menos de um ano que subiu a situação conservadora, e quem fizesse a estatística dos crimes políticos dêstes poucos meses ficaria admirado do estado bárbaro de nosso país. Derribaram um ministério, fizeram refluir a onda abolicionista, por causa de vaias nas ruas! Não há cidade, na Inglaterra, onde, nesta semana histórica para a Irlanda, os partidos exaltados não façam demonstrações contra o adversário, por mais ministro, *lord*, ou membro do parlamento que seja. É a efervescência própria de uma agitação nacional, como era

aqui a independência do Brasil escravo. No entanto, em todo o país o crime campeia, feroz, selvagem, impudente, sem que o Senado se queira *distrair* — é a frase do ministro do Império — com tais assuntos. Armam-se processos políticos a ex-deputados, como o sr. Aristides Espínola, com a mesma facilidade com que se coloca esta cidade chamada côrte sob as ordens de um capitão-do-mato togado.

Exército, marinha, magistratura, polícia, de tudo se faz arma contra a opinião, e onde quer que chegue o braço do govêrno a imprensa registra um estado social, de ocupação armada, que não é de guerra civil porque o povo se resigna a tudo. Nas províncias as estradas estão em poder dos facínoras, e os cofres públicos em poder de quadrilhas. Em uma situação semelhante o martelo dinâmico da palavra de José Bonifácio não podia ser forte bastante para quebrar o ôvo eleitoral do sr. Andrade Figueira!

Se me perguntassem que gênero de eloqüência senatorial estaria na altura da atualidade política, assim como estêve no tempo dos Césares a eloqüência culinária, eu responderia com o exemplo do sr. Sequeira Mendes. Na mesma sessão em que José Bonifácio pronunciava essa grande filípica em desagravo da honra do país, era introduzido no recinto o ditador coroado do Pará. Dos jornais paraenses que acabam de chegar eu tomo um trecho do discurso que êsse dignitário das duas coroas, deixando a cadeira da presidência, proferiu na assembléia provincial em defesa de um contrato de carnes verdes, chamado do Arapiranga. Aí está a linguagem produzida pela situação e a moralidade que ela professa! O meu ilustre amigo que me perdoe a ilustração; não fui eu que escolhi o sr. Sequeira Mendes para colega do sr. José Bonifácio.

«*Eu não acredito em patriotismo nem em abnegação: para mim já não existem estas duas coisas. Isto de falar em bem da pátria, em patriotismo, é uma história em que não creio.*

« Ninguém é patriota neste tempo sem ver que disso resulta o interêsse seu ou de sua família. Só considero patriotismo o interêsse que alguém toma pela sua pátria, de acôrdo com o seu próprio interêsse. Verdadeiras abnegações não existem mais. »

Eu pela minha parte não duvidei nunca de que o efeito moral de uma situação que se inaugurou empalmando a extrema velhice do escravo e convertendo o movimento abolicionista em agiotagem bancária, só podia ser o do programa de Guizot em Lesieux: « *Enrichissez-vous* », mas um « Enriquecei! » adaptado às condições do nosso país conservador, hoje que dos escravos só restam os ossos, — « Enriquecei à custa do Estado! » O sr. Sequeira Mendes disse tôda a verdade. « Só é patriotismo o interêsse que alguém toma pela sua pátria, de acôrdo com o seu próprio interêsse ».

A FEDERAÇÃO

[*28 de maio de 1886*]

O PROJETO de federação nacional apresentado por mim na sessão de 14 de setembro de 1885 com a assinatura de 38 deputados liberais, representando 16 províncias e o município neutro, não foi julgado « objeto de deliberação ».

Êsse fato nenhuma importância tem para o movimento federalista, porquanto ninguém que eu saiba esperou que a Câmara tomasse em consideração aquêle projeto.

Mas um jornal acrescenta que, na ocasião de ser posta a votos a reforma, anteontem, a hilaridade foi tal no recinto e nas galerias que o sr. Andrade Figueira teve que chamar à ordem deputados e espectadores! Não devemos fazer muito cabedal dêsse riso. Às galerias da Câmara dentro de pouco tempo não irá mais ninguém que se preze, para não ser confundido com os agentes pagos da polícia secreta que as enchem tôdas as sessões. Por ocasião de discutir-se o diploma do sr. Dória, tive ensejo de observar algumas dessas figuras que a nossa polícia toma emprestadas ao crime impune desta cidade, para restituir-lhas depois com o seu salvo-conduto. Entretanto, êsse projeto, assim ridicularizado pelas duas opiniões públicas da Câmara, contém a única possibilidade de vida e levantamento para êste país, o meio único de sustar a atrofia que o invade.

No discurso que pronunciei para fundamentar aquela reforma, estou certo de ter apresentado uma cadeia de argumentos que pode resistir a muito mais do que à hilaridade, a tanto por bôca, de uns cem ou duzentos indivíduos, que ocupam as galerias quando deviam ocupar as *galeras*.

Como êsse discurso ficou sepultado no *Diário Oficial*, eu julgo necessário sujeitar ao critério, não dêsses representantes

da polícia, mas da opinião, algumas das suas passagens, as reflexões principais que determinaram a iniciativa que tomei.

« Há quatro razões, disse eu, para que a independência das províncias se imponha ao espírito de todos os brasileiros. Há, em primeiro lugar, só por si suficiente, a razão das distâncias enormes que as separam.

« Há, em segundo lugar, a diversidade dos interêsses, diversidade sôbre a qual seria ocioso insistir, porque é tão absurdo sustentar-se a identidade dos interêsses do povo que habita as margens do Amazonas com os do que habita as margens do Paraná, como afirmar-se que não são diferentes os interêsses da costa da Grã-Bretanha e os da costa do mar Negro.

« Há uma terceira razão, e é que enquanto o govêrno das províncias fôr uma delegação do centro, não poderá ser verdadeiramente *provincial.*

« Há ainda uma quarta razão, que é a impossibilidade de impedir, sem a autonomia absoluta, a absorção das províncias pelo Estado, absorção que será cada dia maior, porque, quanto mais o organismo central se depauperar, — e êle depaupera-se exatamente na razão do esgotamento das províncias — tanto mais os recursos provinciais serão absorvidos pelo eu coletivo chamado — Estado.

« Cada uma destas razões constitui, sr. presidente, por si só um fundamento de direito, bastante para obrigar o legislador a decretar a federação brasileira; mas, unidas, elas formam um conjunto de interêsse nacional, como nenhum dos povos que até hoje tomaram armas pela sua independência e pela sua autonomia apresentou na história nem mais legítimo, nem mais urgente, nem mais vital. »

Além disse eu:

« Apresentando êste projeto, temos em vista êstes diversos pontos:

« 1.º — Queremos organizar a responsabilidade efetiva da administração neste país, tornando-a em tôda parte, em tôdas as suas partes, eletiva e responsável para com os governados.

« 2.º — Queremos deixar onde forem produzidos, os recursos nacionais; onde a atividade fôr grande, os frutos dessa atividade; onde o trabalho prosperar, as vantagens dessa prosperidade; de forma a fazer com que cada jeira da nossa terra fique entregue às mãos dos que vivem dela e a beneficiam, porquanto é simplesmente dêsse consórcio real e efetivo do homem com o solo, que se deriva a prosperidade das nações.

« 3.º — Queremos extinguir o beduinismo político; acabar, em todos os sentidos, com a atual espécie de administração em que o país figura como um deserto, onde cada um pode levantar a sua tenda; destruir essas *aves de arribação e de rapina,* às quais, se substituirmos a idéia de depredação para si mesmas pela idéia de rapinas para o Estado, podemos aplicar aquelas palavras de Burke contra os magistrados inglêses na Índia.

« 4.º — Queremos extinguir, nos limites em que é possível, sem cercear o que não pode ser cerceado, o enorme tributo que esta capital levanta sôbre tôda a sorte de superioridades provinciais; acabar com êste sistema de *absenteísmo,* por um lado, e por outro de *engrenagem,* que faz com que todos os recursos do Brasil sejam esgotados, não em favor desta capital, mas em favor de um ente abstrato chamado Estado, e o queremos a fim de que, quando ressuscitar o patriotismo brasileiro, ressuscite tal qual existiu em outros tempos, isto é, ligado não a uma palavra sonora, mas a cada pedaço da nossa terra, a cada porção do nosso povo. »

Em outro ponto acrescentei:

« A nossa atual forma de govêrno centralizado é uma forma grosseira de sociedade política, uma democracia dando

em resultado uma falsa independência. Essa burocracia que só serve para falsificar, na transmissão para o centro, as impressões da nossa vasta superfície; essa organização forasteira e espoliadora, que, em vez de ajudar a viver, esgota em nome, e com a fôrça do Estado, a atividade de cada uma das províncias não iludirá por muito tempo a inteligência da nossa época. As províncias hão de compreender, dentro de pouco tempo, que o que constitui o govêrno colonial, não é a falta de representação parlamentar, nem a constituição, nem o nome de colônia, nem a diferença de nacionalidade. O que constitui o govêrno colonial é a administração em sentido, e com espírito, contrário ao espírito do desenvolvimento local. O que os países, que se rebelam por sua independência, querem, não é desde logo representação nem democracia, é sim autonomia, isto é, que cesse a exploração de fora.

« Dentro do mesmo território, da mesma língua, da mesma religião, do mesmo povo, a necessidade do crescimento livre e independente de cada uma das partes componentes de uma comunhão social qualquer, é tão imperiosa que, em não sendo respeitada, aquela necessidade cria logo um patriotismo local separatista e começa a desenhar os contornos e os órgãos de uma nação diferente. Enquanto o Brasil, com a extensão que tem, tiver um govêrno centralizado; enquanto, não só nos grandes momentos nacionais, em que o país deve todo ter a mesma vibração, mas, sempre e em tudo, as províncias tiverem que aguardar as ordens e o favor da côrte; enquanto uma só vontade irresponsável de uma abstração chamada Estado, se estender soberanamente por 38 graus de latitude e 32 de longitude, poder-se-ia dizer que somos uma nação que ainda não se constituiu definitivamente, que ainda não chegou ao período do seu metamorfismo democrático, e que está ainda na fase colonial. »

Por certo eu não imaginava que dentro de poucos meses, em um país cujos movimentos liberais se prendem aos nossos, essa mesma questão da autonomia, do *Home Rule,* faria em pedaços o velho partido Liberal para dar origem a um novo,

verdadeiro partido do povo. Não esperava ler os admiráveis discursos em que o sr. Gladstone tem procurado demonstrar ao povo inglês que o sistema de govêrno de fora naufragou inteiramente na Irlanda e que só o sentimento da responsabilidade em um govêrno nacional poderá reparar os efeitos da ocupação estrangeira. Aí está o primeiro ministro de uma monarquia pedindo em nome da rainha a criação de um parlamento irlandês em Dublin!

A monarquia inglêsa é mais do que uma monarquia federativa, porque o poder central não tem sombra de autoridade sôbre as diversas partes do império ligadas por um laço nominal, por um símbolo. Agora, dentro mesmo do território europeu dessa monarquia, o primeiro ministro propõe que uma de suas partes componentes governe-se por si mesma, sujeita apenas a algumas garantias, que não merecem o nome de restrições. Isso quer dizer que onde a monarquia chegou ao seu amadurecimento como forma de govêrno livre, as instituições federais, ou outras quaisquer que o povo escolha para o seu govêrno, são tão compatíveis com ela, como são com a república. Talvez ainda mais, porque não houve república que tivesse a elasticidade que tem a monarquia inglêsa e reunisse sob a autoridade aparente do seu primeiro magistrado tantas formas diversas de governos independentes. Onde, porém, a monarquia é ainda não uma forma exterior de govêrno, mas o govêrno mesmo; onde o parlamento é apenas a estrutura e ela a alma, a fôrça, o poder, como entre nós, aí, se as instituições federais são incompatíveis com ela, não o são menos a independência das câmaras, a liberdade das eleições, e a responsabilidade dos ministros. No Brasil se disse que a federação das províncias sob a monarquia era uma utopia: do mesmo modo se pode dizer que é uma utopia o govêrno parlamentar.

O dever entretanto de quem consegue chamar a atenção do país para a gravidade da situação nacional, é dizer corajosamente o que convém fazer. A impossibilidade não corre por nossa conta como correria o silêncio, o não ter falado a

tempo. Entre nós as reformas parecem prematuras, quando já são tardias. A escravidão já nos tinha completamente arruinado, quando apareceu o abolicionismo; as províncias estão quase mortas, e ainda o partido federal parece uma idéia do futuro. As soluções patrióticas de nossos estadistas só têm o defeito de serem póstumas. O que há de resultar do domínio ferrenho da centralização política e da escravidão, que juntas reduziram algumas das nossas províncias à condição social da Irlanda, não é duvidoso. O incomparável estadista a quem acompanhamos no dia de hoje, em que se vai talvez decidir a sorte do seu grande ato de justiça e reparação, pintou em uma de suas últimas orações pela liberdade da Irlanda um quadro que é talvez o do nosso futuro.

« Nos diversos incidentes da vida social », disse Gladstone dirigindo-se à Câmara dos Comuns, « há infelizmente muitos casamentos que ficam estéreis, e muitas famílias que desaparecem: mas há um consórcio que não deixa nunca de ter prole. Quando a opressão de um lado casa-se com a miséria por outro, dessa união resulta uma hedionda e fatal progênie de crimes, dotada de vitalidade para perpetuar-se e transmitir de geração em geração a sua maligna e desgraçada herança. »

Quem não sente, quem não vê que entre nós êsse « casamento da miséria com a opressão » há de dar aquela mesma terrível progênie de que fala o grande orador, se a centralização tiver tempo para completar a obra da escravidão?

O MANIFESTO DO SR. GLADSTONE

[*29 de maio de 1886*]

A CÂMARA faria bem se interrompesse o seu « baile de máscaras » da verificação dos poderes para ler o admirável manifesto que o sr. Gladstone dirigiu ao seus eleitores. Para nós, que sabemos reconhecer o caráter e o estado das nossas instituições: o puro domínio de classes, o prestígio da corrupção, um povo sem direitos, um parlamento sem nação, não um govêrno que toque o trono com a cabeça, mas, como os executados da Pérsia, suspenso do trono pelos pés; para nós é uma consolação sermos contemporâneos de um homem como Gladstone, assistir como espectadores à luta homérica de que êle está sendo o herói, e de algum modo servir de eco à mais elevada linguagem em que jamais o representante de uma grande nação se dirigiu ao seu país e ao mundo.

Nesse manifesto, em chamarei a atenção da Câmara para três pontos.

O primeiro, aquêle em que o primeiro ministro deixa ver que nessa questão da liberdade irlandêsa, apoia-se de preferência, e com maior confiança na opinião e no sentimento do mundo do que nos de seu próprio país. Essa é a linguagem do estadista que vê a humanidade em redor da pátria.

O segundo, aquêle em que o primeiro ministro diz que tem contra si « a riqueza, a influência social, as profissões, isto é, o espírito e o poder de classe », mas que tem por si o sentimento do direito na nação. Essa é a linguagem do estadista portador e instrumento de uma grande idéia, que mesmo quando tenha contra si a representação de todos os interêsses conservadores, de tôdas as fortunas feitas, de todos os preconceitos sociais, sente que só êle é verdadeiro representante do seu país, porque o país não são as formações aristocráticas,

os depósitos de ouro, os ornamentos do passado, o que está feito, mas o que se está fazendo: o movimento, e não a inércia.

O terceiro, finalmente, aquêle em que o sr. Gladstone diz que tem confiança em seus colegas, na Câmara dos Comuns, mas que acima de tudo confia na justiça da nação. Essa é a linguagem de um estadista, que se sentiria tão humilhado se devesse a sua posição ao favor de uma Câmara divorciada das grandes aspirações nacionais, como se o devesse ao favor pessoal da coroa, e que sente que a posição de primeiro ministro para o homem de vontade e de idéias só é digna e só é livre quando entre êle e a nação não há intermediário algum.

Eu tomo a liberdade de traduzir êsse grande documento histórico para uso dos que representam entre nós os mesmos papéis que a rainha Vitória, Gladstone, o ministério, a Câmara dos Comuns representam na Inglaterra, na esperança de que, comparando à luz dêle os dois países, compreendam o que eu devia sentir ao traduzir para êles aquêle documento.

Manifesto do sr. Gladstone

Aos eleitores de Md. Lothion — Senhores — Eu quisera poder tomar parte nas operações ativas da política durante as férias da Páscoa, sobretudo por elas terem sido levadas até dentro dos limites do vosso condado. Vós me destes pelos vossos *meetings* locais motivos para acreditar que eu tornaria a encontrar os ecos dessas paredes, entre as quais tive em tantas ocasiões a honra de dirigir-me a vós, ainda os mesmos que das outras vêzes. Mas o pêso da idade aumenta, e sou obrigado a guardar a minha fôrça limitada de voz para os esforços que sejam necessários na Câmara dos Comuns. Por isso sirvo-me da pena para voltar ao assunto de que já me ocupei na mensagem que vos dirigi em setembro do ano passado. Eu vos disse então que qualquer concessão de govêrno próprio feita à Irlanda, que fôsse devidamente ajustada às

condições superiores da unidade do Império, seria a meu ver para êste uma causa não de perigo, mas de maior fôrça e segurança. Depois daquela época o govêrno atual apresentou um *bill,* que deu lugar em algumas de suas cláusulas importantes, como era de esperar, a divergências de opinião entre os seus amigos, mas que não teria encontrado, como eu acredito que encontrei, uma aprovação tão geral e tão convencida no país, se êste não tivesse sentido — primeiro, que o princípio de *Home-Rule,* ou autonomia local para a Irlanda, é justo; e — segundo, que as exigências da unidade do Império foram pelo menos cuidadosamente estudadas nos diversos artigos do projeto. Eu não sei de outra ocasião em que um acontecimento parlamentar tenha repercutido por todo o mundo, como a apresentação dêsse projeto de lei sob os auspícios de um govêrno britânico. Alongando as nossas vistas além de nossas praias, podemos obter às vêzes um auxílio valioso para a direção dos nossos negócios nas opiniões formadas em outros países sôbre as nossas questões internacionais ou domésticas, que êles muitas vêzes encaram com uma boa vontade sincera, elevando-as acima do nível dos preconceitos locais. Naturalmente nós olhamos com o maior interêsse para os sentimentos dêsse vasto público de origem britânica ou irlandêsa, que já excedeu de cem milhões, e que se espalha com uma rapidez nunca diminuída, de ano a ano, sôbre alguns dos mais vastos territórios do globo. De *meetings* públicos e das mais altas autoridades nas colônias e na América, capitais como Washington, Boston e Quebec, e de distritos remotos fora do alcance das excitações políticas ordinárias, eu recebo manifestações de que os nossos afins de além-mar vêem com simpatia ardente e fraternal o esfôrço que estamos fazendo para concertar de modo adequado, e de uma vez para sempre, as relações perturbadas há tanto tempo entre a Grã-Bretanha e a Irlanda, que nos apresenta a única, porém conspícua, falta do gênio político de nossa raça em vencer a dificuldade, e obter de modo condigno os principais fins da vida civilizada.

Não devemos desanimar, se dentro do país, e especialmente nas classes altas da sociedade, ouvimos uma variedade de notas discordes — discordes não só de nossa política, mas entre si. Vós tendes perante vós um gabinete decidido em uma resolução e acorde em um plano inteligível. Eu confesso que não vejo nada mais na arena política, senão isso que seja decidido ou inteligível. Agora falar-vos-ei do estado das coisas dentro e fora do nosso parlamento e da natureza e importância do que se vai imediatamente seguir na marcha das reformas propostas. Falo por enquanto do *bill* para o govêrno da Irlanda, e deixo o *bill* para a compra de terras irlandêsas no mesmo pé em que o deixaram as nossas últimas declarações, acrescentando sòmente a expressão do pesar com o qual vejo que a areia vai caindo na ampulheta dos proprietários irlandêses.

DEPURANDO

[30 de maio de 1886]

A CÂMARA continua a corrigir as provas das últimas eleições, que saíram com alguns erros. O seu trabalho, por enquanto, é organizar a errata. « Onde se lê *A. de Sequeira* (1), leia-se *A. Correia* (2).» « Onde se lê *Franklin Dória,* leia-se *Jaime Rosa.* » « Onde se lê *Paranaguá* (3), leia-se *Clarindo* (4). » « Onde se lê *Milton* (5), leia-se *Paraíso* (6). » *Maioria* passa a ser *minoria*; onde os votos não se deixam fàcilmente manipular, suprimem-se os eleitores, isto é, cortam-se períodos inteiros por causa de um nome. Assim a edição sairá perfeita.

Ainda anteontem, o sr. Cândido de Oliveira interpelou o govêrno sôbre uma anomalia, que desde o princípio fizemos notar nestas colunas — a dos eleitores que a Câmara anulou em Paranaguá por não terem votado no sr. Jaime Rosa. A posição atual dêsses eleitores serve para exemplificar o caso que entre nós se faz dos direitos políticos do cidadão. A Câmara decidiu êste ano que tais pessoas não haviam sido regularmente alistadas, como decidiu o ano passado que haviam. Se amanhã o sr. Jaime Rosa fôsse feito ministro, os mesmos eleitores que o deixaram de ser teriam que ser convocados e votar na eleição subseqüente. É provável que votassem no ministro, que em todo caso lhes pediria o voto, e a Câmara podia uma terceira vez decidir que êles eram tão bons eleitores como quaisquer outros. O sr. Coelho Rodrigues

---

(1) Antônio Manuel de Sequeira Cavalcanti.
(2) Antônio Francisco Correia de Araújo.
(3) José Lustosa da Cunha Paranaguá, depois conde de Paranaguá.
(4) Clarindo Adolfo de Oliveira Passos.
(5) Aristides Augusto Milton.
(6) Francisco Prisco de Sousa Paraíso.

apresentou um projeto regularizando a situação de Paranaguá, isto é, mandando proceder a novo alistamento. Mas êsse projeto é uma lei eleitoral inteira e levaria anos a passar.

A Câmara está jogando a bola com os eleitores, que são ou não são eleitores, conforme o modo de votar de alguns. A tôdas as condições precisas para se ser eleitor no Brasil cumpre acrescentar agora a principal de tôdas, que estêve sempre tácita para os partidos, na lei, mas que sòmente hoje a Câmara conservadora teve a coragem de tornar pública por um aresto parlamentar — a condição de votar com quem está de cima. Votando com o govêrno, o eleitor não sentirá o vexame da sua posição precária. Votando contra, tomam-lhe o voto em separado para persegui-lo, ou provam que êle é analfabeto, ou demonstram que êle mudou de domicílio, ou, por fim, decidem que êle não tem a mínima qualidade para intervir na alta função da escolha de deputado, isto é, que não passa de um *fósforo*. Adulados, suplicados, visitados, antes; *fósforos* depois! É como os tratam os pareceres da Câmara.

O pior de tal situação é que neste momento não se sabe quem é verdadeiramente eleitor no país. Basta que desapareça um livro, que tenha sido omitida uma formalidade da lei, que o escrivão dê sumiço a papéis de um cartório, para o eleitor, que exerce o seu direito desde o primeiro alistamento de 1881, passar pelo processo sumário da *anulação* na Câmara dos Deputados. O seu alistamento pode ter sido o mais correto possível, êle pode ter as provas de que todo o processo da sua qualificação correu na forma da lei; isso nada vale. Se se provar que alguns não observaram as formalidades como êle, que um juiz de direito foi indulgente na apreciação da prova de renda para com outros, a pena será generalizada, e o alistamento todo da paróquia de que êle faz parte será submergido por uma onda da verificação de poderes, não se salvando sequer aquêle justo.

Dêsse modo os deputados chamaram a si a mais extravagante de tôdas as atribuições, a de manipular o eleitorado.

Parece que pela ordem dos fatos ordinários o filho não tem a faculdade de escolher os pais. A Câmara, porém, não se atém a essa ficção política. Ela nasce do eleitorado, e, depois de nascida, escolhe quem a devia ter procriado. Mandatária, ela substitui o mandante por outro, com os poderes sòmente do mandato. Representante, designa a vontade a quem vai representar. Em geral supõe-se que a Câmara é a delegada dos eleitores: é um engano perfeito; os eleitores é que são os delegados, nem todos de polícia, da Câmara. O eleitorado faz a Câmara, e a Câmara refaz o eleitorado, por forma que ela não teria visto a luz, se êle fôsse antes de concebê-la o que ela o faz depois de nascida. O espírito perde-se nessa hipótese de um filho pai de sua mãe. A todos os vícios parlamentares de nosso tempo acresce essa hipótese inteiramente desconhecida — a do abôrto que comete um parricídio. É um verdadeiro labirinto.

A admitir-se o princípio de que a Câmara é quem organiza o eleitorado — e *anular* eleitores equivale, por causa do equilíbrio dos votos, a *fazer* o eleitorado, — tôdas as noções correntes sôbre o sistema representativo devem passar por uma transformação completa. Em vez de ser — representativo, êsse sistema deve se chamar — representável. São os deputados que se fazem representar no país pelos eleitores, e não o país que se faz representar na Câmara pelos deputados! A divisão dos poderes é um dos dogmas da nossa velha educação política, que serve para criar e constituir poderes independentes do único poder legítimo — a representação direta, imediata e periòdicamente renovada, da nação. Mas que divisão maior e mais natural dos poderes, do que entre o mandante e o mandatário, o eleitor e o eleito, o criador e a criatura? A Câmara, entretanto, confunde tudo isso, e inverte a ordem da precedência e da soberania, de modo a ser ela a suserana e o eleitorado o vassalo.

Que a Câmara se componha dêstes ou daqueles elementos nos é tão indiferente como são os esforços que estão tentando alguns liberais desta cidade para reabilitar um partido com

o prestígio de nomes, e não de idéias. Não vêem êles que uma reorganização dessa espécie serve talvez para fazer o partido subir de novo ao poder, mas não para moralizá-lo, nem para dar-lhe o apoio do liberalismo nacional. Não faria nenhuma falta à poderosa corrente que está construindo o futuro do nosso país com os destroços do passado, a ausência da maioria da oposição amável que o govêrno tem a fortuna de encontrar nas câmaras. Quando não existisse uma oposição assim, seria preciso inventá-la. Um parlamento sem oposição não teria, como convém que as instituições do reinado tenham tôdas, um tom europeu de adiantamento e liberdade. Com a depuração de « cidadãos pacíficos » perderia mais o oficialismo do que a democracia. Por outro lado, não é a expulsão do sr. José Mariano que tememos, porque êsse terceiro escrutínio lhe dará mais fôrça em Pernambuco do que lhe deram os dois outros. Não é assim no interêsse imediato do liberalismo que dissecamos a moral política da Câmara, mas para que fique arquivado mais um documento da história conservadora. Êsse documento pertence a uma série de provas irrecusáveis, de que os conservadores estão fazendo no poder tudo que denunciaram na oposição, não a mêdo e envergonhados como os liberais, mas do modo o mais descoberto e desdenhoso. O partido Conservador, com efeito, na situação passada levou a explorar o catonismo de alguns céticos mundanos que esperavam e conseguiam ser ministros com êsse atestado de moralidade dado pela oposição. Hoje, porém, que a Câmara é quase tôda de uma côr, não se encontra mais quem queira representar êsse papel de último asilo da justiça em política. Não serei eu quem lamente o desaparecimento de nenhuma espécie de farisaísmo. A verificação dos poderes, é e há de ser sempre entre nós, um ato político, mesmo quando a passarem para a magistratura, pior ainda talvez. Mas uma coisa é o catonismo, e outra a decência; e é não fazer caso absolutamente desta última, cassarem diplomas, sôbre a legitimidade dos quais, nem do ponto de vista da liberdade do voto, nem do ponto de vista

legal, a mínima dúvida existe, e para fazê-lo, irem além do deputado eleito e anularem em massa o eleitorado, firmando assim o princípio de que a Câmara, em última análise, é quem faz os eleitores.

A ARTE DE FURTAR

[*31 de maio de 1886*]

ACABO de ler a contestação do sr. Teodoro Machado (1) à eleição de José Mariano (2). É em todos os sentidos um documento digno do nosso parlamento. O candidato derrotado apresenta-se à Câmara armado de todos os instrumentos precisos para entrar em casa alheia. Há ali a gazua que abre as fechaduras, há a corda de gancho e de nós para alcançar a janela, há o calço que impede de abrir as portas por fora, há a alavanca para arrombar o muro, e a lanterna de furta-fogo. É um perfeito manual de furtar uma cadeira. Um tal documento revela um profundo estudo da casa onde se quer penetrar, das suas comunicações com a vizinhança, da segurança de suas portas e paredes, do lugar onde a cadeira está guardada. Não é, à vista dêsse trabalho preliminar, tarefa fácil a do pretendente daquele móvel parlamentar, e por isso êle apresenta aos seus associados da primeira comissão de poderes diversos planos para a operação.

O padre João Manuel, da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz, é quem está encarregado dêsse *introibo* em casa do sr. José Mariano. A êsse relator *ad hoc,* principalmente, e à comissão em geral o contendor de José Mariano sugere diversos modos de penetrar no interior das eleições do 2.º distrito de Pernambuco. É um verdadeiro conselho de guerra da classe. Os planos todos da campanha são estendidos sôbre a mesa, para o comandante da expedição escolher o mais praticável. O sr. Teodoro não vem à comissão, ou, mais corretamente, não fica na Bahia, com um projeto de arrombamento, perfeitamente amadurecido em seu espírito. Êle

---

(1) Teodoro Machado Freire Pereira da Silva.
(2) José Mariano Carneiro da Cunha.

atira sôbre o tapête os instrumentos próprios para o que fôr preciso para penetrar no prédio n.º 2 de Pernambuco, pela frente, pelo quintal, ou pelo telhado. A responsabilidade da escolha êle a deixa aos que, estando na localidade, podem ser juízes das conveniências do momento.

A situação é mais ou menos esta. Na eleição de 15 de janeiro, ao passo que o seu principal contendor só obtinha 765 votos e dois em separado, José Mariano obtinha 824 e mais dois em separado. Tinha-o derrotado, portanto, por 59 votos. A metade e mais um, porém, era 825, e, como a junta apuradora desprezou os dois votos em separado, José Mariano, que tinha 824, teve, por falta de um voto, que sujeitar-se ao segundo escrutínio, que teve lugar a 16 de fevereiro. Nessa segunda eleição José Mariano teve 880 votos, mais sete em separado, e o seu contendor 849 mais 14, ou 887 contra 863, uma maioria de 17 votos. Tal é *prima facie* a situação. Dois escrutínios, duas vitórias. Essa é a casa que se trata de arrombar. Como?

« A nossa emprêsa é por certo difícil », diz o sr. Teodoro, « mas o que não é difícil não merece ser tentado. Que merecimento havia em a Câmara me reconhecer deputado se eu tivesse sido eleito? Um tal parecer seria próprio de um Mr. de la Palisse. Não passaria de um lugar-comum muito velho. A originalidade está em ser eu reconhecido sem ter sido eleito. » « Como havemos de fazer? » perguntam os amigos. « Aí é que está a beleza da nossa posição. »

« Não há meio de errar o caminho. A comissão tem uma grande variedade de recursos para chegar à cadeira que nós todos cobiçamos, na forma do décimo mandamento combinado com os precedentes da casa. Aqui estão alguns dos meios que de improviso eu posso lembrar a homens mais experientes do que eu nesse gênero de concessões:

« 1.º PLANO — Anular as eleições de três paróquias, em 1.º escrutínio: Poço, Monteiro e Várzea. É uma insignificância. Suprimem-se apenas 346 votos ao meu adversário; o que são 346 votos? e a minha ridícula minoria de 58 votos

passa a ser uma maioria colossal de 107. Que mal faz anular assim mais de 500 votos? O que são 500 votos perdidos, ao lado dos 100.000 soldados que morreram no Paraguai e do milhão de Persas que Xerxes comandava? A êsse plano chamo eu arrombar a porta da rua e tomar conta da casa pela frente.

« 2.º PLANO — Se a comissão não quiser entrar por essa porta do primeiro escrutínio, pode entrar pela janela, e passar logo para o segundo. Aqui se nos oferece uma excelente tática. Ou anulamos as três freguesias, ou anulamos duas, ou anulamos uma. Tudo me serve. Anulemos, por exemplo, o Poço. No Poço o dono da propriedade teve 178 votos, e eu não cheguei a ter 50. É o ponto fraco. Aí a parede presta-se a um arrombamento. Basta tirar algumas pedras para a cadeira poder passar.

« 3.º PLANO — Não querendo anular eleições, podemos fazer outra coisa: anular o eleitorado. Isto é o que eu chamo entrar pelo telhado, entrar por cima. Eu prefiro essa operação a qualquer outra. Fêz-se em Sento Sé, fêz-se em Paranaguá, e com o melhor resultado. O proprietário em um caso dêsses supõe que quem lhe invade a casa caiu das nuvens. O eleitorado é a parte do prédio que êle julga mais segura, e nós com a maior facilidade o destelhamos. Não há novidade.

« 4.º PLANO — Ainda há outro plano, o de entrar pela cozinha. Êste é o menos heróico, mas é tão eficaz como os outros para o fim que temos em vista. Êsse plano consiste em tirar ao adversário tantos votos quantos seja preciso tirar-lhe, para êle ficar menos votado do que eu. Os amigos não compreendem bem? Eu provo que houve no distrito uns tantos indivíduos — basta vinte e cinco — que não podiam ser eleitores. Provo isso. Muito bem. Trata-se de saber como se há de proceder com êsses votos nulos. Desconto-os todos do adversário. É forte, não é? mas é bem achado. Êsses indivíduos, que não podiam votar, votaram muitos em mim, eu bem o sei, mas é o mesmo: a regra é os votos duvidosos

serem descontados do mais votado dos candidatos. Ora, eu tive a fortuna de não ser o mais votado. Imagine-se que eu tinha ganho a eleição saindo mais votado, e estava perdido. A Câmara mandava descontar-se êsses votos, e reconhecia o meu adversário. Eu, porém, tive a felicidade de ser derrotado, e por êsse modo estou eleito. É muito engenhoso. Eu tenho, digamos, 863 votos e José Mariano 887. Há vinte e cinco indivíduos — ninguém sabe em quem êles votaram — que votaram sem estar nas condições da lei. Descontando-se êsses votos todos de José Mariano êle fica com 862 votos, um voto menos do que eu, que assim saio eleito, pelo feliz acaso de ter sido o menos votado. É o que se chama o benefício da derrota. Eu sei bem que essa regra de descontar os votos duvidosos ao candidato mais votado tem ùnicamente por fim verificar se mesmo assim êle tem maioria sôbre o seu competidor, e deve portanto ser reconhecido, ou, se não tem, deve-se mandar proceder a nova eleição. Mas agora eu não entendo dêsse modo. Não nos convém. Os votos devem ser tirados do mais votado até o menos votado ficar mais votado do que êle. Neste caso eu sei bem que passo a ser o mais votado e que, portanto, para eu também não entrar na Câmara a favor de votos nulos, que podiam ter tanto recaído em mim como no outro, os mesmos votos deviam ser descontados da minha votação. Mas uma coisa é o que eu penso, e outra o que peço. Como lhes disse, êste último plano equivale a entrar pela cozinha. Se não houver outro meio, estou pronto a concordar nesse, que não é limpo, mas prefiro o heroísmo dos outros planos. É mais ousado, fala mais à imaginação. Seiscentos eleitores que o deixam de ser, para eu ser deputado, já é alguma coisa. Um diploma feito de seiscentas tiras de diplomas rotos, já é um pergaminho. Eu lhes deixo a responsabilidade do modo. A batalha dos votos, eu sei bem que a perdi, mas agora do que se trata é da *perigosíssima* batalha do subsídio. Aceito o princípio de que sou quem tem direito a êle, as premissas decorrem naturalmente da conclusão, e eu fico esperando o aviso do pagador.»

Essa é, em resumo, a contestação do sr. Teodoro ao diploma de José Mariano.

Uma coisa se sente em cada página daquele documento: que o contestante por muito tempo não terá coragem para ver o rosto do eleitorado, cuja supressão êle reclama, e que assim o reconhecimento de José Mariano o incomodaria menos do que uma nova eleição. « Sobretudo livrem-me dêsses bandidos » é a nota de desespêro que se levanta daquelas lamentações.

DESINTEGRAÇÃO

[*1 de junho de 1886*]

Mais de uma vez se me tem feito notar, como prova de fraqueza, a grande diferença entre o modo por que os liberais caíram em 1868 e o modo por que caíram em 1885. Antes do Dezesseis de Julho o partido Liberal estava profundamente dividido em *Históricos* e *Progressistas*, mas «o golpe de Estado» o consolidou, desde o dia seguinte, sob uma só bandeira e um só comando.

Em 1885 êle estava igualmente dividido, mas «o golpe de Estado» do estilo em vez de consolidá-lo, como o fêz sete anos atrás, teve o efeito de ainda mais acentuar a divisão. Hoje em oposição, êsse partido acha-se ainda mais fragmentado do que estava no poder; se então formava quatro, cinco, ou seis grupos pessoais, hoje está pulverizado.

A adesão dos partidários no Brasil não é a idéias, mas a homens. Quando falo dos partidários, não me refiro aos que, para mim, são as fôrças vivas do nosso partido, os que sofrem por êle obscuramente, sem nunca se aproveitarem dêle; mas ao grosso dos que combatem no primeiro plano da política. As adesões dêstes são a pessoas e não a princípios. Há um primeiro grupo, de muito maiores proporções do que os outros, dos que aderem ao govêrno do dia, qualquer que seja, dos que são *ministeriais* por natureza. Essa foi a espécie que apoiou o sr. Sinimbu na inelegibilidade dos acatólicos, na política escravista e chinesa, na «constituinte constituída» (1) e em tudo mais; que passou a apoiar o sr. Saraiva no seu *não cogito* e no dar e tirar direitos políticos aos cidadãos, como

---

(1) Por êsse nome designava-se a Câmara que deveria ter sido eleita se fôsse aprovado o projeto do gabinete Sinimbu de fazer a reforma eleitoral por meio de uma constituinte com poderes restritos a êsse ponto. O projeto foi rejeitado pelo Senado. O gabinete Saraiva realizou, então, a reforma por lei ordinária.

se marcam as rações dos escravos; que seguiu, apoiando o sr. Martinho Campos, cujo nome era uma bandeira, ou um clarim; que prestou vassalagem ao sr. Paranaguá, pagou tributo ao sr. Lafayette, passou pelas « fôrcas caudinas » com o sr. Dantas, e voltou de novo a identificar-se com o sr. Saraiva. Êsse é o grupo mais numeroso em todos os partidos, o dos governistas. O segundo grupo é muito subdividido, é o dos dedicados ou dos amigos, aos quais acrescem os dependentes. Excetuando um ou outro, cada senador liberal tem o seu grupo íntimo, que aumenta como os riachos durante a estação das chuvas, mas que em tempo de sêca fica reduzido a quase nada. O terceiro grupo, o mais fraco de todos, nas posições, mas de todos o mais forte na opinião e no país, é dos entusiastas que aderem a princípios e não a indivíduos, e inspiram-se na sua lealdade para com o povo e as idéias, e não nos interêsses limitados de um partido, de um grupo, de um chefe.

Hoje, em oposição, continua a dar-se exatamente a mesma divisão: há os *governistas,* cujo programa, agora que estamos de baixo, consiste em voltar ao poder, e mais nada; há os *dedicados,* cujo programa resume-se em preparar o poder para o seu « homem »; e há os *entusiastas,* que querem ver o partido Liberal tornado em instrumento eficaz de um liberalismo, em vez de ser uma das ordens privilegiadas da monarquia.

Sendo assim, eu confesso que vejo um sintoma favorável, e não contrário, na relutância que os liberais mostram em unir-se de novo como dantes. Depois da lição dos últimos sete anos o partido tem o direito de ser cauteloso. Unirem-se todos os liberais sob um centro comum e um programa único, é o mesmo que abandonar as idéias de que o partido faz questão, pelas idéias de que o Imperador faz questão.

Tome-se, por exemplo, a federação das províncias. Quem não vê que as províncias desejam tôdas a sua autonomia e um govêrno responsável perante elas, com a mesma fôrça com que desejaram a Independência? O partido da Independência, se os agentes de D. João VI fizeram idéia dêle pelos

mesmos sinais exteriores por que hoje os agentes do Imperador calculam as fôrças do partido da federação, havia também de parecer-lhes uma pequena minoria. Pois assim como o Brasil deitou-se uma noite — colônia — e acordou de manhã — nação —, também as províncias estão preparadas para passar de repente de satrapias a Estados. O partido dos que desejam ser ricos deverá ser nenhum, visto ninguém ter adotado em público êsse programa, nem fundado jornais e associações e eleito deputados para sustentá-lo. No entanto, êsse é o partido de tôda a gente. Com a independência das províncias dá-se o mesmo. O desejo está no coração de tôdas elas. Que querem ser livres, ricas e prósperas, deve subentender-se, tanto das sociedades humanas, pequenas ou grandes, famílias, províncias, nações, como se subentende de cada pessoa. No entanto, a federação é, como a abolição imediata, um impedimento à união do partido sôbre a base pessoal, isto é, com atenção às suas personalidades, e não aos seus instintos. Em reformas políticas, que nada alteram, que deixam o povo na mesma miséria e as classes com o mesmo poder, o acôrdo é sempre possível. Em que mudou a condição do *povo* com a eleição direta? Passou, sòmente, a ser mais perseguido e começou a ser desmoralizado. O feudalismo do voto é uma conseqüência forçada da servidão da gleba, condição uniforme das classes pobres no Brasil. O meio de modificar essa miséria que toca à mendicidade, para, um dia, transformar-se em banditismo, como na Grécia e na Sicília, são reformas políticas.

O partido Liberal está compreendendo a sua missão humanitária em todo o mundo, e por isso em muitos pontos começam por essa cratera as erupções das profundas correntes subterrâneas. O que se passa no Brasil é o que se está passando na Inglaterra. Um espírito virgem de humanidade e de justiça, um sentimento novo de igualdade, estão trabalhando, pela primeira vez, a organização mais importante a que se filiaram os elementos liberais do país. Essa é o partido chamado ainda Liberal. Dêle o partido Republicano, mesmo,

é distintamente uma vergôntea; para êle gravitam em massa as esperanças dos escravos, e, apesar de todos os seus erros e crimes, erros de fraqueza ou de condescendência e crimes de servilismo para com pessoas e de falta de fé nas idéias, a êle pertence ainda, do norte ao sul do país, incomparàvelmente o maior contingente, em talento, dedicação, desinterêsse, tradição, e serviços, que a democracia brasileira tem hoje em linha de batalha.

Longe, portanto, de ser a desintegração um sinal de fraqueza, eu vejo nela o único sintoma de renovação para o partido Liberal. Enquanto êle estiver dividido, mostrará que tem vitalidade. Enquanto se estiver desintegrando, é que se está reconstituindo. Se êle de repente aparecesse com todos os seus « chefes » de acôrdo, é que estava podre — e pronto, portanto, para voltar ao poder.

Correspondência. — O dr. Leopoldo de Bulhões escreve-me pedindo para dar um formal desmentido ao boato corrente, e que posteriormente o sr. Marcondes Figueira mesmo trouxe à Câmara, de se haver êle entendido com êsse candidato conservador sôbre as eleições de Goiás. O sr. Marcondes Figueira disse na Câmara que o sr. Bulhões o havia procurado em sua casa, para aquêle fim. O sr. Bulhões escreve-me: « Nunca procurei os srs. Figueiras, não sei, não soube e nunca desejei saber onde êles moram. » E em outro tópico o distinto abolicionista acrescenta: « *Propôs-me* o sr. José Marcondes *apoiar* a sua candidatura no 1.º distrito, garantindo-me que evitaria na província tôda e qualquer reação. Não aceitei transação alguma. »

O PRESIDENTE DA CÂMARA

[*2 de junho de 1886*]

Não deixa de ser curioso notar « a maneira » de presidir à Câmara, de um dos futuros presidentes do conselho. Não é segrêdo para ninguém que êsse alto estilo não é muito agradável ao Triunvirato Conservador, que olha todo para o sr. Andrade Figueira, como quem procura decifrar um enigma do qual depende a sua sorte. O sr. Andrade Figueira não tem por certo a flexibilidade do sr. Cotegipe, nem as tradições do sr. Paulino, nem o faro político do sr. João Alfredo, mas sòzinho êle pode dar batalha a todos três. A velhice produziu, no mais qualificado daqueles Triúnviros, um estado de indiferentismo, um tanto escarneceder, pelas grandes questões nacionais, combinado com uma excitabilidade partidária extrema. A doença produziu no segundo uma espécie de pessimismo, que o mantém afastado dos negócios. Se intervém nêles, é por seu procurador, o sr. Belisário. O terceiro tem pronto, como Gambetta, o seu Grande Ministério, mas, como o corvo da fábula, quando quiser mostrar a voz há de deixar cair o queijo.

O sr. Andrade Figueira está para com êles na posição vantajosa em que estava o sr. Martinho Campos para com os chefes liberais no comêço da situação passada. Êle tem a certeza de que o oficialismo do seu partido não resistiria aos golpes da sua durindana. A marcha de um Roldão parlamentar é sempre a mesma. O sr. A. Figueira já chegou, sòmente pelo terror que causa ao Triunvirato — acredito que não foi pela simpatia que lhe inspira — a ser presidente da Câmara, como o sr. Martinho Campos foi; daí passará, como o sr. Martinho Campos, a ser presidente do conselho, sem, também, como êle, nunca ter sido ministro, e quando deixar o ministério, ainda como o sr. Martinho Campos, cumu-

lado de atenções pessoais do Imperador, recolher-se-á tranqüilo ao Senado, como um leão domesticado à fôrça de carinhos.

Com a certeza, que pode ter de ser em breve govêrno, o deputado fluminense cometeria um grande êrro se não se preparasse desde já para dirigir o país, calando-se. Êle está na madureza de sua inteligência, no auge da sua energia, e em véspera de ser proclamado o primeiro homem do seu partido, como é sempre o presidente do conselho. Quem podia competir com êle para a chefia intelectual dos conservadores contentou-se, para moralizar o teatro, com a presidência do Conservatório Dramático, mostrando assim que, em política, está resignado a não ter senão um camarote. Não me proponho tomar as medidas, nem intelectuais nem morais, do próximo usufrutuário da *damnosa hoeritas* política. O sr. Andrade Figueira tem revelado até hoje uma grande capacidade de crítico. Não é crítico quem quer. A crítica, digna dêsse nome, envolve o talento de reconstruir e mesmo de planejar de novo. Por vêzes a crítica do sr. Andrade Figueira tem sido dessa ordem elevada, mas êle ainda não se viu forçado, e como deputado não quis fazê-lo, a apresentar projeto algum, nem a tentar a menor benfeitoria nos pardieiros públicos. Ainda nisso êle parece-se com o sr. Martinho Campos, que, por sistema, não apresentou nos trinta anos de sua vida parlamentar um só projeto de lei. Ambos estão convencidos da inutilidade da iniciativa particular dos deputados e mais ainda de que não são as leis em nosso país que precisam de reforma. Como presidente do conselho, o sr. Figueira há de ver que a necessidade de conservar o passado que temos impõe obras de desmoronamento e de reconstrução equivalentes a obras novas, e aí o seu espírito há de ser forçado a criar.

Eu confesso que tenho muita curiosidade de ver o sr. Figueira presidente do conselho, sustentado pelas câmaras e pelo Imperador, de modo a ter efetividade do poder e os meios de mostrar o que o oposicionista vale no poder, como teve o sr. Martinho. Um tal ministério, se houvesse lógica

nos homens, devia ser de liquidação. As tabelas do orçamento convenceriam logo o primeiro ministro de que o Estado dessa forma não pode ir muito longe. Havia de ser interessante ver o sr. Andrade Figueira procedendo como presidente do conselho como procedeu na liquidação do Monte-Pio, instituição a que milhares de pais confiaram a decência, a subsistência, a honra mesmo de suas famílias, mas que êle não pôde deixar viver, de qualquer modo que fôsse, e liquidou, sem pesar sequer em suas balanças êste argumento de ordem moral: que em instituições dessa espécie, pròpriamente de além-túmulo, o direito dos mortos, dos que já não podem acautelar de outro modo a sorte de seus filhos, é privilegiado por sua natureza sôbre o dos vivos.

Havia de ser curioso, com efeito, se o sr. Andrade Figueira levasse para a pasta da Fazenda a rigidez com que liquidou o Monte-pio, e as suas tabelas fatais. Aí, porém, entra a minha dúvida a respeito do atual presidente da Câmara, ou melhor, eu não tenho dúvida alguma. Eu sei que no Tesouro não há lugar para êle, como não houve na Câmara Municipal, nem no Monte-pio, mas que em vez de fazer como fêz na Câmara e no Monte-pio, isto é, de voltar da porta da rua, e no outro de pôr a casa abaixo, êle se deixará tranqüilamente ficar, de fardão e espada, na cadeira dos seus antecessores, tratando sòmente, por meio do Banco do Brasil e dos Rothschilds, de passar a bancarrota a quem vier depois.

A julgar pela presidência da Câmara, o sr. Andrade Figueira há de ser para o seu partido um presidente do conselho original no modo, mas submisso no fundo. A questão do *Diário Oficial* êle ainda não pode resolvê-la, colocando a sua cadeira um ponto sequer acima da que o sr. Pedro de Barros continua a ocupar por ordem do sr. Cotegipe. Sob a sua autoridade, o vocabulário parlamentar enriquece-se todos os dias de têrmos novos. Ontem um deputado chamou ao sr. Silveira Martins de *célebre farsista,* e o sr. Figueira decidiu que êle estava na ordem. Sob a sua presidência a verificação dos poderes tem sido uma decapitação geral, não dos depu-

tados liberais sòmente, mas de eleitorados inteiros. Por outro lado, êle ainda não derramou uma lágrima sôbre o seu catonismo, enterrado a 15 de janeiro nos sertões de Goiás. Disseram que êle ia tomar medidas severas regulamentando à sua fantasia o subsídio; êle viu que os deputados não se prestavam a essa tutela, e recuou. A comissão de orçamento foi composta dos íntimos do ministro da Fazenda. Em uma palavra, em nada absolutamente se sente a mudança de regime e presidente e Câmara estão em intenções e propósitos ao nível um do outro.

O ilustre presidente da Câmara deve agradecer aos seus rivais a posição em que o colocaram. Nessa cadeira êle é obrigado a ser neutro e neutralizar-lhe a malignidade, que seria irrepressível nêle se não estivesse na presidência, é ajudá-lo a chegar mais depressa ao pôsto supremo. Ao mesmo tempo êle é dispensado de dizer o que pensa sôbre a marcha da administração conservadora; ora, darem-lhe a faculdade do silêncio não é pequeno serviço. A Câmara, com êle, julga-se a coberto do escândalo: êle aceita de bom grado êsse papel. Tôdas as manhãs êle sai com as odaliscas a passeio, na forma do costume, recomendando-lhes a maior fidelidade ao chefe dos crentes. O sr. Cotegipe, que mesmo antes de suas cartas sempre foi um bom muçulmano, é naturalmente mais fatalista agora, que é o profeta de Alá. Se o sr. Andrade Figueira tem de suplantá-lo e, portanto, de herdar-lhe o harém político, quem há que possa impedir o futuro?

O presidente do conselho disse no Senado, no outro dia, a um senador que lhe lembrava a direção do govêrno: « Eu não dirijo nada ». Também não há nada que dirigir. A situação conservadora está por ora tratando sòmente de digerir. Quando lhe tiver passado a febre cibária, será tempo de escolher um caminho. A voz do sr. Andrade Figueira à Câmara é a mesma que a do sr. João Alfredo ao filho: « Não se mova ». Estamos com uma sesta espanhola.

Enquanto a Câmara digere os seus grossos escândalos, o sr. Andrade Figueira, que toma conta dela, pode até dormir

a sono sôlto. Ninguém terá vontade de dizer a êsse Bruto, o que não matou o filho: « Tu dormes, Bruto! » porque êsse não tem a mínima vontade de matar nenhum César, muito menos o do sr. Ferreira Viana. No entanto a sessão continua sem nenhum programa político, sem nenhuma idéia em jôgo, entre a profunda indiferença e abatimento do país, como se a ordem do dia de cada sessão fôsse a mesma que nos conventos, onde já nem se reza: « Comer e dormir ».

A PRIMEIRA IMPRESSÃO

[*5 de junho de 1886*]

O PROJETO Dantas caiu como uma bomba sôbre a Assunção escravista. (1)

O presidente do conselho, na Câmara já deu mostra de que as portas do velho barracão conservador não podem resistir a tal artilharia e implorou o auxílio dos seus amigos, os liberais moderados, para que lhe venham servir de sacos de areia na defesa da situação.

Nós, abolicionistas, devemos estar contentes com essa primeira impressão produzida pela nobre atitude dos liberais do Senado, marcando um prazo curto para o despejo da escravidão. A sessão parlamentar, se a minoria liberal da oposição na Câmara abandonar — e agora está obrigada a fazê-lo — o sistema da guerrilha pelo da grande guerra, será em ambas as câmaras uma nova campanha do abolicionismo, em vez de ser uma luta de recriminações entre dois velhos partidos estragados.

É curioso notar algumas das objeções feitas à iniciativa do Senado. Segundo o govêrno, a iniciativa nesses casos deve pertencer à Câmara. Não havia nada mais cômodo. O govêrno elege a Câmara que quer, e se algum oposicionista consegue fazer-se eleger, o terceiro escrutínio o atira outra vez ao mar. De fato, é melhor para o candidato da oposição ser derrotado do que eleito. Eleito, êle tem que vir ao Rio de Janeiro, onde podem entregá-lo a um *porco sacro*, um dêsses « porcos sagrados », que, nos refere Diderot, certas comunidades religiosas de Nápoles tinham o direito de cevar

---

(1) Projeto apresentado no Senado declarando extinta a escravidão no Brasil no têrmo de cinco anos. Foi assinado também pelos senadores José Bonifácio, visconde de Pelotas, Silveira da Mota, Franco de Sá, Francisco Octaviano, Henrique d'Ávila, De Lamare, Castro Carreira e Silveira Martins.

nas ruas, à custa do público, e nos quais era considerado sacrilégio tocar. No fim de uma luta desigual dêsse gênero, o deputado que nem com tenazes pode pegar no seu relator, é mandado embora, coberto por êle de insultos e de escárnios, tendo feito sacrifícios, na sua pobreza, para vir à Câmara sustentar o direito dos seus eleitores.

Não há ficção constitucional que possa fixar a iniciativa popular em uma corporação assim constituída e *depurada.* Os senadores abolicionistas, ao assumir o papel que em outros países devia caber aos representantes imediatos do povo, mostram, ao mesmo tempo, sentimento liberal, e convicção de que a Câmara, eleita como foi e sob as influências que a dominam, pode ser o pelourinho de um partido, mas não o tribunado do povo.

Os partidos teriam uma tarefa muito fácil se pudessem afastar da discussão as idéias para introduzir as pessoas. A discussão pessoal, entre nós, acaba sempre pela vitória do testa-de-ferro, instituição aceita pelos costumes públicos de nosso país, onde a difamação está organizada, como um verdadeiro mercado. Gladstone disse no seu recente manifesto, que assim como os cavaleiros andantes tinham escudeiros, as classes hoje têm dependentes. Entre nós, nesses « dependentes » dos homens políticos estão incluídos, como antigamente, os capoeiras de eleições, os capangas da imprensa. A consciência pública familiarizou-se com êsse costume, e a política ressente-se do efeito inevitável dessa relaxação moral. O que acontece é que um homem, como, eu ia dizer, o sr. Miguel Lemos ou o sr. Teixeira Mendes, que por dever e princípio se impuser na vida uma severidade intransigente de consciência, um escrúpulo verdadeiramente religioso, só encontrará escarnecedores, e verá passar temida e adulada a caterva dos que não conheceram nunca as idéias que fazem renunciar as posições, nem os sentimentos que fazem rejeitar o dinheiro, incapazes por natureza de avaliar o que seja fundir o homem particular e o homem público em uma só entidade.

Em um tal estado social seria de grande vantagem para o govêrno levar por meio de algum testa-de-ferro deputado as questões para o terreno da vida privada dos seus adversários. Todos sairiam manchados, porque, não há negar, a lama que se atira a alguém mancha-lhe a roupa, e entre nós não há positivamente onde lavá-la. Quantas reputações não manchou para sempre o *Corsário*, ou a *Ordem*? A consciência pública em questões de alta moralidade, isto é, dessa moralidade que não está sujeita às regras do Código Penal, mas às de um código mais apurado, o da integridade do caráter, tornou-se uma água lamacenta, onde ninguém que se preze quisera lavar a sua reputação. Nada melhor para a situação conservadora do que fazer da discussão política uma série de processos sumários de vida privada, prevalecendo-se dos meios de publicidade de que dispõe em nosso país essa espécie de banditismo recompensado até por concessões de estradas de ferro. A oposição liberal do Senado, porém, não entende que as operações devam ser dêsse gênero, e, como nas grandes batalhas, a utilidade do guarda-costas é muito menor do que em uma emboscada, o govêrno começa a sentir que não tem gente para a luta.

Diante da revivescência do abolicionismo, as personalidades desaparecem e a nação fica, frente a frente, com um govêrno de classe. O barão de Cotegipe compreendeu, que nesse terreno, tôda a hilaridade da Câmara não diminuirá o sentimento geral de que a escravidão é uma tragédia de tôdas as horas, uma concatenação infinita de sofrimentos, que horroriza o país. Êle temeu, ouvindo o burburinho do que um partido tem de vivaz e popular no Senado, que o reflorir, depois de uma estação, dos únicos ramos daquela velha árvore a que ainda chega a seiva nacional, parecesse ao Imperador uma primavera da liberdade ao sol poente do seu reinado! Isso incomoda tanto mais o sr. Cotegipe quanto êle sabe que o Imperador não precisa de ninguém para coisa alguma, todos os homens valendo o mesmo para êle e não se lhe podendo atribuir uma idéia onde não germine logo um cogumelo. Daí

o apêlo do primeiro ministro aos antigos dissidentes contra o heredípeta, apêlo ao qual o sr. Lourenço de Albuquerque acudiu logo, mas ao qual é de esperar que o sr. Saraiva, inspirando-se em seu sentimento de justiça e de liberdade, e não em seus desgostos pessoais, só responda para recusar terminantemente o seu apoio.

Levantada como bandeira liberal no Senado, a idéia abolicionista entra em uma nova fase. A união de conservadores e dissidentes pode continuar, mostrando assim ao próprio sr. Saraiva que profunda transformação a sua política produziu em nossos partidos. Mas a oposição terá escolhido para combater um terreno onde ela é inexpugnável, porque é o direito contra o crime, a civilização contra a pirataria, o trabalho livre contra a fazenda, a nação contra a colônia.

A primeira impressão foi o que devia ser. O partido Conservador sentiu que se tinha preparado contra homens, mas que estava sem defesa contra idéias. Por trás das senzalas da escravidão, e sòmente com as miseráveis trincheiras da hipoteca, o ministério escravista vê que não pode com os seus *bravi* resistir ao inimigo de fora que aparece e ao de dentro que se oculta. A situação conservadora subiu ao poder, simbolizando a vitória da escravidão contra o abolicionismo. Ela pode ver hoje que o país não está tão apodrecido moralmente quanto ela o supunha, porque, por honra nossa, o abolicionismo não morreu antes da escravidão.

A PENITÊNCIA NACIONAL

[*10 de junho de 1886*]

A SITUAÇÃO atual foi explicada ontem pelo sr. Ferreira Viana, no seu discurso do voto de graças, como devendo ser de penitência para todos. « Trabalhemos », disse êle, « em reparar os nossos erros comuns; será esta a nossa e a vossa penitência; e a penitência, sr. presidente, abre o céu, conduz ao paraíso e afugenta o demônio, no dizer de São Crisóstomo ».

Desde que se apossam do orçamento os conservadores começam a pregar ao adversário as vantagens do jejum. A quaresma dos outros começa no carnaval dêles. É curioso ler êsse discurso, apesar de ser também triste, porque é triste ver um Crisóstomo, um *bôca de ouro,* encarregado de dar graças a César pelos seus benefícios.

O sr. Ferreira Viana desde muito procura esquecer na religião os desgostos da política. Mas, ou porque um grão de dúvida se misture ainda à sua devoção, ou porque lhe pareça êsse o melhor meio de ganhar a bem-aventurança, a sua cela de religioso abre, como a de Lacordaire, sôbre a Câmara dos Deputados, e êle contraiu o doce hábito de fazer homilias de um caráter extremamente mundano. Os habitantes da terra podem seguir diversos partidos; os do céu são todos conservadores. Tome-se o *Syllabus* ou qualquer outro *catalogue raisonné* de anátemas, e ver-se-á que uma das condições essenciais para ver Deus é ter princípios, na frase do sr. Saraiva, « do mais puro conservatorismo ». O sr. Ferreira Viana é espirituoso demais para extasiar-se de antemão com essa perspectiva de só encontrar na outra vida os seus correligionários. Êle aprecia alguns liberais e deseja que êstes se preparem para também ir ao céu, ao menos como oposição.

O ilustre deputado é o segundo José de Alencar, conservador, trazendo a máscara religiosa, como o outro trazia a

máscara literária; mas ambos mortalmente feridos no coração por terem que obedecer à mediocridade, e serem figuras secundárias diante dela.

Nem um nem outro compreenderam que o partido Conservador não é organizado sôbre a base da inteligência, mas sim da disciplina; que êle não precisa de aumentar o seu velame, mas sòmente o seu lastro. Levando a bordo a monarquia pura, a escravidão, a Igreja, os privilégios constituídos, os grandes monopólios, o partido Conservador tem necessidade de homens de gênio, que sejam ao mesmo tempo homens de ambição. Os gênios são, por sua natureza, erráticos, e êle segue um rumo invariável. Ainda como José de Alencar, o sr. Ferreira Viana tem gasto uma soma prodigiosa de talento, sem que ninguém saiba para que. Conservador por acaso, ultramontano por fantasia, escravista por amizade e inimigo do govêrno pessoal por acessos, ninguém sabe o que êle quer. Eu tenho lido tudo quanto êle tem dito e escrito, e não poderia classificá-lo senão entre os inclassificáveis.

Há nesse Savonarola um Fra Angélico. Êle hoje morre de amores pelo Imperador, que o ano passado teria queimado, como um judeu, num auto-da-fé. Como então lhe fêz a caricatura, hoje lhe faria o retrato, com êsse tom ideal e divino que o rosto humano só alcançou quando desenhado por frades. O seu discurso é um *Te-Deum Laudamus* depois de um *Dies ire*. Êle passa, em raptos de histerismo, de um extremo a outro: ora flagela o seu Deus, porque não lhe escuta as orações; ora abraça-se com êle num ardente voto de graças.

Temos que agradecer a Deus a sua intervenção em nossa política desde o ano passado.

O sr. Ferreira Viana, com os recursos inesgotáveis do seu espírito, leu a carta do bispo de Goiás, a que nos referimos em outra seção. O bispo fizera ardentes preces pela eleição do sr. Marcondes Figueira. — « E Deus o ouviu », disse o sr. Ferreira Viana, entre prolongada hilaridade, « e foi quem venceu essa eleição! » Mas não foi sòmente nos assassinatos

de São José do Tocantins que a Providência interveio em favor do partido Conservador; foi também nas operações do sr. Belisário, a quem o orador chamou — de quem se havia êle de lembrar — « um Newton », sem que o sr. Belisário tenha descoberto nenhuma lei de gravitação.

O que assusta, porém, é o sr. Ferreira Viana achar que o govêrno do sr. Cotegipe é a moderação mesma. Evidentemente, o ilustre deputado abstrai do mundo. A insensibilidade dos homens de Igreja para com os hereges é proverbial. Não lhes bastam as penas do inferno; é-lhes preciso neste mundo a tortura e a inquisição. Mesmo na Câmara o sr. Ferreira Viana passa ao lado dos penitentes sem os enxergar. Não lhe parece bastante a penitência a que tem sido sujeito o sr. Cesário Alvim? Ou será o sr. Cesário Alvim o demônio, em pessoa, que o novo Crisóstomo julga preciso afugentar?

Eu confesso que não formo idéia da espécie de penitência a que o sr. Ferreira Viana quer que os nossos governantes se sujeitem. Tome-se, por exemplo, na *História da Moral Européia,* de Lecky, o admirável quadro da vida religiosa do deserto. Quererá o sr. Ferreira Viana que os nossos políticos imitem êsses heróis do ascetismo?

Um homem dirige-se ao abade trazendo o filho mais moço nos braços. O abade lhe diz que, se êle quer mostrar que tem amor a Deus, atire o filho no fogo; o pai obedece e a criança fica ilesa entre as chamas. Aconselha o sr. Ferreira Viana ao sr. João Alfredo que lance na fogueira o filho, que ainda não sabe mover-se? De um santo se diz que era tão bom que só tratava mal aos parentes. Quererá o sr. Viana que os santos do Senado imitem essa virtude dos santos da Tebaida? Um monge, que se sentia desfalecer, desejou um favo de mel. Nesse mesmo momento descobre uma colmeia, benze-se horrorizado e passa adiante, supondo que era uma tentação. Quer o sr. Ferreira Viana que os senadores e deputados, que estão neste momento dando que fazer às abelhas do Tesouro, fujam delas como do demônio? De um santo, chamado João, conta-se que viveu três anos alimentando-se sòmente do sacra-

mento, que lhe traziam ao domingo. Quererá êle que os concessionários de estradas de ferro vivam da comunhão?

São Paulo vivia no deserto, quando recebeu a visita de Santo Antônio. Aquêle tinha cento e treze anos de idade, e êste noventa. São Paulo teve dúvidas em deixar entrar Santo Antônio em sua cela, mas afinal cedeu, e fêz bem, porque nesse dia o corvo lhe trouxe um pão inteiro, quando costumava trazer-lhe só meio pão. Com o pão, é sempre o historiador que nos conta, os dois santos foram para a beira da água. Aí começaram uma discussão. São Paulo dizia que Santo Antônio é que devia partir o pão; Santo Antônio dizia que era São Paulo; e assim ficaram até à noite, discutindo êsse ponto de teologia, até que afinal tiveram a idéia de pegar cada um numa ponta e partiram juntos o pão que o corvo lhes trouxera. Espera o relator do voto de graças que os conservadores consintam em discutir com os liberais quem é que tem o direito de repartir com o outro o pão do orçamento, quando êles estão no propósito de o comer inteiro?

O sr. Ferreira Viana citou, sem as aplicar, as palavras de um viajante que admirava mais do que tudo em Roma a fonte Trevi, a qual há dois mil anos dá água ao povo romano.

Eu desejo saber, por quanto tempo ainda o orçamento continuará a ser a fonte Trevi da nossa política?

UMA INCOMPATIBILIDADE

[*11 de junho de 1886*]

Francamente, é uma vergonha. O sr. Cesário Alvim foi o primeiro deputado que mandou à mesa o seu diploma, e até hoje, apesar de ser sua eleição clara, transparente, sem a mínima jaça, a Câmara tem feito parede contra êle. O distinto deputado mineiro tem visto as portas do parlamento abrirem-se para o sr. Marcondes Figueira (1), cuja eleição sanguinolenta e fraudulosa acaba de ser canonizada pelo sr. Ferreira Viana, depois de ter sido qualificada de poema pelo sr. Cotegipe; para o sr. Alfredo Correia, eleito por artes de seu pai; para o sr. Jaime Rosa, eleito pela desqualificação de 500 cidadãos brasileiros; para o sr. Paulino Chaves (2), eleito graças a um engano no nome do sr. Camargo (3), engano que êle, para satisfazer os escrúpulos da Câmara, teve de demonstrar que não fôra êrro mas uma traição; e para outros. Antes do sr. Cesário Alvim passou tôda a bagagem ministerial, das províncias mais remotas. O sr. Clarindo conseguiu levar a Câmara, que acha Ubá muito longe, até aos últimos confins do Amazonas, e o sr. Antunes (4) conseguiu fazê-lo ir até Mato Grosso nos vapores da companhia subvencionada de que êle é presidente, mas na qual, segundo a maioria, não é « interessado ». A Câmara não teve mêdo das febres intermitentes do Pará. Onde ela não tem coragem de ir é ao 8.º distrito de Minas. Dêsse modo, o sr. Cesário Alvim, que representa uma província onde o liberalismo é intenso e tradicional, ainda que não seja bastante compreensivo ou moderno, assiste, como espectador,

---

(1) José Marcondes de Andrade Figueira.
(2) Paulino Rodrigues Fernandes Chaves.
(3) Antônio Eleutério de Camargo.
(4) Eusébio José Antunes.

a uma representação de que devera ser um dos principais atores.

Felizmente, pela lei das compensações, à qual mais de uma vez me tenho referido, o sr. Alvim em vez de perder com isso, tem tudo a ganhar. Nada aumenta tanto a figura dos homens políticos como o mêdo do adversário. Quando um partido deixa perceber que se teme de um homem, êste assume logo aos olhos de todos grandes proporções. O terror é um formidável vidro de aumento. Enquanto o sr. Cesário Alvim estiver fora da Câmara há de ser visto como apareceu em 1876: como um jovem David, que traz na funda a pedra que há de matar o gigante. Se continuarem a tratá-lo, como outrora se tratava o excomungado, negando-lhe pão e água, êle viverá do nome que já fêz. Lançar sôbre êle o interdito é manter viva a lembrança do incidente a que êle deve a sua celebridade. Anistiá-lo seria talvez começar vida nova; mas torná-lo incomunicável, isolá-lo, é fazer da sua interpelação de dez anos atrás a questão da atualidade. O sr. Cesário Alvim é quem menos se deve importar com isso. Puseram-no na berlinda política, mas os que vão perguntando em redor: «Por que está na berlinda?» ouvem sempre a mesma resposta: «É por causa do sr. Cotegipe».

Não há dúvida que a situação do sr. Alvim deve ser muito mais aflitiva para o presidente do conselho do que para o deputado oposicionista. Se tivessem entrado na Câmara sòmente deputados de eleição sem mácula, poder-se-ia dizer que o sr. Cesário Alvim não era vítima de nenhuma má vontade. Mas tem entrado todo o mundo! Ninguém suporá que haja apenas uma coincidência em ficar para o último o deputado que primeiro se apresentou, quando êsse deputado é aquêle cujo nome é contra o atual Primeiro Ministro uma ação pública — que não pode prescrever para o autor, a menos que êste confesse que foi sòmente uma válvula de despeito e um instrumento de tortura.

Tem sido uma sorte curiosa a do sr. Cesário Alvim. Em 1876 o partido Liberal precisou de lançar um torpedo con-

tra o navio almirante do inimigo, e não havia quem se quisesse arriscar a ir atirá-lo sob o fogo convergente de um partido inteiro. O sr. Cesário Alvim aceitou êsse encargo. O que se lhe pedia era que tivesse a coragem de sacrificar-se, e êle sacrificou-se. O torpedo foi lançado e levou pelos ares o navio e tôda a sua equipagem. (5) Quaisquer que sejam os defeitos do sr. Cesário Alvim, ninguém o supõe idiota. O que os outros, que se reservavam, viam no futuro, êle o viu tão bem como êles. Êles sentiu que essa arma o inutilizava. Não se vibra um golpe dêsses em um homem como o sr. Cotegipe sem renunciar à própria pessoa. O sr. Cesário Alvim viu bem que pela própria natureza e efeito destruidor da mina que êle ia fazer explodir, tinha que se dar a reação. O sr. Cotegipe conseguiria, passada a primeira comoção, salvar a sua probidade pessoal, e, conseguido isso, a sua falta de ministro, grave como era, seria julgada por todos com uma benignidade correspondente ao que êle tivesse sofrido. Entretanto o deputado mineiro sentiu que havia um dever a cumprir, e que era preciso alguém que o cumprisse. Foi assim um sacrifício consciente, que lhe criou uma incompatibilidade de nova espécie, e que lhe foi fatal.

Logo no primeiro ministério liberal, o do sr. Sinimbu, êle foi afastado dos altos cargos, porque a política dêsse ministério era aproximar-se do sr. Cotegipe, no Senado, e dividi-lo dos srs. Rio Branco e João Alfredo. Na organização seguinte, o sr. Alvim, que aliás vinha da Bahia na lista do sr. Saraiva, foi rejeitado pela própria deputação mineira, por ter um nome demasiado significativo para os liberais. Em 1881 êle foi derrotado pelo horror que lhe tinham os conservadores, que votaram em outro candidato liberal; o mesmo em 1885. A sua compensação foi a manifestação da sua província em sucessivas eleições senatoriais, mas o Imperador mesmo entendeu

(5) Cesário Alvim fôra o autor de uma interpelação ao ministro da Fazenda do gabinete Caxias, que era o barão de Cotegipe, a propósito de um rumoroso escândalo de contrabando alfandegário na importação de popelinas.

que a escolha dêsse nome avivaria no presidente do Senado a lembrança de um incidente doloroso para êle. Dêsse modo, como outros se tornam incompatíveis por idéias, o sr. Cesário Alvim viu a sua carreira de liberal prejudicada por uma incompatibilidade pessoal com o *leader* conservador. Isto é, pelo ato que fizera baquear a outra situação. Ora, quando essa cadeia de fatos está presente à memória de todos, é ocioso pretender que não assistimos neste momento à continuação dessa rivalidade entre dois homens políticos, que uma vez se encontraram em um combate tremendo.

O barão de Cotegipe satirizou de um modo que, pelo seu artigo de ontem, vemos ter doído muito a Artur Silveira da Mota (6), a entrada da esquadra de evoluções no nosso pôrto. O presidente do conselho contou ao Senado, nessa linguagem familiar a que nos habituou, a impressão que teve vendo entrar aquêles navios. S. Ex. referiu aos seus colegas que nesse dia estava em sua chácara do Flamengo olhando para o mar, quando avistou o primeiro navio. « Lá vem a esquadra de evoluções », disse êle, « vamos ver que tempo leva a entrar ». Passa o primeiro couraçado, vagarosamente, como uma *tartaruga* que é, — é ainda uma comparação do presidente do conselho — e êle se põe a esperar o segundo. Nada. Daí a um tempo enorme aparece outro navio. « Agora esperemos o terceiro », diz êle. E nisso perdeu o sr. Cotegipe um dia todo, sòmente porque, como ontem o disse o glorioso marinheiro, objeto daquele epigrama, « não comandava a esquadra de evoluções para dar espetáculos ao sabor dos que a viam entrar e sair do pôrto ».

O presidente do Conselho, que assim, de óculo em punho, assistiu à entrada dos navios, há de nos conceder que o parecer contra o sr. Cesário Alvim é uma formidável *tartaruga,* pelo tempo que leva a passar a barra. Atrás dessa ainda, há de vir outra: o parecer a favor do sr. Teodoro Machado. O espetáculo deve estar impacientando êsse apaixonado de ma-

(6) Barão de Jaceguai.

nobras rápidas. S. Ex. faria bem em apressar um pouco o movimento da sua esquadra de evoluções. Faça entrar no pôrto os seus navios em vez dos nossos, mas compreenda a ansiedade com que todos estamos olhando da praia, para êsse comboio de tartarugas. Quem, sob o novo ministério do sr. Cotegipe, devera ter maior interêsse no pronto reconhecimento do sr. Cesário Alvim, é o sr. Cotegipe mesmo. Para a Câmara essa frase pode parecer um paradoxo, mas para o país ela é um axioma de moral política.

A REORGANIZAÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

I

[*7 de dezembro de 1886*]

UM AMIGO, pelo menos um correligionário, cuja letra sinto não ter reconhecido, enviou-me anônimamente de Londres uma fôlha do *Daily News*, de 1.º de novembro, que contém um artigo intitulado *A Federação Liberal Nacional*. O artigo é o seguinte:

Na semana passada o partido Liberal, segundo testemunho de *lord* Randolph Churchill, estava gravemente enfêrmo; mas esta semana êle está dando sinais de extraordinária vitalidade. A sua principal organização — a Federação Liberal Nacional — tem tanta saúde, que os seus próprios funcionários calcularam mal o seu crescimento, e cometeram o êrro de tomar um edifício demasiado pequeno para acomodá-la. Por fortuna a descoberta de semelhante engano, no mesmo dia em que o Chanceler do *Exchequer* fazia o seu diagnóstico desanimador, evitou a tempo os inconvenientes daquele cálculo. A idéia de amontoar os delegados no *People's Hall*, de Leeds, foi abandonada à vista da afluência presumida, e a conferência terá lugar no *Albert Hall*, na mesma cidade. Dêsse edifício é que se ouvirão os gritos dos que o nobre *lord* figura como doentes, feridos e moribundos. Os chefes, porém, dizem que os doentes se acham em estado de patética inconsciência quanto à sua agonia.

A natureza da conferência de Leeds pode ser explicada em poucas palavras, mas não deve ser comparada com a dos conservadores, em Bradford, na semana passada. Ali tôdas as portas, exceto no *meeting* por bilhetes que teve lugar à noite, foram fechadas aos repórteres. A Federação Liberal Nacional celebra as suas conferências à tôda a luz do dia. As divergências, quando as há, são discutidas pùblicamente e as votações são igualmente públicas. O relatório oficial, suspeito e mais notável por suas omissões do que interessante por seus dados, é desconhecido. Uma mesa para a imprensa é colocada na sala da conferência,

e qualquer jornal pode fazer o próprio extrato. Também não é proibido aos membros do partido assistir às deliberações dos seus delegados. A Federação tem um caráter distintamente representativo. Os seus fins, como são declarados e definidos nos estatutos, são (1.º) auxiliar a organização em todo o país de associações liberais, fundadas sôbre a base da representação popular, e (2.º) promover a adoção dos princípios liberais no govêrno do país. O conselho, que compõe a conferência, é formado pelos representantes delegados de tôdas as associações federadas. O número de representantes de cada associação depende das proporções da cidade ou distrito. Uma cidade ou distrito, com mais de 100.000 habitantes, tem direito a 20 representantes; uma população acima de 50.000 pode ter 10 representantes; as de menos de 50.000 têm cinco. A conferência anual escolhe os diretores do ano seguinte e a cidade onde a futura conferência tem de reunir-se; os diretores assim nomeados, com um certo número de representantes das associações federadas, formam o conselho geral. As funções dêsse conselho são, pelos estatutos, as três seguintes: (1.º), auxiliar a formação de novas associações liberais sôbre a base da representação do povo, e em geral promover os fins da Federação; (2.º), convocar a assembléia geral que julgue conveniente; (3.º), sujeitar às associações federadas questões e medidas políticas sôbre as quais seja necessário marchar de comum acôrdo. A utilidade da organização para obter uma representação perfeita das opiniões do partido Liberal é assim limitada ùnicamente pelo número das associações federadas, e êsses limites vão se alargando todos os anos. Êles estenderam-se maravilhosamente, mesmo depois do abalo causado pela separação do sr. Chamberlain e seus aderentes do partido Liberal dissidente. Somos informados de que, ao passo que foram importantes e lamentáveis as dissidências individuais, nenhuma das associações federadas desligou-se. Pelo contrário, mais de cem novas associações se federaram, e o movimento continua.

O sr. Chamberlain, apesar de ser o príncipe dos dissidentes, é ainda o expositor dos princípios da Federação. Os seus artigos na *Fortnightly Review* estão guardados nos arquivos da Federação, e é usando dos argumentos que êle lhe forneceu que ela sustenta o seu direito de falar em nome do partido e repele a acusação de tirania. Ela existe pelo princípio recomendado por êle, que «o govêrno, quer da nação, quer de um partido, pertence de direito à maioria». Ela cita a mesma autoridade para mostrar que «o *caucus* (a associação) não faz opinião sua, mas sòmente exprime a opinião geral». A assembléia da

Organização Central (como será a de Leeds esta semana) foi veridicamente descrita por êle: « uma assembléia de delegados de associações locais eleitas pelo povo, recolhendo assim com certeza infalível as opiniões da maioria do partido Liberal em cada um dos lugares representados ». « Nenhum programa, êle admitiu, pode ser exposto a semelhante organização, desde que cada membro comparece à reunião por ser um representante nomeado do liberalismo, e não se lhe pode pedir outro passaporte ». O sr. Chamberlain sustentou também que a Federação « em questões públicas há de mostrar muitas vêzes divergência de opinião existente no partido, justificando assim a inação dos *leaders* oficiais; mas que, pelo contrário, sempre que o resultado mostrar que as únicas pessoas que não sabem para onde caminhamos, são exatamente os encarregados de nos guiar, e que durante o tempo em que os diretores do partido hesitavam, a opinião se estava formando, e já está amadurecida, então o dever da Federação será expressar essas opiniões e prestar-lhes a sua influência política, conseguindo para elas a atenção de todo o partido e dos seus chefes ». Ninguém com tais idéias, e em vista do fato que a Federação ùltimamente cresceu em tamanho e importância, pode desconhecer o caráter representativo das resoluções que ela vai tomar na próxima quarta-feira.

« Não será um bom exemplo a seguir? » pergunta-me o meu correspondente, e eu não tenho dúvida em responder-lhe que não é sòmente bom, mas que é indispensável seguir êsse exemplo. Essa simples resposta obriga-me a considerar a presente situação do partido Liberal no Brasil, o qual se me afigura um Hamleto a recitar o monólogo do *To be or not to be*, sem resolução para suicidar-se nem tão pouco para cumprir a sua missão.

Quando se falou em fundar um órgão oficial do estado-maior liberal, eu tive ocasião de dizer francamente o que pensava sôbre essa mistificação. Nós, liberais, não precisamos de preparar homens para o poder; precisamos fundar um partido em oposição. O estado, com efeito, do nosso partido é tal, que, a bem dizer, não há mais partido Liberal. A idéia liberal existe ainda como o chão sagrado da pátria, mas tudo que havia edificado sôbre ela foi lançado por terra, e é preciso reconstruir o novo templo desde os seus alicerces.

Nesse ponto é que eu entro em divergência com os arquitetos oficiais. Êles querem levantar o partido sôbre o prestígio duvidoso, ou melhor, sôbre a posição de alguns homens que se repelem entre si, e que só se prestariam a cooperar uns com os outros pela esperança oculta de um dia desfazerem-se dos seus aliados forçados por intermédio do inimigo comum; e eu penso que o partido deve ser levantado de modo popular, sôbre a base de reformas largas bastante para sustentar o pêso de uma nova geração, que é um novo século. Eu pela minha parte não podia sentir simpatia alguma pela tentativa frustrada de simular uma união pessoal que não existe, para o fim de receber a sucessão passada; durante a qual a autoridade chegou ao nível mais baixo de capacidade e ao mais alto de corrupção, que a história do país registre. A organização democrática e liberal do partido é outra coisa, e para essa o exemplo do liberalismo inglês é o que se oferece, a meu ver, de mais aproveitável.

A REORGANIZAÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

II

[*9 de dezembro de 1886*]

O PARTIDO Liberal, como o Conservador, está hoje para todos os fins políticos resumido no Senado. O monopólio senatorial é incontestável. Duas dezenas de homens, que por sua vez se resumem em meia dúzia de personalidades notórias, representam o partido, e o que é pior, de fato o têm nas mãos. O fim dos partidos entre nós é explorar o govêrno, por outra, o tesouro público. Para o conseguir a melhor organização é por certo a atual, desde que quem dá e tira o poder é o chefe do Estado. Os senadores são espíritos essencialmente práticos. Êles viram, e vêem cada vez melhor, que entre nós não existe povo, nem opinião pública, e acreditam que é pura perda de tempo simular uma coisa e outra, e que a sabedoria consiste em conquistar o mais depressa possível as boas graças e a cooperação do único poder de fato. Por isso êles não fazem política senão para o Imperador. Daí provém a organização presente dos nossos partidos, que são constituídos de modo a servir de instrumento ao Imperador, e nada mais.

Desde que o povo, a opinião, o partido, a imprensa, a revolução, as eleições, são palavras sem substância, às quais não corresponde nenhuma fôrça real no país, os homens práticos antes de tudo têm razão em voltar as suas vistas para a única realidade de nossa política, a vontade do Imperador. Êles dividem-se nominalmente em dois grandes partidos doutrinários, por imitação do parlamentarismo, e porque o Imperador deseja ver observado o ritual inglês; de fato, porém, êles constituem uma série de partidos pessoais, cada um formado em tôrno de um patrono. Nesse regime o homem

de Estado não tem outra coisa que fazer senão captar a simpatia do Imperador. Na Inglaterra o grande dia da carreira de um estadista é quando chega a ser o *leader* em uma das duas casas do parlamento; entre nós, é quando é nomeado veador. A prova de confiança do Imperador é, portanto, esperança para êle do mando supremo. Isso quer dizer que o apoio dos homens públicos em um país está no partido, e em outro está no monarca. É o Imperador quem faz ministros, senadores, conselheiros de Estado, titulares e quem distribui tôdas as comissões de importância. O homem político que quer fazer carreira tem a sua órbita tão fatalmente traçada em tôrno de Sua Majestade, como a da terra em tôrno do sol. É êle que alumia todo o nosso sistema político.

Quem quiser estudar a nossa política deve partir dessa compreensão do modo por que tôda ela está edificada, para não se enganar no conhecimento dos homens e das coisas. Os partidos resumem-se nos cinco ou seis homens de cada um que passaram pelas diferentes provas precisas para merecerem a mais alta confiança do Imperador. Tudo mais que se vê não passa da projeção de cada um dêsses homens sôbre o orçamento. O resto desaparece na massa anônima e invisível dos partidários sem pretensões. Essa é a organização senatorial existente, e que nada pode destruir inteiramente, porque é determinada pela realidade das coisas em um país onde não há opinião.

Não há negar a propriedade de semelhante organização, tão simples como a do animal mais primitivo. Assentir, porém, a ela, é assentir no absolutismo mesmo. É possível que seja mais prático pedir as reformas ao Imperador por meio de requerimento, do que agitar o país em favor delas, mas nós liberais não temos escolha. Por certo que não temos povo, pollticamente falando, mas é preciso supor que êle existe. A agitação acaba por fazer nascer a consciência. Nós não podemos resignar-nos a que o partido Liberal se converta no absolutismo.

Se o Imperador fôsse um liberal, compreende-se que o partido chamado Liberal contasse com êle para realizar as reformas sociais, que com o tempo, e indiretàmente, hão de introduzir o *self governments* em nosso país; mas o Imperador adere a quase todos os velhos preconceitos conservadores, e assim nem êsse pretexto poderia o liberalismo alegar para justificar-se de esperar tudo do príncipe reinante em vez de lutar pela liberdade.

O conservatismo entre nós, apesar do seu passo demorado, é progressivo bastante para aceitar em face do trono essa posição espectante de dependência relativamente às reformas. O partido Liberal, porém, caminha decididamente mais depressa do que Sua Majestade; as nossas idéias correm em outra direção, que as da dinastia, e, por mais prático que seja para os estadistas de profissão não fazer outra coisa senão rezar ao Imperador um Padre-Nosso cotidiano, seria faltar à sua missão e à sua honra viver o partido de adulações, disputando o poder aos seus adversários por trás dos reposteiros do Paço, comprometido em consciência pela natureza dêsse duelo de intrigas e baixezas, a servir de instrumento no govêrno ao poder irresponsável.

« Há sòmente uma causa que pode destruir o partido Liberal », disse John Morley na recente conferência de Leeds, « e essa não é outra senão deixar êle de ser fiel às suas próprias convicções e leal aos seus compromissos públicos ». A organização do partido Liberal entre nós é só por si o repúdio pelo partido de convicções e compromissos. Nem pode haver partido Liberal enquanto o que tem êsse nome não fôr senão uma multidão inconsciente de aspirantes a empregos, representados por homens que se educaram a si mesmos na escola de que todo o poder vem da coroa, e que é prejudicial aos interêsses do partido deslocar o terreno da luta, das ante-câmaras do Paço para os centros de ação fictícios de uma opinião pública imaginária.

Em tais condições, o chamado partido Liberal não seria mais do que um segundo partido Conservador, nem por mais

liberais que fôssem as reformas que êle conseguisse, lhe imprimirão elas o caráter liberal, porquanto o partido Liberal é antes de tudo o partido que tudo confia do povo e só quer existir pelo povo.

Aí está uma profunda divergência entre o novo liberalismo e o antigo, o qual ainda existe, em tôda a sua fôrça, mas felizmente tendo atingido ao seu limite de crescimento, e devendo portanto declinar e não mais expandir-se. A primeira grande divergência foi essa do abolicionismo, que opôs ao antigo espírito político do partido o espírito verdadeiramente popular, e substituiu a luta das teses constitucionais sem alcance e sem horizonte pela luta contra os poderosos privilégios de classe, contrários ao desenvolvimento da nação. Pela primeira vez então o partido Liberal saiu do terreno das discussões escolásticas, que só interessavam à classe governante, para entrar no terreno das reformas sociais, que afetam as massas inconscientes do povo. Também o efeito dessa divergência, que era a revolta do princípio vital do partido contra a existência artificial que lhe deram, foi o que se sabe: a destruição de todo o velho sistema doutrinário. A segunda divergência não é menor. É entre a fôrça que impele o partido para o país, que todos sabemos não estar ainda pològicamente constituído, e a que o faz gravitar para o Imperador, que é o centro de tôda a nossa organização política.

Nem no interêsse da democracia, nem no interêsse da monarquia, há vantagem em que o partido do progresso seja um parasita do trono. Para subir ao poder no tempo marcado, o partido Liberal tem tudo o que é preciso, a saber o letreiro de liberal, para manter a ficção de que somos um govêrno de partidos; um número avultado, aderentes que não fazem questão de idéias, mas de colocação para compor o cenário; e chefes em quantidade e suficientemente industriados nos hábitos pessoais do Imperador para Sua Majestade não ter incômodo na escolha. Para desempenhar, porém, a função de um partido Liberal falta-lhe tudo. Por outra: a sua organização tem tudo o que é prejudicial, e nada do que

é útil ao liberalismo. Para impedir, demorar e sofismar as reformas êle está perfeitamente montado, mas não para as promover e purificar. Êle está preparado para aceitar amanhã o poder e explorá-lo durante anos para os fins pessoais de alguns indivíduos, mas não para conquistar o poder e servir-se dêle para fins nacionais. A sua organização servirá quando muito para patotas, mas não para reformas; êle pode estar vinculado a especuladores de Bôlsa e concessionários de estradas de ferro, mas não ao povo, que cresce na maior degradação física, intelectual e moral. Semelhante organização — à qual se deve dar o nome de organização senatorial, porque ela resume-se tôda no Senado, nada tem de comum com o que em tôda a parte se entende por liberalismo.

A REORGANIZAÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

III

[*13 de dezembro de 1886*]

NÃO seria fácil substituir a presente organização senatorial do partido Liberal por outra representativa e popular. Os senadores são as presidentes do conselho possíveis. O Imperador estabeleceu em política o princípio da promoção por antiguidade e êle tem todos os meios de manter os princípios que uma vez estabelece. Individualmente, Sua Majestade é um cronômetro. Com a mesma regularidade com que vai aqui em Petrópolis às duchas todos os dias, à mesma hora e pelo mesmo caminho, êle governa o Estado há quase meio século pelas mesmas regras inflexíveis que desde o princípio adotou.

A pobreza dos nossos homens públicos, combinada com a incerteza das eleições, faz que a maior aspiração de todos êles seja entrar o mais cedo possível para o Senado. Para isso êles precisam, desde os primeiros passos de sua carreira política, fazer sentir ao Imperador que só esperam nêle, e que é êle quem os pode colocar, a êles e suas famílias, fora das necessidades da vida material e pública. Êles são assim criaturas que se oferecem ao criador para que as tire do nada político. É por isso que não há muito que admirar nos que sòmente começam a ser independentes depois de escolhidos senadores.

A independência dos senadores é uma das presunções que mais deve fazer rir ao Imperador, como tôda independência de data e circunstâncias, que o pretende ser de caráter e de espírito. Essa aspiração geral pela posição de senador produz dois efeitos: o primeiro, o de aumentar ilimitadamente o prestígio do Senado, eliminando a Câmara dos Deputados;

o segundo, o de tornar o Imperador onipotente, desde que é êle que dispõe de tôda a carreira dos homens públicos do país.

Êsse poderio do Senado e a dependência em que o Senado está do Imperador que o nomeia — sendo a eleição uma pura formalidade subordinada à escolha, em vez de ser a escolha subordinada à eleição — determinam juntos a presente constituição dos partidos. Semelhante constituição, para o partido Liberal, pelo menos, é a pior e a mais desmoralizadora possível. Um partido Liberal à disposição de alguns indivíduos, cuja sociologia, para tomar a palavra sagrada do oportunismo, consiste em estudar as intenções do Imperador, e que se consideram uns aos outros tanto maiores homens de Estado quanto melhor as conhecem, é um partido Liberal de encomenda, feito de propósito para o serviço do Paço, e que pode, indiferentemente, substituir a guarda dos antigos archeiros, ou ser recolhido entre as alfaias do trono, para ser espanado sòmente nos dias de grande gala.

No meu último artigo eu mostrei que tal organização era o reconhecimento formal do absolutismo pelo partido que pretende servir à democracia. É possível, estou pronto a repeti-lo, que seja tempo perdido falar e escrever para o povo, o qual não lê, e querer impor ao Imperador em nome de uma opinião que êle sabe perfeitamente não existir. Mas quando mesmo o partido Liberal reconhecesse que o seu dever, no estado atual de nossa sociedade — em que o povo não tem o desenvolvimento intelectual preciso para compreender os seus direitos e interêsses e muito menos para o saber reivindicar pelo voto — era converter o Imperador aos princípios liberais e movê-lo a fazer um uso patriótico do poder ilimitado que tem nas mãos, isso não era uma razão para se constituir aquêle partido do modo por que está constituído. Pelo contrário. Em tal caso, o que lhe convinha, mesmo para ter maior autoridade sôbre o espírito do Imperador — apesar de que o Imperador, sobretudo em sua idade atual e com sua experiência de quarenta e seis anos de reinado efetivo, é naturalmente, como todos os príncipes educados para o trono

enquanto êste não corre perigo, refractário a inspirações alheias — era mostrar-se independente e digno, desinteressado do govêrno para si mesmo, interessado sòmente na aceitação de suas idéias pelo poder de fato. Mas nem a tanto desgraçadamente se eleva, no atual regime, a coragem do partido. Êsse papel de conselheiro democrático do govêrno pessoal lhe convém ainda menos do que o de tribuno do povo. Êle quer o poder e nada mais, com ou sem reformas, como o Imperador quiser; e para ter o poder, do qual o Imperador é quem exclusivamente dispõe, êle está pronto a esperar os anos que Sua Majestade quiser, nas sinecuras do subsídio e do Conselho de Estado, em fraternidade substancial com os governos conservadores, e falando de vez em quando ao país, sòmente para não perder de todo a clientela de que precisa para impressionar o Imperador com as manifestações da opinião pública!

É assim que os partidos de repente desaparecem no meio do seu govêrno, como um rio nas areias. No govêrno êles têm a representação parlamentar e administrativa do estilo; todos os sábados mostram em despacho a quantidade dos seus prosélitos pelas nomeações que fazem o Imperador assinar, e compreendendo que a imprensa não tem só um apostolado, mas tem também um balcão, simula com os dinheiros secretos da polícia e por dois ou três indivíduos uma opinião pública, extensa e de tôdas as classes. Na oposição o partido contrai-se ao *minimum* de suas formas, e fica reduzido ao essencial, que são os senadores. Êle sabe que o seu tempo há de voltar, e que é melhor esperar por êle, fazendo outra coisa, do que escrevendo para não ser lido, falando para não ser ouvido, convocando reuniões às quais ninguém comparece, e reclamando contra as autoridades para ser prêso e espancado.

Uma triste experiência convenceu os liberais, e também os conservadores, de que quem semeia não é quem colhe. Lutar ardentemente em oposição é inutilizar-se. Quem jamais imaginou durante a última situação conservadora que os ministros liberais haviam de ser os que foram? Para quem quer

subir, é intuitivamente melhor servir-se dos outros como escada, do que ser escada para os outros. É uma coisa sabida que entre nós para ser estadista não é preciso nenhuma qualidade superior, da inteligência, nem do coração, nem da vontade, mas sòmente, como em certos insetos, a aderência viscosa dos intestinos ao tronco pelo qual todos se arrastam para cima. Quanto mais se desenha o caráter, o talento, ou a intuição de um homem público, mais êle se afasta do poder. Quanto mais vertebrada se torna a sua individualidade, mais imprópria ela fica para subir a tortuosa espiral da nossa carreira política. Tudo isso produz um meio onde o cinismo é a qualidade principal. Quem tiver um *minimum* qualquer irredutível de convicções ou de escrúpulo não há de ser nada. Cada passo na vida, em tôda a nossa política, é uma transação da consciência com o interêsse. No princípio a consciência resiste sòmente por falta de flexibilidade, depois das primeiras capitulações não se sente mais nenhuma resistência.

Êsse estado social, porque é um estado social, provém de que em vez de assentar sôbre a opinião, isto é, sôbre a nação organizada, todo o nosso sistema de govêrno assenta sôbre a vontade de um só homem, cuja inteligência é o limite da nossa vida nacional. Um grande poeta disse que o pensamento do homem é a medida do Universo; o pensamento de dom Pedro II é a medida do Brasil. O partido Liberal brasileiro, como tudo mais no país, é o que devia ser, conforme êsse pensamento criador e modelador, e por isso é que êle chegou à sua presente organização senatorial, que o torna um instrumento maleável do pensamento orgânico. De um modo ou de outro, porém, e na medida muito limitada do possível, é preciso descobrir o meio de alentar a vida dêsse partido fora da consciência do Imperador, que infelizmente não é a consciência do nosso tempo.

A REORGANIZAÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

IV

[*16 de dezembro de 1886*]

O PRESENTE regime de representação do partido por alguns senadores ou chefes que lutam pelo favor imperial, não é sòmente, como tem mostrado, a adesão prática, ainda que tática, do partido Liberal ao princípio de que todo o poder provém da coroa. Êsse regime é uma causa de enfraquecimento moral para o partido, equivalente a uma substituição de natureza pela do seu contrário. Desde que o pensamento e a ação do partido se resumirem nos personagens ordenados, segundo a liturgia do reinado, para a presidência do conselho, êsse pensamento e ação hão de ser opostos a qualquer reforma digna dêste nome. Dêsse modo o partido tem a principal oposição às suas idéias nos seus próprios chefes; ninguém pode negar que essa é uma situação intolerável.

O que é, com efeito, que nós, os liberais, dizemos contra os conservadores? No Brasil como na Inglaterra, dizemos que êles se opõem a tôdas as aspirações nacionais, explorando contra elas os interêsses e preconceitos das classes privilegiadas e que, uma vez no poder, realizam, por ambição, as mesmas reformas para combater as quais tiveram o apoio daquelas classes. É o que *Sir* William Harcourt, em Leeds, descreveu dêste modo com referência à Inglaterra, mas que é igualmente verdadeiro de qualquer outro país do mundo:

« A história das reformas liberais », disse êle, « mostra que sempre que o partido Liberal propõe alguma grande reforma, os *tories* dizem que ela é perigosa e funesta, que os seus autores são homens maus e perdidos, e assim continuam durante dez anos, cinco anos, um ano, ou seis meses, até que

de repente mudam inteiramente de opinião e começam a achar excelente a reforma, porque estão no poder ». « Se tais evoluções merecem o nome de política », disse na mesma ocasião John Morley, « eu declaro sincera e simplesmente que preferiria ser salteador a ser político. Ao menos um salteador faz mais exercício, vive ao ar livre, deita-se menos tarde, e o seu negócio não é mais desonesto ».

Pois bem, êsse papel que o partido Conservador desempenhou sempre em face das reformas sustentadas pelo partido Liberal, é exatamente o papel que os chefes liberais têm representado em relação às mesmas reformas. Exceto um ou outro estadista, cujo espírito democratiza-se no seu declínio, e que por isso deixa de inspirar confiança ao Imperador, na medida inversa da confiança que lhe inspiram os tribunos que na velhice se tornam cortesãos, os chefes liberais fizeram sempre às reformas caracterìsticamente liberais uma oposição tão decidida como os conservadores.

Entre essas está a da emancipação. Quem não se lembra como os abolicionistas foram lançados fora do partido chamado — Liberal — durante nada menos de cinco ministérios da situação — os gabinetes Sinimbu, Saraiva, Martinho Campos, Paranaguá e Lafayette? Foi por uma insistência particular do Imperador, que, depois de cinco ministérios esclavagistas, ainda houve a consulta prévia dos três chefes, da qual resultou a chamada ao poder do sr. Dantas, com o programa que se conhece. Sòmente a intervenção do Imperador deu assim ao partido Liberal, no fim de uma situação, ensejo de afirmar, de modo tímido e fraco por que o fêz, a sua aquiescência tardia ao movimento abolicionista. Eu confesso que quando ouvi o programa do ministério Dantas — a libertação dos sexagenários — tive vontade de rir. Se depois todos os abolicionistas nos identificamos com o eminente chefe daquele gabinete, foi porque o seu programa, ao ser anunciado, ficou sendo anacrônico pela própria gargalhada da oposição que a devia rejeitar, e o seu govêrno tornou-se uma verdadeira agitação abolicionista feita por nós mesmos.

Entretanto, se o Imperador, depois de ter tido a paciência de suportar a série de pequenos ministérios e que o partido Liberal foi obrigado a fabricar com o pobre material político de que dispunha no parlamento, não tivesse feito um pacto com o sr. Dantas para apresentar uma reforma no gênero das grandes reformas do reinado, isto é, medrosa, vacilante e incompleta, destinada sòmente a substituir um abuso por outro quase igual, em deferência aos privilégios existentes, o partido Liberal teria caído do poder tendo feito sempre a mais ignominiosa resistência a um pensamento que saíra da sua primeira legislatura e que despertara desde o comêço o entusiasmo das camadas extensas e profundas do partido, que são o povo.

Como de 1879 a 1884 em relação ao movimento abolicionista, assim atualmente com o princípio da independência administrativa das províncias, que é ainda repugnante bastante ao espírito centralista do Imperador para nenhum dos chefes querer comprometer-se por êle. Com a liberdade de consciência, vimos o que foram as nossas promessas e os nossos atos, tendo sido a primeira derrota do liberalismo essa da elegibilidade dos acatólicos, em que uma câmara unânimemente liberal deu razão ao mais revoltante dos monopólios teocráticos, porque os chefes a forçaram a colocar um ministério acima de seus princípios e compromissos.

Os fatos, porém, são tão numerosos, que é inútil exemplificar. A resistência a qualquer nova aspiração do partido Liberal, antes de começar no partido Conservador, manifesta-se entre os próprios que o dirigem. Todos são oportunistas, não no sentido de promover as reformas quando são convenientes, mas quando o Imperador as aceita.

Uns são espíritos conservadores, incapazes de sentir e de pensar como nós; outros, as adiantados, os que desejaríamos levantar sôbre os nossos ombros, são movidos pela certeza de que é perder tempo tentar seja o que fôr em nosso país sem primeiro ter convertido o Imperador.

Todos os que entre nós, em qualquer dos partidos, quiseram elevar-se contra o Imperador ou humilhando o Imperador, foram arremessados no espaço como os anjos rebeldes. O sr. Andrade Figueira, o mais notável dos conservadores, aquêle que o seu partido em oposição não sabia mais como adular, e diante de quem todos calavam-se; depois de preterido pelo sr. Belisário, que pològicamente não é senão o fôrro do sr. Paulino, é sacrificado, em uma fornada de conselheiros de estado, ao sr. Nunes Gonçalves.

Como o sr. Andrade Figueira, o sr. Ferreira Viana, o sr. Gomes de Castro, e outros, entre os conservadores; entre os liberais, é um sem número de homens ilustres, durante gerações sucessivas, que seria preciso citar. A facilidade com que o Imperador dá a mão aos arrependidos, só é igual à sua severidade para com os impenitentes, e como Sua Majestade, se perdoa aos caluniadores de sua família e aos insultadores de sua pessoa, nada concede aos que, respeitando nêle as suas qualidades públicas e a sua posição, condenam a política retardatária do reinado e a sua autoridade absorvente, os nossos estadistas, que só aspiram ao poder, mesmo os de espírito e sentimento liberal, procuram não colocar-se nunca em uma dessas incompatibilidades fatais.

Seja, porém, por seus princípios conservadores, seja por essa espécie de oportunismo, próprio de todos os governos absolutos, a verdade é que os chefes liberais opõem-se às reformas pedidas pelo partido com a mesma intransigência que os conservadores. Essa organização pode, portanto, ser a vida do partido Liberal, como herdeiro forçado do Conservador, mas seria perder palavras querer eu provar que ela é ao mesmo tempo a morte do liberalismo no seio daquele partido. Em oposição, por certo, que não é assim, mas foi e será assim no govêrno, e o que precisamos é organizar o partido Liberal de modo a que êle seja o mesmo no govêrno que é na oposição, sem o que não há razão alguma para liberais sinceros fazerem ainda parte dêle.

UMA NOMEAÇÃO ESCANDALOSA

[*12 de fevereiro de 1887*]

AINDA não se viu nesta cidade manifestação de opinião igual à que o ministro da Agricultura provocou, escolhendo o sr. Luís Mendes Ribeiro para nosso agente de imigração na Europa. Diz-se que a nomeação foi anulada à vista da indignação produzida, fato que ainda mais compromete o ministro que a fêz. Com efeito o sr. Prado não pode continuar na pasta da Agricultura depois de ter dado ao país essa prova do que são as suas idéias e aspirações com referência à imigração e também do que são os seus escrúpulos na distribuição das comissões mais importantes de sua pasta. O ministro que faz uma designação dessas não pode nomear a mais ninguém sem insultá-lo, nem demitir sem o exaltar. O sr. Prado, desde que subiu, introduziu a política na engenharia por forma tal, que a principal recomendação para os cargos do seu ministério tornou-se a de ser o pretendente um agente eleitoral à disposição do deputado do distrito. Como as obras públicas e as fiscalizações por parte do Estado podem funcionar em um tal sistema de patronato, o bom senso está mostrando. Mas êsse mesmo homem que perseguiu por suas opiniões políticas a tantos dos nossos melhores funcionários e que não deixou o mais obscuro agente do correio, ou mesmo um simples carteiro, livre de sua inquisição, é quem encontra no sr. Mendes Ribeiro a pessoa mais qualificada para ir fazer a propaganda do nosso país na Europa!

Felizmente não depende só do nosso govêrno o desempenho de comissões de tal natureza na Europa, depende dos governos estrangeiros, e os representantes dêsses nesta côrte têm obrigação de os prevenir, à vista da escolha dos agentes, da natureza imoral do tráfico de que o govêrno cogita. Estava claro que o sr. Mendes Ribeiro, fôsse êle por conta do govêrno,

fôsse por conta de particulares, o que na hipótese é a mesma coisa, não teria livre prática em nenhum país europeu. Só o sr. Prado não viu nisso, concorrendo assim para se aumentar o vocabulário europeu das profissões duvidosas com mais essa — agente de imigração para o Brasil. O mal, porém, está feito. Quem hoje quererá ser o sucessor do sr. Mendes Ribeiro e receber igual demonstração de aprêço do sr. ministro da Agricultura?

O sr. Prado não precisa por certo de atestados de sua probidade pessoal, mas a sua probidade pública está sèriamente atingida. Êle tem que mostrar que não fêz semelhante nomeação. Se o não mostrar, não será severa a sentença que o prive para sempre de uma função para a qual êle se terá mostrado incapaz: a de nomear para cargos e comissões do Estado. A circunstância de que êle recusou até à última e cedeu sòmente à pressão estranha, em vez de ser uma atenuante, é uma agravante terrível. Parece, entretanto, um ato providencial o ter caído em tão merecido descrédito o novo sistema de imigração, que consiste em mandar anunciar na Europa que há mais tantas vagas de escravos nas fazendas, para as quais o fazendeiro ministro da Agricultura precisa de substitutos idôneos.

III

OPÚSCULOS

I

O ÊRRO DO IMPERADOR

Se há alguém neste país a quem o resultado das últimas eleições deva particularmente desagradar, é o Chefe de Estado. É provável que até hoje a vitória conservadora só tenha causado satisfação no Paço, mas há de haver no fundo da consciência do Imperador partículas luminosas que não tardem a esclarecê-la como o dia. Neste momento o que se vê é sòmente prestígio do partido da Ordem, e como a atmosfera dos tronos é, em tôda parte, reacionária e inconscientemente simpática a um sonho impossível dos conservadores, deve ter sido tão agradável ao elemento monárquico como foi ao elemento aristocrático.

Nem o Imperador, nem sua família, distinguem entre partido Conservador e monarquia. A experiência de outras casas reinantes não basta para separar nas testas coroadas essas duas entidades diversas. Napoleão também não conceberia exército francês como noção distinta do Império. Entretanto monarquia e partido Conservador são fôrças não só diferentes, mas muitas vêzes opostas. Os inimigos de uma instituição são em sentido vulgar, os que as combatem, mas em sentido exato, os que as destroem. O parasita está longe de ter ódio, deve ter mesmo amor, ao organismo que o alimenta e que êle arruína. A monarquia não pensa poder viver sem partido Conservador, o partido Conservador sabe que pode viver sem monarquia. Em todo o mundo vão-se soberanos e ficam os partidos. É duvidoso até que a forma monárquica seja forma conservadora. A forma conservadora é a oligarquia, da qual a realeza é instintivamente inimiga. O Imperador, porém, está convencido do contrário e surpreen-

dê-lo-ia muito quem lhe dissesse que se amanhã viesse a República, os primeiros republicanos seriam os conservadores, porque a República seria o fato consumado, que êles adoram; a fôrça, que êles veneram; os empregos e as posições.

Mas passado êsse momento de regozijo proveniente da confusão das duas noções, o Imperador há de considerar a vitória do chamado *seu* partido por outras faces, para onde até agora não lhe lembrou olhar.

Em primeiro lugar êle indagará do valor dessa transformação reacionária do país, e do modo por que ela foi obtida, e então começará a despontar-lhe a idéia de que êsse triunfo não foi talvez do partido Conservador, mas dêle mesmo, e só resultou da sua intervenção pessoal em nosssas lutas políticas. Essa primeira descoberta tão fácil despertará umas reminiscências esquecidas; uma página inteira do seu reinado lhe voltará à memória, alumiada pelo clarão infalível dos fatos posteriores, isto é, do seu desenvolvimento lógico, e êle meditará não sôbre o que fizeram os eleitores, elegendo a nova Câmara — porque êsse foi um simples fenômeno reflexo, um movimento automático do país, — mas, sim, o que êle mesmo fêz, chamando os conservadores ao poder.

Em 1867, no ministério Zacarias, ao mesmo tempo que se empenhava, e empenhava o país, por insistência do Imperador em uma luta pessoal de morte com o presidente Lopez, o partido Liberal iniciou a idéia da emancipação gradual dos escravos. Um ano depois, procurando ostensivamente um pretexto, como era a escolha em situação liberal de um conservador para o Senado, o Imperador, que não precisava mais dos liberais para a sua guerra *à outrance*, chamava ao poder os conservadores, e assim, deliberadamente, *motu-proprio,* paralisava o movimento emancipador, que êle provàvelmente, posso dizer, seguramente, havia instigado o partido Liberal a criar no país.

Em 1884 Sua Majestade chama ao govêrno o sr. Dantas. Que aprovasse, ou desaprovasse *a maneira* de governar dêste, o Imperador, quando êle perde a confiança da Câmara, sus-

têm-no por meio da dissolução, prova suprema de sua confiança. O sr. Dantas lança o país numa fase abolicionista benèficamente revolucionária, em que a escravidão parecia suprimida de direito, moralmente abandonada de fato, entregue aos seus próprios recursos. Essa atitude tinha ao que parece a simpatia do Imperador: êle via a esperança crescer, o espírito público emancipar-se, a nação despontar através das fendas da classe governante, os escravos sentirem-se homens, quase cidadãos.

Tiveram lugar as eleições. O marechalato do partido retraiu-se em parte; em parte foi à batalha com reservas mentais para depois da vitória; e em parte rompeu com o general promovido ao comando em chefe. Em muitos pontos o partido dividiu-se, e sendo as influências eleitorais grandes proprietários de escravos, surgiu um liberalismo híbrido, aliado ao esclavagismo, e que em tôda parte excedeu em zêlo e audácia de vituperação aos próprios conservadores, os quais não precisavam de tanto esfôrço para recomendar-se à escravidão.

Aproveitando a divisão dos liberais, os conservadores elegeram uma grande minoria, sob o censo atual, que se pode chamar o censo de senhor de escravo. Os liberais escravistas, por seu lado, foram eleitos em diversos distritos. Formou-se então o pacto entre dissidentes e conservadores. Um entusiasmo estranho animava essa aliança, *pro aris et focis,* da escravidão invadida. Era preciso salvar o chão sagrado das fazendas; tal grito elevou o sr. Moreira de Barros, com oito votos liberais, à presidência da Câmara; fêz o sr. Afonso Pena o oráculo das depurações, e deu ao sr. Andrade Figueira o comando das fôrças aliadas.

Ao mesmo tempo que o partido Conservador adquiria o contingente de que precisava para os seus fins, o ministério recebia do povo as maiores demonstrações de simpatia. Os nobres e aristocráticos adversários do sr. Dantas, descendentes quase todos de senhores de engenho e fazendeiros, quando chegavam às janelas da Câmara e viam uma dessas manifestações populares, não descobrindo chapéus altos nem sobre-

casacas, mas, num relance, pés no chão e mangas de camisa, diziam sòmente: «*Aquilo* não vale nada, é a *canalha*».

Talvez, mas o nosso povo é isso mesmo, é um povo *de pés no chão* e *manga de camisa*, e não é um povo branco. Nesta cidade se se visse uma grande *manifestação* popular segundo as idéias dessa nobreza de tolerância, seria uma manifestação de estrangeiros. Refratária como ela é às idéias liberais, por ser o mercado do café escravo, encravada na única província verdadeiramente escravista do Império, e além disso fornecedora da lavoura, de escravos e mantimentos, esta capital, no Segundo Reinado, não tem feito senão desnacionalizar-se. Na grande contextura das suas ruas e bondes, as correntes de sentimento público são tôdas frias, plutocráticas, comerciais; o Rio de Janeiro não é uma cidade como o Recife ainda é, e como ela foi até à guerra do Paraguai; hoje o coração brasileiro só bate aqui forte, livre, e também inconsciente, nessas camadas espontâneas e quase infantis, que os conservadores, os quais não respeitam senão o dinheiro qualquer que fôsse a sua origem, chamam a *canalha*.

Era com efeito um escândalo! Depois de três séculos de escravidão, sofrida sem um murmúrio, o povo brasileiro — descendente de escravos em sua máxima parte — chegou a ter a ousadia de dar *vivas* à Abolição!

Tais orgias não podiam continuar. A paz pública estava perturbada. O presidente da Câmara foi objeto de uma vozeria nas ruas. E que há de extraordinário em que, à mínima excitação malévola, os analfabetos, os escravizados, os esquecidos da nossa sociedade cheguem ao extremo de apupar? O rei de Espanha entrou em Paris debaixo de uma tempestade de assobios; mas era sòmente o rei de Espanha e por isso o gabinete Ferry continuou. Em nenhum outro país se daria a uma ligeira pateada pública o alcance de uma revolução, nem se faria de uma *vaia* o objeto teatral da maior solenidade do Parlamento — a moção de desconfiança.

Mas por isso mesmo foi o que aconteceu. Alguns irrefletidos, quando saía da Câmara um deputado, atiraram-lhe

uns projetis. Aquêles falsos amigos do abolicionismo não sabiam que estavam lançando a faísca à mina que nos havia de fazer saltar todos. Nos dias seguintes o Senado e a Câmara apresentavam o aspecto mais ridículo possível. A legislatura estava em convulsões. A Convenção francesa, invadida pelas seções, não se teria sentido mais ameaçada. Dir-se-ia que os escravos tinham-se apoderado da capital; que uma esquadra inglêsa estava no pôrto de morrões acessos; que o sr. Dantas fizera o Imperador prisioneiro e ia decretar a abolição imediata.

A falsa indignação dos conservadores e a ingênua indignação dos dissidentes explodiram primeiro, juntas, no Senado. O sr. Soares Brandão foi quem deu o sinal do pânico fingido, desenrolando a história das cenas selvagens preparadas pelo sr. Dantas para influir na verificação dos poderes! O nobre senador pedia uma espécie de *habeas-corpus* moral para os depuradores da Câmara e dava às ridículas vaias da rua Primeiro de Março o caráter de uma tragédia, como o assassinato de Apulcro de Castro. O sr. Paulino de Sousa levou para o Senado a narração do presidente da Câmara, fêz um alto elogio ao deputado desrespeitado, descreveu o estado da capital entregue às manifestações abolicionistas, — mais degradantes para a nossa civilização do que as surras de escravos no interior das casas — e aos assobios da *canalha* — mais horripilantes do que o silvo do azorrague, — e estabeleceu a sua teoria do govêrno das classes altas. O sr. Teixeira Júnior, num exórdio catilinário, apelou para o Senado, dizendo que precisava imperiosamente de partir para a Europa no dia seguinte e não podia deixar sua mulher e seus filhos confiados à guarda do sr. Dantas, o qual, além do mais, estava fazendo o câmbio baixar vertiginosamente! O Senado ouvia tudo isso ansioso, com palpitações que deviam ser dolorosas para um coração atrofiado, e quando o réu ministerial levantou-se e começou com um certo desdém a sua defesa, todos compreenderam que o ardil surtira o efeito, que o ministério abolicionista estava por terra, a escravidão vingada, e o espantalho da ordem pública cuidadosamente recolhido

pelos conservadores para afugentar outra vez do poder os pássaros liberais. No dia seguinte, o sr. A. de Sequeira mudou de bancada na Câmara, e, como tudo dependia de um voto, êsse pêso deslocou o ministério.

Derrotado o gabinete Dantas, por um voto, o Imperador mandou chamar o sr. Saraiva. Dentro de poucos dias tudo estava mudado em nossa política. O ministério Saraiva era a reação no momento mais aceso da luta. Na véspera estava a emancipação no poder; no dia seguinte estava a escravidão. Êsse foi o primeiro, o grande, o fatal êrro do Imperador — o êrro de arrepender-se, de inutilizar a obra começada, de paralisar o movimento nacional.

Quando a Câmara derribou o sr. Dantas, o Imperador devia tê-lo sustentado, senão por êle mesmo, por sua idéia — a bandeira sob a qual se tinha travado a luta eleitoral em urnas levantadas defronte das fazendas e dos engenhos, no Campo Santo onde descansam esquecidas milhões de vítimas inocentes!

Todos sabíamos que a dissidência e os conservadores desejavam um gabinete Saraiva. Êste homem de Estado, a história o dirá, teve em suas mãos a sorte dos escravos, a solução honrosa do maior problema da nossa pátria! O seu prestígio — o maior prestígio político desta geração — teria envolvido no seu brilho a dedicação e a popularidade do seu predecessor, e o nome de todos que temos lutado no mesmo terreno, precursores, iniciadores, propagandistas da abolição, se êle tivesse querido plantar o marco redentor no ponto sòmente a que já havia chegado a nossa conquista! Infelizmente o sr. Saraiva subiu prevenido contra o seu antecessor, contra os que haviam por um dever de honra sustentado a êste, e contra todo o movimento da opinião durante o ministério Dantas.

Não tenho o mínimo dado para especificar o motivo dessa prevenção, que me limito a afirmar. Essa matéria é muito delicada e eu não tenho vontade de improvisar uma teoria psicológica, para explicá-la, sôbre o eminente senador, a quem

não quisera fazer uma injustiça em ponto tão grave. É preciso, porém, justificar-nos a nós mesmos.

Em 1884, quando caiu o ministério Lafayette, o Imperador chamou o sr. Saraiva, que desde 1878 tem no país a posição de um homem necessário. O sr. Saraiva não aceitou, alegando que não podia com a Câmara existente fazer passar uma lei de emancipação. O motivo era grande, o pretexto era fraco. O que queria êle recusando? Que subissem os conservadores? Que outro fizesse uma Câmara para êle? Que o Imperador lhe oferecesse a dissolução? Ninguém sabe.

Mas desde que o sr. Saraiva não aceitou o poder, e foi chamado o sr. Dantas, o que havia de fazer êste? O sr. Dantas organizou, para que o govêrno não passasse aos conservadores, e porque se sentia com fôrças para prestar um grande serviço ao país. Com o sentido nas eleições, alguns queriam que êle guardasse o seu projeto para depois delas: do ponto de vista moral, teria sido um estratagema indigno; do ponto de vista político, teria sido uma ingenuidade; mas do ponto de vista abolicionista teria sido o maior dos erros. Apresentado o projeto, o que aconteceu foi muito natural. A êsse primeiro abalo o partido fendeu-se de alto a baixo (sobretudo no alto, em baixo a fenda foi quase nenhuma); aos delirantes aplausos de um lado responderam as recriminações excessivas do outro; travou-se uma guerra civil de ódios e de injúrias, e o primeiro ministro achou-se envolvido num turbilhão de paixões contrárias e furiosas, como teria sido qualquer outro *liberal*, que fizesse o que êle fêz, ou muito menos do que êle fêz, *no momento em que êle o fêz.*

A um estadista dêsse alto patriotismo, o partido Abolicionista não podia deixar de prestar o seu ilimitado concurso. O ponto a que êle pretendia levar o país ficava no comêço da nossa estrada, mas se era a bôca mesma da rua que estava defendida pelas melhores peças da escravidão, por que não o ajudarmos a destruir essa primeira resistência que, se nos figurava, também seria a última? Pelo seu lado, vilipendiado pelos proprietários, cujos interêsses êle tinha religiosamente

consultado e querido salvar, abandonado pelos melhores dentre os seus amigos, combatido por uma aliança que no sistema eleitoral direto colocava o govêrno em tôda parte à mercê dos desertores do partido, o que podia fazer o sr. Dantas senão aceitar o concurso, incondicional, ainda que um tanto adventício, dêsses voluntários que corriam, sem laços de partido ou pessoais com êle, a defendê-lo da hoste dos seus inimigos seváticos e mentirosos?

Quaisquer que fôssem os seus motivos íntimos, o sr. Saraiva levou isso a mal, e formou o gabinete com o espírito não só de desconfiança, mas de agressão, e hostilidade a tôda a política, e cada um dos auxiliares e defensores do anterior ministério. Isso o obrigava desde logo a apoiar-se no partido Conservador, e portanto, a afastar-se do Liberal, que em massa se havia identificado no país com o sr. Dantas e lastimava a sua queda como um desastre nacional.

O que se seguiu todos sabem. A maioria liberal da Câmara assistiu à apresentação do gabinete Saraiva como a um triunfo conservador. Desde o princípio o presidente do conselho voltou as costas aos liberais e mostrou que êle representava enèrgicamente a coalizão triunfante. As depurações continuaram, provando que a aliança sobrevivia, encarnada agora no gabinete. A Mesa da Câmara liberal era eleita por votos conservadores. A direção da Câmara era conservadora. A escravidão sentira que era preciso fazer alguma coisa, ceder algum terreno, tirando o maior proveito possível da transação, e por isso, com as emendas restritivas do triunvirato e a resistência resignada do sr. Andrade Figueira, que sòmente queria salvar a sua coerência (sem pensar ainda na candidatura do seu filho por Goiás) passou afinal na Câmara o projeto Saraiva, a nova lei.

Antes mesmo de votada a redação, o presidente do conselho, surpreendendo os seus colegas e lançando a maior confusão entre os seus aliados, demitiu-se. O motivo dessa demissão também não é conhecido, mas o sr. Saraiva não teve a idéia, demitindo-se, de fazer a lei passar tal qual, nem mes-

mo podia prever, com tôda a sua experiência, que tal seria o resultado prático da demissão. Êle retirou-se, eu suponho, desgostoso de sua lei e dos seus auxiliares. Um homem da sua têmpera não podia sucumbir à oposição que êle mesmo deliberadamente provocou, e muito menos a agressões pessoais, de que êle foi menos vítima do que outro qualquer liberal.

Muito provàvelmente êle viu que se estava gastando em uma obra inexequível e odiosa, e que os seus aliados, uns eram intitulados liberais, que o tinham ido procurar no seu retiro para desacreditarem com o prestígio dêle a fase mais brilhante do partido, e os outros eram os conservadores — os quais consideravam a lei uma fantasia legislativa, orgânicamente imprestável para a emancipação. De fato, como monumento do liberalismo construtivo dos nossos estadistas, êsse labirinto africano pode ser conservado ao lado do pagode chinês como o A e o Z do nosso alfabeto democrático. O ilustre primeiro ministro sentiu que não valia a pena continuar a promover uma lei que não seria executada; que era em relação à liberdade ao mesmo tempo um subterfúgio e um estelionato; que prometia aos senhores o que não podia dar-lhes, sòmente para tirar aos escravos o que se lhes tinha prometido; que a escravidão inteira do país aceitava como letra-morta em tudo que a restringia e uma reivindicação em tudo que a ampliava.

Êsse desânimo do homem de Estado, que vê a sua ação individual aproveitar não aos que êle queria beneficiar, mas aos adversários de suas idéias, convertidos por interêsse próprio em auxiliares de sua política, atuou, penso eu, no espírito do sr. Saraiva quando êle se demitiu, mais pelo menos do que a *segunda vista*, o sentido profético que lhe emprestam, de ter querido garantir com a sua retirada a votação integral do projeto.

Quando o sr. Saraiva deixou o poder, o Imperador achou-se no ponto a que desejava chegar — naturalmente, ou melhor, queria que a opinião o levasse, isto é, frente a frente com os conservadores. Os srs. Cotegipe e Fleury foram

ao Paço, conversaram com Sua Majestade, tiveram ordem de ir conversar com os seus amigos; o sr. Paranaguá, ministro do gabinete caído, foi chamado, recusou como era natural, previsto e sabido; o sr. Cotegipe foi encarregado de organizar, e o partido Conservador recebeu o prêmio de boa conduta por ter apoiado o projeto Saraiva.

O ministério conservador só não governou com a Câmara liberal *porque não quis*. A aliança de 1885 havia desmoralizado profundamente o nosso partido dentro do Parlamento. Se os conservadores alegassem qualquer pretexto mais ou menos decente, teriam achado os votos de que precisavam. Um grupo em suas feições cearense, mas de inspiração alagoana, tinha manifestado as maiores afinidades para os conservadores que lhe deviam a sua ascensão. O partido Liberal, uma vez em oposição, teria naturalmente que agitar grandes reformas, o que bastaria para explicar o prolongamento da aliança. Mas o govêrno tinha necessidade de outra Câmara, e ainda que disposto a ser generoso nas eleições com aquêles bons amigos, não queria mais depender dêles.

Antes de dissolver o ministério, obteve do Senado a lei. O Senado não podia emendar: estava vinculado ao pacto anterior! A discussão, apesar de notáveis discursos dos srs. Afonso Celso e José Bonifácio, não teve dignidade. A lei passou tal qual. Nomearam-se os presidentes e fizeram-se as eleições. Foi eleita uma Câmara quase unânime, na qual talvez a maioria dos poucos liberais seja dos mesmos que prepararam a subida dos conservadores, ou que a aceitaram de bom grado para castigar o abolicionismo do partido. Esta é a situação de hoje.

Agora o resumo.

Os fatos que aí vão fielmente narrados e os que para não alongar deixei de referir com êles, são principalmente os que se seguem.

Primeira fase: O Imperador em 1884 chama o sr. Dantas ao poder; dissolve a Câmara a pedido dêle; vê as eleições travadas no terreno, exclusivamente, da emancipação; observa

que a escravidão divide o partido Liberal e une o partido Conservador, e só dêsse cimento negro resulta a segurança da alvenaria oposicionista; vê do outro lado a esperança nacional manifestar-se de todos os modos, por um entusiasmo novo no país. É a fase da luta.

Segunda fase: As eleições têm lugar: o Imperador vê a falange escravista unida como um só homem constituir a Câmara e derribar o ministério Dantas, e chama ao poder o sr. Saraiva. A escravidão abalada, triunfa; os conservadores sentem-se no poder; a aliança consolida-se e resulta em um projeto de lei satisfatório para a lavoura e opressivo para os escravos; quando êsse projeto passa na Câmara, o sr. Saraiva demite-se. É a fase da capitulação.

Terceira fase: O Imperador, depois de uma tentativa liberal manifestamente fingida, chama os conservadores e impõe-lhes desde logo um programa: fazer passar o projeto tal qual foi votado na Câmara. A lei passa nas duas casas. O movimento abolicionista decresce em todo o país. O período eleitoral é em tôda parte a livre vindita da escravidão. Os escravos são perseguidos. A lei não é executada. As eleições dão uma Câmara conservadora quase unânime. É a fase da reação.

Quem escreve estas linhas não é inimigo partidário nem desafeto do Imperador, muito pelo contrário, e assim como sempre fala respeitosamente do Chefe de Estado, desejara poder ocupar-se da política do país sem envolver a alta personalidade que a Constituição neutralizou, tornando-a irresponsável. Mas seria evidente hipocrisia comentar os grandes fatos, a arquitetura do reinado, sem considerar a ação do Imperador, que se não é tudo em nossa política, é quase tudo. O presente opúsculo é pequeno demais para conter o desenvolvimento da seguinte idéia, mas do que eu acuso o Imperador quando me refiro ao govêrno pessoal, não é de exercer o govêrno pessoal, é de não servir-se dêle para grandes fins nacionais. A acusação que eu faço a êsse déspota constitucional, é de não ser êle um déspota civilizador; é de não ter resolução ou vontade de romper as ficções de um parlamen-

tarismo fraudulento, como *êle sabe* que é o nosso, para procurar o povo nas suas senzalas ou nos seus mocambos e visitar a nação no seu leito de paralítica.

Em mesmo tenho feito justiça (vide *O Abolicionismo*, pág. 74) aos pálidos e intervalados esforços do Imperador, tanto para a supressão do tráfico como para a libertação dos nascituros. O que se tem feito por lei é devido *principalmente* a êle, mas o que a lei tem feito é muito pouco, é realmente nada, quando vemos que êsse é o resultado de quarenta e seis anos de reinado e comparamos o que se salvou do naufrágio com o que se perdeu e se está perdendo! A história há de dificilmente conciliar a inteligência esclarecida, a vasta ciência do homem com a indiferença moral do Chefe de Estado pela condição dos escravos no seu país. A êste respeito eu não podia agora senão repetir o que disse de Sua Majestade na Câmara dos Deputados, comentando a queda da situação liberal:

Êle, sr. Presidente, disse eu, nunca teve que se preocupar, como o Czar da Rússia, com a vida dos seus filhos: como o rei constitucional da Espanha com a explosão simultânea do Carlismo no Norte e da República no Sul, como os reis de pequenos Estados, a Bélgica e a Holanda, a Dinamarca, com o crescimento de uma grande nacionalidade vizinha; como a rainha da Grã-Bretanha, com o separatismo e o nacionalismo irlandês; como os outros imperadores, com as combinações de fôrças rivais e alianças possíveis. Não, entre nós não existem nem carbonários nem niilistas; não temos receio de absorção, nem de desmembramento, nem de coligações. Um único problema, social, e portanto individual para quem representa a sociedade como êle, foi impôsto à atenção do monarca brasileiro: o de governar sôbre um país sem escravos. O que se lhe pedia é o que o mundo tem pedido ao sultão da Turquia, ao vice-rei do Egito, ao imperador de Marrocos, ao régulo de Zanzibar. Desde 1840 êle não teve outra missão, não foi chamado a outra tarefa, e, no entanto, sr. Presidente, o indiferentismo do Imperador pela escravidão não podia ser maior. Êle habituou-se a ela; perdeu de vista o ideal de uma nação livre; esqueceu-se de que seu genro foi libertar os escravos do Paraguai; que o mundo lhe

dava a reputação de um Marco Aurélio; não invejou a glória de Leopoldo II da Bélgica — êle que foi tanto comparado a Leopoldo I — de fundar, pela iniciativa e seu esfôrço, um Estado livre no coração da África para extinguir eternamente as fontes da escravidão da côr. Êsse problema, que é de dignidade para a nação mas de vergonha para o trono — essa tarefa divina e humana, que os dois grandes libertadores, o do Absolutismo e o da República, Alexandre e Lincoln, resolveram em vinte e quatro horas, o Imperador do Brasil não lhe deu um minuto de suas preocupações, não correu para ela o menor risco, e passou quarenta e cinco anos sem pronunciar sequer do trono uma palavra em que a história pudesse ver uma condenação formal da escravidão pela monarquia, um sacrifício da dinastia pela liberdade, um apêlo do monarca ao povo a favor dos escravos.

Nada, absolutamente nada, e hoje que os dez próximos anos, os últimos da escravidão, serão provàvelmente também os últimos do reinado, nesse espaço de tempo que equivale ao antigo *interregnum* das monarquias eletivas, porque nas monarquias populares, a despeito de tôdas as Constituições escritas, é então que se firma definitivamente o direito de sucessão, o Imperador, no meio da agitação abolicionista, e no dia seguinte ao das eleições mais disputadas que já houve neste país, substitui o partido, que se apresentou ao eleitorado, em nome da liberdade, chamando a si o patrocínio dos escravos, pelo partido que não se propôs outra coisa neste Parlamento senão ser o agente e o defensor da escravidão, isto é, volta-nos as costas, a nós que fomos acusados de ter feito um pacto com êle, no dia da derrota que devia ser comum e falar à lealdade de um poder.. que não pode deixar de ter consciência de que, sacrificando-nos pelo país e pelos escravos, estávamos servindo direta, ainda que desinteressadamente, à causa do único trono americano. (Sessão de 24 de agôsto de 1885).

A conduta dos pensadores da escravidão, votando a lei Saraiva, foi um plano de defesa admirável.

O partido Conservador revelou verdadeiro gênio estratégico, e ao mesmo tempo grande superioridade de superstições da honra política, em todos os seus movimentos na questão abolicionista. Quem quer que seja o espírito diretor dêsse partido, é forçoso admitir que êle conhece bem a orografia

do poder, e só leva consigo a bagagem moral precisa para viajar nessas montanhas. Não pode haver, na simples política do sucesso, nada mais perfeito do que foi: levantar, primeiro, a escravidão inteira contra o abolicionismo, receber o apoio solidário e compacto da agricultura unida; sacar ilimitadamente sôbre a riqueza nacional acumulada, e depois da vitória dessa intransigência da propriedade contra o comunismo, dessa cruzada dos homens de bem contra os que não têm nada a perder, ceder de repente, apresentar uma reforma como ainda mais adiantada que o projeto que originou a guerra civil, tudo para galgar o poder e cunhar moeda para a escravidão com os próprios sentimentos abolicionistas do país! A Providência é indiferente, neste mundo, à prosperidade do mau; ela mesmo para não tocar na beleza da virtude, diria Renan, parece alegrar-se em deixar os prêmios da vida (quaisquer que sejam as recompensas da morte) não aos bons, mas aos espertos. O partido Conservador sabe que a nossa Providência política é da mesma escola, talvez para não diminuir a suma do desinterêsse nacional que sustenta a monarquia.

A política não entrará na Arte de Furtar, mas é a Arte de Aproveitar, e dessa arte a obra-prima ficará sendo a maneira por que o partido Conservador utilizou-se dessa questão dos escravos; a soberba indiferença com que êle viu, em tôda essa grande humilhação e ainda maior dor dos brasileiros, apenas uma feliz oportunidade para si; a certeza de visão longínqua com que se despenhou sôbre a carniça humana estendida pelo nosso território e a serenidade com que a está digerindo no seu esconderijo tumular. A segurança de todos êsses movimentos faz crer que êle teve sempre quem o guiasse inspiradamente, consultando o Oráculo.

O eclipse do abolicionismo na reação conservadora era inevitável, também a prostituição eleitoral, a perseguição dos escravos, a paralisia da lei.

A situação liberal, é preciso dizê-lo, foi um período de apostasia e desfalecimentos no poder, mas foi também um

grande período de agitação no país. Ela perdeu-se pelo que produziu, mas há de ser salva pelo que semeou. Apesar de tudo foi uma época de vida e de movimento, em que os governos pelo menos aparentavam respeitar a opinião. Hoje o espírito que sopra sôbre o país é um espírito de mercantilismo, de estupidez, e de indiferença moral. O ideal conservador entre nós é a estagnação no embrutecimento, o rancor no exclusivismo, o silêncio na corrupção. A nação ia despontando, hoje não se atreve mais a murmurar. É o reinado da escravidão soberana, da autoridade discricionária, da fôrça bruta e irresponsável.

O Brasil voltou a ser um mercado de escravos, em alta; os cativos perderam o comêço de apoio que iam encontrando na magistratura; a agitação dos espíritos está sendo substituída pela sombria resignação ao triste destino do brasileiro; as finanças ficarão reduzidas ao que lhes pode dar o espírito conservador, que é ùnicamente uma liquidação ruinosa, porque sòmente grandes reformas sociais podem restabelecer o crédito público; a centralização terminará sua obra de ruína das províncias, ao passo que a intolerância facciosa do govêrno tratará em tôda parte, na marinha como no exército, na engenharia como na magistratura, na vida pública como na privada, os liberais independentes como excomungados da Idade Média.

Pois bem, o culpado de tudo isso é principalmente o Imperador, porque quando era preciso caminhar resolutamente para diante, êle voltou para trás; quando o país ansiava por idéias novas e um espírito de govêrno novo, êle só pensou em dar arras à escravidão e em reconciliar-se pùblicamente com ela, sujeitando-se à penitência humilhante que ela lhe impôs como ao seu primeiro vassalo.

Quem reflete que o trono do Brasil descansa, como tôdas as instituições do país, sôbre camadas de gerações inteiras de cativos, custa a compreender que o homem de bem que nêle se assenta não tenha às vêzes uma impressão de tristeza ou de misericórdia, pensando no que a nossa escravidão conti-

nuará a ser por muito tempo ainda — *sòmente porque êle o quis.* Em 1885 um ato, uma palavra do Imperador teria vencido a resistência enfraquecida do esclavagismo, que se extenuou derribando o ministério Dantas. Em vez dêsse ato ou dessa palavra, Sua Majestade fêz exatamente o contrário: dissolveu a Câmara com a resolução formada de entregar o país à reação escravista, sacrificando assim à desforra da escravidão a honra do seu reinado!

O que está acontecendo: essa Câmara quase unânime, êsse abatimento do ânimo público, essa multidão de novos conservadores, que nas províncias pululam como vermes, essa paralisação súbita da esperança, e apenas, como contraste, o novo êxodo de tantos liberais para a República, são o desenvolvimento natural da ação direta e exclusiva da Coroa — suspendendo o movimento abolicionista, e reanimando as pretensões, mesmo as caducas e prescritas, do esclavagismo, ao ponto de revogar a lei de 28 de Setembro em seus mais sagrados compromissos.

Ao ato majestático de 19 de agôsto de 1885, ao testamento imperial que, deserdando os escravos, fêz do partido Conservador o fideicomissário da monarquia, ao golpe de Estado que restituiu ao espírito escravista a posse da geração contemporânea, que se havia quase libertado dêle, eu chamo — o Êrro do Imperador. É possível, porém, que a história, contemplando a soma *incalculável* de injustiças, sofrimentos, opressões e martírios, que hão de assinalar à sombra da nova Lei esta fase de recrudescência da escravidão, e observando diante dêsse espetáculo enlouquecedor a tranqüilidade olímpica de quem preside a êle diàriamente, pense que o êrro político, quando envolve uma infinidade de crimes dessa ordem, é o maior de todos êles.

II

O ECLIPSE DO ABOLICIONISMO

Entre os serviços de que o atual presidente do Conselho há de gabar-se, ao conversar com o Imperador, o principal é seguramente o de haver suprimido a agitação abolicionista. Êle pôde, com efeito, expor a Sua Majestade o contraste notável daquela agitação com a tranqüilidade que hoje reina no país.

A lavoura está calma, tanto que se não ouve mais falar no sr. Ramalhão Ortigão, em quem encarnou, em uma grande crise, o espírito de resistência de uma sociedade tôda. Isto é altamente honroso para êle. Na história não se terá visto muitas vêzes essa singularidade das classes conservadoras e dirigentes de um país moverem-se à inspiração de um estrangeiro, que não fôsse o seu rei. Os clubes do comércio e da lavoura que tinham, alguns dêles, em seus estatutos, a execução da lei de Lynch e vomitavam fogo e pedras calcinadas contra o Imperador abolicionista, dispersaram-se mansamente.

O movimento provincial, que libertou o Ceará e o Amazonas, deixando também o Rio Grande do Sul muito perto do fim, parou e retrocede. Os *inglêses* desapareceram da imprensa para dar lugar aos anônimos. Clarkson (Gusmão Lôbo), Grey (Rui Barbosa), Rodolfo Dantas, Barros Pimentel, que emulavam nos entrelinhados do govêrno em eloqüência e ardor apaixonado pela abolição a todo transe, vêem o evangelho que êles pregavam traduzido em linguagem conservadora, isto é, em editais contra escravos sexagenários ou africanos do Segundo Reinado, e anúncios pondo a prêmio — porque a apreensão pelo capitão do mato pode dar lugar ao assassinato do escravo fugido — a cabeça de entes humanos. Quando algum escritor oficial aparece é para doutrinar esta capital nos Mandamentos da Escravidão. Em tôda parte

os abolicionistas sentem que a opinião está sendo resfriada por uma forte corrente glacial que desce do pólo de São Cristóvão. O povo está INDIFERENTE À SUA PRÓPRIA CÔR. Nem mesmo o sinal visível de que a escravidão dormiu com êle no berço lhe traz reminiscências dela. Vê-sc em todo o país o cansaço que sucede a um esfôrço superior à elasticidade do organismo, à concentração do espírito em uma obra de desinterêsse.

Dois anos, ou três, de abolicionismo, isto é, de preocupação da própria dignidade, parecem ter gasto a reserva moral da nação, a sua capacidade de ressentir. E que maior serviço para um govêrno do que presidir a essa volta do país no seu contentamento habitual? Que satisfação igual à de ver dc repente, pelo efeito da subida do partido Conservador, a face da nação que parecia arder com a chama do pudor, revelando a excitação do cérebro sob a pressão da honra, descorar de novo em sua palidez caquética?

Eu não creio que o Imperador agradeça nada ao sr. Cotegipe tanto como essa metamorfose nacional. Por todos os motivos, o Imperador não pode estimar que se fale muito em escravidão. Eu, por exemplo, há oito anos quase não me ocupo de outra coisa, e assim reduzi minha inteligência, errática por natureza, não felizmente a fixar-se nessa idéia única, porque isso a teria morto num cárcere, mas a nada produzir que não tivesse relação imediata e direta com a enfermidade orgânica do país, o seu mal incurável. Quem é homem de letras avalia bem êsse sacrifício de concentrar as « faculdades criadoras » do pensamento em uma obra exclusiva, da qual se começa por fazer uma religião e se acaba tendo feito uma vida. Eu, porém, não fiz da abolição uma coisa, e não estou fazendo outra, por prazer, nem por vocação de apóstolo, mas por dever, obedecendo ao simples *imperativo categórico* da minha nacionalidade, ao fato ùnicamente de ser brasileiro; e como eu há tantos! É evidente que a escravidão não fere a retina moral do Imperador como fere a nossa, e portanto o desejo de Sua Majestade não pode ser outro senão

que lhe tirem da vista êsse quadro de horrores que o desgosta sem o preocupar.

Nascido no trono e governando o Brasil desde 1840, o Imperador estimaria que a posteridade esquecesse a escravidão entre os fatos menores do seu reinado. O seu biógrafo ideal seria aquêle que pondo em alto relêvo tôdas as suas qualidades, o seu amor às letras e simplicidade de maneiras, falasse dêle como de um Marco Aurélio, ou de um Washington, não dando mais importância do que a história tem dado ao exaltar qualquer dêsses grandes homens à existência da escravidão sob o seu govêrno.

Mesmo em relação aos escravos, o biógrafo poderia, partindo da minha admissão (*vide* « O êrro do Imperador », página 244) de que tudo que existe por lei é devido *principalmente* ao Imperador, estabelecer um contraste entre o Chefe de Estado e a sociedade do seu tempo; poderia contar (e para isso dom Pedro II faria bem em começar as suas Memórias) as suas insistências com os ministérios do primeiro decênio para a abolição do tráfico, do terceiro decênio para a libertação dos nascituros e do quarto para medidas complementares. Estudos sôbre os contemporâneos com quem o Imperador lidou ilustrariam bem a história: êsses estudos poderiam versar sôbre as idéias abolicionistas de cada um dêles em diversas épocas, a espécie de senhores que foram, as relações que tiveram com os traficantes poderosos, as suas dependências diretas do capital escravista, e ramificações de família entre os grandes proprietários. Um documento interessante para a justificação do Imperador seria, por exemplo, o recenseamento dos escravos dos chefes políticos, sem excetuar os republicanos, — ainda na hora presente da escravidão, e a atual estatística de escravos dos ministros, membros do Parlamento, magistrados, sacerdotes, etc.. Depois de tudo o biógrafo acrescentaria aos títulos humanistas de Sua Majestade, um título humanitário: o de Emancipador dos Escravos. Imaginando-se que a escravidão acabe em vida de dom Pedro II, êle diria que a extinção dela coroou um reinado

que levou a nação, sem abalo nem legados de ódios entre raças e classes, e sim no meio da paz pública, não sentindo ela mesmo para onde era conduzida, a liquidar, com a maior abnegação possível, um capital de milhões de contos e a desfazer-se de uma instituição de três séculos em um breve período de tempo.

Apesar, porém, de acréscimo de fama que lhe possa advir, em mãos de um futuro panegirista que o saiba desenvolver, do argumento épico acima colocado, eu estou certo que o Imperador prefere não ouvir falar em escravidão. Êle sente que, mesmo quando os seus sentimentos contrastassem com a indiferença empedernida dos ministros, dos senadores, padres, juízes, etc., o que êle fêz é nada ao lado do que êle podia ter feito, se a observação das senzalas lhe causasse tanto interêsse como, por exemplo, a contemplação do céu. É certo de que 1840 até bem pròximamente a idéia abolicionista tinha despontado em muito poucas consciências, mas não lhe há de ser indiferente êsse mesmo fato: de não ter sido a dêle uma dessas em que a concepção moral do Estado brasileiro se fêz espontâneamente. Mas, em seguida, o Imperador *sabe* que êle é insensível à escravidão; *sabe* que nunca perguntou aos milhares de pequenos senhores feudais possuidores do território do povo da sua monarquia, quando lhe iam humildemente beijar a mão, e êle os fazia barões e viscondes: *Como estão seus escravos*? Sua Majestade sempre foi um bom limítrofe: suserano de cada um dêles, vassalo de todos êles juntos, o representante da realeza nunca atravessou a linha divisória entre a soberania do Estado e a soberania da Escravidão.

O Imperador além disso conhece a dureza do costume que se constituiu lei do país pela pusilanimidade e cumplicidade da magistratura. Êle não ignora que um galé de volta de Fernando de Noronha pode tornar-se senhor de uma rapariga de vinte anos, que o magistrado mesmo que o sentenciou lhe entrega corpo e alma, sem nenhuma proteção, e sabe que o braço da nossa justiça não é nem bastante longo

nem bastante forte para abrir as porteiras das fazendas; que o júri chegou em tudo que respeita a escravos ao último grau de abjeção, tornando-se o auxiliar dos linchadores, e que o seu ministério, o seu Senado, a sua Câmara dos Deputados, o seu Conselho de Estado, a sua aristocracia, as suas Faculdades de Direito, a sua magistratura, o seu clero, a sua polícia — de senhores de escravos — constituem juntos e com êle mesmo um como sacerdócio egípcio da escravidão, um cárcere hierárquico em que escravos são sepultados vivos.

Por tudo isso nada é mais desagradável para Sua Majestade do que ouvir falar sempre na instituição homicida que temos no país, e para cujas desumanidades e extorsões seria preciso além do atual Código Penal, que se aplica a ela em quase todos os seus artigos, um código especial dos crimes obsoletos da história.

Sua Majestade quisera ver a eloqüência nacional, a que penetra no coração do povo, empregar-se em outros misteres que não o de agitar aos olhos do país a camisa ensangüentada do escravo. Êle preferia talvez que a escravidão não existisse; mas, desde que existe, que não se falasse nela, para essa nódoa de sangue não ser visível em sua coroa, nem na fronte do país. Ora, a agitação abolicionista é o grito vibrante, eterno, e sempre doloridamente compassivo do Abel brasileiro. Que serviço podia o partido Conservador prestar, igual ao de abafar êsse grito quando êle começava a ser ouvido do mundo?

Entretanto êsse Eclipse do Abolicionismo, produzido pela posição de um corpo opaco — o partido Conservador — entre o Brasil e a humanidade, essa escuridão foi um dos mais tristes e fatais resultados da mudança política de 19 de agôsto. Não é sem pesar que eu releio hoje os prognósticos de esperança que nós abolicionistas fazíamos em 1884, os hinos que entoávamos à velocidade crescente da onda de justiça, reparação e magnanimidade, que se desenrolava sôbre tôda a nação brasileira naquele ano de entusiasmo e ilusão.

Uma vez, por exemplo, no Teatro Santa Isabel, no Recife, eu não pude deixar de saudar a marcha poderosa dessa torrente moral e humana, que fazia o orgulho do nosso país.

« Para qualquer lado que me volto », disse eu « vejo o horizonte coberto pelas águas dessa inundação enorme. Eu vi essa corrente, que hoje alaga o país como um rio equatorial nas suas cheias, quando ela descia como um fio de água cristalina dos cimos de algumas inteligências e das fontes de alguns corações, iluminados umas e outros pelos raios do nosso futuro. Eu o vi, êsse rio já formado, abrir o seu caminho, como o Niágara pelo coração da rocha, pelo granito de resistências seculares. Viu-o quando, depois das cataratas, êle ganhou as planícies descobertas da opinião e desdobrou-se em tôda a sua largura, alimentado por inúmeros afluentes vindos de todos os pontos da inteligência, da honra e do sentimento nacional; mudando de nome no seu curso como o Solimões — chamando-se primeiro Ceará, depois Amazonas, depois Rio Grande do Sul e hoje o vejo a despejar-se no grande oceano da igualdade humana, dividido em tantos braços quantas são as províncias, levando em suas ondas os despojos de cinco ministérios e a reprêsa de uma legislatura, e eu vos digo, senhores, não tenhais mêdo da fôrça dessa enchente, do volume dessas águas, dos prejuízos dessa inundação, porque assim como o Nilo deposita sôbre o solo árido do Egito o lôdo de que saem as grandes colheitas por forma que se disse que o Egito é *um presente do Nilo*: assim também a corrente abolicionista leva suspensos em suas águas os depósitos de trabalho livre e de dignidade humana, o solo físico e moral do Brasil futuro, do qual se há de dizer um dia que êle na sua prosperidade e na sua grandeza foi um presente do abolicionismo.

Felizes os tempos em que se podia falar assim, acompanhando o mais nobre dos esforços do país até ser quase coroado pelo sucesso, sentindo crescer o pulso da dignidade nacional, vendo diminuir no mapa do mundo a mancha negra do Brasil, esperando o raiar de um dia em que todos nos sentíssemos limpos como os leprosos do Evangelho depois da palavra de Jesus.

Mas o Eclipse do Abolicionismo já tem durado demais. É preciso sacudir êsse torpor e recomeçar a campanha. Nós

devíamos estar preparados para ver alguns conservadores, que dizendo-se abolicionistas, combateram conosco os ministérios liberais escravocratas, abandonarem-nos logo que se formasse o primeiro ministério escravocrata conservador. Êles achavam que nós, pela idéia abolicionista, podíamos guerrear sucessivamente (excetuando o gabinete Dantas) todos os governos do partido, mas em combaterem êles um govêrno conservador pela mesma idéia, nunca pensaram sèriamente. Fazendo-se de abolicionistas na situação liberal, estavam apenas trabalhando para a elevação do seu próprio partido! Alcançado o fim, quem se lembra mais de tudo o que êles disseram e escreveram durante o seu disfarce? Nem êles mesmos. O exemplo dessa defecção começou na Câmara com os abolicionistas cearenses.

Por outro lado também o desânimo era natural. Depois de uma propaganda pela liberdade como nunca se tinha visto em nosso país, depois de têrmos levado a quase tôdas as consciências, a convicção de que a escravidão é um *crime*, depois de têrmos criado um interêsse palpitante pela sorte dos escravos, o que resultou de todos os nossos esforços?

A escravidão apoderou-se do movimento abolicionista por meio de uma simulação, e conseguiu, em nome das nossas idéias! duplicar, triplicar, quadruplicar o valor dos seus escravos, constituir para si mesmos um fundo de amortização lançando impostos sôbre os seus adversários e as suas vítimas, e, o que é pior, retocar a lei de 28 de Setembro na parte que a constrangia: o modo do resgate, violando o direito mais valioso do escravo, o único por meio do qual êle podia chegar a ser tratado como um homem e ter uma família, também humana, e não animal, em nosso país.

Quem quer aquecer com o seu próprio ardor moral uma sociedade enregelada, há de sentir-se penetrado do frio exterior nos momentos de inércia e de repouso. Mas basta de estupefação e desgôsto.

Hoje o dever de continuar a lutar resulta mesmo da segunda lei de 28 de Setembro. Não é êste o momento de esta-

belecer nestes opúsculos o contraste das duas leis. Mas direi sempre: uma, na frase de Sales Tôrres Homem, atacou « a pirataria em roda dos berços »; a outra estabeleceu a mesma pirataria em roda dos túmulos. É uma lei de coveiros para chacais! Se durante a ação da primeira, o movimento abolicionista chegou a ser o que vimos, depois da segunda, é de nossa honra que êle tome ainda maiores proporções. É preciso que a nova legislatura, escravista como é, representando entre os seus diversos membros milhares de escravos e as tradições sinistras do tráfico, vote uma lei que apague a do ano passado. Para isso devemos fazer um grande apêlo aos espíritos liberais que o partido Conservador tenha no seu seio, sobretudo aos representantes de províncias onde o abolicionismo tem feito maiores conquistas. A êsses pertence o papel que nós, abolicionistas-liberais, tivemos na situação passada, no seio do nosso partido. O Brasil tem caminhado bastante para o partido Conservador poder tornar-se, pelo menos em sua fronteira liberal, tão inimigo da escravidão como o é o partido Conservador da Inglaterra ou da França.

Mas o principal recurso de todos nós, para ser contínua e incessantemente repetido sob tôdas as formas imagináveis e de todos os pontos do país e do mundo, deve ser ao Imperador. O ministério é dêle, o partido Conservador é dêle, e é preciso que êle não seja da escravidão, e que uma vez pelo menos se sirva da fôrça nacional, que representa, para um grande fim nacional.

Há um prazer que eu sinto ao reler o que escrevi há anos: o prazer de ser o mesmo. A linguagem que emprego hoje é exatamente a que usei em 1871, quando o Imperador fêz a sua primeira viagem ao exterior. Imaginando-o nos Estados Unidos, eu escrevia, há já quinze anos, um espaço relativamente longo, na *Reforma* de 28 de março de 1871, em artigo assinado JEFFERSON:

Ali veria êle de quantos sacrifícios um grande povo é capaz para resgatar do domínio de crimes seculares sua reputação e

sua honra. Cada um dêsses campos, hoje renascentes, onde a cana e o algodoeiro brotam dos sulcos das balas; uma por uma, essas ruínas amontoadas, a desolação da parte meridional do território, tudo falaria das últimas grandes batalhas que a escravidão se atreveu a pelejar. O Ohio, separando o campo da liberdade do campo da servidão, regando de águas fecundas o primeiro, cobrindo de charcos o segundo, apresentar-lhe-ia os frutos do trabalho livre e os do escravo frente a frente, como os apresentou ao insigne pintor da *Democracia na América*; e vendo mais longe, como no assassinato de Lincoln, o punhal ou o revólver escravocrata iminente sôbre si, isso mesmo o animaria à obra, se êle aspirasse o ar forte dêsses climas e se ao tocar «na terra da Liberdade» ganhasse a virilidade dos seus primeiros filhos. Então, de volta, êsse poder sem limites que a indiferença pública e geral descalabro político foram lentamente acumulando em suas mãos, êsse poder de que até hoje êle se tem servido para derribar os partidos gastos e gastar os partidos fortes, aplicado à luz, e não à sombra constitucional, com coragem e não com artifícios, realizaria a grande obra da emancipação dos escravos.

Não se me acuse de otimismo incurável por eu ainda me dirigir ao Imperador, pedindo que ponha têrmo à barbárie do seu reinado. O Poder é êle, a responsabilidade deve ser dêle. Nós, abolicionistas, pelo menos, devemos ver claro no que concerne à escravidão. O projeto Saraiva deixou de existir constitucionalmente no dia em que o sr. Saraiva se demitiu, e se hoje é lei do Império foi sòmente porque o Imperador o ressuscitou, porque o Imperador o quis. O sr. Saraiva é, por certo, uma individualidade, e o sr. Cotegipe também tem vontade própria, mas se êles unidos e um após outro fizeram passar aquela lei, foi porque o Imperador entendeu que devia chamá-los para fazê-la passar, e se depois de promulgada ela deixou de ter execução foi porque o Imperador fechou os olhos. A reação atual é conservadora, tem a responsabilidade do partido Conservador, mas quem ideou essa reação, quem fêz retroceder a sombra do sol no disco da segunda Independência brasileira, foi o Imperador. A êle pois é que devemos pedir misericórdia para as vítimas.

As estátuas imperiais eram em Roma refúgio para os escravos, como os altares das igrejas. No Brasil o trono está completamente isolado, numa eminência nua e deserta. O escravo brasileiro, nos pensamentos que precedem o suicídio, acharia mais fácil chegar a nado ao navio de guerra estrangeiro que êle avista no alto mar, do que subir aquela montanha inacessível. Mas é possível que o Imperador ressinta uma vez a nossa indignação. É possível que o Memnon imperial, ferido no seu granito pelos raios nascentes de uma consciência, exale pela primeira vez o gemido de um milhão de peitos. É possível que o brasileiro que se senta no trono compreenda por fim que o Brasil não deve figurar até ao fim do século como o representante da idade fóssil do escravo, o mamute colossal da escravidão.

Eu poderia dizer que procedendo dessa forma, êle, que ocupa no Instituto de França a cadeira de Pedro, o Grande, teria feito tanto com um simples ato humanitário para elevar a posição moral do seu país no mundo, como aquêle com as suas conquistas nos três mares para transformar a Rússia em grande potência. E poderia acrescentar que semelhante iniciativa, se fôsse individual e ousada, equivaleria a lançar em sinal de aliança o anel da dinastia nas profundezas do nosso povo, como os doges de Veneza lançavam no Adriático o símbolo da sua união com o mar.

Mas eu prefiro pedir ao Imperador, representante coroado da raça branca, que, dando um pequeno valor a cada vida humana passada do berço ao túmulo em cativeiro, a cada açoite sofrido por não trabalhar a contento de outrem, a cada criança morta por se ter impedido a mãe de aleitá-la, a cada mulher violada em seu pudor, a cada pecúlio de lágrimas, a cada família dispersa para sempre do Norte ao Sul nesta Sibéria tão implacável em suas distâncias para os escravos como a Sibéria russa para os niilistas, a cada morte por maus tratos e perseguição diária, a cada suicídio por excesso de sofrimentos, a cada crime para trocar o cativeiro pelas galés, a cada indivíduo explorado minuto por minuto em suas apti-

dões, sua saúde, e até em sua dedicação e seu amor, forme de todos êsses valores morais, e muitos outros semelhantes, uma quantidade que eu chamarei A.

Depois eu pediria a Sua Majestade que formasse com os valores correspondentes à subtração de cada uma dessas parcelas de sofrimento, do fundo de moralidade, população, riqueza, trabalho e liberdade da outra raça, uma quantidade simbólica dos prejuízos nacionais da escravidão, que eu chamaria B, e sendo X os quarenta e seis anos do seu reinado, me desse o resultado desta simples equação, $A + B = X$.

Ah! essa incógnita, se o Imperador, que lê a *Divina Comédia*, a procurasse, o Século de Pedro II lhe lembraria o segundo recesso do sétimo círculo do Inferno: parecer-lhe-ia estar na floresta das harpias, onde as árvores eram almas em cujas copas elas faziam seus ninhos, de cujas fôlhas elas se alimentavam, e de cujas feridas saíam ao mesmo tempo palavras e sangue. *Parole e sangue*! Não lhe seria possível quebrar o menor dos ramos dessa vegetação de lágrimas sem que tôda ela gritasse, como a alma ferida pelo Dante. « Por que me dilaceras? Não tens sentimento algum de compaixão? Nós fomos homens, e hoje não somos senão troncos. Tua mão deveria ser menos cruel quando mesmo fôssemos almas de serpentes ».

Uomini fummo, ed or sem fatti sterpi:
Ben dovrebb' esser, la tua man più pia,
Se state fossim anime di serpi.

E tendo aberto as primeiras feridas e quebrado os primeiros galhos, o Imperador faria como o Poeta: movido pelo amor do seu torrão natal, ..*la carità del natio loco*, êle apanharia no chão as fôlhas gotejantes para restituí-las ao tronco ensangüentado da pátria, e fazê-lo emudecer.

III

ELEIÇÕES LIBERAIS E ELEIÇÕES CONSERVADORAS

Durante as eleições a que presidiu o sr. Dantas havia nesta cidade uma fôlha conservadora, reputada órgão do partido, e redigida pelo sr. Belisário, o *locum-tenens* do sr. Paulino; antes das eleições havia um Senado, no Senado o sr. Correia. Daí tôda a diferença entre o que se disse das eleições liberais e o que não se disse das conservadoras. É a mesma história da ordem pública perturbada, de que se serviam a propósito das vaias célebres dos srs. Moreira de Barros e A. de Sequeira, os conservadores que tinham animado as apupadas do ministério Sinimbu e o sr. Martinho Campos, que teria tomado parte nelas, como declarou, se não fôsse deputado. O que não teriam êles dito se o Rio de Janeiro tivesse passado pelas cenas recentes de que Londres foi teatro e a multidão houvesse quebrado as vidraças nas principais ruas e saqueado as lojas?

Com o *Brasil* e o sr. Correia, o mínimo fato que se passava, ou não se passava, nas províncias, era aumentado quanto fôsse preciso para impressionar o Imperador, para quem o jornal era exclusivamente escrito. Tudo era engrandecido ao último ponto da sensibilidade imperial, ouvindo-se assim diàriamente um côro de imprecações contra o ministério e os presidentes, ao qual não faltava uma só nota humilhante e ferina. O eminente escritor abolicionista, o sr. G. Lôbo, que havemos sempre de reivindicar como homem nosso e que foi o principal confidente, animador e advogado do sr. Dantas, sabe melhor do que ninguém, por ter sido uma das vítimas do *Brasil,* o que foi essa campanha.

Uma vez, por exemplo, o partido Liberal de Goiás lembrou-se de adotar a candidatura de Rui Barbosa, que nos era

indispensável na Câmara e que estava em perigo na Bahia pelo dinheiro do tráfico. Qualquer partido bem governado, que sabe o que quer, e tem fins nacionais, trata de garantir a presença na Câmara dos seus primeiros homens. É assim que se faz na Inglaterra, como na França, na Itália como na Espanha. Um orador e um parlamentar, que em qualquer outro país se achasse para com o seu partido na mesma relação em que Rui Barbosa está para com o dêle no Brasil, isto é, que fôsse um dos seus três ou quatro maiores vultos na Câmara, não ficaria uma só legislatura fora do Parlamento enquanto o partido dispusesse de alguns lugares certos. No entanto, desde que Goiás se mostrou liberal bastante para querer dar uma grande voz ao liberalismo brasileiro, caiu uma nuvem de flechas sôbre o sr. Dantas, acusado de ressuscitar as candidaturas oficiais e de enxertar na eleição direta os piores vícios da antiga. E isso provàvelmente era escrito pelo sr. Joaquim Matoso! Eu lhe faço a justiça de crer: se êle hoje comparar a sua carreira política e a sua reputação nacional com a de Rui Barbosa, aquêles artigos hão de parecer um laço de enforcado, suspenso da sua eleição pelo Espírito Santo.

Deram-se os fatos de São José, no Recife. Não houve epíteto injurioso que um partido, cujas eleições de sangue não têm conta, nos não atirasse por ter sido morto num conflito com o povo um cabalista conservador que sempre fêz das eleições de São José um combate à mão armada, rodeando-se de homens dispostos para tudo, e que duas vêzes nesse dia fêz recuar a enorme multidão popular que penetrou na igreja, atirando sôbre ela e sôbre José Mariano. Aquêles fatos, que tiveram no mais alto grau o caráter do imprevisto, mais ainda, do que é impossível de prever, surpreenderam a todos; ninguém os esperava como desfecho de uma luta travada na tribuna, em discursos que eram sòmente apelos aos sentimentos de humanidade, quando nenhum liberal fôra armado às urnas. Em tôda a cidade, nem um só abolicionista imaginou que se pudesse derramar uma gôta de sangue.

No entanto a tragédia eleitoral de São José foi explorada

pelos conservadores de todos os modos e em todos os tons. E hoje o que dizem êles da outra tragédia de São José do Tocantins, esta porém oficial, premeditada, executada pela fôrça pública ali mantida pelo sr. Cruz, — um paraense que se transportou do Pará a Goiás nas férias parlamentares sòmente para dar conta dessa triste missão, — para eleger a ferro e a sangue o filho do sr. Andrade Figueira, usando dos Comblains do govêrno, já que não era praticável o roubo dos livros da eleição como em Jaraguá? Imagine-se um fato dêsses na eleição de Rui Barbosa, e a fisionomia do sr. Andrade Figueira no dia em que se tratasse dela na Câmara! Mas mesmo um Catão não é obrigado a ser um Bruto.

Os liberais, porém, ou porque não tenham espírito coletivo, ou porque não estejam dispostos a chorar em público, qualquer que seja a explicação, — e talvez a verdadeira seja a crença de que, assim como os conservadores subiram, êles também hão de subir quando lhes tocar a vez (o Imperador tem sido muito igual ùltimamente na partilha do poder e há de chegar à perfeição de fixar o período de cada partido em quatro anos, como ò de uma presidência de república, para evitar desgostos), os liberais, dizia, eu, deixaram correr as últimas eleições sem um jornal nesta cidade que servisse de foco refletor dos sentimentos do partido em cada localidade. Nenhum dos nossos senadores se prestou a representar o papel do sr. Correia; cada um dêles se anulou tão bem na direção geral, que assistimos a uma verdadeira greve de chefes, a uma batalha sem generais.

O partido Liberal, com efeito, com todos os presidentes do Conselho que teve e sucessivamente derribou, parecia a imagem de um decapitado, cheio de vida, a procurar no cêsto da guilhotina uma cabeça que lhe servisse, e achando umas muito pequenas e outras muito grandes. Êsse fato, entretanto, de não têrmos, como tivemos nas eleições de 1872 com *A Reforma*, o Centro Liberal, e a Comissão Permanente do Clube de Reforma, e como os conservadores tiveram em 1884 com *O Brasil*, uma agência central para receber e magnificar

as impressões transmitidas das províncias, tem sido explorado pelos conservadores, que se gabam de terem ganho muito legìtimamente as eleições, opondo-se às do sr. Dantas, por não ousarem ir até as do sr. Saraiva. Há entretanto muito que dizer sôbre isso, muito mais do que êste opúsculo poderia conter.

Uma das minhas primeiras observações a respeito é o contraste entre a oposição conservadora eleita sob aquêles dois ministros liberais e a oposição liberal eleita sob os conservadores. Não é só no número dos eleitos, é na qualidade dêles que se pode estabelecer bem a diferença dos resultados obtidos.

A primeira Câmara da última situação liberal, a de 1878, é unânime, como fôra unânime a primeira Câmara da última situação conservadora, a de 1868. Mas isso pertence à conta da eleição indireta. Com a eleição direta, o primeiro resultado é uma forte oposição conservadora de mais de um têrço da Câmara, composta dos principais homens escolhidos pelo partido (seria difícil apontar um que tivesse ficado de fora), e uma fraca maioria liberal da qual não conseguiram fazer parte mesmo ministros, e muitos dos mais notáveis deputados da legislatura anterior.

Dêsse modo o partido Liberal sofreu nas eleições Saraiva um revés duplo: o de ver eleita a oposição em número para derrotar sucessivamente todos os ministérios do partido (numa Câmara brasileira de 122 membros, 40 era número mais do que suficiente para isso); e depois, o de ver a sua maioria formada ao acaso, sem muitos dos elementos liberais de combate e de opinião, enfraquecida moralmente por êsse mesmo fato, e obrigada a tomar a defensiva, quando o seu papel era o da ofensiva mais ousada e resoluta. O sr. Saraiva tinha dito que o seu maior desejo era ver no Brasil um ministério ser derrotado nas eleições. Êsse era um modo perigoso, mas patriótico, de expressar a humilhação com que nós, brasileiros, víamos cada govêrno ir pedir vênia a São Cristóvão para eleger a Câmara que quisesse. Entretanto a aspiração do sr. Saraiva foi satisfeita. Sob o sr. Dantas, os conservadores, com os dissidentes, fizeram a metade da Câmara, e dos seus

homens mais notáveis, só perderam, por má colocação, o sr. Ferreira Viana, ao passo que o primeiro ministro não só viu a oposição eleita chegar quase ao nível de maioria, mas também, como o sr. Saraiva, muitos dos seus melhores auxiliares vencidos nas urnas.

Desta vez a oposição liberal elege, digamos, vinte e seis ou vinte e sete deputados, mas nessa pequena minoria há também a considerar, como eu disse, a qualidade e as circunstâncias. Quase todos são eleitos em distritos onde os conservadores não tinham candidato importante. Isso não quer dizer que não fôssem empregados contra muitos dêles os últimos recursos do govêrno. Cada candidato julga a sua eleição a principal, e como os recursos oficiais foram postos à disposição de cada um no seu distrito, um desconhecido talvez desenvolvesse mais compressão do que um dos altos personagens. Não quero descer agora à análise da minoria liberal; basta-me dizer que em parte, pequena, ela foi eleita de acôrdo com o partido conservador; em parte, maior, ela se compõe de antigos dissidentes que fizeram causa comum com os conservadores — até colocá-los no poder, e sòmente em uma fração, ela representa a espírito liberal e está pronta a dar combate aos conservadores no terreno abolicionista.

O contraste resume-se assim. Nas duas eleições liberais: grandes minorias conservadoras — um têrço na primeira, dois quintos na segunda — compostas de tôdas as notabilidades do partido; eleições ganhas por êste onde o govêrno tinha poderosos meios de ação, como nesta cidade e em muitas capitais de província; seus homens mais rancorosos e mais capazes de fazer mal, todos eleitos, ministros derrotados, e com êles os auxiliares indispensáveis do govêrno. Na eleição conservadora: unanimidade em grandes províncias, cem conservadores, todos os homens de valor, real, ou suposto, triunfantes; e da pequena minoria liberal, raríssimos eleitos contra os desejos íntimos do govêrno (está visto que os srs. José Mariano e Cesário Alvim estão neste número), diversos eleitos com a sua simpatia, e alguns até com o seu apoio.

Mas um conservador que eu chamasse a dialogar comigo nestes *Opúsculos*, poderia dizer-me: « Que há mais natural? Se em oposição nós tivemos êsses algarismos que nos forneceis, do que têrmos agora a unanimidade virtual? Se, no ministério Dantas, chegamos a eleger perto da metade, como podíamos agora ter impedido, mesmo se quiséssemos, a eleição de quase *tôda* a Câmara? À fôrça que mostramos ter, em oposição — e em oposição é que se conhecem os elementos reais dos partidos — acrescente-se a fôrça do govêrno, e o resultado só não coincidirá com o obtido, porque perdemos muitas eleições que devíamos ter ganho. »

Nem eu estou dizendo o contrário, nem ainda afirmei que respeitada o que entre nós se entende por liberdade eleitoral, e que é sòmente a exclusão de certas espécies de pressão, talvez as menos ilegítimas, os conservadores não teriam ganho como ganharam.

A minha tese é outra, e é que se os liberais tivessem feito no govêrno o que os conservadores acabam de fazer, nunca teriam perdido as eleições que quisessem ganhar.

Sem dúvida o partido Conservador, eu sou o primeiro a reconhecê-lo, tem tôdas estas vantagens sôbre nós; de ser um partido disciplinado, organizado, ambicioso, previdente, paciente, autoritário, palaciano, escravista, rico e céptico.

Com a disciplina êle faz *o que nós não fazemos:* garante a eleição dos seus melhores homens, (por isso mesmo a composição da nova Câmara é sugestiva da decadência intelectual da oligarquia do partido, onde êle foi mais rico de talento, a Bahia, Pernambuco, em geral o Norte) colocando-os onde há mais segurança, e marcha todo com um espírito de passividade, que seria uma virtude se não fôsse um cálculo. Os liberais, ao contrário, são dilacerados por dissidências intestinas, por invejas e descontentamentos, além de sua rebeldia natural, e os conservadores, partido muito pouco suscetível à sedução de fora, sabem fazer vibrar êsse teclado de paixões pròpriamente democráticas com uma superioridade inimitável de intriga.

Com a organização, êles têm unidade de comando e hierarquia nas províncias. A ambição fá-los todos interessarem-se nas eleições como em questão de vida e de morte, ao passo que muitos liberais só tomam interêsse nelas quando são candidatos; a previdência os leva a prepararem com antecedência a luta, e a paciência a não fazerem inimigos enquanto em oposição dos que os não acompanham a primeira vez. O espírito de autoridade lhes dá a maior de tôdas as vantagens: a tradição governamental, a identificação constante com o govêrno. Palaciano, o partido pode sempre garantir que dentro de pouco estará no poder; escravista, êle tem o apoio cordial e a confiança da escravidão, isto é, da terra; rico, êle possui talvez o mais considerável elemento de nossas eleições, o dinheiro, tão considerável que merece bem ser tratado à parte; e, por fim, céptico, não tem os terríveis impedimentos de princípios e de compromissos, pronto como está sempre a governar com as mesmas idéias contra as quais tiver ganho as eleições.

Eu admito tôdas essas vantagens, no eleitorado atual, censitário e escravocrata como está constituído, e não podia deixar de estar, o nosso. Mas desde que, apesar de tudo, o principal, a primeira fôrça no país é o govêrno, a idéia do govêrno, os conservadores não teriam tido as minorias que tiveram se o país não fôsse levado a acreditar que êles iam subir.

Essa foi nas eleições de 1881 e nas de 1884 a causa *principal,* — a escravidão vindo logo depois, e as duas juntas explicando todo o sucesso, — das grandes vitórias ganhas pela oposição. Mesmo fora do govêrno, era com o prestígio do govêrno que êles venciam. Os eleitores sabiam que o partido Conservador, sendo o partido do Imperador, e ao passo que parece da Princesa Imperial também — um pequeno sinal disto, entre parêntesis, é que o Imperador só sai do Império e a Princesa só aceita a Regência quando os conservadores estão no poder, — tinha que subir muito breve desde que havia tocado ao limite da paciência, e ameaçava a dinastia com a República conservadora — o ideal do esclavagismo.

Foram por um lado o mêdo da vindita conservadora, e por outro a certeza que dos liberais não havia que temer, porque êles não ajustam contas eleitorais, as causas que deram à oposição o número de votos que ela obteve nas duas eleições liberais. Essas eleições não expressaram outra coisa senão a pressão dos senhores de escravos e as dependências dos empregados públicos. Foi a coligação dos que tinham escravos que perder ou ganhar. Os liberais nesse terreno não podiam lutar com os seus adversários: o seu código de moral e de justiça era outro.

Nas eleições de 1881, o presidente do Conselho, para justificar a sua lei, estava interessado em perdê-las! Nas de 1884, o ministério vivia vigiado atentamente pela alta polícia, feita pelos conservadores, do Imperador, o qual entendia que a escravidão devia ter a liberdade de espalhar o terror e de exercer a compressão, até da fome, entre os eleitores pobres, mas que o govêrno não devia ter nem mesmo a liberdade de mostrar-se empenhado na vitória da sua causa. Desta última vez, porém, o Imperador só tinha um interêsse: mostrar que não se enganara, que o país desejava o golpe de 19 de agôsto, que a anarquia moral tinha chegado ao auge sob o sr. Dantas, que essa fôra a verdadeira causa da queda do câmbio e do mal-estar de nossas finanças e que a monarquia e a escravidão unidas não receavam a bancarrota.

A verdade, porém, é que as eleições conservadoras só diferiram das liberais, porque nestas o govêrno, ou espontâneamente ou à fôrça, deixou predominar no país a impressão de que os seus adversários iam subir, e naquelas o govêrno produziu a impressão contrária. O Imperador, por exemplo, quando a causa dos escravos estava em jôgo, negou ao sr. Dantas os presidentes que êle preferia, excluindo com um *voto* preliminar das presidências os deputados. Agora, os presidentes são quase todos deputados, isto é, eram candidatos que puseram em prática o sistema da eleição mútua, do « elege-me tu que te elegerei eu ». Às fôrças corruptoras do dinheiro e dos privilégios em livre ação num país onde não

há lei nem justiça, foram acrescentadas as fôrças corruptoras do govêrno, e o resultado foi que a eleição direta chegou, em uma só prova conservadora, a ficar tão moralmente morta como estava a indireta. Não é mais essa arma que servirá para ganhar nenhum combate popular; dora em diante ela só pode prestar para garantir as candidaturas oficiais.

O abolicionismo, para desenvolver-se e prosperar, precisava ser animado pelos poderes públicos, precisava, no período do crescimento, da proteção do Estado: o Imperador entendeu que era preciso pelo contrário abafá-lo ao nascedouro. A eleição direta também, para produzir a independência no eleitorado e tornar-se depois de longas experiências um indicador seguro da opinião, precisava ser protegida muito tempo pela honestidade do govêrno.

Tivemos as eleições do sr. Saraiva, em que o eleitorado votou certo de que o govêrno se abstinha. Esta independência dos eleitores consentida e animada pelo govêrno não era verdadeira independência, porque só é independente o que é contra a vontade de todos; mas era o comêço de uma tradição no poder — a da abstenção — que, se fôsse praticada durante anos seguidos com o mesmo espírito, criaria por fim aquela independência.

O Imperador parecia ser dêsse pensamento, identificando-se com o princípio absoluto da não intervenção, sob os ministérios liberais; desde porém que subiram os conservadores, Sua Majestade não quis mais êsse ingrato papel de fiscal da oposição, e deixou os conservadores lançarem a eleição direta de uma vez para sempre no guarda-roupa da monarquia, onde ela servirá ao lado das outras alfaias constitucionais de comédia, para a cena, de quatro em quatro anos, do primeiro ato de nosso *Govêrno Livre*.

Haverá alguém entretanto que acredite que o brasileiro é conservador? A julgar pela nova Câmara, com raríssimas exceções, o povo brasileiro é tão conservador que nêle são conservadores até os liberais.

A verdade é exatamente o contrário: a nação brasileira

é mesmo fisiològicamente falando, uma das mais *liberais* que existem. A prova do seu liberalismo está no seu temperamento tão profundamente democrático — e nisso somos o único povo no mundo — que no Brasil todos são iguais.

A atual representação nacional é assim uma mentira científica, como é uma simulação política, e fazer dela, que é a Escravidão, elegendo-se a si mesmo e *nada mais*, o povo brasileiro, é o mesmo que representar pela nossa enfermidade mortal o país que ela está decompondo.

Mas, descendo à história das eleições passadas, eu darei num próximo opúsculo o meu depoimento individual sôbre o que tenho visto da eleição direta. Se todos os que em outros lugares observaram também de perto essa funda e terrível chaga nacional — a prostituição do voto — fizerem como eu, a história poderá melhor avaliar a degradação a que *tudo* que se relaciona com o govêrno, vai sendo reduzido neste país, sob um regime social caracterizado por muitas das mesmas fraquezas, cobardias, indiferenças e vícios que nos fazem desviar os olhos da história do Baixo Império. Felizmente, nós somos uma nação nova, e o nosso povo, que está ainda no segundo plano, é em política uma fôrça intacta e desconhecida.

Querer fazer passar essa eleição pela expressão legítima da vontade e da opinião dêsse povo todo de escravos e de servos, cujos sofrimentos não se cristalizaram, cujas aspirações têm apenas lampejos prematuros, cuja alma tem tôdas as virtudes do trabalho, da honestidade, da paciência, da gratidão, do patriotismo, mas à qual falta a consciência da fôrça e do direito. é como se a velha Cloaca Máxima de Tarquínio, rompendo o subsolo do Forum, nos grandes dias da Roma Republicana, quisesse confundir-se com a Via Sacra.

FIM